

REINALDO KNOREK

DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO:

alusões e discussões
“ex-post-facto” sobre a
nucleação das escolas rurais

REINALDO KNOREK

DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO:

alusões e discussões
“ex-post-facto” sobre a
nucleação das escolas rurais



© Reinaldo Knorek, 2024

O autor é integralmente responsável pela veracidade dos dados, pelas opiniões e pelo conteúdo do trabalho aqui publicado.

Editoração e Capa

Alex Antônio Vanin

Projeto Gráfico

Acervus Editora

Conselho Editorial

Ancelmo Schörner (UNICENTRO)

Cristina Moraes (UDESC)

Diego Ferreto (UNISANTOS)

Eduardo Knack (UFCG)

Eduardo Pitthan (UFFS – Passo Fundo)

Federica Bertagna (Università degli Studi di Verona)

Felipe Cittolin Abal (UPF)

Helion Póvoa Neto (UFRJ)

Humberto da Rocha (UFFS – Erechim)

José Francisco Guelfi Campos (UFMG)

Roberto Georg Uebel (ESPM)

Vinícius Borges Fortes (ATITUS)

CIP – Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

K72d Knorek, Reinaldo
Desenvolvimento comunitário [recurso eletrônico] :
alusões e análises “ex-post-facto” sobre a nucleação das
escolas rurais / Reinaldo Knorek. – Passo Fundo:
Acervus, 2024.
10 MB ; PDF.

ISBN: 978-65-5230-006-5.

1. Comunidade - Desenvolvimento. 2. Política
pública. 3. Escolas rurais - Brasil. I. Título.

CDU: 37.018.51

Catalogação: Bibliotecária Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

ACERVUS EDITORA

Av. Aspirante Jenner, 1274 – Lucas Araújo – 99074-360

Passo Fundo | Rio Grande do Sul | Brasil

Tel.: (54) 99676-9020

acervuseditora@gmail.com

acervuseditora.com.br

Aos homens e mulheres que dedicam tempo, estima especial e se posicionam como defensores da essência e conservação de escolas do meio rural, deixo meu agradecimento, pela grande missão de resguardarem e salvaguardarem a educação como a base do crescimento e desenvolvimento comunitário!

Dr. Reinaldo Knorek

PREFÁCIO

Em primeiro lugar, agradeço ao convite para escrever este prefácio, que precede o texto de Reinaldo Knorek, pesquisador que tem sua trajetória de investigações sobre o desenvolvimento territorial com preocupações focadas no desenvolvimento comunitário a respeito do fechamento das escolas rurais de Canoinhas. O convite, provavelmente, deve-se ao fato de ter sido seu supervisor durante estágio de pós-doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Comunitário da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro).

Acompanhei as pesquisas de Reinaldo desde o início, em 2019, e é um imenso prazer ver concretizado no livro *Desenvolvimento comunitário: alusões e análises “ex-post-facto” sobre a nucleação das escolas rurais*. As/os leitores/as poderão ler uma obra sobre relações interessantes entre o Desenvolvimento Comunitário e a extinção das escolas rurais, que levaram a diversas alterações na vida das comunidades. É possível verificar que tipos de políticas públicas educacionais foram pensadas para o para o campo, tanto em Canoinhas como em Santa Catarina e o Brasil. Observamos o saudosismo das pessoas que vivenciaram o processo da nucleação e a falta das atividades da comunidade local após o processo.

Destaco que no primeiro capítulo o autor apresenta alguns autores e conceitos, no escopo das ciências multidisciplinares, tendo como base e traços gerais os significados a respeito do desenvolvimento e crescimento comunitário, com ênfase no processo da nucleação das escolas rurais,

locais de diversas (con)vivências, que com o processo de nucleação deixaram de existir. O autor nos traz, assim, o instante mesmo da vida comunitária e suas diversas relações.

No segundo capítulo Reinaldo discute questões referentes às Políticas Públicas e Políticas Educacionais no Brasil, bem como isso diz respeito ao processo de nucleação das escolas rurais e ao desenvolvimento comunitário. O Autor, aqui, não se descuida dos impactos causados às comunidades.

As questões que dizem respeito da história do processo de nucleação em escolas rurais no Brasil, tendo como base, em descrições gerais, as concepções e definições das leis, decretos e normas que reformularam essa espacialidade, por meio da educação e desenvolvimento comunitário no meio rural estão no terceiro capítulo. Consoante ao processo de nucleação, Reinaldo traz dados do Censo Escolar que apontam mais mudanças na educação do campo: em 11 anos (2010-2021) a redução de escolas públicas rurais (municipal, federal, estadual), que passaram de 78.776 para 52.913, ou seja, uma redução de 25.863 escolas no país. Isso é preocupante pra a vida comunitária.

No quarto capítulo, Reinaldo apresenta os resultados da pesquisa. Brinda-nos, ainda, com o percurso metodológico escolhido. Aqui, mesclando teoria e pesquisa de campo, o processo de nucleação nas escolas rurais e mudanças no desenvolvimento da vida comunitária de Canoinhas são desvendados. Com a pesquisa é possível verificar novas configurações das comunidades sem a escola local. Em síntese, surge um novo olhar sobre o desenvolvimento comunitário, a partir da percepção de pessoas, que vivenciaram o processo de nucleação com a extinção da escola local rural.

Ao encerrar essa apresentação sobre o livro e o desenvolvimento comunitário, levantados nos quatro capítulos, permanece a importância e o entendimento de que no campo da cultura e da história das comunidades estudadas muito se modificou: festas, reuniões, encontros, entre tantos convívios no cotidiano da vida comunitária das famílias e dos alunos das escolas nucleadas, desapareceram. Pode-se dizer que a vida da comunidade foi afetada irremediavelmente.

Na interface entre ganhos pedagógicos, estruturais e econômicos que a nucleação trouxe e as perdas irreparáveis no convívio sociocultural e organizacional das comunidades rurais sem a escola, Reinaldo aponta, por fim, que a nucleação trouxe mais prejuízos que ganhos.

Boa leitura a todas e todos.

*Professor Dr. Anselmo Schörner
Irati (PR), julho de 2023*

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário (PPGDC), da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro em Irati/PR) meu sincero apreço e gratidão por esses anos de acolhida, estudos e pesquisa, como colaborador. Estendo minha gratidão à equipe que harmonizou um grande apoio para que esse trabalho se tornasse viável com a eficácia planejada.

Agradeço aos professores coordenadores do PPGDC, Dr. Cristina Ide Fujinaga e Dr. Jó Klanovicz, pelos subsídios e apoio no decorrer do desenvolvimento da pesquisa e publicação deste trabalho.

Aos professores supervisores, Dr. Ancelmo Schörner e Dr. Carlos Alberto Marçal Gonzaga, que ampararam e contribuíram para a execução e conclusão desse trabalho: defensores da ciência o meu apreço e estima.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelo Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD), pela concessão da bolsa de estudos, que foi determinante para a realização dessa publicação, minha gratidão.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	5
AGRADECIMENTOS	9
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I	
CONCEPÇÕES E ABORDAGENS ACERCA DE COMUNIDADE E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO	19
CAPÍTULO II	
CONCEPÇÕES E DEFINIÇÕES SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL	53
CAPÍTULO III	
BREVE PASSAGEM PELA HISTÓRIA DO PROCESSO DE NUCLEAÇÃO EM ESCOLAS RURAIS NO BRASIL	95
CAPÍTULO IV	
ESTUDO DE CASO: CONTEXTO DA NUCLEAÇÃO EM ESCOLAS RURAIS NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS	237
POSFÁCIO	245
REFERÊNCIAS	247

INTRODUÇÃO

Este livro tem como escopo o desenvolvimento comunitário e, por implicação, a temática do processo de nucleação de escolas rurais no Brasil, nomeadamente, uma investigação em comunidades rurais no município de Canoinhas - SC. A obra, intitulada: *Desenvolvimento comunitário: alusões e análises “ex-post-facto” sobre a nucleação das escolas rurais*, foi desenvolvida no período do pós-doutoramento no PPGDC-Unicentro, Irati - PR.

A constituição de conceitos sobre a ciência e desenvolvimento comunitário fazem alusão a temas inegáveis para a sustentabilidade da vida humana em comunidade. Sabe-se que ciência é uma palavra que vem do latim *Scientia*, significa conhecimento. De modo geral, ciência é definida como todos os conhecimentos sistemáticos que se baseiam em métodos organizados, que induzem a resultados validados por meio de pesquisas. O avanço da ciência do desenvolvimento comunitário, além de entender que ciência é um conjunto de conhecimentos empíricos, teóricos e práticos sobre a natureza de objeto investigado, produz resultados e considerações para serem divulgados em comunidades científicas, locais e mundiais de pesquisadores. A ciência do desenvolvimento comunitário se utiliza da observação, explicação, exploração, predição e análises de fenômenos reais, nas mais distintas formas de organização comunitária. As ciências se fundamentam como diferencial entre o senso comum (tipo de conhecimento popular, adquirido pela observação e pela repetição, que não foi testado metodicamente) e conhecimento científico (conhecimento que nasce de análises de fatos comprovados cientificamente).

Com isso, aproximam-se da verdade científica na complexidade e totalidade para entender o mundo real na sua essência com múltiplas e complexas explicações. Assim, a interdisciplinaridade se ampara em quatro pontos de vistas importantes de investigação que fundamentam análises e resultados como conhecimento: conhecimento empírico, conhecimento filosófico, conhecimento científico e conhecimento teológico. Esses pontos de vista, no viés de conhecimentos interdisciplinares, fundamentam a ciência do desenvolvimento comunitário.

Um dos desafios que a ciência do desenvolvimento comunitário apresenta, com base na interdisciplinaridade, diz respeito à formulação conceitual e intersecções entre conteúdos elaborados em pelo menos duas disciplinas (conjunto específico de conhecimentos que tem nas suas características próprias, no plano de ensino, da formação, dos mecanismos, dos métodos e das matérias). Principalmente, com escopo aberto, visão ampla, dentro do assunto e temática, segundo as reflexões de Hilton Japiassu (1978), no livro *Interdisciplinaridade e patologia do saber*: “Podemos dizer que nós reconhecemos diante de um empreendimento interdisciplinar todas as vezes em que ele conseguir incorporar os resultados de várias especialidades, que tomar de empréstimo a outras disciplinas certos instrumentos e técnicas metodológicos, fazendo uso dos esquemas conceituais e das análises que se encontram nos diversos ramos do saber, a fim de fazê-los integrarem e convergirem, depois de terem sido comparados e julgados”, haja vista que a ciência do desenvolvimento comunitário na perspectiva interdisciplinar com seu objeto, assunto e tema - necessita de cooperação de outras disciplinas - para ser adequadamente estudada.

Além disso, toda ciência necessita ser fundamentada por um objeto de estudo, em disciplinas conexas e métodos organizados de investigação. A ciência do desenvolvimento comunitário tem no como escopo um objeto de estudos (a comunidade), é fundamentada na interdisciplinaridade (várias disciplinas conexas em conceitos e conteúdo de pesquisa que envolvem as comunidades) e apresenta uma metodologia científica organizada (com métodos, procedimentos, técnicas de coleta de dados, análises e conclusões, aplicados por meio da pesquisa). Nesse sentido, desde a coleta de dados, métodos estatísticos de análises, amostragens ou censos, cons-

tructo ou o estado da arte todos se aproximam da ciência interdisciplinar, para avaliar resultados aceitos com veridicidade na ciência do desenvolvimento comunitário.

Esta pesquisa está ancorada metodologicamente na ciência do desenvolvimento comunitário, de natureza aplicada, com levantamento e estudo de caso, apoiando-se no método episódico, seguido de imprevisibilidade e narrativas de atores entrevistados (Flick, 2009). Conforme Flick (2009), isso “permite ao pesquisador abordar o mundo empírico até então estruturado do entrevistado, de um modo abrangente”. A escolha da entrevista narrativa deu-se pela necessidade de analisar opiniões sobre o processo de fechamento das escolas rurais em Canoinhas/SC. Esse tipo de narrativa dá atenção especial a situações ou episódios nos quais o entrevistado tenha tido experiências que pareçam ser relevantes à questão de estudo. Ressalta-se que ela facilita a apresentação da experiência em uma forma geral e comparativa, ao mesmo tempo que assegura situações e episódios dos quais sejam contados em sua especificidade. Os detalhes das falas apresentam a realidade perpassada nas comunidades local, especialmente por não mais existir a escola rural local. Para detalhar a realidade das comunidades rurais, o procedimento de coleta de dados por entrevistas episódicas fundamentaram em garantir, pela narrativa dos entrevistados, fatos e dados ligados às circunstâncias (tempo, espaço, pessoas, acontecimentos, sentimentos, situações diversas, entre outras) sobre o processo de nucleação da escola local. De tal modo, procurou-se, por meio dessa técnica, informações e fatos que levassem a validar as experiências vividas com as pessoas das comunidades rurais selecionadas.

Para as entrevistas foi elaborado um questionário-roteiro com intenção de reunir ideias sobre o processo de nucleação as escolas. Ele foi organizado e dividido em 6 blocos: no primeiro, questões e dados coletados sobre a história de vida do entrevistado; no segundo, a história da escola; no terceiro, a participação e a nucleação da escola local. Para o quarto bloco, fatores de mudanças na comunidade que agora estão sem a escola local; no quinto, dados sobre o destino do patrimônio da escola e, no sexto, conhecimentos sobre as políticas educacionais de nucleação das escolas rurais.

Por fim, uma questão aberta: Como o senhor(a) percebe ou descreveria o desenvolvimento da comunidade sem a escola local rural?).

Para fundamentar a ideia de desenvolvimento comunitário a partir dos conceitos que são apresentados no livro, destaco, de momento, Carmo (1999), ao pontuar que a palavra *desenvolver* é formada por des+envolver: o prefixo des, de origem latina (*dis*), que significa, entre outras coisas, cessação de algum estado [ex.: desengano]; forma adjetivos em que se nega a qualidade primitiva (ex, descortês, desumano, desconexo, desleal). Nos verbos, denota, entre outros significados, uma cessação da situação primitiva (ex.: desempatar, desoprimir, desmamar, desenganar, desimpedir. A palavra *envolver* significa, entre outras coisas, enredar (ex.: envolveu-o na conspiração). Ou seja, um estado de complexidade. *Desenvolvimento*, contudo, pode ser entendido na aplicação e na forma de acabar com esse estado de desengano, desimpedir, desconexo, etc, e iniciar um novo momento de uma nova situação de forma sustentável. Posto que para a palavra comunidade com origem no latim *communitas*, “comunidade, companheirismo”, de *communis*, “comum”, geral, compartilhado por muitos. Desenvolver uma comunidade passa ser um trabalho de articulação que envolva, sobretudo, mudanças sociais de forma integradora voltadas para construir uma cidadania com consciência na participação da população em decisões que darão rumos ao desenvolvimento da coletividade. O conceito permite definir diferentes tipos sociais: pessoas que fazem parte de uma população, de uma região ou nação; das nações unidas por acordos políticos e econômicos, de grupos ideologicamente configurados, entre tantos outros interesses e necessidades, formar a ideia de comunidade, de viver em comunidade, na coletividade e voltados ao desenvolvimento e a sustentabilidade social. O desenvolvimento comunitário é essencialmente coletivo e não de vida privada, individualizada; certamente, é um dever de permanecer alinhado à vida comunitária. Esse alinhamento perpassa pela busca do bem-estar comum e felicidade para todos da comunidade local, onde são organizadas suas atividades. Vida comunitária – com existência e convívio diário, de ações coletivas e resultados planejados – pode, sim, garantir melhorias na vida social, do local e do global, em virtude do bem comum, e de forma sustentável.

A ciência do desenvolvimento comunitário de relevância para as mais distintas pesquisas interdisciplinares. Ao partir dessa premissa, esta obra foi elaborada com o objetivo de promover reflexões sobre teorias e práticas interdisciplinares sobre o assunto desenvolvimento comunitário e o tema nucleação de escolas rurais.

O livro foi organizado em 4 capítulos: Concepções e Abordagens acerca de comunidade e desenvolvimento comunitário; Concepções e definições sobre as políticas públicas educacionais rurais no Brasil; Breve passagem pela história da nucleação das escolas rurais no Brasil; e Estudo de caso – contexto da nucleação em escolas rurais no município de Canoinhas - SC.

No primeiro capítulo apresenta-se o processo da nucleação das escolas rurais. Na escola, local de vivência do cidadão, ocorrem suas relações sociais, humanitárias e de conquistas, pois o destino do presente e do futuro, sobretudo, o ponto de transformação da vida desse cidadão, idealiza-se nela. Entender a evolução do conceito de comunidade e desenvolvimento, a vida e convívio, caracterizado, nesse instante de vida, tanto nas dimensões ambiental, econômica, comunitária, profissional, cultural, entre outras. São fatores definidos, sobretudo, na história da cidade e da vida comunitária, o local de sua existência que definirá sua sobrevivência e felicidade, de ser um ser humano em desenvolvimento na comunidade local. Pois é ali aonde se encontram a realidade da vida comunitária.

O segundo capítulo discute conceitos a propósito das políticas públicas e políticas educacionais no Brasil, tendo como base definições congruentes ao processo de nucleação das escolas rurais. Também busca ligar-se o desenvolvimento comunitário, ao conjunto de ações do governo em forma de lei e aos impactos diretos, em toda a sociedade organizada.

O terceiro capítulo aborda conceitos a propósito a história do processo de nucleação em escolas rurais no Brasil. Tem como base as descrições e definições legais (leis, decretos e normas) que formularam essa especificidade de educação e desenvolvimento comunitário no meio rural. Consoantes ao processo de nucleação, outros dados, segundo o Censo Escolar, apontam para fechamento de 25.863 escolas rurais no Brasil entre 2010 e 2021, processo que tem impacto na vida das pessoas que permanecem em torno dessas escolas.

No quarto capítulo são apresentados os resultados da pesquisa, após metodologia aplicada nas entrevistas episódicas. Os resultados se distinguem na aplicação e representação por meio de mudanças sociais no foco teórico e assunto específico, sobretudo, no processo de nucleação nas escolas rurais e mudanças no desenvolvimento da vida comunitária. Em síntese, surge um novo olhar nessas comunidades sobre o desenvolvimento comunitário, a partir da percepção de pessoas que vivenciaram o processo de nucleação com a extinção da escola rural local.

No campo da cultura, ao encerrar esta apresentação dos capítulos, a história das comunidades estudadas se modificou muito. A partir das ideias sobre o desenvolvimento comunitário, foi possível verificar as fragilidades dessas comunidades com o fechamento das escolas rurais, alterações no convívio e vivência, nos costumes, em participar nos cultos dominicais nas escolas, encontros em festas, reuniões familiares, grupos de jovens no lazer, entre tantas outras atividades.

É de bom grado apresentar, nesta obra, com estímulo para apreciações das ideias centrais desenvolvidas sobre o desenvolvimento comunitário e a extinção das escolas rurais. Quem vivenciou o processo de nucleação de escolas rurais sente a falta de atividades na comunidade local, realizadas na escolinha, que era o centro de referência. Os resultados apresentados neste livro se fundamentam na história das comunidades locais. Certamente não se negam os ganhos pedagógicos, estruturais e econômicos com o processo de nucleação das escolas rurais: mas sim alterações na vida comunitária local. Infelizmente, ainda há inquietações sobre a história dessa construção social, sobre ganhos e perdas, influências determinadas pelo processo de nucleação das escolas rurais e o desenvolvimento comunitário. Com isso, nessas comunidades ocorrem novas estruturas de organização motivadas pelo processo de nucleação com fechamento ou extinção das escolas rurais.

Boa leitura.

Professor Dr. Reinaldo Knorek

CAPÍTULO I

Concepções e abordagens acerca de comunidade e desenvolvimento comunitário

Este capítulo discute evolução dos conceitos de comunidade e seu desenvolvimento no escopo das ciências interdisciplinares, tendo como base, em traços gerais, averiguação, instrumentalização e análise dos impactos comunitários resultantes do processo de nucleação de escolas rurais na ótica do desenvolvimento comunitário.

“A educação é um processo social, é desenvolvimento. Não é a preparação para a vida, é a própria vida.”

John Dewey

Concepções e abordagens acerca de comunidade e desenvolvimento comunitário

Entre tantas referências e falas, Aristóteles observava que “Todos os homens, por natureza, desejam conhecer. O motivo disto é que, entre todos os sentidos, a visão que põe em evidência e nos leva a conhecer maior número de diferenças entre as coisas” (Aristóteles, 1969, p. 36). Essa frase do capítulo I do livro *Metafísica* nos leva a analogias em compreender e perceber as diferenças entre o crescimento e o desenvolvimento comunitário. Ambos os termos estão intensamente ligados a um processo não linear, ou seja, uma ordem estabelecida sobre muitos direitos fundamentais

para os homens que vivem em sociedades organizadas - como, por exemplo uma pequena comunidade rural. Certamente, em comunidades rurais, as evidências observadas e capturadas apontam para distintos pontos de vistas sobre fatos que ocorreram entre a história da construção de uma escola, na comunidade rural, até seu banimento.

Esse processo de nucleação de escolas rurais pode ter contribuído para alterar profundamente a vida comunitária, tanto no meio rural como no urbano. A palavra *processo* tem origem do latim *procedere*, que significa ordem; é um método, sistema, maneira de agir ou conjunto de medidas tomadas para atingir algum objetivo com eficiência, eficácia e efetividade. Assim, na etimologia, é uma palavra relacionada ao percurso e significa “avançar” ou “caminhar para frente”. Se o processo for planejado e bem configurado pode garantir ou levar ao desenvolvimento e crescimento das apontadas formas de organização comunitária. Se mal operacionalizado pode levar à eliminação ou destruição irreversível, em qualquer forma organizacional, de uma comunidade. Para um processo ser sustentável, desde a aplicação, execução até os resultados a serem alcançados, precisa de muitas discussões e planejamento, voltados as suas implicações para o crescimento e para o desenvolvimento comunitário.

Nesse sentido, para o desenvolvimento comunitário ser sustentável, necessário considerar,, assim como Aristóteles, que a vida na *pólis*, que é uma comunidade organizada na busca da felicidade, depende de uma vida social. Nesse sentido, a cidade é uma espécie de comunidade organizada e se molda conforme vão acontecendo relações e ações sociais. Logo, toda cidade e comunidade se formam com vistas a algum bem, uma vez que todas as ações, de todos os homens, são praticadas com vistas ao que lhes parece ser um bem comum: aponta-se, assim, que ser feliz é o bem voltado ao desenvolvimento comunitário.

No século IV a.C, Aristóteles construía sua teoria política com a ideia de que o homem é, por natureza, um animal político, sendo a sua aglomeração em cidades uma etapa de evolução. A vida social seria necessária para que os indivíduos atingissem a felicidade e na cidade, a *pólis* (termo usado como sinônimo de Cidade-Estado) representaria o único meio para o desenvolvimento comunitário e social

Na vida em comum, como pronuncia o poeta indiano Rabindranath Tagore, vencedor do Prêmio Nobel de Literatura em 1913, “É muito simples ser feliz, mas é muito difícil ser simples”. Esse bem existindo como um fim último que os gregos classificavam como *eudaimonia*, para a filosofia grega, significa alcançar as melhores condições possíveis para um ser humano, em todos os seus sentidos e não apenas a felicidade, mas também a virtude, a moralidade e uma vida significativa de bem-estar que deve acontecer na convivência da vida comunitária.

Assim, Aristóteles argumentou que era possível a *eudaimonia* com muito trabalho, busca de conhecer e cultivando as próprias virtudes: destacando-se em quaisquer tarefas que a natureza e as circunstâncias levam até o indivíduo que faz um caminho sem volta para o bem da comunidade. No entanto, ele também escreveu que viver no lugar certo e equilibrar atividades com sabedoria são essenciais para alcançar a felicidade como perfeição e ética. Ela, a felicidade, não poderia ser somente um momento ou estado de individualidade, mas um estilo de vida em comunidade. A felicidade, mesmo estando no indivíduo, precisa ter reciprocidade na vida coletiva, na comunidade onde se vive.

Em Aristóteles, somente na *polis* há vida política, uma vez que o homem somente aí se realizaria como tal, alcançando o fim para o qual nasceu: ser feliz. Assim, Aristóteles, em *Política*, argumenta que a cidade é uma espécie de comunidade:

Vemos que toda cidade é uma espécie de comunidade, e toda comunidade se forma com vistas a algum bem, pois todas as ações de todos os homens são praticadas com vistas ao que lhes parece um bem; se todas as comunidades visam algum bem, é evidente que a mais importante de todas elas e que inclui todas as outras tem mais que todas este objetivo e visa ao mais importante de todos os bens; ela se chama cidade e é a comunidade política (Aristóteles, Livro I, p. 14).

O filósofo observava que a sociedade é constituída por diversos e pequenos povoados que, quando aglomerados, formam uma cidade completa, a qual, após atingir o ponto de autossuficiência, abastece-se por si

mesma. Percebe-se que quando atingidos os objetivos comuns, o fim a que se propôs a cidade é viver feliz como comunidade. Nascida, principalmente da necessidade de viver em comum, em comunidade e, logo, seja numa aldeia, num lugarejo, numa grande cidade, subsiste para uma vida feliz, na complementariedade, de ser comum em comunidade de forma sustentável. Eis por que toda cidade se integra na natureza, pois é a própria natureza que formou as primeiras sociedades (cidades) para viver e se aperfeiçoar por meio de suas necessidades e ações de comunidades organizadas.

Toda cidade, portanto, existe naturalmente, da mesma forma que as primeiras comunidades; aquela é o estágio final destas, pois a natureza das coisas é seu estágio final, porquanto o que cada coisa é quando o seu crescimento se completa nós chamamos de natureza de cada coisa, quer falemos de um homem, de um cavalo, ou de uma família (Aristóteles, 1997, p. 15).

Fica clara a ideia do filósofo que a cidade é uma criação natural, e que o homem é, por natureza, um animal social por muito que o homem seja um ser social porque é um animal que precisa dos outros membros da mesma espécie para viver em comunidade.

Platão e Aristóteles, em uma conexão entre racionalidade e política, pontuam que quem não faz parte de uma comunidade ou não precisa dela não é parte de uma cidade. Aristóteles afirma que o homem não pode deixar de viver em comunidade, ou seja, ninguém é autossuficiente; dependemos uns dos outros e das atividades dos outros, todos os dias pois, por natureza, precisamos viver em comunidade e de forma organizada. Essa ideia se estende tanto a comunidades rurais como urbanas e convém lembrar, também precisam ser organizadas em todos os sentidos. A felicidade, para que não seja passageira, não poderia ser somente buscada nos prazeres sensíveis, na honra, ou nas riquezas de forma individual, mas sim na comunidade, onde construímos nosso dia a dia. A felicidade não poderia ser algo metafísico – transcendental e sim uma ação genuinamente humana e natural, de viver em comunidade como a sua natureza busca se organizar na complexidade da coletividade. Desse modo, o bem próprio

do homem é a atividade da alma, segundo sua virtude em necessitar o esforço dos outros e com os outros para essa coletividade: é o mundo social organizado do rural e do urbano.

A virtude mais importante para o ser humano é a justiça, pois, por meio dela, damos a cada um aquilo que lhe é de direito na vida comunitária. Na cidade, ela é de valor fundamental em atestar a necessidade de ter respeito e direitos humanos básicos: certamente um deles é a garantia de se transformar, como por exemplo pela educação para todos, como forma de desenvolver-se em comunidade. Percebe-se, de modo sistemático, que a causa material da *polis* que eram as habitações e os indivíduos que nela existissem e convivessem. Nesse sentido é que Aristóteles afirmou que o homem é “pior quando vive isolado, sem leis e sem justiça”, ou seja, quando se nega à convivência no ambiente comunitário de vida social, torna-se o pior ser. Por menor que seja uma comunidade, ninguém consegue viver e ser feliz sem a interação, convívio, trocas de experiências em comum, ou seja em comunidade local para ser feliz.

O desenvolvimento comunitário é essencialmente coletivo e não de vida privada, individualizada; é um dever permanecer alinhado à vida comunitária. Esse alinhamento perpassa a busca do bem-estar comum e felicidade para todos os habitantes da comunidade local, regional global, enfim, onde se organizam suas atividades e funções. Vida comunitária com existência e convívio diário, das ações coletivas e dos resultados planejados, podem sim, garantir melhorias nessa vida social. Alinhados na comunidade política e na vida de ser cidadão do mundo, não obstante, defender o local escolhido para viver, mesmo que de modo simples, mas, sobretudo, ter consciência e considerar que o desenvolvimento pertence ao bem comum, do dever e da abrangência de justiça social, de realização para todos: isso se consegue com uma intensa busca de felicidade na vida comunitária.

Nas pesquisas sobre cidades, Lewis Mumford (1982), na obra *A cidade na história*, afirma que “ cidade na história, mais do que uma história das formas e funções da cidade através dos tempos, é um retrato arrojado e imaginativo do desenvolvimento do homem como um ser religiosos, político, econômico, cultural e sexual”. Além disso, o autor fala que é uma história cativante do passado e do presente turbulento; também é uma profecia

para o futuro – da cidade e da civilização humana, ameaçada, como está, de destruição maciça, tanto interna como externamente, é o local de todos na vida social e organizada como cidade. Mumford, maior autoridade no estudo da cultura urbana, vislumbra a esperança para além do perigo, pois novas forças criativas e novas instituições poderão transformar a forma e a função da cidade e, assim, transformar, sobretudo, o homem para viver e conviver, nessa grande manifestação natural de ser comunidade na cidade.

A amplitude de ser pessoa na comunidade, na magnitude se pode ser religioso, político, econômico, cultural e sexual, faz da vida em comunidade a essência de ser humano, que deixa marcas de sua história, no lugar, na região, no território, aonde por várias circunstâncias busca viver. Essas marcas são profundas na sua existência humana e também em pessoas que interagem com entre elas, convivem, defendem sua comunidade local, como o maior bem que possui no mundo na realidade comunitária. Defender a comunidade é a prova da aceitação e da busca por um mundo melhor, de entregas e sentido de vida em comum.

Possivelmente, crer que a força de mudanças está no homem que vive em comunidade, em cada dia o transforma, tanto no meio rural, como no urbano, um ser complexo na existência, mas que, precisamente, deve passar pelas experiências da escola para adquirir uma educação formal.

É na escola que as coisas se fundamentam para o bem comum em garantir o desenvolvimento comunitário local. Na escola, local do início de vivência do cidadão ocorrem suas relações individuais e coletivas, as primeiras socializações fora da família. Essas relações sociais fundamentam o destino do presente e do futuro, sobretudo, o ponto de transformação da vida social desse cidadão. Ou seja, idealizam-se na escola local as estruturas sociais de cada pessoa humana. Jamais essa pessoa se desenvolverá de forma isolada. Nesse instante da vida é que serão construídas suas dimensões ao ser cidadão no ponto de vista ambiental, econômico, comunitário, profissional e cultural. Assim, definirão a história de vida da pessoa na cidade e na vida comunitária. Do local de sua existência que o define para a sobrevivência e na busca da felicidade, do indivíduo ao coletivo, uma pessoa humana em constante desenvolvimento, do encontro do outro, na possibilidade de ser feliz, de fazer e se sentir integrado na vida comunitária.

Dussel (1987) diz que devemos observar o que lemos diariamente em todas as mídias sociais, notícias sobre reuniões, encontros, grandes manifestações, encontros “face a face”, das mais diferentes pessoas, grupos, classes e comunidades para entendermos o desenvolvimento comunitário. Esse tipo de manifestação social de encontros pessoais, que é o fator mais universal, percebido das relações humanas na comunidade local, faz acontecer as mudanças globais. O autor destaca que, desde as primeiras reuniões de comunidades cristãs, já ocorria na *Práxis* e na essência da vida cristã, chamadas de comunidade. O estar junto dos outros, face a face, consolida-se na existência da comunidade. Assim, destaca as primeiras comunidades cristãs, narradas nos textos sagrados:

Frequentavam com assiduidade a doutrina dos apóstolos as reuniões em comum (koinonia), o partir o pão e, as orações. De todos apoderou-se o medo à vista dos muitos prodígios e sinais, que faziam os apóstolos. E todos os que tinham fé viviam unidos, tendo todos os bens em comum (koiná). Vendiam as propriedades e os bens e dividiam com todos, segundo a necessidade de cada um. Todos os dias se reuniam unânimes no templo. Partiam o pão nas casas e comiam com alegria e simplicidade de coração, louvando a Deus entre a simpatia de todo povo (laós) (*Práxis dos Apóstolos*) (Dussel, 1987, p. 17).

Na atualidade, há um sentido utópico (não existem em lugar algum) na vida cotidiana das *práxis*, que significa muitas coisas, entretanto, no sentido prático quer significar que o ato humano de se dirigir para outra pessoa humana é uma ação de sentir-se completo como pertencente à comunidade. O ato em direção das relações entre uma pessoa para pessoa, ou seja, “todos os que tinham fé viviam unidos”, todos com mesmos ideais e buscas, canalizam suas forças para realizar obras e feitos na vida comunitária: a comunidade é o sujeito real e o motor da história, nela estamos em casa, em segurança e em vida comum.

Novamente Dussel (1987, p. 94 - 95) destaca as relações comunitárias, ao citar a ideia do sapateiro e do padeiro: ambos vivem em comunidade, como a utopia da comunidade em Jerusalém, que trocam seus produtos, os sapatos pelo pão, estabelecem uma relação comunitária ética. Denomina-

mos, assim, relações comunitárias entre produtores ou entre os membros de um processo de produção, o fato de duas ou mais pessoas se relacionarem praticamente na justiça, na igualdade, sem dominação, como associação de homens livres os faz membros de uma comunidade desenvolvida.

Assim sendo, o produto do seu trabalho comunitário é de todos, como possivelmente aconteceu em comunidade antigas, descritas na bíblia, sobre o início das comunidades cristã. Seria utopia afirmar que neste período uma comunidade se organizava com normas, leis, e regra, ou até mesmo educação de qualidade, logo, suas relações, como cristão, fundamentava na promoção do bem comum comunitário.

Se prosseguimos e lemos em jornais, escutamos em rádios e assistimos em canais de televisões na atualidade, em mídias sociais, surgem notícias sobre reuniões, com grandes manifestações e protestos, entre tantas outras aglomerações. Afirma-se que são ou podem ser encontros “face a face” das mais diversas pessoas, grupos, classes, raças, orientações. Possivelmente, ali se formam comunidades. A finalidade e sentido estrito desse ato humano, de direção a outra pessoa, formar laços de relações de pessoa para pessoa – de modo simplista - ser comunidade unida para algum tipo de propósito. Formar comunidade, certo ou errado, como na atualidade ocorreu no Brasil, no espaço público, algo motivado em mídias sociais como a formação¹ de uma turba no campo do real ou virtual, formam-se, sobretudo, a todo instante as comunidades virtuais, reais e locais.

Quando retornamos às ideias do mundo grego, muitos filósofos defendiam que as coisas aconteciam na *Ágora*, na praça de contorno analógica, semelhante ao ser na forma de pensar essas comunidades, de circunvizinhança histórica e de relações em busca de soluções para o convívio social. Na atualidade, tomando as redes sociais como sociedades organizadas, ainda mesmo que virtuais, essas comunidades se colocariam, assim, em posições semelhantes à da *Ágora*.

¹ Destaca-se o que ocorreu no dia 8 de janeiro de 2023, em Brasília, um ato sem justificativas, mas criminoso, organizado em comunidades pelas redes sociais para atacarem a nossa democracia, ainda não está a salvo, porque ainda não entendemos e não sabemos quem financiou, quem planejou, quem incitou a invasão nos prédios dos Três Poderes, destruindo o Patrimônio Nacional. Só estará superado esse episódio tão dramático e tão sério no dia em que essas pessoas estiverem condenadas, presas e pagarem por esse crime, orquestrado em comunidades organizadas pelas redes sociais. Uma mensagem da embaixada dos Estados Unidos, lida por uma representante do corpo diplomático, comparou o 8 de janeiro brasileiro com a invasão ao Capitólio em Washington, em 2021. Fonte: Agência Senado Acesso março 2023.

As discussões na *Ágora*, no local onde se assegurava um dos pilares fundamentais da filosofia política republicana, asseguravam a isonomia, que é a igualdade no poder de comunicar. Logo, a isonomia que é o direito de cada cidadão de poder falar e ser ouvido se materializava ali. Era uma “praça” em que os indivíduos se reuniam, por espontânea vontade, para discutir temas, tomar decisões, exercer o papel de construir a sociedade clássica: uma comunidade sustentável. Entender que comunidade é, também, na atualidade, os grupos nas redes sociais e participar deles é a chave para entender a formação da sociedade em si, organizada para o bem ou mal da coletividade. Seguir uma comunidade virtual, em redes sociais, e observar somente um escrito, apenas por um indivíduo, permeado de subjetividades e ações individuais, mas que ao transformar essa discussão de maneira coletiva. Ao sair de preconceitos, agressões e ignorâncias para coisas do bem coletivo da comunidade é sobremaneira, vivenciar as discussões da *Ágora* contemporânea. Isso ajudaria na sua essência de comunidade, de discussões nas buscas de felicidade coletiva e de desenvolvimento comunitário, de organização social democrática, tendo como ideal as ideias sustentáveis para a vida humana.

A comunidade é o sujeito real e o motor da história; nela estamos em casa, em segurança, em comum, como homens livres em busca da felicidade anunciada pelos filósofos da vida social. Na formação de uma comunidade na qual a individualidade e a coletividade se realizam e se completam entre os membros que nela convivem, naquele instante de ser comum, faz, certamente, laços de ligações e comprometimentos, na busca de seus objetivos, de vida feliz e de justiça social, sobretudo, na garantia de sobrevivência coletiva.

A comunidade, sendo fundamental para a sobrevivência da humanidade, da pessoa humana, em conformidade, como foi o relato de uma estudante² que ao perguntar para uma antropóloga, a Margaret Mead, que descreveu como considerava o primeiro sinal de civilização, em uma cultura, que se construiu durante séculos.

A estudante esperava que a antropóloga falasse de anzóis, bacias de barro ou pedras para amolar. Porém, Mead disse que o primeiro sinal de

² Disponível: https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=pfbid02SyDL721Z6rf6isoyNYF7EMF5qnPvY5xD5ncDoccMRNfySjov4QNgLma1JXhUp4pxl&id=112040304628392. Acesso em 29 de julho de 2022.

civilização, numa cultura antiga, foi a prova de uma pessoa com um fêmur quebrado e curado. Mead explicou que no resto do reino animal, se você quebrar a perna, morre. Você não pode fugir do perigo, ir para o rio beber água ou caçar para se alimentar. Você se torna carne fresca para predadores. Nenhum animal sobrevive a uma perna quebrada o suficiente para que o osso cure. Um fêmur quebrado que se curou é a prova de que alguém tirou tempo para ficar com quem caiu, curou a lesão, colocou a pessoa em segurança e cuidou dela até que tenha se recuperado. “Ajudar alguém a passar pela dificuldade é o ponto de partida da civilização”, explicou Mead. A civilização é uma ajuda comunitária, pois segundo a Global Humanitarian Assistance³ (2017) a ajuda humanitária é um conjunto de ações que tem como objetivo garantir a defesa de direitos humanos básicos para grupos em que eles estão ameaçados. Desastres naturais, guerras, conflitos ou crises econômicas constituem ameaças ao direito à vida, aos direitos fundamentais do ser humano e às liberdades individuais. É o auxílio prestado por estados, organizações não governamentais, organizações multinacionais, como a Organização das Nações Unidas e demais atores que disponibiliza recursos materiais, como distribuição de alimentos, e imateriais, como auxílio jurídico, para populações necessitadas.

De acordo com a Global Humanitarian Assistance a ajuda humanitária “se destina a salvar vidas, aliviar o sofrimento, e manter a dignidade humana durante e após uma crise provocada pelo homem ou um desastre natural, bem como prevenir os despreparados para evitar que essas situações aconteçam” (Global Humanitarian Assistance, 2017). O desenvolvimento comunitário perpassa pela ajuda ao próximo, na comunidade e no lugar de encontro, do acontecer entre a pessoa humana com o seu próximo, tudo isso no seu meio ambiente pensado e construído para o crescimento e desenvolvimento.

O crescimento e o desenvolvimento comunitário apresentam na sua base de atribuições e direitos, como por exemplo, a alfabetização, que envolve o acesso ao trabalho, habitação, salário justo, transporte, bens de consumo, o lazer, cultura e direito a vida e a saúde com a proteção da população pelo Estado.

³ Disponível em: <http://www.globalhumanitarianassistance.org/data-guides/defining-humanitarian-aid/>. Acesso em 29 julho de 2022.

Entre tantas atribuições para compreender o desenvolvimento comunitário, abre-se aqui um parêntesis para citar dados apresentados período da pandemia, com o Covid-19⁴ que o mundo enfrentou desde 2019. Observa-se dados deste período da pandemia em que se registrou, em fevereiro de 2023, no Brasil mais de 697.439 mortes em 36.878.774 casos confirmados. Esses dados confirmados pelas agências de saúde no país, leva-nos a entender que precisamos sim de políticas públicas, planejadas e integradoras desde os menores lugares, como os maiores em algum outro lugar do planeta: são diretos de vida e saúde para que todos os seres humanos que vivem em comunidade possam ter o direito à vida, à saúde individual e coletiva.

Desenvolvimento pode ser desdobrado nos seguintes conceitos: desenvolvimento comunitário, regional, territorial, humano, econômico, social, ambiental, tecnológico, cultural, psicológico, rural, urbano, geográfico, endógeno, exógeno, local, industrial, nacional, municipal, educacional, entre tantos outros. Esse desdobramento pode auxiliar, certamente, e corroborar na compreensão e aplicação conceitual, em diversas áreas para contextualizar as ciências de âmbito multidisciplinar, como é o caso do desenvolvimento comunitário. Esse desdobramento pode levar ao entendimento, tanto para o conceito de desenvolvimento como seus adjetivos de contorno interdisciplinar, são entendidas como uma condição fundamental para as pesquisas na sociedade contemporânea.

Para serem compreendidos somente podem alcançar o ápice da sustentabilidade, quando, no mínimo conquistarmos e colocarmos em prática o conjunto dos 17 objetivos traçados pela ONU, para garantir a sustentabilidade de uma comunidade. Se colocados em prática, a possibilidade de sustentabilidade no crescimento e desenvolvimento podem correr.

Os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável)⁵ também conhecidos como “Agenda 2030”, foram implantados em 2015 após a organização propor novas metas para atingir um desenvolvimento sustentável para os próximos 15 anos. Destacam-se: 1. Erradicação da pobreza - Aca-

⁴ COVID - 19 é o nome, atribuído pela Organização Mundial da Saúde, à doença provocada pelo novo corona vírus SARS – COVID - 2, que pode causar infecção respiratória grave como a pneumonia. Este vírus foi identificado pela primeira vez em humanos, no final de 2019, na cidade chinesa de Wuhan, província de Hubei, tendo sido confirmados casos em outros países.

⁵ Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/>. Acesso em 03 julho de 2022.

bar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares; 2. Fome zero e agricultura sustentável - Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável; 3. Saúde e bem-estar - Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades; 4. Educação de qualidade - Assegurar a educação inclusiva, e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos; 5. Igualdade de gênero - Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas; 6. Água limpa e saneamento - Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos. 7. Energia limpa e acessível - Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos. 8. Trabalho de decente e crescimento econômico - Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos. 9. Inovação infraestrutura - Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação; 10. Redução das desigualdades - Reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles; 11. Cidades e comunidades sustentáveis - Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis; 12. Consumo e produção responsáveis - Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis; 13. Ação contra a mudança global do clima - Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos; 14. Vida na água - Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares, e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável; 15. Vida terrestre - Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da Terra e deter a perda da biodiversidade; 16. Paz, justiça e instituições eficazes - Promover sociedades pacíficas e inclusivas par ao desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis, e 17. Parcerias e meios de implementação - Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Esses objetivos se fundamentam na coletividade das comunidades mundiais. De certa forma, o ODS 1⁶, sobre Cidades e Comunidades Sustentáveis, está fundamentado nos seguintes dados: mais de metade da população mundial agora vive em áreas urbanas. Em 2050, esse número aumentará para 6,5 bilhões de pessoas (dois terços de toda a humanidade). O rápido crescimento das cidades junto com o aumento da migração rural para a urbana levou a um boom nas megacidades. Em 1990, havia dez megacidades com 10 milhões de habitantes ou mais. Em 2014, existem 28 megacidades, lar de um total de 453 milhões de pessoas. A pobreza extrema é muitas vezes concentrada em espaços urbanos e os governos nacionais e municipais lutam para acomodar o aumento da população nessas áreas.

O desenvolvimento sustentável, não pode ser alcançado, sem transformar significativamente a forma como construímos e gerenciamos nossos espaços urbanos e rurais. Tornar as cidades seguras e sustentáveis significa assegurar o acesso a habitações seguras e a custo razoável e melhorar os assentamentos de favelas. Também envolve investimentos em transportes públicos, criação de espaços públicos verdes e melhoria do planejamento e gestão urbana de forma participativa e inclusiva.

Desenvolvimento é um conceito multifacetado. O dicionário Houaiss eletrônico define como uma ação ou efeito de desenvolver(se); desenvolvimento, aumento, capacidade das possibilidades de algo como o crescimento, progresso e adiantamento no comércio, da economia, das ciências. Esse crescimento, na rubrica da economia, seria o crescimento econômico, social e político de um país, região, comunidade, etc. Ainda mais, o aumento de qualidade física de uma planta, corpo ou organismo. Acrescenta-se o aumento de qualidades morais, psicológicas, intelectuais. Na rubrica da religião, regionalismo seria o aprendizado que visa ao aprimoramento da capacidade mediúnica, exposição lógica, escrita oral, elaboração, como por exemplo, de um pensamento, de uma ideia em um texto, parte da introdução e conclusão. Na rubrica da ecologia a sucessão, na geometria, a extensão da superfície de um corpo sólido sobre um plano, na matemática efetuação dos cálculos de uma equação algébrica, de uma função em

⁶ Disponível em: <https://www.estrategiaods.org.br/os-ods/ods11/>. Acesso em 23 maio de 2022.

série na música parte da forma sonata e da fuga em um tema inicial que é executado com modificações e com mais detalhes de crescimento, estes tantos como a topografia que a extensão exata e efetiva de uma estrada. Desenvolvimento é um processo de mudanças pelos quais as necessidades humanas, de uma sociedade ou comunidade organizada, se utilizam para satisfazerem, por meio das direções do sistema produtivo e das e inovações tecnológicas, culturais e econômicas, na adoção de um caminho a seguir e desenvolver-se: de forma sustentável.

Uma sociedade ou comunidade pode ser desenvolvida quando melhor atender às necessidades básicas das pessoas tanto extensiva como intensivamente, ou seja, nas dimensões do meu eu, do cosmos, do transcendente e das relações com o próximo que fazem a harmonia e a ordem nas mais diversas maneiras do crescimento e desenvolvimento.

Sabe-se que existem comunidades desenvolvidas, em desenvolvimento e subdesenvolvidas. As primeiras têm meios de atender às necessidades das pessoas em suas dimensões. As segundas, conseguem atender às necessidades primárias, mas não às necessidades mais elevadas. Por fim, comunidades subdesenvolvidas não têm condições de atender às condições primárias, vitais às pessoas que fazem parte da mesma e dependem de ajuda de outras para sobreviver. Trata-se de uma classificação simples, uma vez que, com efeito, essas necessidades são sempre crescentes e se diversificam. Além disso, desenvolvimento é um ato ou um artifício de desenvolver-se, um adiantamento, um crescimento, ou um estágio econômico, social, político, cultural, ambiental, educacional, entre tantos outros.

Em várias discussões científicas e do senso comum, as ideias do que é o desenvolvimento levam ao entendimento de ser um processo dinâmico, no qual se avança do “estar estagnado ou paralisado” para “o estar em evolução em movimento”. Logo, avançar por meio de atos ou fatos, já vivenciados para não regredir, mas sim avançar de forma sustentável, para toda comunidade. Desenvolvimento sempre irá promover mudanças em vários níveis: desde os educacionais, econômicos, sociais, ambientais, estruturais, culturais, enfim, promover melhorias na qualidade de vida das pessoas que vivem no seu lugar de origem ou de escolha

O desenvolvimento não se configura ou se estabelece de forma linear; é multidimensional, em que uma comunidade, por menor que seja, necessita integrar todos, ao menos nas dimensões do tripé: sociocultural, econômico e ambiental.

Carmo (1999, p. 65) ao definir conceitos-base sobre a temática do que é desenvolvimento comunitário, pontua quatro pontos de referência: **1) Desenvolvimento, 2) Comunidade, 3) Organização comunitária, 4) Serviço social de comunidades.**

O primeiro ponto – **DESENVOLVIMENTO** -, parte da ideia de problema social. Um seria a situação que afeta um número significativo de pessoas e, é julgado por estas ou por um número significativo de outras, como uma fonte de dificuldades ou infelicidades e considerada susceptível de melhoria. O outro seria a situação incompatível com os valores de um significativo número de pessoas das quais concordam ser necessária uma ação transformadora. O autor observa que essas noções apresentam dois aspectos importantes: o fato de ser uma situação que afeta um número significativo de pessoas, o que leva à perspectiva da questão no nível *macro*. Cita o exemplo de uma criança que morre ao nascer; a mesma não constitui em si um problema social, uma vez que afeta um número reduzido de pessoas. Acrescenta que se considerarmos como fazendo parte de um conjunto de crianças que morreram à nascença num dado território e, se esse número for significativo, traduzido numa elevada taxa de mortalidade infantil, então contém o primeiro elemento da definição de um problema social. Essa situação demonstra, por parte do poder público, a falta de planejamento e estruturas, na aplicação de políticas públicas de saúde, voltadas ao bem-estar das comunidades. Assim, no caso da saúde infantil, discutir o desenvolvimento comunitário se faz, se constrói, por meio de políticas públicas ininterruptamente pensando a coletividade. Tranquilamente, o desenvolvimento comunitário e mundial, paralisado e motivado por pandemias, mortalidade infantil e tantas outras situações, traz em seu processo de construção os problemas nas diversas áreas como social, econômica, ambiental, entre tantas outras.

Carmo (1999, p. 68) segue observando que o desenvolvimento comunitário, o seu segundo elemento definidor (**COMUNIDADE** - refere a

um julgamento de que aquela situação como uma fonte de dificuldade ou de infelicidade é susceptível de melhoria. Para que uma dada situação seja considerada problema social é necessário, pois, a existência de consciência de que a situação traz dificuldades ou infelicidades, sendo perceptíveis as melhoras da situação na comunidade em análise.

De tal modo, o desenvolvimento comunitário perpassa pelo esforço de melhorar as condições de vida das pessoas que vivem em um determinado local ou comunidade, pois a comunidade é o espaço geográfico e cultural delimitado e habitado por pessoas que buscam sobreviver neste local de forma sustentável. Desenvolver a comunidade é procurar algo equilibrado, que integre a comunidade com respeito e que leve ao máximo seus valores próprios para produzir o bem-estar e sobrevivência de todos da comunidade de forma sustentável.

Para Carmo (1999), o conceito de desenvolvimento aproxima-se de uma terminologia ao citar o dicionário etimológico da língua Portuguesa de José Pedro Machado:

A palavra desenvolver é constituída por des+envolver: o prefixo des, de origem latina (dis), significa, entre outras coisas, cessação de algum estado ex.: desengano); forma adjectivos em que se nega a qualidade primitiva (ex, descortês, desumano, desconexo, desleal). Nos verbos denota entre outros significados uma cessação da situação primitiva (ex, desempatar, desoprimir, desmamar, desenganar, desimpedir. A palavra envolver, por seu turno, significa, entre outras coisas, enredar (ex, envolveu-o na conspiração) (Machado, p. 1977, *apud* Carmo 1999, p. 68).

O mesmo conclui ao citar um dos significados da palavra desenvolver poderia ser acabar com um estado de enredamento. O autor cita as definições de Lebret, principal dinamizador da escola francesa de Economia e Humanismo:

Série de passagens, para uma população determinada, de uma fase menos humana para uma fase mais humana, ao ritmo mais rápido possível, ao custo financeiro e humano menos elevado possível, tendo em conta a solidariedade entre todas as populações (Carmo , 1999, p. 69).

O segundo ponto, **COMUNIDADE**, está relacionado ao conceito de **DESENVOLVIMENTO** pois encontra diversos significados, principalmente no contexto que está inserida. Para Carmo (1999, p. 72-73):

Assim, é freqüente ouvirmos ou lermos o termo aplicado para designar pequenos agregados rurais (aldeias, freguesias) ou urbanos (quarteirões, bairros), mas também a grupos profissionais (ex: comunidade médica, comunidade científica), a organização (comunidade escolar), ou a sistemas mais complexos como países (comunidade nacional) regiões (comunidade europeia) ou mesmo o mundo visto como um todo (comunidade internacional e mundial).

Comunidade ou o estado do que se é comum, uma identidade ou um direito comum, que faz parte do corpo social. Pode ser qualquer grupo social, cujos membros habitam num mesmo território, numa região, num espaço e que estão irmanados pela mesma herança cultural e histórica. Assim, comunidade em razão dos aspectos geográficos, econômicos, sociais, ambientais e culturais: configuram o formato integrado com forte coesão baseada no consenso espontâneo dos indivíduos e membros formadores desses espaços ocupados: nomeados de comunidade ou o que é comum a todos os membros desse local supostamente definido.

Carmo(1999, p. 73) cita o conceito de comunidade, que foi discutido com detalhes pelas ciências sociais, no contexto da observação dos fenômenos da urbanização. Afirma que o sociólogo alemão Ferdinand Tönnies (1887), foi atribuído a primeira teorização do conceito por contradição ao de sociedade. Para esse autor “a comunidade é uma forma de vida antiga que se desenvolveu a partir da agregação de famílias num mesmo espaço, caracterizando-se por uma coesão social baseada em laços de sangue, de amizade, de costume e de fé”.

Sobre o terceiro ponto - **ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA**, Carmo (1999, p. 75) exprime a ideia de uma articulação de meios ou recursos. É nesse sentido que a empresa é uma organização, uma vez que é um sistema em que se encontram articulados de forma coerentes meios materiais (instalações, equipamentos, energia, verbas) e humanos (quadros dirigentes, técnicos, administrativos, operários e auxiliares) com vistas a atingir os

objetivos empresariais. Contudo, acrescenta-se que uma empresa é uma unidade econômico-social, integrada por elementos humanos, materiais e técnicos, que tem o objetivo de obter utilidades através da sua participação no mercado de bens e serviços. Outra classificação igualmente possível para se entender a ideia é de o conceito de empresas, de acordo com a sua constituição jurídica, existem empresas individuais (que pertencem a uma única pessoa) e societárias (constituídas por várias pessoas). Neste último grupo, as sociedades, por sua vez, podem ser anônimas, de responsabilidade limitada e de economia social (as chamadas cooperativas), entre outras. No individual ou coletivo a empresa está sempre ligada aos meios econômicos e ambientais do seu processo de produção e comercialização.

Sobre o quarto ponto, **O SERVIÇO SOCIAL DE COMUNIDADES**, Carmo (1999, p. 76) diz que é uma estratégia macrossocial, com objetivos de ajudar uma dada população ao tomar consciência das suas necessidades, assumir uma posição crítica sobre a sua realidade, e organizar dinamicamente os seus recursos para responder as suas necessidades.

Carmo(1999, p. 77) afirma que o termo **DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO** tem sido utilizado com diversos sentidos de acordo com o contexto histórico e social em que se inscreve. O mesmo, numa nota de rodapé, articula que para a antropologia o etnocentrismo é um preconceito que se caracteriza pela consideração da superioridade de uma dada cultura relativamente às ideias. Cita o documento de 1950 da ONU intitulado *Progresso Social através do desenvolvimento comunitário*, no qual, numa nota de rodapé, aparece o neologismo *cronocentrismo* designa o preconceito que considera um determinado tempo (Passado, Presente ou Futuro) superior aos outros.

Desse modo, os fundamentalismos *conservadores* baseiam-se numa posição cronocêntrica focada no Passado; os fundamentalismos *progressistas* num cronocentrismo focados no Futuro (os amanhãs que contam); os *modismos* num cronocentrismo fixados no Presente. Para que qualquer intervenção social alcance resultados com qualidade, precisa, de acordo com essa perspectiva integrar o ‘**Passado**’ dos protagonistas (experiência, conhecimentos prévios) com o seu ‘**Futuro**’ (sonhos, expectativas, planos, programas) e ‘**Presente**’ (análise objectiva das necessidades recursos).

Assim sendo, o autor cita que no relatório é definido como um processo tendente a criar condições de progresso econômico e social para toda comunidade, com a participação ativa da sua população e a partir da sua iniciativa. Logo, desenvolvimento comunitário é o processo de intervir no agora para garantir o futuro bem-estar de todos na comunidade local.

Quanto ao desenvolvimento Carmo (1999, p. 78) indica que o conceito apresenta quatro dimensões: 1) uma dimensão **doutrinária** pela implícita filosofia personalista que defende; 2) uma dimensão **teórica** pelos pré-requisitos de análise sociológica e econômica a que se obriga; 3) uma dimensão **metodológica** pelos propósitos de mudanças planejadas que defende; 4) e uma dimensão **prática** pelas consequências que a sua aplicação tem com o terreno, tanto pela implicação das comunidades no processo do seu próprio desenvolvimento como pela alteração das práticas profissionais a que obriga as ações e mudanças locais.

As raízes da ideia de desenvolvimento passaram por fases e adaptações ao longo das discussões sobre desenvolvimento comunitário. Foi por meio dos autores Ezequiel Ander-Egg (1962) e Mirian Baptista (1973), no período entreguerras, que o tema foi enfatizado, nos contextos na prática da formação de líderes locais, desenvolvida no sistema colonial britânico de administração indireta e, na experiência americana, como resposta a organização comunitária, nas fases da industrialização e da urbanização.

O desenvolvimento comunitário se estabelece como método complementar de intervenção social para fazer face aos problemas sociais da conjuntura, também como marco importante dos primeiros anos após a guerra. Carmo (1999, p. 79), diz que em 1948, na Conferência Internacional em *Cambridge*, sobre administração na África, reconheceu-se a utilidade do Desenvolvimento Comunitário como instrumento de desenvolvimento dos territórios em vias de descolonização. Em 1950, com o relatório da ONU intitulado “Processo social através do Desenvolvimento Comunitário” legitimou esse sistema de intervenção social aos olhos da comunidade internacional. Em 1956, em Baarn (Países Baixos) consagrou-se a noção de região-problema como conceito fundamental de Desenvolvimento Comunitário. Na Itália, em 1958, em Palermo, deu-se um novo passo para construção deste domínio cognitivo, por meio da intervenção da investi-

gação e ação, assim se consagra no campo da Ciência Aplicada, dotado de instrumentos de estudo e diagnóstico a partir das estratégias de actuação empírica existentes na época. No ano de 1959, no Reino Unido, em Bristol, fecha-se a primeira fase e o desenvolvimento comunitário passa das zonas urbanas para as rurais.

Carmo (1999, p. 80) comenta que foram surgindo princípios que configuram o Desenvolvimento Comunitário. Entre eles: 1) princípio das necessidades sentidas que deve partir da população e não dos técnicos; 2) princípio da participação, que a necessidade do envolvimento profundo da população no processo; 3) princípio da cooperação refere como imperativo de eficácia a colaboração entre o setor público e privado nos projetos de Desenvolvimento Comunitário; 4) princípio da auto sustentação que defende os processos de mudanças planeadas sejam equilibrados e sem rupturas, susceptíveis de manutenção pela população-alvo e dotados de mecanismos que previnam efeitos perversos ocasionados pelas alterações provocadas, 5) o princípio da universalidade que afirma que um projeto só tem probabilidade de êxito se tiver como alvo de desenvolvimento uma da população na sua globalidade (não apenas os grupos da população) e como objectivo a alteração profunda das condições que estão na base da situação de subdesenvolvimento comunitário.

O desenvolvimento comunitário, a fim de atender a partir da construção dos grandes modelos de atuação, define-se, também por três tipologias em três critérios. Uma tipologia **geográfica**, uma **tipologia conceptual** e, uma tipologia **estilo de intervenção**. Segundo Carmo (1999, p. 82-83), na primeira, a tipologia **geográfica**, parte da observação de regularidade observadas em diferentes zonas de mundo. Essa tipologia tem a inconveniência de homogeneizar artificialmente os projetos regionais e que em nível de mundo devem ser aplicados vários tipos como bairros, regiões, países, etc. Na segunda tipologia a **conceptual**, distingue-se três tipos, de acordo com o sistema-cliente: o **integrado** (corresponde ao afro-asiático), o **adaptado** (análogo ao europeu, projeto de escola regional), o **projeto piloto** (semelhante ao latino e ao americano, intervenção mais restrita). Por fim, na terceira os modelos de **intervenção**, donde se destaca, segundo Carmo (1999, p. 83), o modelo de *Rothman*, que propôs uma tipologia

útil de práticas de intervenção comunitária, recorrendo aos critérios de estilos de intervenção em três modelos: 1) **Modelo de desenvolvimento local**, caracterizado por uma intervenção muito localizada (perspectiva *microsocial*) orientada para *processo* de criação de grupos de autoajuda em que o interventor assume um papel facilitador com uma forte componente sócio-educativa; 2) **Modelo de Planejamento Social** caracterizado por uma intervenção de componente *meso e macro* mais evidente, voltada para a resolução de problemas concretos (orientação para resultados) em que o interventor assume um papel de gestor em programas sociais; 3) **Modelo de Ação Social** caracterizado por uma intervenção de perspectivas integrada (*macro, meso, micro*) orientada para a alteração dos sistemas de poder em presença do interventor que assume um papel de ativista, advogado do sistema cliente e negociador, aproximando-se da figura do militante, completa o autor.

A palavra comunidade tem origem no latim *communitas*, “comunidade, companheirismo”, de *communis*, “comum”, geral, compartilhado por muitos, público. O conceito permite definir diferentes tipos sociais: pessoas que fazem parte de uma população, de uma região ou nação; das nações unidas por acordos políticos e econômicos, como a Comunidade econômica, por exemplo, MERCOSUL (Mercosul (Mercado Comum do Sul)); ou mesmo de pessoas vinculadas por interesses comuns. A palavra comunidade, trata-se de um conceito que permite vários sentidos; com vários significados plurais pois, está presente em diversas concepções, em todas as suas formas, passando pelo social com propostas de maior ou menor comprometimento com o ideal comunitário. Desses pontos de vista, as concepções de comunidade e sociedade se estendem em discussões, e, segundo ÁVILA (1991), a comunidade se distingue da sociedade por objetivos distintos de sua formação. Assim o define:

Comunidade do latim – cum + unitas = uma unidade feita pela integração ou participação de muitos. É uma forma estável de associação da qual os membros participam por aquilo que são. Nesse sentido, distingue-se da sociedade ou formas societárias de associação das quais os membros participam por aquilo que têm. A família, à qual estamos integrados por aquilo que somos e na qual empenhamos a

nossa própria vida, é uma comunidade. Uma firma que se constitui com o capital dos acionistas é uma sociedade. A família é uma realidade envolvente que compromete todo o nosso ser; na sociedade anônima entra apenas o nosso dinheiro. A comunidade, de certo modo, preexiste a seus membros como modelo associativo. Quem constitui família não cria a instituição familiar, já a encontra feita. A sociedade é criada por um acordo dos membros, geralmente sobre uma base contratual. A comunidade tem sempre interesses convergentes: a sua própria permanência para o bem comum da qual todos participam. Na sociedade, os membros têm interesses divergentes ou paralelos visando ampliar aquilo que empenham na sua criação: cada acionista deseja aumentar os seus dividendos. Os membros participam da comunidade por aquilo que são. Ora, eles são seres racionais e livres, isto é, capazes de pensar e decidir. Assim, na comunidade, os homens pensam de decidem juntos. (Ávila, 1991, p. 96).

Para o mesmo, a comunidade existe e depende de vários requisitos para ser percebida como comunidade. Em suma, Ávila defende três requisitos mínimos para a concepção do que é uma comunidade. Assim para permanência de uma comunidade depende de vários requisitos e define:

1º) uma certa contiguidade espacial, uma aproximação habitual dos membros que permita entre eles os contatos diretos e a utilização de serviços básicos comuns; 2º) a consciência de interesses comuns, que revele aos membros a possibilidade de, unidos, atingirem objetivos que, isolados, não alcançariam; 3º) Participação em uma obra comum, que é a realização desses objetivos e a força de coesão interna da comunidade. A comunidade pode ser espacial e funcional. As primeiras se constituem principalmente pela contiguidade espacial em que vivem os membros (um bairro, um povoado rural são comunidades desse tipo). As segundas se constituem principalmente pela participação numa função comum, por exemplo, o trabalho. Nesse sentido, as empresas, os colégios, as universidades são comunidades de trabalho. (Ávila, 1991, p. 96).

Não obstante, muitas comunidades não conseguem se fundamentar por não construírem, no seu âmago, a consciência comunitária. Porquanto,

seus membros afeiçoam viver isolados, de forma a cuidarem somente de suas necessidades e interesses próprios. Para fundamentar o desenvolvimento comunitário os membros devem buscar interesses comuns: desenvolver a cooperação, as relações mútuas entre as pessoas da comunidade para constituir os aspectos desenvolvimentistas de ser uma comunidade desenvolvida e sustentável. Outro conceito, para Mercer, sobre a comunidade humana:

Uma comunidade humana é um agregado de pessoas funcionalmente relacionadas que vivem numa determinada localização geográfica, em determinada época, partilham de uma cultura comum, estão inseridas numa estrutura social e revelam uma conscientização de sua singularidade e identidade distinta como grupo (Mercer, 1987, p. 229).

Frequentemente, uma comunidade está organizada nos delimites territoriais e regionais, naturalmente formam grupos de identidades, trabalho, construção do cotidiano. Desse modo, constroem sua convivência e sobrevivência em comum. Assim define Parsons (1987, p. 229):

Além disto, uma comunidade é também, “uma coletividade de atores que partilham de uma área territorial limitada como base para o desempenho da maior parte das suas atividades cotidianas.

Para Peruzzo (2009, p. 140), o conceito de comunidade passou pela fala de vários pensadores que buscaram definir esse termo ou conceito. Exemplificar, alguns chamados de clássicos como Ferdinand Tönnies (1973,1995), Max Weber (1973), Robert A. Nisbet (1953), Martin Buber (1987), Talcott Parsons (1969), Zygmunt Bauman (2003), Gianni Vattimo (2007), Roberto Espósito (2007), Davide Tarizzo (2007), Manuel Castells (1999), Marcos Palácios (2001), entre tantos outros. Palácios (2001) diz que a “ideia ou conceito de Comunidade, tão central na Sociologia Clássica, é uma invenção da Modernidade”. Com essa nova forma de organização social, surge à teorização que apresentam as possíveis contraposições entre comunidade e sociedade. Segundo a autora, o que não há como negar

é que a palavra “comunidade” que evoca sensações de solidariedade, vida em comum, independentemente de época ou de região. Atualmente, seria o lugar ideal onde se almejaria viver, um esconderijo dos perigos da sociedade moderna.

O sociólogo polonês Sugmunt Bauman (2003) fala que a “comunidade” produz uma sensação boa por causa dos significados que a palavra ‘comunidade’ carrega as espécies de prazer que gostaríamos de experimentar, mas não alcança mais. O autor ainda articula que:

As palavras têm significado: algumas delas, porém, guardam sensações. A palavra “comunidade” é uma dessas. Ela sugere uma coisa boa: o que quer que “comunidade” signifique, é bom “ter uma comunidade,” “estar numa comunidade”. Se alguém se afasta do caminho certo, frequentemente explicamos sua conduta reprovável dizendo que “anda em má companhia”. Se alguém se sente miserável, sofre muito e se vê persistentemente privado de uma vida digna, logo acusamos a sociedade — o modo como está organizada e como funciona. As companhias ou a sociedade podem ser más; mas não a comunidade. Comunidade, sentimos, é sempre uma coisa boa. Os significados e sensações que as palavras carregam não são, é claro, independente. “Comunidade” produz uma sensação boa por causa dos significados que a palavra “comunidade” carrega — todos eles prometendo prazeres e, no mais das vezes, as espécies de prazer que gostaríamos de experimentar, mas que não alcança mais. Para começar, a comunidade é um lugar “cálido”, um lugar confortável e aconchegante. É como um teto sob o qual nos abrigamos da chuva pesada, como uma lareira diante da qual esquentamos as mãos num dia gelado. Lá fora, na rua, toda sorte de perigo está à espreita; temos que estar alertas quando saímos prestar atenção com quem falamos e a quem nos fala, estar de prontidão a cada minuto. Aqui, na comunidade, podemos relaxar — estamos seguros, não há perigos ocultos em cantos escuros (com certeza, dificilmente um “canto” aqui é “escuro”). Numa comunidade, todos nós entendemos bem, podemos confiar no que ouvimos, estamos seguros a maior parte do tempo e raramente ficamos desconcertados ou somos surpreendidos. Nunca somos estranhos entre nós (Bauman, 2003, p. 7-8).

Tranquilamente, a comunidade é a segurança em meio à hostilidade, é uma coisa boa, de viver com pessoas amigáveis. Segundo o autor, essa palavra evoca é tudo aquilo de que sentimos falta e de que precisamos para viver seguros e confiantes. O autor na sua alocução afirma que, para compreendermos os aspectos fundamentais e essenciais do conceito, resgatamos alguns breves aportes das contribuições teóricas de pensadores clássicos, e cita Max Weber (1973, p. 140-143), para quem a comunidade é um conceito amplo que abrange situações heterogêneas, mas que, ao mesmo tempo, apoia-se em fundamentos afetivos, emotivos e tradicionais. O autor (1973, p. 140) chama de comunidade “uma relação social quando a atitude na ação social – no caso particular, em termo médio ou no tipo puro – inspira-se no sentimento subjetivo (afetivo ou tradicional) dos partícipes da constituição de um todo”. Cita Weber (1973, p. 141), assim como para Ferdinand Tönnies (1973), que a “maioria das relações sociais participa em parte da comunidade e em parte da sociedade”. Weber aponta que, na comunidade, os fins são racionalmente sustentados por grande parte de seus participantes e que o sentido comunitário se contrapõe à ideia de “luta”. Além disso, registra o autor, nem toda participação em determinadas qualidades, da situação ou da conduta, implica em comunidade. Tampouco, a ideia comunitária pode ser definida, simplesmente, pela partilha de situação homogênea, ou por um sentimento de situação comum, de suas consequências e por uma mesma linguagem desenvolvida e construída no convívio comunitário. Em si, isso não implica uma comunidade quando não é elevada na formação do todo em comum:

Comunidade só existe propriamente quando, sobre a base desse sentimento [da situação comum], a ação está reciprocamente referida – não bastando a ação de todos e de cada um deles frente à mesma circunstância– e na medida em que esta referência traduz o sentimento de formar um todo (Weber, 1973, p. 142).

Na contemporaneidade, as discussões sobre comunidade, expressos em títulos em tempos de globalização, de modo astuto, persuasivo e criativo, Bauman (2003) leva a refletir a respeito do principal conceito ou ideia

de comunidade. Não somente ou apenas e restritivamente em termos semânticos, ou seja, estudar o significado e a interpretação do significado de uma palavra, de um signo, de uma frase ou de uma expressão em um determinado contexto.

Nesse campo de estudo se analisa, também, as mudanças de sentido que ocorrem nas formas linguísticas devido a alguns fatores, tais como tempo e espaço geográfico, entre outras, mas também a partir da ideologia que o envolve, ou seja, a partir da concepção acrítica desse conceito, que nos envia sempre à ideia de uma “coisa boa”. Em uma visão organizada teoricamente, a concepção de comunidade, na introdução de seu livro sobre Comunidade: completa ao ponderar que a busca, por segurança no mundo atual, destaca as sensações do uso da palavra comunidade. Sobre a concepção atual de comunidade, segundo Bauman (2003), estão presentes duas tendências que acompanharam o capitalismo moderno:

Duas tendências acompanharam o capitalismo moderno ao longo de toda sua história, embora sua força e importância tenham variado no tempo. Uma delas já foi assinalada: um esforço consistente de substituir o “entendimento natural” da comunidade de outrora, o ritmo, regulado pela natureza, da lavoura, e a rotina, regulada pela tradição, da vida do artesão, por outra rotina artificialmente projetada e coercitivamente imposta e monitorada. A segunda tendência foi uma tentativa muito menos consistente (e adotada tardiamente) de ressuscitar ou criar *ab nihilo* um “sentido de comunidade”, desta vez dentro do quadro da nova estrutura de poder (Bauman 2003, p. 36).

Nessa conjuntura, a ideia de comunidade, pode-se entender como “eu” pertencer de forma contínua a uma sociedade organizada no espaço territorial. No sentido natural da organização, perpassa pela própria história de formação da comunidade e a outra a ideia do poder do Estado, que reconhece a organização fundada nos direitos e deveres estabelecidos pelo mesmo. Reconhecer sempre o direito de ser cidadão, dever do Estado. E, assim, é fácil ver e entender por que a palavra “comunidade” sugere coisa boa. Quem não adoraria de viver entre pessoas amigáveis e bem-intencionadas. Pessoas que nas quais se podem confiar e cujas palavras e atos

se pode apoiar? Para nós em particular — que vivemos em tempos implacáveis, tempos de competição e de desprezo pelos mais fracos, quando as pessoas em volta escondem o jogo e, poucos se interessam em ajudar, quando em resposta a nossos pedidos de ajuda ouvimos advertências para que fiquemos unidos em comum (Baumna, 2003, p. 8)

Morin (2005), ao citar Popper, foi um pouco mais longe nessa visão, uma vez que fez desse conflito a própria base da objetividade científica:

Ele disse que a objetividade da ciência — e podemos voltar a esse esquema — é função da concorrência do pensamento, quer dizer, da liberdade no mundo científico, que eu chamo de sociedade/comunidade (uso as suas palavras porque, no alemão, ambas têm um sentido forte: *Gemeinschaft* é aquilo que une e *Geseüschaft* é a sociedade na qual funcionam os conflitos, os interesses, as concorrências, a economia etc.). Toda sociedade é uma comunidade/sociedade. Por exemplo, a França é uma sociedade rivalitária com conflitos de todos os tipos, mas, também, é uma comunidade: em caso de perigo externo, defendemos a integridade do território ou da pátria O fenômeno comunidade/sociedade é um fenômeno normal para todas as sociedades organizadas que necessitam de um tecido comunitário, de um tecido fraternizante (Morin, 2005, p. 54).

O fenômeno comunidade/sociedade é um fenômeno normal para todas as sociedades organizadas, porém necessitam de um tecido comunitário, de um tecido fraternizante que se sintam pertencente ao mesmo ideal e ações. A ciência é uma comunidade/sociedade original na sua estrutura de entendimentos e avanços. O que nos leva a uma busca de respostas aos problemas da sociologia, pois, efetivamente, a ciência também deriva da sociologia, do meio que ela constitui a investigação sobre a comunidade. Isso não quer dizer que a sociologia da ciência explica toda a ciência. É preciso ver que a essência das relações entre cientistas é, ao mesmo tempo, de natureza amigável e hostil, de colaboração, de cooperação e de rivalidade e competição para explicar os fenômenos que ocorrem na comunidade.

Esse é um traço que define a atividade científica com a regra do jogo de verificação; é a sua originalidade em relação às outras realidades culturais ou coletivas na comunidade. Existem os conflitos na comunidade

científica, sempre, mas também é real a busca de soluções. Isso ocorre em qualquer comunidade organizada. Sempre esse conflito deve existir para que se avance no conhecimento e desenvolvimento. A comunidade local, por mais comum que se organize, não poderia ser diferente da científica: avançar e prosperar em busca de entendimentos e soluções.

Para Lemos (2009, p. 203-204) cita Cohen (1985, p. 20) que vê comunidade ser um mecanismo simbólico que permite uma reflexão sobre a diferença cultural de seus membros. Nessa perspectiva, a comunidade é “uma forma de pensar, sentir e acreditar”. É ela um fenômeno cultural que é construído em termos do seu significado, por pessoas, através de recursos simbólicos. A comunidade é, portanto, um símbolo que expressa as suas próprias fronteiras. Enquanto símbolo, é apropriada coletivamente pelos seus membros, mas os seus significados variam conforme as perspectivas pessoais. Ainda acrescenta que Cohen (1985, p. 17), quando da elaboração dos significados que irão compor a comunidade ocorre a construção de um simbolismo muito particular. Este simbolismo se torna particularmente explícito durante e através de rituais que representam um importante meio de experimentação da comunidade. Neste sentido, o ritual confirma e reforça a identidade social e o sentimento de pertença social a um coletivo. Simultaneamente a esse sentimento de pertença ocorre um aumento da conscientização da diferença entre os grupos, através da evocação dos símbolos coletivamente partilhados (Cohen, 1985, p. 54).

A comunidade é certamente configurada por símbolos de referências, de localização de histórias de vida. Abro um parêntesis aqui para afirmar que a escola é a vida de uma comunidade e faz parte de sua formação sociocultural de desenvolvimento, na simbologia e nas dimensões do eu, do ambiente, do transcendente e do outro. Entender essas dimensões é, sobretudo entender o desenvolvimento comunitário.

Perceber que a comunidade científica é uma comunidade epistemológica unida por princípios fundamentais da objetividade, verificação e falsificação — que aceita sem dificuldade as regras do jogo do qual falamos, que se inscreve com convicção, numa mesma tradição histórica e, com o mesmo ideal de conhecimento — este é um fator de comunidade científica — que, às vezes, dispõe de um arsenal transteórico ou transdisciplinar

em comum, isto é, de temas que motivam teorias diferentes. Além disso, a comunidade científica continua a alimentar e a se alimentar de um mito comum no papel da fecundidade da ciência na sociedade humana em torno de respostas e soluções de problemas sociais. Comunidade é algo natural, necessita de ligações e emoções a afetividade, sociedade é uma junção de pessoas que sempre deve estar agindo pelos seus objetivos comuns: a científica não é diferente nos seus objetivos comuns.

Em vista de entender a comunidade, no sentido operativo, pode ser definida:

La co-munidad es una unidad social cuyos miembros participan de algún rasgo, interés, elemento o función común, con conciencia de pertenencia, situados en una determinada área geográfica en la cual la pluralidad de personas interacciona más intensamente entresí que en otro contexto (Ander-Egg, 1982, p. 21).

Ter a consciência de pertencer à comunidade organizada é, sobretudo, resguardar na sua sustentabilidade a garantia um futuro promissor e socialmente integrado. Numa perspectiva similar, Caride (1995, p. 9) pontua que:

“Las comunidades (...) un área de la vida social que se singulariza por la adhesión que mantienen sus integrantes, con un sentido de la ubicación y de la pertenencia que no se entiende sin la existencia de niveles mínimos de solidaridad y de intercambio de significados, rasgos psicológicos y culturales”.

Comunidade é pertencer a sua existência sua vida social, cultural e psicológica, em todos os lugares de escolha e de sobrevivência, com no mínimo uma dignidade, justiça social e solidariedade de viver o comum.

Destaca-se ainda que muitos dos autores definem as comunidades organizadas para a função de: realizar a socialização, transmissão e práticas agregadas de normas culturais, de controle social e de membros de grupos na promessa e integração dos indivíduos para uma formação de identidade coletiva, que deva ser sempre socializada, com seus membros, os resultados alcançados, tantos os positivos como os negativos, voltados

ao bem comum. Além disso, a consolidação dos laços individuais, na formação de uma identidade coletiva, de solidariedade e de preservação da vida social, principalmente no seu local comunitário, trazer para junto de todos a produção, distribuição, desses bens e serviços em comum, para usufruto dessa organização comunitária.

Existir e estar localizado em um território sociocultural habitado, ou em transformação dentro de uma realidade e comprometimento com a experiência do ser, tanto num mundo rural como no urbano, no material e no espiritual, sobretudo, na medida que ao socializar seus produtos na comunidade ou território, é garantir os direitos almejados para o bem comum. Sobretudo, para o desenvolvimento comunitário na sua totalidade holística de eficácia e eficiência: para ser sustentável são necessários avanços no campo do social ambiental, econômico e cultural.

Arendt (2007), ao abordar o bem comum na *polis*, identifica que não é o simples fato de viver em comunidade, sobretudo, o homem pôr tudo em comum e abrir de mão de sua condição individual para aplicar-se aos assuntos referentes à cidade e a comunidade. De maneira inevitável, todos os cidadãos apresentavam entre si divergências de opiniões e posições políticas, modos de vida, mas, o que lhes garante a unidade é o comum interesse na procura por uma vida justa e ideal, segundo a forma de vida, vista em comunidade dos povos gregos. Assim, para a autora, na esfera pública nas condições do bem comum a realidade é garantida pela natureza comum:

Nas condições de um mundo comum, a realidade não é garantida pela “natureza comum” de todos os homens que o constituem, mas, sobretudo, pelo fato de que, a despeito de diferenças de posição e da resultante variedade de perspectivas, todos estão sempre interessados no mesmo objeto (Arendt, 2007, p. 67).

Com essa afirmação, a autora expressa seu entendimento sobre a importância que a constituição civilizada tinha para o povo grego e o elo de amizade (no sentido aristotélico) que havia entre os cidadãos da comunidade organizada. Ao menos na teoria, a civilização grega foi formada sobre a cultura, que propunha ao homem dispor-se à construção imaterial, seja

pela filosofia, artes ou política, ao contrário da cultura romana, que pregava tão somente a riqueza material. Assim, na “*polis*” grega, salientava-se que o bem comum é de todos os cidadãos, apesar de poucos serem considerados cidadãos. O bem da cidade devia estar acima do bem do indivíduo a fim de que a verdadeira “*eudaimonia*” (significado de eudaimonia é descrita como um bem final, pois toda ação humana visa à realização desse bem que é tido como autossuficiente e perfeito. Logo, se discute conceitos éticos fundamentais como felicidade e virtude, detendo-se na apreciação de várias virtudes particulares e analisa o agir humano) que se estabelecesse na comunidade. O bem do indivíduo é da mesma natureza que o bem da Cidade, mas, este “é mais belo e mais divino” porque se amplia da dimensão do privado para a dimensão do social, para a qual o homem grego era particularmente sensível, porquanto concebia o indivíduo em função da Cidade e não a Cidade em função do indivíduo (Reale; Antiseri, 2012, p. 208).

De acordo com as ideias de Aristóteles (1996), Arendt (2007) e Reale (2012) Antiseri, (2012) a comunidade grega é resultado do bem comum, do cidadão com relação ao seu lugar que escolheu para viver, é uma busca da felicidade, para todos em comum, nesse espaço ocupado pelo ser humano. O pensamento grego, a capacidade humana de organização o lugar faz do desenvolvimento a condição humana fundamental para viver na coletividade. Já na contemporaneidade, o pensamento sobre desenvolvimento comunitário, centraliza-se no individualismo e na busca pelo desenvolvimento econômico, pouco funcional para o ambiental e social.

De tal modo, em consenso com concepções sobre o desenvolvimento comunitário sustentável, Horst, Fuginagae Rodrigues (2013, p. 11) pontuam que- “[...] o desenvolvimento comunitário sustentável envolve uma grande quantidade de atores no seu planejamento e execução”, de tal modo os estudos ambientais de maneira interdisciplinar, aplicando a concepção aglutinadora da realidade, na qual as situações estão interligadas. Assim, os indivíduos passam a compreender melhor essa interligação, pois percebem que o meio ambiente não constitui objeto de estudo de apenas uma área do conhecimento. Desta configuração, a necessidade de um processo da gestão ambiental e desenvolvimento comunitário local, estreitem afi-

nidades com várias outras áreas do conhecimento, por meio de reflexões interdisciplinares, das quais, têm-se mostrado fundamentais para auxiliar no processo do desenvolvimento comunitário sustentável.

Em sentido técnico, a expressão definida na Enciclopédia Luso-brasileira de Cultura (1999, p. 114-115), sobre desenvolvimento comunitário, em que designa um processo de desenvolvimento econômico - social global, segundo o qual os indivíduos de base são dependentes de ação dos serviços públicos, com vista a realização dos projetos, tendentes a melhoria da sua situação econômica, social e cultural. Algumas características técnicas do desenvolvimento comunitário: a) partir das necessidades sentidas pelas pessoas, para sobre elas alicerçar quaisquer ações concretas do programa de desenvolvimento; b) suscitar a participação máxima das pessoas a desenvolver, empenhando-as fortemente, no respectivo processo de desenvolvimento; c) fomentar a colaboração, entre os serviços públicos e as pessoas, criando as necessárias condições de diálogos entre uns e outros; d) procurar uma transformação gradual e progressiva das condições de vida, evitando saltar etapas e provocar desajustamentos; e) abranger simultaneamente, todos os aspectos da vida humana; f) organizar a comunidade a partir de seus *leaders* e grupos nucleares, de forma a criar estruturas locais válidas para a continuidade do processo socioeconômico. Em síntese, depender somente de políticas públicas para o desenvolvimento comunitário, sem a participação da coletividade, correm riscos de estagnação e subdesenvolvimento.

Entretanto, o processo de nucleação das escolas rurais locais, dependendo de sua estrutura, com realidades homogêneas e integradas no espaço geográfico rural: podem definir o desenvolvimento ou a estagnação do lugar. Logo, realizado por pessoas e agentes de diversos sistemas e condições construídos na história de vida, podem revelar fatos sobre o ser humano, livre e dono de seu destino de vida em comum. Todavia na contemporaneidade, o mundo globalizado, histórico e cheio de valores e formas desintegradas de crescimento e desenvolvimento, entre o mundo rural e urbano, ininterruptamente dependentes um do outro ou vice-versa, precisam ter consciência que não existe cidade sem a comunidade rural e nem comunidade sem cidade. Compreender o desenvolvimento

desde o local, a comunidade, a família, por estarem próximos, certamente tendem a representar a segurança e a proteção num mundo aparentemente instável e global, de tal modo, será necessário criar e fortalecer a harmonia solidária entre as pessoas da comunidade. De tal modo, esses conceitos abordados, neste capítulo, do indivíduo e do coletivo ressaltam diferenças sobre proximidades na essência da comunidade e desenvolvimento comunitário.

É na interdisciplinaridade com grande relevância para se fundamentar conceitos e entendimentos, por acordos e estudos descritivos, averiguar-se-á o assunto do desenvolvimento comunitário, no mundo rural, em análises na temática da nucleação das escolas rurais. Destarte, a ciência do desenvolvimento comunitário em peculiar no delimitado territorial do município de Canoinhas (SC) será o foco dessa discussão sobre a nucleação das escolas rurais. Além disso, o estudo nas comunidades rurais almeja corroborar, por meio dos relatos episódicos, a realidade comunitária, com suas lacunas abertas, o quanto perderam suas forças, seus laços familiares e de amizade, na construção de uma nova realidade desencadeada com o processo de nucleação da escola rural e a ciência do desenvolvimento comunitário. Possivelmente, alterações nas estruturas locais se confirmaram, válidas para a continuidade de existência comunitária, que foram eliminadas com o processo de nucleação.

Contudo, serão ocasionados olhares por meio de análises e considerações, no recorte territorial, sobre o desenvolvimento comunitário, por não mais existir uma escola na comunidade rural-local e, nem em comunidades vizinhas. Apontar, sobretudo as modificações decorrentes e provocadas pelas mudanças na vida cotidiana - individual e coletiva - das pessoas que perpassaram e vivenciaram o processo de nucleação em suas comunidades rurais, um ponto de vista a ser analisado sobre essas alterações que uma comunidade local perpassa ao perder o seu bem maior: sua escolinha rural.

CAPÍTULO II

Concepções e definições sobre as políticas públicas educacionais no Brasil

Este capítulo aborda as políticas públicas e políticas educacionais no Brasil, tendo como base concepções e definições ligadas ao processo de nucleação das escolas rurais e ao desenvolvimento comunitário.

“O ser humano é aquilo que a educação faz dele.”

Immanuel Kant, filósofo alemão.

Concepções e definições sobre as políticas públicas educacionais no Brasil

A ciência do desenvolvimento comunitário sendo de configuração interdisciplinar, corrobora para ações ou práticas de políticas públicas, materializadas e organizadas, por parte do Estado, tanto no âmbito federal, estaduais ou municipais. Em virtude de seus destinos, mudam conforme as ações e podem gerar, múltiplos resultados, tanto positivos como negativos. Sabe-se que a partir de sua formulação e aplicação, ainda mais de forma deficitária, quando não são fiscalizadas por agentes especializados, desde o planejamento, até a execução, podem falhar no seu propósito e fim.

Dessa forma, as políticas públicas encontram-se em sintonia, nas três esferas de organização do estado, salvaguardando, contudo, que os acon-

tecimentos de transformação, positivas ou negativa, em suma, devem incidir no ambiente da comunidade local. Contudo, os benefícios focados em mudanças locais, e não no âmbito do geral, podem corroborar para o desenvolvimento e crescimento comunitário sustentável.

Assim, em organizações locais, como a comunidade empresarial, governos, associações, escolas, entre tantos, são nomeadamente, os principais intervenientes no processo de desenvolvimento. Esse desenvolvimento pode ser na área educacional, econômico, social, ambiental, cultural, entre outros. Certamente, esforços devem estar harmonizados com as políticas públicas nacionais, regionais e locais de crescimento e desenvolvimento. Na sua forma ideal, essas ligações entre as autoridades, com estímulos e participação local, na dimensão integradora da comunidade, com vista a superar os problemas do subdesenvolvimento, as políticas públicas são instrumentos estratégicos, para a implementação do crescimento ou desenvolvimento comunitário sustentável.

Para Villa (2000, p. 604-605) a etimologia *política* (*o*) é o relativo de *Pólis*. Esse termo de origem grega e designa o sentido de comunidade, ou seja, é a comunhão entre os cristãos. Comunidade (*koinonía*)⁷ não engloba a forma posterior e superior, mas é resultante da condição para a plena realização humana na *pólis*. De tal modo, a *pólis* reverte-se estrutural e convencionalmente de notas (autossuficiência, independência) que podem ser vistas em outras sociedades materialmente diferentes. Enquanto o sujeito é membro da cidade, ele é *polités*. A constituição estrutural jurídica da *pólis* é a *politéia* (que também pode, de acordo com o contexto, ser traduzida por cidadania, constituição *res publica* – democracia). Traduzir *pólis* por Estado, pura e simplesmente, não deixaria de implicar em certo retrocesso.

Ser cidadão na *pólis* revela a essência da sua origem e histórica, pois no período dos romanos haviam traduzido *Polites*, para *cives*, significando o termo aquele que é sócio da *civitas* ou *polis*. Assim, os cidadãos são os que participam de forma direta do funcionamento da cidade-estado. Além

⁷ *Koinonia* é uma palavra de origem grega e significa “comunhão”. Este termo se tornou muito comum entre os cristãos, sendo utilizado no sentido de companheirismo, participação, compartilhamento e contribuição com o próximo e com Deus. Com a tradução da bíblia hebraica para o grego, o termo *koinonia* foi inserido no Novo Testamento, aparecendo pela primeira vez no livro de Atos 2:42, explicando como a vida cristã era compartilhada pelos crentes de Jerusalém. de acordo com a bíblia, existiriam diversas formas de “*koinonias*”, ou seja, comunhões que caracterizam a vida cristã: *Koinonia* de amizade, com os pobres, na fé, no Espírito, com Cristo e suas obras, com Deus. Em suma, para os cristãos, a *koinonia* é o que interliga as pessoas com Deus, Cristo e o seu amor.

de transmissão do *status* de cidadão na Grécia antiga era unicamente através do critério *jus sanguinis*:

Era cidadão o indivíduo pertencente, por laços de sangue, à classe dos cidadãos. Neste âmbito, o reconhecimento acontecia independente do fato do indivíduo ser fruto ou não de uma relação legítima. A transmissão da cidadania acontecia, ainda, mesmo que o pai tivesse sido considerado traidor ou desertor, e, portanto, não mais cidadão. Neste caso, seria, em particular, necessário que a mãe do indivíduo não fosse estrangeira. Em nenhuma hipótese era determinada a cidadania pelo critério *jus soli*. O reconhecimento da cidadania se dava oficialmente quando o jovem completava dezoito anos. Este era apresentado à Assembleia do Demo que, em base a sua ascendência, o reconhecia ou não como cidadão. Caso positivo, este viria a ser inscrito no registro do Demo (Dal Ri Jr.,2002, p. 28-29).

Assim, cidadania não é uma definição simples de entender, mas pelo conceito histórico, o que significa que seu sentido varia no tempo e no espaço. O que muda, de um Estado-nação para outro, não são só as regras que definem quem é ou não cidadão (*ius soli* ou *sanguinis*); também são distintos os direitos e deveres que caracterizam o cidadão em cada um deles. Em cada um desses espaços territoriais, rural e urbano, sociais e políticos, ao longo do tempo, o conceito de cidadania tem se alterado, seja incorporando ou não os imigrantes, seja no que se refere ao grau de participação dos diferentes grupos, na igreja, na escola, seja no tocante à proteção propiciada pelo Estado aos que dela necessitam. Seja pelas políticas que o cidadão possa discutir e participar na *pólis*. A ideia de *pólis* contém, em todo caso um sentido de plenitude de convivência que já está ausente dos termos latinos *civitas*, *civis*, *civilis*, com os quais, literalmente e respectivamente, traduzem-se: *pólis*, *polités*, *políticos*. Substantivando-se, assim, o termo *política* (a política) em suma será o conjunto a ordem ou esfera de todas as atividades e instituições, saberes e fazeres, que se referem especificamente, de um ou outro modo, à *pólis*.

Por *política* entende-se também tradicionalmente uma *arte* (forma de saber prático imediato ou simples atuação prudente de quem possui dotes especiais, mais naturais do que adquiridos, para a direção, governo

ou pastoreio de *homens* na coletividade). Portanto, a arte da ação prática em prol da coletividade, em virtude dos fatos voltados para melhorar a vida na comunidade. Onde quer que haja duas ou mais pessoas, haverá a necessidade de definir regras de convivência comunitária, limites de ação e deveres comuns. A política acontece, justamente, no ato de existir em conjunto, de ajustar as pessoas para o convívio social e comunitário. Dessa forma, a origem da política remonta à participação na comunidade, à vida da coletividade. Uma outra questão, segundo Wonsovicz (2001) quando usamos esta palavra política, o que podemos entender:

Pode-se entender uma atividade específica de organização: o governo, o poder, este exercido por um profissional, o político. Toda ação coletiva ou individual. Ex: manifestação de uma parcela da população contra uma lei ou uma reivindicação por justiça, luta por melhores condições de vida, etc. Uma forma de participação, a filosofia, a visão de mundo, a organização, a ideologia, etc., vistas nas expressões: política universitária, política da escola, política sindical, políticas de preços baixos, entre outras (Wonsovicz, 2001, p. 20).

O autor explica ser interessante nos darmos conta que o sentido ruim do termo política é o que aparece mais forte na nossa sociedade. Na atualidade a política que está montada em ideologias, politizadas, estão dividindo o país, por opiniões, fantasias e inverdades entre os da direita e da esquerda, de certo modo, nesta batalha poucos ganham. Dessa forma, encontra-se a visão generalizada da política como algo perigoso, ruim, distante de cada um de nós, feito por eles e contra nós: o povo é quem paga com essas coisas improdutivas e destruidoras de uma política, como arte de negociar, para se avançar no desenvolvimento comunitário em sua totalidade holística.

Sabe-se que a política é uma forma de como, os homens regulam e ordenam seus interesses conflitantes, seus direitos e obrigações, visto que vivem em sociedade organizada. A política é o modo pelo qual somos levados para a possibilidade de discutir, deliberar e decidir - em comum - as ações que dizem respeito à vida de todos os cidadãos. Pode-se aqui citar, como por exemplo, as políticas públicas educacionais, voltadas a organizar

o ensino no país – desde o fundamental até a pós-graduação, evidenciar, sobretudo, as garantias de desenvolvimento da comunidade do global ao local: o processo e políticas da educação é uma delas.

Chauí (2003, p. 349) define *política* a partir do grego - *ta politika* -, vinda de *pólis*. A *pólis* é a cidade, não como conjunto de edifícios, ruas e praças e, sim como espaço cívico, ou seja, entendida como a comunidade organizada, formada pelos cidadãos (*politikós*), isto é, pelos homens livres e iguais nascidos em seu território, portadores de dois direitos inquestionáveis, a *isonomia* (igualdade perante a lei) e a *isegoria* (a igualdade no direito de expor e discutir em público opiniões sobre ações que a cidade deve ou não deve realizar). *Ta politika* são os negócios públicos dirigidos pelos cidadãos como: costumes, leis, erário público, organização da defesa e da guerra, administração dos serviços públicos (abertura de ruas, estradas e portos, construção de templos e fortificações, obras de irrigação, etc.) e das atividades econômicas da cidade (moeda, impostos e tributos, tratados comerciais, etc.).

Civitas é o correspondente, em latim, do grego *pólis*, portanto, a cidade como ente público e coletivo ou entidade cívica. *Civis* é o correspondente a *politikós*, isto é, cidadão. *Res pública* é o correspondente latino de “*Ta politika*”, e significa, portanto, os negócios públicos dirigidos pelo *populus romanus*, isto é, os patrícios ou cidadãos livres e iguais, nascidos no solo de Roma. *Pólis* e *civitas* correspondem (imperfeitamente) ao que, no vocabulário político moderno, chamamos de Estado: o conjunto das instituições públicas (leis, erário público, serviços públicos) e sua administração pelos membros da cidade. *Ta politika* e *res publica* correspondem (imperfeitamente) ao que designamos modernamente como práticas políticas, em referência ao modo de participação no poder. Também, aos conflitos e acordos, na tomada de decisões e na definição das leis e de sua aplicação, no reconhecimento dos direitos e das obrigações dos membros da comunidade política e às decisões concernentes ao erário ou fundo público: as políticas públicas em defesa dos cidadãos na vida cotidiana da cidade e ou no lugar onde o mesmo vive – é a comunidade.

Contudo, *politikós*, isto é, cidadão, é aquele que vive em comunidade e para a comunidade. Somente a comunidade que faz do cidadão um ser

livre, em busca do desenvolvimento, na sua totalidade como ser que produz, estuda, trabalha, cresce e vive feliz no local que escolheu para viver.

Na contemporaneidade, quando se fala em política, em virtude de conceitos já mencionados, quando a pessoa é citada ou mencionada como um “idiota”, do grego – *idios* - significava “pessoal privado”. Logo o *Idiotes* queria dizer “indivíduo privado”, no sentido de que ele não exercia um ofício público. A partir daí a palavra passou a ter o sentido de - idiota era um homem comum – lembra um sujeito que sendo um ignorante (uma pessoa sem instrução; quem não tem conhecimento), de pouca inteligência e pouca valia, pois não era capacitado para ter cargo oficial no mundo da política na vida da *Pólis*.

Na Grécia antiga, havia uma palavra para designar as pessoas que não se interessavam pelo bem comum e, que se dedicavam exclusivamente aos seus interesses privados. Assim, a expressão - *idiótes* -, que significava literalmente cidadão privado, em oposição aos que participavam da vida pública, os *politikons*. Os idiotas eram aqueles que, por indiferença, egoísmo, ganância, preguiça, ignorância, covardia ou oportunismo, omitiam-se de qualquer atuação em prol da coletividade de viver em comunidade. Os idiotas gregos também, estufavam o peito, para dizer: “Não sou um político”, e ainda afirmam não gostar de política, uma vez que, isso é de gente que não tem o que fazer, é um idiota.

Apesar disso, não se preocupar com a comunidade, com as coisas que acontecem no coletivo, é tornar-se um idiota. Logo é um idiota político que não se interessa pela política. Segundo Aristóteles, a política é a ciência que tem por objetivo a felicidade humana e divide-se em ética (que se preocupa com a felicidade individual do homem na Cidade-Estado, ou pólis), e na política propriamente dita (que se preocupa com a felicidade coletiva).

Dito de outro modo, os idiotas políticos são pessoas que, as vezes até opinam sobre a política, a cidade, a vida comunitária, mas infelizmente se baseiam-se muito mais em *Fake News*, termo vem do inglês “*Fake*” (falso/falsa) e “*News*” (notícia/notícias), ou seja, notícias falsas; uma realidade, na atualidade, no contexto político partidário e eleitoral no Brasil. Apesar desse contexto atual, muito usado, principalmente, pelas ideologias políti-

cas, a expressão já existe desde o final do século XIX, para mudar opiniões da vida política das comunidades mundiais.

Na prática consiste em espalhar uma notícia com mentiras, mas veiculá-la como verdade, ou seja, visa omitir situações reais da vida comunitária e criar mentiras, dessa forma podem até se sustentarem no poder de uma sociedade. É notório que, a ideia de política como “arte” de governar com as ações coletivas, para melhorar a vida das pessoas na *pólis*, na comunidade, na cidade. Aponta-se que para ocorrer o desenvolvimento comunitário é necessário a participação do cidadão em defesa do bem comum, da comunidade, da sua localidade.

Faz-se necessário definir o que são as políticas públicas: primeiramente, não é um trabalho simplificado; afirmar, a partir de uma ou poucas definições, mas sim faz-se necessário procurar conceitos em diversos autores, áreas e órgãos governamentais, na linha do tempo e da história. Descrever como as políticas públicas foram construídas, suas estruturas, organização e mudanças trazer a organização para a vida comunitária e, além disso, em segundo plano, o foco será entender como as políticas educacionais contribuem para o desenvolvimento comunitário, localizadas no processo de nucleação das escolas, no meio rural. Visto que, muitos são os caminhos e bem distintos, para se compreender como políticas públicas, intervêm no desenvolvimento comunitário, e para isso se faz necessário, como análise, dessa conjuntura social rural, a vivência da comunidades sem a escola local.

Deve-se entender as atuações diretas de governos, ou seja, tudo o que está promovendo para melhorar a vida da população em geral, suas atuações e ações, tanto em grandes ou pequenas comunidades: no urbano e no rural.

Pode-se ressaltar, que as políticas públicas são definidas por governos nomeados por mandatos e delimitados por tempo na base legal, no caso do Brasil, é definido por meio de eleições (nível Municipal, Estadual e Federal), com mandatos de 4 anos, com possibilidade de reeleição. Assim sendo, deve-se considerar que temos duas formas para formulações de políticas públicas: de Governo e de Estado.

De modo geral, as **políticas públicas de Governo** são colocadas em prática enquanto durar a gestão do governante, ou seja, o período de cada

mandato, como por exemplo, cita-se as políticas de governo sobre o desenvolvimento dos territórios da cidadania implantada pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva do PT (Partido dos Trabalhadores) que durante anos promoveu o desenvolvimento regional e territorial com ações enquanto governo.

Para Knorek (2019, p. 58), a partir da PNDR (Política Nacional de Desenvolvimento Regional), criam-se os Territórios da Cidadania (TC) no Brasil, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Agrícola (MDA), que organiza o programa. Assim sendo, em 2008, dos 264 territórios rurais classificados – posto que, inicialmente, criaram-se 60 territórios distribuídos por todo país e, em 2009, a partir de novas avaliações, aprovaram-se mais 60 – um total de 120 territórios que foram contemplados como programa de governos chamado de Programa Territórios da Cidadania (PTC): uma política pública de governo pois, quando acabar o mandato, outro governo eleito democraticamente, pode mudar ou extinguir a mesma. Essa política de governo definiu esses territórios, configurados com 1.851 municípios, 33,2% do total dos municípios brasileiros, onde vivem 44,6 milhões de brasileiros (as), abrangendo 53,17% da superfície nacional.

Neles encontram-se 42% da demanda social do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), constituída por agricultores (as) familiares, assentados (as) pela reforma agrária, trabalhadores (as) rurais que buscam acesso à terra, além de outros segmentos de populações tradicionais que habitam os espaços rurais. Ainda, para Knorek (2019, p. 67) quando fala da extinção da política pública de governo, no caso a do território da cidadania: “Apesar dos investimentos, nestes nove anos de atividades, no PTC (Programa Território da Cidadania), no Brasil, por se tratar de uma política ou programa de Governo, não de Estado, que marcaram muitas discussões territoriais, para que o desenvolvimento no Brasil ocorresse de forma uniforme e sustentável.

A continuidade desses projetos cessou por decreto. Realizado desde 2003 nos 120 Territórios da Cidadania no país, a extinção foi decretada no governo Michel Temer. No governo de Temer e, depois, Bolsonaro, muitas políticas foram extintas ou suprimidas, alterando o que foi realizado nos

Governos e Lula e Dilma. Convém lembrar que, as políticas de governo, são formuladas em campanhas para as eleições e, implementadas, no espaço de tempo, do novo governo eleito, e as políticas de Estado transcendem, sobretudo, o período dos mandatos, são em forma de lei de Estado.

As **políticas públicas de Estado** são concebidas e definidas como um conjunto de ações do governo em forma de lei e, são causadoras de impactos diretos, em toda a sociedade. Sobremaneira, se fundamentam, por meio de Leis, na ordem de garantir os direitos previstos, como no Brasil, tudo pela Constituição Federal de 1988. Porque, são leis que não podem ser mudadas (somente por um PEC - Proposta de Emenda Constitucional), simplesmente a - PEC -, votada pode atualizar e modificar algumas partes do texto Constitucional, sem ter a necessidade de se convocar uma nova Assembleia Constituinte, que é a responsável por representar o povo e seu Estado.

Todavia, para que ela seja aprovada, é preciso respeitar um processo de preparo e de votação. Devido ao fato de a mesma modificar a Constituição vigente, é preciso que haja um *Quórum máximo* em dois turnos de votação nas Casas Legislativas, Câmara dos Deputados e no Senado Federal e, uma vez aprovadas, devem ser seguidas na prática por novos governos. Um exemplo foi a criação do SUS (Sistema Único de Saúde) ou o Programa Bolsa Família, idealizada no Governo de Fernando Henrique Cardoso, como programa de governo. Lá no governo do Lula torna-se uma política pública de Estado, em defesa dos pobres como distribuição de renda mínima aos mais necessitados na nação. Então, distinguir, políticas públicas de Estado e de Governo, fazem das ações governamentais a diferença de - dar ou não sequência ou extinção das ações do governo eleito. Além disso, as políticas públicas de governos são provindas de direitos constitucionais do mandato, de quem foi eleito, para o período da gestão do governo no período estabelecido na eleição.

Conforme Celina Souza (2007, p. 67-68), deve-se considerar que a área de políticas públicas contou na sua formulação, com quatro grandes “pais” fundadores. São eles: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton. Cita Laswell (1936) quando introduz a expressão *policy analysis* (análise de política pública), ainda nos anos 1930, como forma de conciliar co-

hecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos e, também, como forma de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo. Além disso, cita Simon (1957) quem introduziu o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos (*policy makers*). A limitação da racionalidade poderia ser minimizada pelo conhecimento racional. Para Simon, a racionalidade dos decisores públicos é sempre limitada por vários problemas, tais como informação incompleta ou imperfeita, tempo para a tomada de decisão, auto interesse dos decisores etc. Para a racionalidade, segundo Simon, pode ser maximizada até um ponto satisfatório pela criação de estruturas (conjunto de regras e incentivos) que enquadre o comportamento dos atores e modele esse comportamento na direção dos resultados visados, impedindo, inclusive, a busca de maximização de interesses próprios. Ao citar Lindblom (1959), questionou a ênfase no racionalismo de Laswell e Simon e sugeriu a incorporação de outras variáveis à formulação e análise de políticas públicas, tais como: as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório, o qual não teria necessariamente um fim ou um princípio.

Daí, porque as políticas públicas deveriam serem incorporadas com outros elementos à sua formulação e à sua análise, tais como, as questões de racionalidade ao papel das eleições, das burocracias, dos partidos e dos grupos de interesse. Em virtude dos fatos mencionados, cita Easton (1965) e articula que o mesmo contribuiu para a área ao defini-la como um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente. Segundo Easton, as políticas públicas recebem *inputs* dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse, que influenciam seus resultados e efeitos.

Certamente, as políticas públicas são de interesses da comunidade pois dependem delas, e também para o desenvolvimento de forma sustentável no local e no global. Souza (2007, p. 68) fala o que são as políticas públicas, afirmando que não existe uma única, nem melhor, nem completa definição sobre o que elas sejam.. Menciona Mead (1995), que as definem como um campo dentro do estudo da política e que analisa o governo à luz de grandes questões públicas. Alude a Lynn (1980), que as definem como um conjunto específico de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Traz Peters (1986) com o mesmo viés: política pública é a soma

das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos que vivem em comunidades. Também cita Dye (1984) e sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam em responder às seguintes questões: quem ganha o quê? por que é? que diferença faz? Convém lembrar que as políticas públicas de governo ou de Estado devem ser formuladas e colocadas em prática, sempre com a intenção de colaborar, para o desenvolvimento e ou crescimento comunitário.

Diversas definições enfatizam o papel das políticas públicas na busca de identificar e solucionar problemas. Souza (2007, p. 70) comenta que críticos dessas definições superestimam aspectos racionais, procedimentais e argumentam que elas ignoram a essência das soluções, isto é, o embate em torno de ideias e interesses sociais. Pode-se acrescentar que, por concentrarem o foco no papel dos governos, essas definições deixam de lado seu aspecto conflituoso e os limites que cercam as decisões dos governos e seus interesses de poder, e não o de buscarem o desenvolvimento da sociedade em geral. Deixam, também, de fora possibilidades de cooperação, que podem ocorrer, entre os governos e outras instituições, grupos sociais, associações e até mesmo de forma informal as comunidades locais formadas em torno de uma escola.

Em suma, definições de políticas públicas, mesmo as minimalistas, guiam o nosso olhar para o – *locus* - (no contexto atual das políticas públicas, *locus* que significa literalmente “lugar”, “posição” ou “local”, definido assim o tipo da ação, da pesquisa, em que é preciso definir o cenário ou o *locus* da ação, por exemplo, da educação, cultura, ambiental, econômico, demográfico, comunitário, entre tantos), onde os embates em torno de interesses, preferências, ideias, políticas se desenvolvem, isto é, os governos que definem o *locus* da política pública a ser implementada, as vezes mais pelos interesses políticos eleitorais ao invés de políticas de desenvolvimento.

Apesar de optar por abordagens diferentes, as definições de políticas públicas assumem uma visão holística do tema. Assim, na perspectiva de

que o todo é mais importante do que a soma das partes e que indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses contam, mesmo que existem diferenças sobre a importância relativa desses fatores. Holístico (ou holista) é um adjetivo atribuído a quem procura entender os fenômenos e acontecimentos de uma forma global. É um termo que pode ser aplicado em várias vertentes do conhecimento, como na medicina, na psicologia, na ecologia e na educação, entre outras. De tal modo, as políticas públicas educacionais precisam se fundamentar nessa visão holística desde as séries iniciais numa escola rural, até o último grau de formação. Políticas educacionais, nessa perspectiva holística fazem a diferença de uma nação que seja soberana no seu crescimento e/ou desenvolvimento de forma sustentável.

Pode-se, então, resumir política pública como o campo dos conhecimentos voltado, ao mesmo tempo, em “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele que, por meio de ações, os governos traduzem seus propósitos em programas. Com isso, o governo deve promover resultados ou mudanças desejadas no mundo real. Se aceitamos que a política pública é um campo holístico, isto é, uma área que situa diversas unidades em totalidades organizadas, isso tem duas implicações.

A primeira é que a área se torna território de várias outras disciplinas, teorias e modelos analíticos. Assim, apesar de possuir suas próprias modelagens, teorias e métodos, a política pública, embora um ramo da ciência política, não se resume de forma simplista, podendo, também, ser objeto da filosofia, psicologia, sociologia, geografia, economia e da econometria, entre tantas ciências. As políticas econômicas, por exemplo, se referem a uma das subáreas da política pública, a da avaliação, que recebe grande influência de técnicas quantitativas e modelos econométricos para analisar se ocorreram melhorias ou aumentou ou diminuição nas diferenças sociais.

A segunda é o caráter holístico da área, e não significa que ela careça de coerência teórica e metodológica, mas sim, que comporta vários “olhares”, como por exemplo, o desenvolvimento comunitário. Em vista dessa ciência, necessariamente se compreende, por ser interdisciplinar

na sua formulação e resultados a serem alcançados. Por último, políticas públicas, depois de desenhadas e formuladas, se desdobram em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação pesquisas na visão holística. Quando postas em ação, são implementadas, permanecendo submetidas aos sistemas de acompanhamento e avaliação (Souza, 2007, p. 70). Nesse sentido, a política pública é uma expressão que visa a definir uma situação específica das ações de governo. Por conseguinte, a política é uma palavra de origem grega, *politikó*, que exprime a condição da participação das pessoas que devem ser livres, para tomarem decisões sobre os rumos da cidade, a *pólis*. Já, a palavra pública é de origem latina, *pública*, e significa povo, do povo e para o povo. Assim, política pública, do ponto de vista etimológico, refere-se à participação do povo nas decisões da cidade, do território, da região, da comunidade, do local e da escola. Todavia, historicamente, essa participação assumiu aspectos caracterizados no tempo e no lugar, por terem sucedidos de forma direta ou indireta (por representação) e do Estado (como o agente que é fundamental na aplicação dessa política pública) com o intuito de melhorar a vida do cidadão, na comunidade, no seu - *locus* - que ele escolheu para viver.

Segundo Appio (2005, p. 136), ao ponderar que as políticas públicas, podem ser conceituadas, como um instrumento de execução de programas políticos, baseados na intervenção estatal na sociedade. Tem a finalidade de assegurar a igualdade de oportunidades, acerca-se, por escopo, a garantia de condições materiais de uma existência digna a todos os cidadãos na comunidade. O mesmo esclarece que “as políticas públicas no Brasil” se desenvolvem em duas frentes, das quais sejam as políticas públicas de natureza social e de natureza econômica. Ambas com um sentido complementar e uma finalidade comum, qual seja, de impulsionar o desenvolvimento da Nação, por meio da melhoria, das condições gerais de vida de todos os cidadãos, que vivem em comunidades.

Em síntese, ao conceituar políticas públicas a principal ideia diz respeito à participação direta e indireta das pessoas públicas e privadas, de governo e de Estado, com as instituições representativas, visando, nomeadamente, é assegurar os direitos dos cidadãos na comunidade local.

Para além das análises políticas públicas a cidadania pode ser analisada em sua dimensão jurídica, o que permite lançar novas luzes sobre os problemas que eventualmente aquelas abordagens que poderiam implicar na vida da cidadania e na vida comunitária das pessoas. Para debruçar-se sobre o específico conceito jurídico de cidadania, Ferrajoli (1999, p. 37) parte da definição formal – isto é, de teoria geral do direito – de direitos fundamentais, entendendo por isso todos aqueles direitos subjetivos que correspondem universalmente a todos os seres humanos. E, enquanto dotados do *status* de pessoas, de cidadãos ou pessoas com capacidade de fato possuem direito que o Estado deve conceder. Assim, os direitos se estabelecem, numa primeira divisão, resultando as seguintes subcategorias: 1. Direitos da personalidade: aqueles que correspondem a todas as pessoas, sem distinção; 2. Direitos de cidadania: aqueles direitos atribuídos pelas normas jurídicas de cada ordenamento somente aos cidadãos; 3. Direitos primários ou substanciais: os que são deferidos a todas as pessoas, independentemente de sua capacidade de exercício; e 4. Direitos secundários ou instrumentais: os conferidos apenas às pessoas com capacidade de fato.

Assim, com base nos critérios de cidadania e capacidade de fato, as ideias de Ferrajoli (2001, p. 22) seguem em quatro classes de direitos: 1. Direitos humanos: direitos substanciais das pessoas concernentes a todos os seres humanos (ex.: vida, integridade, liberdade, direito à saúde e educação, garantias penais e processuais); 2. Direitos públicos: direitos substanciais reconhecidos somente aos cidadãos (direito ao trabalho em certos casos, assistência em caso de inabilitação para o trabalho); 3. Direitos civis: direitos instrumentais atribuídos a todas as pessoas com capacidade de fato (poder negocial, liberdade contratual, liberdade de empresa, direito de postular em juízo e todos os potestativos nos quais se manifesta a autonomia privada e se funda o mercado); e 4. Direitos políticos: direitos instrumentais reservados somente aos cidadãos com capacidade de fato (votar e ser votado). Não obstante, os direitos humanos, nesse contexto, nomeadamente o direito à educação, nosso foco de análise e discussões, tornam-se fundamento das obrigações do Estado para dar cidadania e formar todo cidadão na sua plenitude de ser pessoa humana.

Esses direitos são caracterizados em distintos grupos sociais, que compõem a sociedade e a comunidade, como um corpo único, conquanto, é a mesma que sofrerá as ações do Estado. Assim, por meio dessas políticas públicas, tanto educacionais, econômicas, ambientais, sociais, entre outras, se fundamentam na garantia de sobrevivência e de desenvolvimento. Certamente como cidadão comunitário, destarte, sempre na busca da garantia da sustentabilidade comunitária, do lugar onde escolheu para se viver, como cidadão livre que quer ser feliz no seu – *locus* - seu lugar com direitos de cidadania.

Políticas públicas educacionais no Brasil

Ao longo do tempo, várias esferas da coletividade como Estado, o empresário, operário, comerciante, o professor, os estudantes, o grupo familiar, a comunidade, buscam se desenvolver como entidades responsáveis que, com direitos de cidadania, contribuem para o crescimento e desenvolvimento do país. Sobretudo da comunidade local, na sociedade organizada, querem, no seu local, ter uma forma de vida e buscar felicidade. Contudo, esta responsabilidade de crescimento e desenvolvimento de forma sustentável, para ser entendida, precisa perpassar por muitas áreas de investigação, inter-multi-disciplinares, como a econômica, social, ambiental, territorial, a educacional, a comunitária, a geografia, a psicológica, entre tantas outras. Assim a sustentabilidade poderá ser vista e percebida por todos.

Convém lembrar que para ser sustentável, deve-se integrar todo esse sistema aberto, com objetivos claros e tangíveis. Mas entre essas esferas ou áreas, evidenciadas para o crescimento e desenvolvimento comunitário, em nível - tanto local como global - a “EDUCAÇÃO” torna-se um dos pontos primordiais, para qualquer tipo de crescimento ou desenvolvimento. Esses pontos primordiais devem atender, no mínimo, o tripé econômico, social, ambiental, de conteúdo sustentável no seu lugar de convívio. Certamente, sem uma educação de qualidade, baseada em políticas públicas, de curto ou longo prazo, sobretudo, o desenvolvimento não aconteceria, com

seus elementos intercalados e dependente, um do outro e pelo outro, para alcançar mudanças esperadas na sociedade.

Além do mais, definir as atividades – sócio-econômico-culturais-ambientais – do tripé básico do desenvolvimento ou crescimento, dependemos da aplicação de políticas públicas educacionais, fundamentadas em ações intervenientes, - diretas e indiretamente desde a base até a pós-graduação. As intervenções feitas por atores públicos, responsáveis, na construção e na prática de políticas que promovam, nas comunidades locais e no geral, o crescimento e o desenvolvimento, respeitando, maiormente a história e a cultura local. Sabe-se que o principal caminho para afiançar a sustentabilidade e o desenvolvimento do país ou de uma comunidade, é por meio de uma política de educacional que promova a qualidade fundamental de base, com formação cívica e social da população.

Compreendemos que a educação tem o significação e deriva do *latim*, *Educare*⁸, que significa “alimentar” e “criar”, depois, no sentido vulgar (de povo), a educação são encontrados elementos de ações que geralmente são admitidos como: a) educar só se aplica propriamente em seres humanos; b) consiste em exercer uma ação sobre o educando em ordem que ele atinja seu desenvolvimento pleno; c) esta ação é exercida por indivíduos ou grupos sociais; d) o ato educativo tem uma finalidade: promover no educando sucessivas modificações, que o levem até conseguir equilibrada maturidade pessoal, que o disponha a alcançar seu último fim, que o preparem para vida na sociedade, de que virá a ser membro; e) como a ação educativa se exerce em um ser inteligente e livre, é mister, para ser eficaz, que a ela corresponda, no educando colaboração pessoal.

Essas ações de educar o cidadão, de construir e desenvolver em comunidade um cidadão livre, que integrado no ser e no ter, irá contribuir para o crescimento e o desenvolvimento comunitário para o presente e para o futuro. O ato educativo implica cooperação de crescimento e desenvolvimento. Contudo, no processo ou ato educativo, no seu fim imediato ou remoto, reduz-se a harmonia e a formação integral do homem em sociedade, em comunidade. Assim, o estado, como tutelador da ordem jurídica e promotor

⁸ Enciclopédia Verbo, Lisboa, p. 148-149.

do bem comum temporal, deve proteger os direitos das entidades educadoras e auxiliar a promoção dos seus membros, suprindo e complementando as necessidades básicas da educação, de seu povo e nação.

Educar é uma arte dos envolvidos, com suas técnicas, e o estado com suas obrigações de manter necessidades básicas em transformar, gradualmente, as crianças em cidadãos e os transformadores, os educadores, sempre focados em assegurar, destarte, o crescimento e o desenvolvimento na comunidade local.

A ascensão do desenvolvimento comunitário, por meio da educação, em curto, médio ou longo prazo, com efeitos duradouros, implica, nomeadamente, nesse tripé integrado nas dimensões, tantas vezes citadas: econômicas, sociais e ambientais. De tal modo, o primeiro – econômico - ocorrerá se a ciência e o conhecimento avançar com novas oportunidades de empregos e renda, estimulados na promoção e no acesso ao consumo de bens e serviços de qualidade, conquanto melhorando a vida da população e das comunidades. Em segundo - o sociocultural - com a capacidade de reforçar a educação e a identidade de pertencer ao grupo local e comunitário. Por fim, em terceiro - o ambiental - no contexto da vida comunitária e na prática conservacionista, de ser parte do todo e de viver próximo - um do outro - como pessoa humana, que busca o bem comum e a felicidade de pertencer a comunidade local: com cuidados fundamentais da vida biológica, como pessoa, de forma sustentável, para garantir a existência de gerações futuras.

Para Knorek (2017, p. 39-40) o ser humano, ou pessoa humana, “só é enquanto relacionalidade” nas dimensões de sua existência. Falar das quatro dimensões de ser como pessoa humana, no *cosmos* e no *caos*, se pauta: com relação a Deus (como filhos na religiosidade), consigo mesmo (como seu senhor na liberdade (agir) e na consciência de ser), com relação ao cosmos (como administrador das criaturas e da matéria) e como os outros seres (como irmão na intersubjetividade), ou seja, essas quatro dimensões – com ele, com o próximo, com o meio ambiente e com o divino, é assegurar a coexistência e a sustentabilidade de ser comunidade, ou seja, querer ser pessoa que está no local, onde escolheu para viver, como pessoa humana, por estar em busca da felicidade. Dessa forma, as atividades

educacionais podem – sim - assegurar resultados desejáveis, em condições sustentáveis de vida - agora e no futuro - sem ameaças e garantindo o respeito de ser pessoa que vivem e convivem em comunidade.

É notório que, por meio de leis, as políticas públicas educacionais se estruturam no Brasil por meio da Constituição Federal de 1988. A partir dela, estabelecem-se, no art. 227, os direitos fundamentais da pessoa humana e o direito à educação e ao trabalho. A lei determina e obriga, dando a incumbência ao Estado, garantias para a família, a comunidade e a sociedade em geral, assegurar e concretizar, entre vários direitos, constitucionais o contexto da educação e formação, como prioridades, para o desenvolvimento sustentável da sociedade:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1988, art. 227).

Em virtude do artigo da Constituição de 1988 educação é direito de todos e dever do Estado, da família e da comunidade em promover e incentivar ações educacionais, com a cooperação da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa humana e ao desenvolvimento comunitário de forma sustentável. Portanto, sustentável no sentido de que consegue se sustentar (manter a escola funcionando); em que há ou pode haver sustentação, que se consegue defender (a vida e a cultura do campo); defensável, na teoria sustentável do uso restrito onde se possa ser realizado sem que haja prejuízo (riscos de fechamentos, de deterioração, de esquecimento) ao ambiente de desenvolvimento sustentável. É na comunidade que se deve garantir, sobretudo, que nenhuma coisa aconteça e leve riscos em findar, é a educação, como alguma coisa motivadora ao desenvolvimento e ao crescimento, jamais como causadora da morte e da extinção de uma comunidade local.

Igualmente, as políticas públicas de Estado, no contexto atual, como por exemplo, o Estatuto da Criança de Adolescente (ECA) (Brasil, Lei n. 8.069), garante na disposição, para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, na comunidade, na localidade, próximo a sua residência, é citado e se observa, no parágrafo V, do (ECA), onde se refere o Art. 53, em destaque: “A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - direito de ser respeitado por seus educadores; III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; IV - direito de organização e participação em entidades estudantis; V - acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica (Redação dada pela Lei n. 13.845, de 2019). Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais”.

Destarte, no ECA define-se que a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, destaca, assim, que é dever do Estado, por meio das políticas públicas educacionais, garantir esses direitos de formação inicial e contínua. Nesse sentido, a lei assegura a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola nas proximidades de sua residência.

Todos os educandos têm o direito de serem respeitados por seus educadores, de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores, o direito de organização e de participação em entidades estudantis, e acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Para que esses direitos sejam observados, e colocados em prática, o ECA também estipula os deveres do Estado no Art. 54: é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio; III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência,

preferencialmente na rede regular de ensino; IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade; (Redação dada pela Lei n. 13.306, de 2016); V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador; VII - atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. § 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo. § 2º O não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente. § 3º Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsável, pela frequência à escola.

Essas garantias, do ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para os que a eles não tiveram acesso na idade própria, assegurar progressivamente a extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio, oferecer atendimento educacional especializado a quem manifestar qualquer tipo de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino e oferecer atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade é obrigação do Estado.

Além disso, garantir, na sequência da educação, o acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; deverá haver oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador; promover atendimento no ensino fundamental, por programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. Garantir, assim, o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é um direito público subjetivo, ou seja, pode sempre ser exigido do Estado, por parte do cidadão, e por meio das políticas públicas implantadas por obrigação do Estado.

Desse modo, caso o poder público não garanta o acesso à educação ou não o faça de maneira regular, o cidadão tem a possibilidade de exigir judicialmente seu direito seja observado, obrigando o Estado a fazê-lo: esse deve ser o modo de agir do cidadão que vive em comunidade de forma sustentável.

Se for discutido, o desenvolvimento comunitário, a partir das políticas públicas educacionais, que possam promover, de certa forma, por meio das ações de governo estabelecidas nas leis, um ensino de qualidade, desde as séries iniciais, nível universitário e pós-graduação, teremos resultados futuros, passíveis de serem visíveis por meio de indicadores de crescimento e desenvolvimento. Logo, políticas educacionais, devem ser medidas todo instante, para verificar por meio desses indicadores se os investimentos aplicados, foram suficientes e se estão ou não apontando melhoras no tripé básico do desenvolvimento comunitário: sociocultural, econômico e ambiental.

Para garantir um ensino de qualidade, na forma da lei como política pública educacional de Estado e não de Governo, foram apresentadas a Lei Diretrizes e Bases da Educação (LDB, Lei n. 9.394), aprovada em 20 de dezembro de 1996, no governo de Fernando Henrique Cardoso. Essa lei orienta um novo sistema educacional no Brasil. A lei ordena toda a educação escolar no Brasil, desde a educação infantil até os cursos de pós-graduação realizados pelas universidades. A LDB versa sobre os mais diversos temas da educação brasileira, porém, desde sua implantação, a mesma, já sofreu várias alterações.

Em resumo, a LDB é a mais importante lei brasileira no que diz respeito à educação, sendo conhecida popularmente como Lei Darcy Ribeiro, em homenagem a importante educador e político brasileiro. A LDB tem 92 artigos que tratam sobre os mais diversos temas da educação brasileira. As principais funções a LDB são estabelecer que todo cidadão brasileiro, tenha o direito ao acesso gratuito ao Ensino Fundamental (9 anos de estudo); apontar para que este direito seja, gradativamente, levado também ao Ensino Médio; determinar a função do Governo Federal, Estados e Municípios no tocante a gestão da área de educação; estabelecer as obrigações das instituições de ensino (escolas, faculdades, universidades, etc.); determinar a carga horária mínima para cada nível de ensino; - apresenta diretrizes curriculares básicas, e apontar funções e obrigações dos profissionais da educação (professores, diretores, etc.).

Com isso, todo cidadão brasileiro tem o direito ao acesso gratuito ao Ensino Fundamental, direito gradativo que deve ser levado até o Ensino

Médio. Decide à função do Governo Federal, Estados e Municípios no tocante à gestão da área de educação, e estabelece às obrigações das instituições de ensino (escolas, faculdades, universidades, entre outros), além de determinando a carga horária mínima para cada nível de ensino e de apresentar diretrizes curriculares básicas e determina as funções e obrigações dos profissionais da educação. (professores e diretores).

Em seu Art. 1º, versa que a educação é compreendida como processo de formação humana. Destaca-se: Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. § 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias. § 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

No Art. 2º, Dos Princípios e Fins da Educação Nacional, a educação é dever da família e do Estado. Tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

Já, o Art. 3º traz os princípios de Igualdade acesso/permanência, Liberdade; Pluralismo de ideias; Tolerância; Coexistência – público/privado; Gratuidade do ensino público; Valorização do profissional e Gestão democrática; Padrão de qualidade; Valorização extraescolar. Assim, destaca-se o Art. 3º - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância; V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VII - valorização do profissional da educação escolar; VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; IX - garantia de padrão de qualidade; X - valorização da experiência extraescolar; XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013); XIII - garantia

do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018).

Dos direitos a educação e do dever de educar, destaca-se o Art. 4º - O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, organizada da seguinte forma: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013). a) pré-escola; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013). b) ensino fundamental; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013). c) ensino médio; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013); II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013); III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013); IV - acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013); V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando; VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola; VIII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013); IX - padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem. X – vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade, (Incluído pela Lei nº 11.700, de 2008). Art. 4º- A. É assegurado atendimento educacional, durante o período de internação, ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar

por tempo prolongado, conforme dispuser o Poder Público em regulamento, na esfera de sua competência federativa.(Incluído pela Lei nº 13.716, de 2018). No Art. 5º - O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigí-lo. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013). Ainda, ressalta que o Ensino Fundamental é um direito público subjetivo. É dever dos pais matricular os menores a partir dos 4 anos. Art. 6º - É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade.(Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013). O Art. 7º- O aluno regularmente matriculado, em instituição de ensino pública ou privada, de qualquer nível, é assegurado, no exercício da liberdade de consciência e de crença, o direito de, mediante prévio e motivado requerimento, ausentar-se de prova ou de aula marcada para dia em que, segundo os preceitos de sua religião, seja vedado o exercício de tais atividades, devendo-se lhe atribuir, a critério da instituição e sem custos para o aluno, uma das seguintes prestações alternativas, nos termos do inciso VIII do *caput* do art. 5º da Constituição Federal: (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019): - prova ou aula de reposição, conforme o caso, a ser realizada em data alternativa, no turno de estudo do aluno ou em outro horário agendado com sua anuência expressa; (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019); II - trabalho escrito ou outra modalidade de atividade de pesquisa, com tema, objetivo e data de entrega definidos pela instituição de ensino (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019). § 1º A prestação alternativa deverá observar os parâmetros curriculares e o plano de aula do dia da ausência do aluno, (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019); § 2º O cumprimento das formas de prestação alternativa de que trata este artigo substituirá a obrigação original para todos os efeitos, inclusive regularização do registro de frequência, (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019). § 3º As instituições de ensino implementarão progressivamente, no prazo de 2 (dois) anos, as providências e adaptações necessárias à adequação de seu funcionamento às medidas previstas neste artigo. (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019), (Vide parágrafo único do art. 2); § 4º O disposto neste artigo não se aplica

ao ensino militar a que se refere o art. 83 desta Lei, (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019). Da Organização da Educação Nacional - Art. 8º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino. § 1º Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais. § 2º Os sistemas de ensino terão liberdade de organização nos termos desta Lei. Art. 9º A União incumbir-se-á de: I - elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; II - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e o dos Territórios; III - prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva; IV - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum; IV-A-estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, diretrizes e procedimentos para identificação, cadastramento e atendimento, na educação básica e na educação superior, de alunos com altas habilidades ou superdotação; (Incluído pela Lei nº 13.234, de 2015) V - coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação; VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino; VII - baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação; VIII - assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino; IX - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino, (Vide Lei nº 10.870, de 2004). § 1º Na estrutura educacional, haverá um Conselho Nacional de Educação, com funções normati-

vas e de supervisão e atividade permanente, criado por lei. § 2º Para o cumprimento do disposto nos incisos V a IX, a União terá acesso a todos os dados e informações necessários de todos os estabelecimentos e órgãos educacionais. § 3º As atribuições constantes do inciso IX poderão ser delegadas aos Estados e ao Distrito Federal, desde que mantenham instituições de educação superior. Os deveres dos Estados nas políticas educacionais - Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de: I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino; II - definir, com os Municípios, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público; III - elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios; IV - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino; V - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino; VI - assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem, respeitado o disposto no art. 38 desta Lei; (Redação dada pela Lei nº 12.061, de 2009); VII - assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual. (Incluído pela Lei nº 10.709, de 31.7.2003) Parágrafo único. Ao Distrito Federal aplicar-se-ão as competências referentes aos Estados e aos Municípios.

Os deveres dos municípios com as políticas educacionais firmadas na LDB estão no Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de: I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados; II - exercer ação redistributiva em relação às suas escolas; III - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino; IV - autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino; V - oferecer a educação infantil, em creches e pré-escolas, e com prioridade, o ensino fundamental, permitida à atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessi-

dades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino. VI - Assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal. (Incluído pela Lei nº 10.709, de 31.7.2003). Parágrafo único. Os Municípios poderão optar, ainda, por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica. Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: I - elaborar e executar sua proposta pedagógica; II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros; III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas; IV - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente; V - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento; VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola; VII - informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola; (Redação dada pela Lei nº 12.013, de 2009). VIII – notificar ao Conselho Tutelar do Município a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de 30% (trinta por cento) do percentual permitido em lei; (Redação dada pela Lei nº 13.803, de 2019); IX - promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (*bullying*), no âmbito das escolas; (Incluído pela Lei nº 13.663, de 2018). X - Estabelecer ações destinadas a promover a cultura de paz nas escolas. (Incluído pela Lei nº 13.663, de 2018). XI - promover ambiente escolar seguro, adotando estratégias de prevenção e enfrentamento ao uso ou dependência de drogas. (Incluído pela Lei nº 13.840, de 2019). A comunidade (Art. 14) deve participar na elaboração das propostas pedagógicas e nos conselhos escolares. À escola cabe autonomia (Art. 15) pedagógica, administrativa e de gestão financeira. Quanto aos sistemas de ensinos Federal, Estadual e Municipal, são regulamentados nos artigos - Art. 16. O sistema federal de ensino compreende, no Art. 17, Os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal e no Art. 18, Os sistemas municipais de ensino compreendem: I - as instituições do ensino fundamental, médio e

de educação infantil mantida pelo Poder Público municipal; II - as instituições de educação infantil criada e mantidas pela iniciativa privada; III - os órgãos municipais de educação. A lei, também, regulamenta as regras da educação básica (art. 23 e 24), o currículo na educação básica (art. 26 e 27), as características dos níveis de ensino (artigos 29, 31, 32). Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006). Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito, à diversidade cultural e religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo, (Redação dada pela Lei nº 9.475, de 22.7.1997). No Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidade. Da Educação Profissional e Tecnológica (Art. 39 aos 42). Da educação superior, dos (Art. 43 aos 57). Da educação especial (Art. 58 aos 60). Dos Profissionais da Educação (Art. 61 aos 67), define que há ainda a previsão de normas para profissionais com relação à formação mínima em nível médio, modalidade normal e nível superior em licenciatura, e sua valorização, implantando o plano de carreira, concurso público, aperfeiçoamento, piso salarial, progressão, condições de trabalho. Dos Recursos financeiros (Art. 68 - 77) - Art. 68. Serão recursos públicos destinados à educação os originários de: I - receita de impostos próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; II - receita de transferências constitucionais e outras transferências; III - receita do salário-educação e de outras contribuições sociais; IV - receita de incentivos fiscais; V - outros recursos previstos em lei. O artigo 77 normatiza o financiamento por meio dos recursos públicos que serão destinados às escolas públicas e podem ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, que tomam a forma de bolsas para aqueles que denunciarem falta de recursos financeiros, ou por falta de vagas, ficando o Estado responsável pela expansão para adequação da rede escolar, conforme visa a Constituição Federal de 1988 / LDB Art. 69. A LDB define o que é gasto com educação (Art. 70) e o que não o é no artigo 71. Por fim, Nas Dispo-

sições Gerais e Transitórias, regulamenta a Educação Indígena (Art. 78-92), e o Ensino a Distância (EAD) – (Art. 80). São instituídas a Década da Educação (Art. 87), o Plano Nacional de Educação (aprovado em 2001), cuja obrigação dos municípios é matricular todas as crianças de 6 anos de idade. Institui também, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a capacitação, até o final da década, quando todos os professores deverão ter nível superior. A LDB, supracitada alguns pontos, e que vem sendo alterada, com medidas provisórias, certamente faz das políticas públicas educacionais uma forma ou maneira de melhorar o sistema educacional no Brasil.

No Brasil,⁹ as políticas públicas educacionais se fundamentam com a Lei n 9424/96, que regulamentou o FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), o qual vigorou entre 1998 e 2006. Com a nova legislação, cria-se o FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), instituído pela Emenda Constitucional n. 53, de 19 de dezembro de 2006 e regulamentado pela Medida Provisória n. 339, de 28 de dezembro do mesmo ano, convertida na Lei n. 11.494, de 20 de junho de 2007, e pelos Decretos n. 6.253 e 6.278, de 13 e 29 de novembro de 2007, respectivamente.

O fundo é uma evolução do mecanismo anterior porque, apesar de utilizar a mesma metodologia, passou a redistribuir, um conjunto maior de impostos observando todas as matrículas da Educação Básica, e não apenas para o Ensino Fundamental.

O fundo recebe verbas do Governo Federal, estados e municípios. Assim, a Lei 11.494/07 que regulamenta o FUNDEB é de natureza contábil com prazo de 10/14 anos de funcionamento. Distribuição dos recursos: número de alunos matriculados no Ensino Fundamental regular presencial na Educação Básica. Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) e a valorização do magistério (60% para pagamento de salário de professores), acompanhamento e Controle Social/Conselhos.

O FUNDEB não é um único fundo, mas, é um conjunto de 27 fundos (26 estaduais e 1 do Distrito Federal) que serve como mecanismo de

⁹ FUNDEB - Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/conteudo/perguntas-e-respostas-o-que-e-e-como-funciona-o-fundeb>. Acesso 20 de abril de 2021.

redistribuição de recursos destinados à Educação Básica. Trata-se de um grande cofre do qual sai dinheiro para valorizar professores e desenvolver e manter funcionando todas as etapas da Educação Básica – desde creches, Pré-escola, Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio até a Educação de Jovens e Adultos (EJA) - não, a Educação Superior não entra nessa conta.

Assim, o FUNDEB entrou em vigor em janeiro de 2007 e se estendeu até 2020, conforme prevê a Emenda Constitucional n. 53, que alterou o Art. 60 do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), por isso a urgência em ajustar uma proposta de Novo FUNDEB.

Em 2019, o valor mínimo por aluno no FUNDEB, considerando o fator de ponderação para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental urbano, foi de R\$ 3.044,29. Esse foi o menor valor distribuído por estudante para os estados e municípios brasileiros pelo fundo, sendo definido por Portaria Interministerial do Ministério da Educação e do Ministério da Fazenda. Todo fundo estadual que teve valor aluno/ano inferior a esse mínimo, definido para 2019, recebeu recurso de complementação da União. Com esse mecanismo, a União garante, que todos os municípios e governos de Estados, tenham acesso a um valor por matrícula pelo menos igual ao valor mínimo nacional.

Com o vencimento do mesmo, surge o novo FUNDEB¹⁰ que foi aprovado pela Câmara dos Deputados no dia 21 de julho de 2020, com a proposta de emenda à Constituição (PEC) que renova o fundo que financia a educação básica – e amplia gradualmente a participação da União, até o percentual de 23% a partir de 2026. O texto-base da proposta foi aprovado em primeiro turno por 499 votos a 7, por se tratar de uma alteração constitucional, eram necessários pelo menos 308 votos a favor.

No segundo turno, o texto-base foi aprovado por 492 votos a 6. Os votos contrários à PEC em 1º turno foram dados pelos deputados Paulo Martins (PSC-PR), Bia Kicis (PSL-DF), Chris Tonietto (PSL-RJ), Filipe Barros (PSL-PR), Junio Amaral (PSL-MG), Luiz P. O. Bragança (PSL-SP) e Márcio Labre (PSL-RJ). O rito normal de tramitação de uma PEC prevê

¹⁰ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/07/21/fundeb-camara-aprova-em-1o-turno-texto-base-com-23percent-de-participacao-da-uniao-ate-2026.ghtml>. Acesso em 10 de agosto de 2021.

cinco sessões de intervalo antes da votação em segundo turno, mas a regra pode ser quebrada se houver acordo entre os partidos.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), também comemorou a renovação do fundo. Disse que a Câmara “fazia história”, mas que, ao mesmo tempo, estava ciente da responsabilidade para “encontrar os caminhos para que esses recursos possam chegar aos municípios”. *“São despesas que, na verdade, são investimentos nas nossas crianças e no futuro de tantos brasileiros”*, afirmou. Agora, o FUNDEB tem vigência até este ano, e a participação atual da União é de 10% e o texto da relatora prevê elevar o percentual para 23%, em 2026, e destinar uma parcela dos recursos para a educação infantil. Pela proposta da relatora, a participação da União no fundo será da seguinte maneira: 12% em 2021; 15% em 2022; 17% em 2023; 19% em 2024; 21% em 2025; 23% em 2026.

Para Bof, Alvana Maria (organização) e, Sampaio (2006, p. 74-78), a Constituição de 1988, ao proclamar a educação como direito público subjetivo e, portanto, de todos os cidadãos, independentemente de residirem em zonas urbanas e rurais, abriu caminho para o tratamento da educação rural como direito, conclamando os direitos de equidade e respeito às diferenças. Mas foi somente a LDB que, reconhecendo a concepção de “mundo rural” defendida pelos movimentos sociais do campo, estabeleceu as normas para a educação no meio rural: Art. 28 – Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: A Educação no Brasil Rural - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; – organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às – fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; – adequação à natureza do trabalho na zona rural. Entretanto, pouco dessa legislação foi colocado em prática.

Embora tenha colaborado para que as Constituições dos Estados determinassem a adaptação dos currículos e calendários às características e necessidades das regiões, poucos deles especificaram e implementaram com mais detalhes sua política de educação na área rural, dissociada de uma visão urbana de educação (CNE, 2002).

Vale destacar que no Estado do Rio Grande do Sul, em sua Constituição, a educação do campo e a educação agrícola no contexto da implantação da reforma agrária está assegurada, superando, assim, a abordagem compensatória das políticas e apontando as aspirações de liberdade política, igualdade social, direitos ao trabalho, à terra, à saúde e ao conhecimento dos(as) trabalhadores(as) rurais. Estabelece, ainda, que, na área rural, para cada grupo de escolas de ensino fundamental incompleto, existirá uma escola central de ensino fundamental completo, designada pelo Conselho Municipal de Educação, para assegurar o número de vagas necessárias para absorver os alunos da área (CNE, 2002).

A estratégia de criar escolas-núcleo ou escolas-pólo, eliminando as escolas rurais isoladas e transportando os alunos até as escolas nucleadas foi amplamente disseminada. Justificada e defendida com princípios de equidade na distribuição das oportunidades educacionais para alunos da zona urbana e rural, a estratégia tem sido também criticada, tanto por não apresentar uma relação de custo efetividade favorável quanto por ser prejudicial às crianças do meio rural. Logo, muitas vezes ficam várias horas em ônibus ou similares, realizando o trajeto de casa para a escola e vice-versa, ou por desenraizar as crianças de seu contexto cultural. Muitas vezes as crianças das escolas desativadas não são levadas para uma escola-núcleo, mas sim para qualquer escola na cidade que apresente vagas. Outras, também podem evadir, caso o transporte não seja disponibilizado ou apresente problemas de qualidade e segurança.

No âmbito federal, nos anos 1990, embora o Ministério da Educação não tenha adotado políticas específicas em relação à educação nas zonas rurais, adotou uma série de políticas universalistas que também beneficiaram as escolas no meio rural. Dentre essas políticas estão: – o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF); dados mostram que esse fundo contribuiu para o aumento da cobertura escolar, embora os problemas com desempenho e progressão dos alunos permanecem ocorrendo.

A Educação no Brasil Rural – o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD); – o Programa Nacional de Transporte Escolar (PNTE); – o Programa de Dinheiro

Direto na Escola (PDDE). Foram iniciados, também, dois programas que beneficiam predominantemente o meio rural: – programa Escola Ativa, específico para as escolas multisseriadas, que utiliza metodologia adaptada da experiência colombiana da Escuela Nueva. Até 2003, o modelo havia sido implementado pelo programa Fundescola do Ministério da Educação, em 4.302 escolas multisseriadas rurais (7% do total) em 558 municípios - o Pro formação, um programa de habilitação de professores, a distância, destinado a professores sem habilitação que atuam de 1ª a 4ª série e classes de alfabetização nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A maior parte (80%) dos 35 mil professores atendidos encontram-se atuando em zonas rurais.

Muitas questões levantadas, por exemplo, “se a educação no meio rural deve ou não contar com políticas específicas”, diferenciadas da educação em geral, permanecer aberta ao debate, além disso, era importante notar que nenhum desses programas constituiu-se uma política específica de educação rural/do campo, já que a perspectiva do governo era desenvolver políticas que beneficiassem a todos, indistintamente, que é determinado pela lei, na sua universalidade, como princípio legal: por isso foi feito o mesmo tratamento tanto para escolas rurais como para as urbanas.

Historicamente, políticas públicas específicas são ideias de movimentos sociais e associações civis do campo, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), a Confederação Nacional do Trabalhador e Trabalhadora na Agricultura (Contag), a Pastoral da Terra da Confederação dos Bispos do Brasil (CNBB), a União Nacional das Escolas Família Agrícola do Brasil (UNEFAB), a Associação das Casas Familiares Rurais (ARCAFAR), entre tantos outros, que manifestam e reivindicam, por meio de políticas públicas específicas, o fortalecimento do mundo rural.

No final da década de 1990, esses grupos organizaram vários seminários que conferiram, uma maior visibilidade, às questões e demandas relativas a políticas públicas específicas para a educação do campo. Entre outros, podem ser mencionados o I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA), realizado em 1997, seguido pela Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, em 1998. Além deles denunciarem os graves problemas da educação no campo, em

relação à falta de escolas, a falta de infraestrutura e reivindicar soluções para esses problemas. Apesar disso, as propostas e encaminhamentos, produzidos nesses eventos, apontavam para a necessidade urgente de uma política de valorização do magistério e apoio às iniciativas de renovação pedagógica no campo. Querem também a promoção de um currículo que seja condizente com as necessidades, daquelas populações e considerem seu contexto, no processo de aprendizagem, uma melhoria na qualidade da educação do campo. Para eles a educação é um fator-chave para a construção de um projeto de desenvolvimento rural sustentável, onde as pessoas que vivem nas comunidades rurais tenham trabalho, renda e dignidade humana respeitada.

Também em 1998 constituiu-se a Articulação Nacional por uma Educação do Campo, integrada por representantes da CNBB, do MST, da Universidade de Brasília, da Unesco e da Unicef. Em novembro de 2002, a Articulação promoveu o Seminário Nacional por uma Educação do Campo, com a participação de várias organizações governamentais e não-governamentais. De modo geral, as críticas colocadas são as mesmas: os problemas na educação rural permanecem e a nova geração do campo está sendo “deseducada” para viver no campo, perdendo, assim, sua identidade cultural e seu projeto de futuro. Solicitam, assim, uma maior intervenção do governo federal para solucionar os problemas endêmicos da educação do meio rural, tanto referente à provisão de recursos materiais e humanos e também pela baixa qualidade no ensino. A partir da mobilização dos movimentos sociais, o cenário da educação rural, nas instâncias oficiais, vem mudando, com o processo de nucleação em alguns estados brasileiros.

Em 2002, foram aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação, as “Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo”, que colocam em evidência muitas das reivindicações para a educação do campo. O governo federal, por sua vez, que iniciou seu mandato em 2003, definiu como uma de suas prioridades a implementação de políticas de combate à exclusão do homem do campo, apoiando o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais, Movimento dos Atingidos por Barragens, Movimento dos Pequenos Agricultores, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, Movimentos Indígenas, Conselho Indigenista Missio-

nário, Comunidades Quilombolas, Pastoral da Juventude Rural, Comissão Pastoral da Terra, Escolas Família Agrícolas, Movimento de Organização Comunitária, entre outras, na intenção de garantir sustentabilidade as comunidades rurais e a permanência das pessoas nesse meio. Assim, o parecer nº 36/2001 e Resolução nº 1/2002 sobre a Educação no Brasil Rural social, incluiu a educação e a escola do campo como garantia de sustentabilidade das comunidades rurais.

O estabelecimento do Grupo de Diálogo no âmbito do Programa de Estudos e a recente criação do Grupo de Trabalho da Educação do Campo são provas concretas dessa abertura, para garantir qualidade de vida e educação com qualidade no meio rural. O Ministério assumiu, ainda, o compromisso de divulgar e disseminar as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo para os Estados e municípios. Criou-se, assim, um momento muito favorável e sem precedentes para o desenvolvimento da educação do campo no Brasil, não só pela inclusão das questões referentes à educação do campo, na agenda do governo federal, mas, também, pelo processo participativo instaurado por ele.

Assim, os movimentos sociais foram convocados para discutir e participar da definição de políticas referentes à educação do campo junto ao governo federal. Por outro lado, a União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (CONSED) começam, também, a considerar a educação do campo em suas agendas políticas. Assemelhar-se a, portanto, que se abriu uma janela de oportunidade, para a formulação de políticas públicas, para a melhoria da educação no meio rural.

Pastorio (2015, p. 43) fala das diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo, que teve sua aprovação e constituiu como subsídio para desenvolvimento de projetos e programas, no contexto da educação, em escolas do campo. Esse texto manifesta uma abordagem sobre o acesso e permanência dos alunos na Escola; responsabilidade de sua manutenção; níveis e modalidades de ensino; o processo de nucleação e transporte escolar, relacionados à Educação do Campo.

Com a sua aprovação, tornaram-se ratificados alguns aspectos das Diretrizes Operacionais Resolução CNE/CEB 1, de 3 abril de 2002, o que permitiu a ampliação das discussões sobre o fechamento das escolas multisseriadas e o desenvolvimento do processo de nucleação, na figura de criação das escolas polos, centralizadas geograficamente no interior do município. Em contrapartida, manifesta a responsabilidade, dos entes da Federação, sobre a disposição sobre o transporte escolar, para todos os alunos em idade escolar, bem como havendo a possibilidade de expansão para a Educação de Jovens e Adultos.

Essa constitui a Resolução N° 2, de 28 de abril de 2008, que estabelece as “diretrizes complementares e princípio para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo”, e no seu Artigo 1º, define que, A Educação do Campo compreende a Educação Básica em suas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de nível médio integrada com o Ensino Médio e destina-se ao atendimento às populações rurais, em suas mais variadas formas de produção da vida – agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros. (BRASIL, 2008).

Nesse sentido, verifica-se a relevância da construção dessa política, no sentido de garantir o acesso das populações do campo a todas as etapas da Educação Básica, integrando os Cursos Técnicos. Apesar de responsabilidade de todos os Entes Federados no sentido de trabalhar para articular e propor ações de desenvolvimento, em particular, essa resolução determina maior responsabilidade ao poder municipal, por considerar, segundo Brasil (2008), “sua condição de estarem mais próximas dos locais em que residem as populações rurais”.

Percebe-se as peculiaridades das legislações sobre Educação do Campo no sentido de propor alternativas que possibilitem adaptar-se à realidade encontrada entre as áreas rurais brasileiras. Pastorio (2015, p. 56) conceitua nucleação da seguinte forma: “[...] um procedimento político-administrativo que consiste na reunião de várias escolas isoladas em uma só, desativando ou demolindo as demais.”

Oliveira (2018, p. 46), citando Rivas (1991), entende que a nucleação “se baseia em um agrupamento, por meio de uma rede de serviços, inter-relacionados entre si, das unidades escolares de uma área geográfica determinada”, área essa definida por fatores demográficos, topográficos, de comunicações e de homogeneidade socioeconômica. Segundo o autor, o núcleo educativo se constituiu de uma unidade com funções técnico-docentes, administrativas e de promoção comunitária. No núcleo educativo se desenvolvem programas de escolarização e de não escolarização e ações de extensão educativa com apoio da promoção comunitária e o fomento da participação da população (Hevia Rivas, 1991, p. 40). Em termos de experiências historicamente situadas, Hevia Rivas (1991, p 39) aponta que o processo de nuclearização se iniciou na América Latina nos anos de 1930, entre educadores bolivianos, peruanos e equatorianos. Nesses países, a maioria das escolas do interior eram unidocentes e em condições difíceis de funcionamento. A ideia inicial era criar laços entre escolas semelhantes, existentes em um mesmo distrito, de modo que destas resultasse uma escola modelo que servisse de referência para as demais. Tal escola seria um centro de coordenação e de experiência para as demais. Na década de 1970, a ideia de nuclearização foi retomada pelo governo peruano, que designou a iniciativa de Núcleos Educativos das Comunidades (NECs) (Hevia Rivas, 1991).

Seguindo essa lógica, Carmo (2010, p. 161) destaca que “a nucleação consiste em construir uma escola de grande porte em um determinado espaço geográfico, de forma que fique centralizada e as demais do entorno seriam deslocadas para esta”. Vale salientar que, essas escolas foram chamadas de Escolas Nucleadas, ou Escolas Polo, ou ainda Escolas Consolidadas. De forma geral, denominações criadas para identificar escolas que reúnem ou agrupam várias escolas isoladas em uma única localidade.

Segundo Oliveira (2018, p. 15), ao mencionar as idéias sobre a política pública de nucleação (Gnigler, 2000, p. 7): “objetivação na redução de gastos com a implementação da municipalização do ensino básico, optaram pelo fechamento de diversas escolas multisseriadas e, através do processo chamado de nucleação, reuniram os estudantes das unidades desativadas em centros urbanos maiores. Ainda sobre os dados sistematizados, cita

novamente Gnigler (2000), que apresenta dados que, somente no oeste catarinense, cerca de 590 escolas foram desativadas, com o processo de nucleação. De acordo com o autor, os movidos pela ideia de que a manutenção de alguns poucos centros de ensino, com o agrupamento dos diversos alunos através do transporte escolar, resultaria em economia aos cofres municipais, posto que possibilitaria a redução do número de professores e de servidores ligados à atividade de ensino, os municípios promoveram a desativação de escolas da área rural (escolas isoladas multisseriadas).

Contudo, defende-se o argumento de que outro formato elevaria a qualidade do ensino, na medida em que a concentração dos alunos em maior número, viabilizaria a separação em classes, de acordo com a faixa etária. Assim, nuclear as escolas rurais, poderia gerar grande economia para o município, considerado, o processo de nucleação das escolas rurais, conforme a política pública educacional, para o meio rural.

Depois, associada à instauração voltada para uma gestão educacional, pautada na decisão político-financeira direcionada pelo governo federal, por meio da qual os investimentos em educação pública priorizaram o ensino fundamental. Ficou evidenciado com a criação FUNDEF e com o fortalecimento do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), permanecendo, igualmente, estabelecidos critérios para a transferência de recursos financeiros para as escolas públicas, do ensino fundamental que aceitaram o processo de municipalização.

Os argumentos para justificar essas políticas públicas de municipalização do ensino rural são observáveis no Diagnóstico sobre a Educação em Santa Catarina, publicado na década de 1990 (Santa Catarina, 1994). Destaca-se a via da municipalização que é referida como “meio de enfrentamento para a municipalização corresponde ao atendimento de ideologias que sustentam atributos de maior eficiência pedagógica (no caso da educação) pelo envolvimento direto e intenso das motivações das comunidades” (p. 162), uma perspectiva de municipalização que, claramente, visa marcar um sentido de pertinência social do desenvolvimento rural.

Foi nesse contexto, desde os anos 1970, segundo Oliveira (2018), p. 43), que se deu a implantação do Projeto de Coordenação e Assistência Técnica ao Ensino Municipal (Pro município), desenvolvido pelo Minis-

tério da Educação e Cultura (MEC), que vigorou de 1975 a 1981, com a finalidade de solucionar os problemas do ensino municipal, com o objetivo de aperfeiçoar o do ensino de 1º grau, mediante ações articuladas entre as administrações estadual e municipal, com base no qual foram firmados convênios entre os estados e municípios. A autora, ao citar as explicações de Rosar (1997, p. 115) sobre a criação do projeto que visou preencher esta lacuna viabilizando as condições para o município assumir o ensino de 1º grau. Teve a função de disseminar essa concepção de descentralização coordenada de forma centralizada e que o Ministério da Educação tinha conhecimento das limitações políticas e econômicas para a atuação dos órgãos municipais a nível local. Como parte de um conjunto de medidas, em escala nacional, o projeto estava em acordo com os interesses econômicos vigentes em reduzir a responsabilidade da União, em termos de investimentos, no ensino de 1º grau. A partir disso, passam a responsabilidade aos municípios que, como assinalado, não possuíam recursos para tal empreitada. Ademais, observa Rosar (1997), os obstáculos à municipalização não eram desconhecidos. Estudos realizados pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) indicavam que a descentralização para o nível municipal, da educação, seria muito difícil sem a reforma tributária. Entre os anos de 1975 e 1981, o IBAM pesquisou 234 municípios e ficou evidente que os pequenos e médios foram prejudicados pela falta de recursos, o que agravou, ainda mais as condições da educação escolar no meio rural, especialmente nos municípios carentes. Rosar(1997, p. 166) levanta algumas críticas, referindo-se [...] ao atendimento a demanda, ao rendimento escolar, à habilitação dos professores leigos, à evasão escolar, à falta de recursos didáticos e equipamentos, à remuneração do professor, aos conteúdos e aos métodos de ensino, à interferência de padrões clientelísticos no repasse de recursos feitos pelas Secretarias de Educação aos municípios.

Destacam-se os problemas crescentes com essa política, tais como a inexistência ou inadequação dos serviços de educação municipal; a carência de rede física; a predominância de professores não titulados insuficiência de recursos humanos e financeiros; altas taxas de repetência; altas taxas de evasão; acentuada distorção idade-série; grande número de escolas

unidocentes. Acrescentou ainda, com classes multisseriadas; e currículo e programas inadequados, problemas nas estruturas das escolas, enfim, tudo contribuiu para a municipalização e, posteriormente o processo de nucleação das escolas rurais.

Outrossim, por meio dessa política pública educacional que se inicia a implantação da municipalização das escolas rurais, sobretudo, não traz melhorias para a educação, mas, sim, um aumento de gastos para os municípios. Também, quando arcaram com as despesas, das escolas rurais, e, muitas escolas degradadas, sem recursos e sem muitos alunos, foram impulsionadas para o processo de nucleação. Logo, surgem as reformas educacionais desde a década de 1970 chegando em 2023, com muitos problemas na educação do campo.

Considerando a dualidade da política educacional que envolvem as escolas do campo, Berbat e Medeiros¹¹ (2017, p. 3) discorrem sobre a luta pela educação do campo., desafiadora para o estado. Ao entrar em constante contradição, e buscar atender, ao mesmo tempo, as exigências dos movimentos sociais e beneficiar o sistema dominante, o capitalismo, o que gera um novo conflito: conflito que é acentuado pela contradição das ações do próprio Estado, que alterna políticas condizentes com a continuidade da educação rural. Sobre novas bases, com políticas de educação do campo, que atendem parte das reivindicações, dos movimentos sociais do campo, sem, contudo, alterar significativamente as desigualdades produzidas pela educação rural (Cordeiro, 2013, p. 15).

O conflito descrito, se torna cada vez mais aparente, devido às conquistas legais que a educação do campo, vem alcançando, e o governo ora elabora políticas públicas que atendem as necessidades dos sujeitos do campo, como a Emenda Constitucional nº 14 e da Lei nº 9.424/1996, a Lei nº 10.172/2001, a Resolução nº CNE/CBE 1/2002 e nº 2/2008, dentre outras, ora toma medidas que evidenciam os princípios da antiga Educação Rural. Como, por exemplo, o uso das mesmas metodologias das escolas urbanas nas escolas rurais, o que desconsidera a cultura de seus alunos

¹¹ Disponível em: <http://www.brajets.com/index.php/brajets/article/download/380/231> - Educação Do Campo E O Processo De Nucleação: Realidade Do Município De Miguel Pereira Do Estado Do Rio De Janeiro - BERBAT, Mario; MEDEIROS, Gláucia. Acesso em agosto de 2022.

e conduz a um ensino precário, sem rumos para a situação degradante na educação do mundo rural.

Mais adiante, a própria população camponesa, não usufrui de políticas públicas educacionais que os beneficiem, pois, o campo, ainda, não oferece oportunidades, de crescimento e de conquista, de uma vida digna para os seus moradores. A prova disso está nos levados números, de pessoas do mundo rural, que vem buscar novas perspectivas de vida na cidade. Esse fenômeno, diminui o quantitativo de crianças, nas escolas do campo. Isso serve de argumento para que o governo - contradizendo as bases legais - e recorrem ao fechamento, destas unidades de ensino, pelo argumento da falta de alunos nas comunidades.

A Resolução CNE/CEB n° 2/2008, ressalta, dentre outras ações, que a educação infantil em anos iniciais do ensino fundamental, devem ser oferecidos, preferencialmente, nas próprias comunidades rurais, evitando a nucleação escolar e o deslocamento. Esses alunos sofrem com longas distâncias de sua morada e convívio comunitário local, e quando por motivos justificáveis, nos anos iniciais, além da participação dos interessados (pais e comunidades locais), (Brasil 2008).

Com isso, uma escola rural, somente deveria ser fechada ou encerrada suas atividades, com o aval da comunidade local, e os estudantes terem o local da nova escola, mesmo que seja a escola-polo.

As políticas públicas educacionais, como visto nos argumentos supracitados, consistem em programas e ações elaboradas por governos, tanto federal, estadual ou municipal, para auxiliarem a efetivação do direito previsto na Constituição Federal, com objetivo de garantir educação de qualidade para todo cidadão: tanto no mundo rural como no urbano. Assim, nelas dever ser contidas aparelhos que garantam qualidade na educação do ensino no país. Esses aparelhos educacionais, especialmente na educação básica, como visto no processo de nucleação das escolas rurais, necessitam de novas discussões e teses, que confirmem ao cidadão local essa garantia, para se evitar tendências de esvaziamento e abandono da escola-rural local. Em nosso país a desigualdade oriunda da segregação educacional ainda se faz presente em várias localidades no que se refere ao mundo rural. Assim o fracasso da educação e de alunos rurais recaem sobre a família e no

crescimento, desenvolvimento e na sustentabilidade do desenvolvimento comunitário. Certamente no que diz respeito à educação rural como um bem público, fica implícito que um serviço público de qualidade deve ser realizado para alcançar a coletividade na comunidade. Diferente de bem comum, do indivíduo. A educação rural como bem público coletivo exige custos zeros para os sujeitos que devem ser beneficiados, sobretudo, ser extensivo em todas as comunidades rurais do país.

Em suma, as políticas públicas educacionais, mesmo nas suas modificações e transformações institucionais, devem ser formuladas, por ações voltadas a garantias de crescimento e desenvolvimento, dos cidadãos em suas comunidades locais. Ser cidadão com o direito de escolha, na sua base, na sua cultura e, na sua comunidade, onde quer viver de forma sustentável.

CAPÍTULO III

Breve passagem pela História do Processo de Nucleação em Escolas Rurais no Brasil

Este capítulo inquirir os conceitos a propósito sobre a história do processo de nucleação em escolas rurais no Brasil, tendo como base, em descrições gerais, as concepções e definições das leis, decretos e normas que reformularam essa espacialidade, por meio da educação e desenvolvimento comunitário, no meio rural.

“Seria uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceber as injustiças sociais de maneira crítica”

Paulo Freire

História da Nucleação das Escolas Rurais no Brasil

A história do processo de nucleação, nas escolas rurais no Brasil, evidenciou episódios desencadeadores, sob a construção de políticas públicas educacionais, de tal modo, quando teve seu início a partir da década de 1970, perpassando assim, nas décadas de 1980-1990 e, seguindo na atualidade, ocasionando o fechamento de milhares de escolas rurais no país. Outrossim, para compreender o processo de nucleação das escolas

rurais, seguindo o percurso histórico dos acontecimentos, foi preciso saber como e de que forma, foram construídas as leis e políticas públicas educacionais. Esse processo de extinção das escolas locais desencadeou ações, responsabilidades, discussões, reuniões, em destinos escopos, que implicaram, sobremaneira nas transformações da vida das pessoas nas comunidades rurais.

Do mesmo modo, neste capítulo, os objetivos continuam seguindo o delinear, dos fatos do processo de nucleação, por meio das políticas públicas da educação, com a municipalização das escolas rurais. Na ótica do contexto econômico, social e ambiental e cultural, entender, sobretudo, como ocorreram na vida e no desenvolvimento comunitário rural, faz-se a importância de saber como esses processos corroboraram para novas estruturas locais, em comunidades rurais, após a extinção das escolas.

A educação e o desenvolvimento social, em comunidades rurais, para Frigoto in Silva; Gentili (1999, p. 94) “Não se pode criar uma escola e processos formativos de qualidade e democráticos, numa sociedade profundamente excludente, desigual e, portanto, antidemocrática”, em suma, que toda e qualquer melhoria na qualidade da educação deverá vir acompanhada, também, de uma melhoria na qualidade de vida da comunidade local. Logo, tanto no rural como no urbano, a melhora na qualidade da educação (processos pedagógicos de ensino aprendizagem, formação das possibilidades de trabalho, garantias de permanência no local, entre tantos), sem dúvidas, contribuem para promover qualidade de vida tanto – econômica, cultural e social - da população local.

Apesar disso, as consequências na qualidade educacional, melhorias são observadas, por dados estatísticos e indicadores sociais, diretamente relacionadas às melhorias da vida, na escola e na localidade. Vieira (1997, p. 132) cita autores como - Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron -, consoante a eles, ponderam em sua obra “A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino”, donde, buscaram evidências para mostrar que a escola e todo o sistema de ensino moderno existem como ferramenta de manutenção dos paradigmas sociais estabelecidos, passando por cima ou excluindo os diferentes e neutralizando as diferenças. Os autores concluem que: a reprodução social é uma condição fundamental para a existência de

um sistema, com base na dominação, de modo que, para os moldes existentes de uma organização social permaneçam na ótica do desenvolvimento, é necessário que as instituições educadoras se tornem, cada vez mais, eficazes agentes de reprodução social (Bourdieu; Passeron, 1970).

Noutra direção, é necessário que as comunidades rurais se organizem, acompanhem e resistam a este projeto de fechar escolas locais. Esse processo de nucleação, defender, certamente, aquilo que representa ou pode representar, no espaço comunitário, a importante produção/construção/reprodução do conhecimento, na escola do campo e, no município, como um todo.

Além disso, é preciso que a população do campo se mobilize e lute pela manutenção, qualificação e ampliação das escolas existentes, implantando programas combinados de produção e formação profissional, numa perspectiva de desenvolvimento familiar e comunitário. Com isso, exigir dos responsáveis, do poder público, que todas as escolas do campo, próximas de si, contenham uma infraestrutura adequada, incluindo biblioteca, laboratórios e outros recursos pedagógicos, para garantir no mínimo a qualidade no ensino com garantias de crescimento e desenvolvimento comunitário.

Dessa maneira, tanto no local da escola nucleada, como nas localidades, onde as escolas já foram fechadas ou abandonadas, um processo de revitalização deve ser contínuo para superar a falta da escola local. Revitalizar o espaço onde era conhecido na comunidade como um ponto de encontro, adequando-se o local com uma nova alternativa, para manter-se vivas e atuante. Importantíssimo para a comunidade manter, como ponto de referência, a escola que ali existia, dando vida social ao local.

Em vista, de organizar o processo de nucleação das escolas do campo, concretizados nas redes de ensino, no município de Canoinhas (SC), as autoridades municipais, os professores, juntamente com as famílias dos estudantes, promoveram discussões e reuniões, para buscarem alternativas em garantir melhorias, na qualidade da educação (e do ensino), em todo o município.

Para isso acontecer, o principal argumento utilizado pelo poder público municipal, para o convencimento da população do campo, em aceitar o processo de nucleação e fechamento de suas escolas rurais-locais, foram

motivados discursos, voltado para as melhorias educacionais. Nos discursos se alegava a qualidade do ensino, garantia da alimentação, transporte, crescimentos e desenvolvimento das crianças do meio rural, melhores estruturas nas escolas, entre tantos discursos.

Posto que: entender um discurso que é toda situação para se envolver as pessoas numa comunicação, dentro de um determinado contexto e, diz respeito a quem fala, para quem se fala e, sobre o que se fala. Uma narração pode vir de três formas: discurso direto, discurso indireto e discurso indireto livre. Em síntese, os discursos sempre levam ao convencimento, pela fala dentro de um contexto. Logo, neste caso do processo de nucleação das escolas rurais, com discursos diretos, indiretos e livres, fundamentou-se promessas de que, com garantias de qualidade na educação, tudo seria melhor e contribuiriam, assim, com a nucleação das escolas para o melhor desenvolvimento da vida em comunidade. Os resultados formam as milhares de escolas fechadas e extintas no Brasil.

Certamente, muitos desses discursos e discussões acercam em reconhecer que a educação no campo, quando bem estruturada, pelo Estado, na dicotomia - cidade e o campo, seria capaz de atender as necessidades básicas das comunidades e desenvolvê-las de forma sustentável. Porém, sabe-se que os resultados muitas vezes apontam para o contrário, o próprio fim da vida da comunidade local sem a escola local.

No decorrer do processo de nucleação das escolas rurais, para fundamentar as políticas educacionais, no espaço rural, a população rural foi sendo deixada as margens desse processo, ao longo das últimas décadas, e, com isso perdeu-se a oportunidade de modernizar. A modernização traria a qualidade de ensino nas escolas rurais municipais. Por anos ficaram defasagens e problemas que foram surgidos como: a logística de transporte dos estudantes, falta de profissionais em áreas específicas na formação socioeconômica, baixa tecnológica, desvio cultural, baixo convívio comunitário local, entre tantos outros. Essas ideias aceleraram o processo de nucleação das escolas rurais, devido, também, a reestruturação da agricultura moderna. Assim, a escola, deveria seguir o mesmo caminho de mudanças na tecnologia agropecuária do país, como defendem (Arroyo; Caldart; Molina, 2009, p. 11) as ideias de seguir os caminhos do campo para as cidades:

Por muito tempo a visão que prevaleceu na sociedade, continuamente majoritária em muitos setores, é a que considera o campo como um lugar atrasado, do interior, do arcaico. Nas últimas décadas consolidou-se um imaginário que projetou o espaço urbano como caminho natural único do desenvolvimento, do progresso, do seu acesso econômico, tanto para indivíduos como para a sociedade. De certa maneira esta foi a visão suporte para o processo de modernização da agricultura implementado no país.

Percebe-se que a ideia de sair do campo, ainda na atualidade, apresentam o mundo rural como um lugar atrasado, sem condições de qualidade de vida, conforto do lar, logística, saúde para todos, trabalho, entre tantos outros fatores. Esses fatores são estruturas agrícolas do agronegócio implantadas no país, ou seja, mais máquinas e menos pessoas no campo. Principalmente a ideia de que o homem é substituído pela máquina neste processo de modernidade da agricultura, em larga escala e de precisão, com pouca utilização da mão de obra.

Além disso, a população rural é levada a acreditar que a cidade é o melhor caminho a ser seguido. Ou ainda pior, abro um parêntesis aqui, para apontar fatos de quem fica pode estar em condições análogas de trabalho escravo, promovido por alguns, como ocorreu, em fevereiro de 2023, no Rio Grande do Sul na colheita da uva¹². As notícias que correram o mundo, destacam que na noite de quarta-feira (22), uma operação conjunta da Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) com o Ministério Público do Trabalho (MPT-RS), a Polícia Federal (PF) e a Polícia Rodoviária Federal, resgatou trabalhadores em situação análoga à escravidão, pois, atuavam na colheita da uva e no abate de frangos em Bento Gonçalves, na Serra Gaúcha. Caso foi denunciado por um grupo de trabalhadores que conseguiu fugir do esquema e procurar a PRF em Porto Alegre. Segundo o MPT-RS, cerca de 215 homens foram encontrados em más condições de alojamento, alimentação precária, falta de higiene, entre tantas coisas ruins de violência e desumanidade.

¹² Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/02/24/operacao-deflagra-trabalho-analogo-a-escravidao-na-colheita-da-uva-no-rio-grande-do-sul>; acesso em 02/ março de 2023.

Investigados e acusados, sobretudo, que uma empresa fornecia mão de obra para grandes vinícolas da região, porém, não tiveram os nomes divulgados pelos órgãos de inspeção, mas traziam trabalhadores da Bahia para atuarem na colheita das uvas. Após o caso de trabalho escravo em Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul, três vinícolas foram suspensos do mercado internacional, até que as investigações das autoridades competentes sejam concluídas. A ApexBrasil¹³ suspendeu a participação das empresas Aurora, Cooperativa Garibaldi e Salton de todas as iniciativas apoiadas pela Agência, entre elas feiras internacionais, missões comerciais e eventos promocionais até que os responsáveis pelo trabalho análogo a escravidão no campo for concluída. Aliás, esse caso supracitado, deve prosseguir por muita investigação em busca e provas para ver quem de fato é culpado ou inocentado.

Afinal, a vida no campo traz o bem-estar e razões de qualidade de vida e sustentabilidade, para a população rural que, por escolhas ou necessidades, vivem em comunidades interioranas locais. Uma pergunta fica: *Como que ainda acontecem trabalhos rurais análogos a escravidão no Brasil?* - é uma questão - difícil de responder em poucas palavras.

Sabe-se, em virtude de que – *“as luzes da cidade atraem as pessoas”* - em busca de uma suposta melhoria, na qualidade de vida, haja vista, vir buscar novas oportunidades e novas esperanças de alcançarem o conforto e o equilíbrio financeiro. Contudo, no mundo urbano essas ideias contribuíram para o êxodo rural aumentar nas últimas décadas no Brasil.

Todavia, se as políticas educacionais, implantadas, com o processo de nucleação, nas escolas rurais, não conseguirem dar garantias para reverter, essa busca, das pessoas pela cidade e, ajudar a permanecerem no campo, sobretudo, o êxodo rural chegará em níveis elevados. Contribuir ao dar condições e possibilidades para crianças e jovens continuem suas vidas em suas comunidades de origem é, certamente, ajudar a não engrossar a fila dos excluídos nas cidades. Claro que não é possível de momento garantir que isso venha a ocorrer, mas, sim corroborar para diminuir essa tendência de êxodo. Garantir e valorizar sua cultura, tradições comunitárias e,

¹³ Disponível em: <https://jconcur.com.br/noticia/brasil/vincolas-que-praticavam-trabalho-escravo-sao-suspensas-do-mercado-internacional-108081>. Acesso 02 de março de 2023.

não sentir necessidades de novas relações com quem vive no meio urbano, certamente, é um processo longo e complicado de se aplicar, nessa interface, entre a qualidade de vida na cidade e no campo.

Denota-se que a educação do campo precisa ser garantida à proporção de leis específicas, que possam determinar quais serão as práticas educacionais, que carecem para atender essas necessidades e interesses da população rural. Dar garantias de qualidade de vida para que os mesmos possam permanecer e continuarem a viver no espaço rural.

Logo, se a nucleação das escolas rurais consiste, porquanto, no agrupamento de pequenas escolas multisseriadas, instaladas no meio rural. São conhecidas como escola núcleo, com predicados próprios de organização e funcionamento, esteja no núcleo localizado, no espaço rural ou urbano e, a mesma devem incentivar e proporcionar a renovação e as esperanças de vida no campo. Ser igual ou, tão boa ou até melhor das da cidade e que ajudem a não aumentar a fila de excluídos, que é gigantesca para aqueles vivem na cidade, em favelas, ou em comunidades carentes e, até mesmo nas ruas.

Alguns autores apontam que o processo de nuclear escolas rurais, apareceu nos EUA ainda no século XIX, sendo importado para o Brasil na década de 1970, fundamentado em princípios como a) igualdade de oportunidades educacionais para alunos da zona urbana e rural e, b) minimização de custos e funcionamento e otimização dos recursos disponíveis nas escolas (INEP, 2006).

Nesse contexto do processo de nucleação das escolas rurais, alguns autores defendem que as ações voltadas para a nucleação vem, durante anos, buscando garantir melhorias e condições de vida para a população rural. Essa defesa seria em proteger as pessoas que exercem atividades de campo e que prossigam na comunidade local.

De modo que, as pessoas dessas comunidades não precisem migrar para as cidades, em busca de melhores condições de vida e de novas oportunidades de empregos e renda, podem realizar isso no campo. Desde que tenham ensino de qualidade, na educação do campo, de forma a ter sustentabilidade para os mesmos permanecerem, conviverem, e sobreviverem em suas comunidades rurais-locais.

Na Constituição, o trecho sobre a EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO – define: Seção I - Da Educação no Art. 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Já na sequência no Art. 206: O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII - garantia de padrão de qualidade. VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Inciso acrescentado pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) Parágrafo único. A lei disporá, sobre as categorias de trabalhadores, considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Parágrafo único acrescentado pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

Para que isso possa ocorrer, as políticas públicas educacionais no Brasil, foi publicada a LDB no artigo 28 – específico para a educação no campo, pontua o seguinte:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural” – certamente, o artigo define

a melhor prática educacional para garantir a permanência na vida rural das pessoas que lá vivem. Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar. Esse Parágrafo foi incluído pela (LEI Nº 12960, DE 2014). (LEI Nº 9.394/1996 - LDB).

No sentido de buscar soluções para os problemas da falta de melhorar no ensino do campo a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado¹⁴ aprovou, em 25 de fevereiro de 2014, projeto de lei que dificulta o fechamento de escolas de educação no campo, indígenas e quilombolas. De autoria do Poder Executivo, o projeto de lei 98/2013 já foi aprovado pela Câmara dos Deputados e votado pelo plenário do Senado, com pedido de urgência. Esse projeto de lei altera o artigo 28 da LDB (Lei 9394/1996).

Assim, para dificultar o fechamento de escolas rurais na atualidade, a Comissão do Senado busca assegurar que somente podem ser fechadas as escolas da educação básica pública que atendam a estudantes residentes no campo como os indígenas e quilombolas, pelas autoridades (prefeito ou secretário de educação), sendo os mesmos obrigados a ouvir o Conselho Municipal de Educação (CME).

Na estruturação de Conselhos Municipais de Educação (CME)¹⁵, já presentes em 86% das cidades brasileiras, uma das funções é fiscalizar e defender a educação. Com funções diversificadas, eles ajudam a estabelecer um maior controle da gestão municipal de ensino e, se bem conduzidos, podem ser um importante pilar de uma gestão democrática, com a participação da sociedade civil nas decisões políticas relacionadas à Educação.

A existência do CME como instituição encontra respaldo na Constituição, na e no Plano Nacional de Educação (PNE), como estratégia da Meta 19 (19.5), que é estimular a constituição e o fortalecimento de con-

¹⁴ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/20261-comissao-do-senado-aprova-projeto-que-dificulta-fechamento-de-escolas-rurais>. Acesso em 24 de abril 2021.

¹⁵ Disponível em: <http://todospelaeducacao.org.br/noticias/perguntas-e-respostas-o-que-sao-e-como-funcionam-os-conselhos-municipais-de-educacao/>. Acesso em 01 de março de 2023.

selhos escolares e conselhos municipais de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo.

O CME é instituído por meio de lei municipal, portanto, nas cidades onde ele ainda não existe, é preciso apresentar à câmara um projeto de lei. Após a tramitação, o projeto será submetido à aprovação em plenário e entra em vigor após a sanção do prefeito, e o passo seguinte é nomear os conselheiros, que serão definidos por eleição ou indicação, conforme a lei aprovada. É estabelecido que o CME deve ser composto por representantes do governo, da comunidade escolar e da sociedade civil em geral.

O órgão ou conselho deve contar com membros da secretaria municipal de Educação; docentes; diretores e funcionários das redes de ensino do município. Há a possibilidade também da participação de entidades religiosas, organizações não-governamentais, fundações e instituições de capital privado. Assim, a primeira atribuição dos conselheiros é elaborar um plano de atividades, e, também deve contar com infraestrutura que possibilite as reuniões periódicas, materiais e equipamentos. Para que possa iniciar suas atividades, o conselho deve recrutar e capacitar uma equipe administrativa, com apoio da secretaria municipal de Educação.

Normalmente os conselhos funcionam como mediadores e articuladores da relação entre a sociedade e os gestores da educação municipal. Destacam-se cinco funções do órgão: a) Normatizar: elaborar as regras que adaptam para o município as determinações das leis federais e/ou estaduais e que as complementem, quando necessário. b) Deliberar: autorizar ou não o funcionamento das escolas públicas municipais e da rede privada de ensino. c) Legalizar cursos e deliberar sobre o currículo da rede municipal de ensino. d) Assessorar: responder aos questionamentos e dúvidas do poder público e da sociedade. As respostas do órgão são consolidadas por meio de pareceres. e) Fiscalizar: acompanhar a execução das políticas públicas e monitorar os resultados educacionais do sistema municipal.

Em resumo, o CME é o órgão normativo, que tem representantes dos gestores e de toda a comunidade escolar para ajudarem a decidir os rumos a serem seguidos para a educação. Objetivo maior é buscar garantias para

uma educação de qualidade nos municípios que adotam a formação do Conselho Municipal de Educação.

Nesta causa, sobre o fechamento das escolas rurais, um parecer da relatora do projeto de lei, na Comissão de Educação, a senadora Ana Rita¹⁶, afirmou que - *“pais e alunos não podem ficar desprotegidos dos humores de gestores públicos que podem simplesmente optar pela descontinuidade da oferta do ensino”*. Além de transtornos, diz a senadora, essa população passa a precisar de serviços de transporte escolar para ter assegurado seu direito de estudar. Ao receber, em Brasília, um manifesto de estudantes do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) solicitando educação, transporte escolar e alimentação saudável, em 12 de fevereiro de 2014, o ministro da Educação, Henrique Paim, falou às crianças sobre a proposta, do governo federal, que tramita no Congresso. *“Queremos colocar como condição para fechar uma escola consulta à comunidade”*, explicou. *“A comunidade precisa ser ouvida, é preciso ouvir os conselhos estaduais e municipais de educação”*, completou o ministro.

Em relação a problemática do processo de nucleação das escolas rurais, pode-se analisar e números apontados pelo censo escolar (O Censo Escolar é o principal instrumento de coleta de informações da educação básica e a mais importante pesquisa estatística educacional brasileira), nos últimos dez anos (2003-2013), os mesmos demonstram um decréscimo de escolas e de matrículas, na área rural.

Observa-se que os dados apontam que, no Brasil, o fechamento das escolas rurais está acelerado (Quadro 1):

ANO	NÚMERO DE ESCOLAS PÚBLICAS RURAIS	MATRÍCULAS DE ESCOLAS PÚBLICAS RURAIS
2003	103.328	7.965.131
2007	88.386	6.997.319
2012	74.112	6.078.829
2013	70.816	5.970.541

Quadro 1. Censo Educação Básica em Escolas Rurais no Brasil – (2003- 2013).

Fonte. MEC/INEP/DEED/CSI, (<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/escolas-rurais>, 2023).

¹⁶ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/escolas-rurais>. Acesso em 27 fevereiro de 2023.

Em 2003, registraram-se 103.328 escolas públicas rurais e 7,9 milhões de matrículas; logo após uma década, em 2013, foram registradas 70.816 escolas rurais e 5,9 milhões de matrículas. Ou seja, uma absurda redução de 32.512 escolas e menos de 2 milhões de matrículas. Assim, para o Ministério da Educação, em uma década as escolas do campo começaram a perder espaço no Brasil, de modo que houve redução de 31,46% no número das instituições instaladas nas comunidades rurais. Com essa redução, o poder público proporcionou novo pareceres para que o processo de educação continuasse beneficiando às comunidades do campo, no entanto, o que se via era apenas no transporte dos alunos do campo para escolas nucleadas, situadas em outras regiões e, até mesmo nos centros urbanos onde ocorreu a nucleação.

Ultimamente, a educação e a escola do campo assumem importante papel para o desenvolvimento das comunidades rurais locais. É por meio de sua ação-construção educativa que as comunidades escolares do campo, buscam uma maior integração social, cultural, ambiental e econômica. Além da educação do campo, que deve ser um veículo difusor de conhecimentos e convívio social, certamente, é na escola o ponto principal de referência e, o ponto de encontro de toda a comunidade local. Sem ter a escola na comunidade local, essa ação construtora, de socialização, pode deixar de existir, e com isso proporcionar o fim da comunidade.

É importante mencionar que as escolas rurais, muitas vezes, têm dificuldade em cumprir seu objetivo de formação com qualidade. Como já mencionamos, os problemas de infraestrutura, a falta de professores da área específica, e de políticas públicas que solidifiquem a escola na comunidade local são alguns fatores que devem ser enfrentados ainda no meio rural.

O Censo Escolar aponta mudanças e reduções no número de matrículas e escolas públicas rurais, conforme (Quadro 2):

DADOS MATRÍCULAS	NÚMEROS MATRÍCULAS EDUCAÇÃO BÁSICA 2010	NÚMEROS MATRÍCULAS EDUCAÇÃO BÁSICA 2018	NÚMEROS MATRÍCULAS EDUCAÇÃO BÁSICA 2021
Número de escolas rurais	78.776	56.954	52.913
Matrículas em creches	122.867	225.420	273.419
Matrículas em pré-escolas	717.615	677.124	655.740
Matrículas anos iniciais	3.148.563	2.271.786	2.037.573
Matrículas anos finais	1.571.188	1.394.971	1.397.499
Matrículas ensino médio	302.000	351.721	402.280
Matrículas EJA	509.864	424.767	483.633
Matrículas educação especial	1.630	120.105	133.344

Quadro 2. Dados Censo da Educação Básica Rural no Brasil – (2010- 2021).

Fonte. Dados da Pesquisa - Censo Escolar/INEP 2018- Educação Básica: QEdu.org.br. (2023).

De acordo com o Quadro 2 acima, destaca-se que as matrículas na educação no campo distribuem-se em matrículas em creches, com aumento de (122,53 %) no atendimento, e as matrículas de educação especial, com aumentou de (8.080%,) demonstrando grandes investimentos na educação especial.

Já nas matrículas anos iniciais ocorreu um decréscimo de 35,28%, ou seja, são 1.110.990 estudante a menos no meio rural em escolas públicas. Muitos questionamentos podem ser gerados a partir desses dados do Censo Escolar, tais como: *“até que ponto, tantas escolas sendo fechadas se as políticas públicas voltadas ao ensino do campo, estão de fato contribuindo para melhorar da qualidade de vida das pessoas e, assim garantir a permanência das mesmas nas comunidades rurais locais?”*

As estratégias e as diretrizes apresentadas pelo poder público não condiziam com a realidade da população do campo, que passaria a contar com o transporte escolar até as novas unidades escolares e, conseqüentemente, teriam que se adaptar à realidade de uma instituição voltada para o meio urbano e não para o meio rural.

Se analisarmos os dados das escolas rurais municipais no Brasil no período de 2010/2021, observaremos caminhos preocupantes com as políticas públicas educacionais municipais. Conforme dados apresentados pelo Censo da educação Básica, no Quadro 3:

DADOS MATRÍCULAS	NÚMEROS MATRÍCULAS EDUCAÇÃO BÁSICA 2010	NÚMEROS MATRÍCULAS EDUCAÇÃO BÁSICA 2015	NÚMEROS MATRÍCULAS EDUCAÇÃO BÁSICA 2021
Número de escolas rurais	72.700	58.524	47.628
Matrículas em creches	122.365	172.650	272.238
Matrículas pré-escolas	709.576	668.738	647.208
Matrículas anos iniciais	2.927.204	2.367.336	1.913.488
Matrículas anos finais	1.252.354	1.174.607	1.155.19
Matrículas ensino médio	14.765	6.434	4.5610
Matrículas EJA	427.993	361.831	399.487
Matrículas educação esp.	1.183	378	111.722

Quadro 3. Censo da Educação Básica em Escolas Rurais no Brasil – (2010- 2021).

Fonte. <https://qedu.org.br/brasil/cento-escolar?7&brasil> (2023).

De acordo com o Quadro 3, as matrículas em escolas municipais na educação no campo tiveram diminuição de matrículas por município (-34,49%). São 25.072 escolas fechadas nos municípios brasileiros no período. É um número assustador, consequências sem precedentes no crescimento e no desenvolvimento de comunidades rurais.

Quanto às matrículas em creches, o aumento foi de 122,48% em 11 anos. Para as matrículas de educação especial, observa-se aumento de 9.343%, demonstrando grandes investimentos na educação especial. Já as matrículas nos anos iniciais diminuíram 34,63%, ou seja, são 1.013.716 estudante para menos nas escolas municipais no meio rural.

Observa-se que em 2003 existiam 103.328 escolas públicas rurais e, em 2021 são 52.913 escolas, ou seja, são 50.415 escolas públicas extintas nestas quase duas décadas. Como proferir que as políticas públicas, voltadas ao ensino do campo, estão contribuindo para melhorar a qualidade e a permanência das pessoas nas comunidades rurais locais. Também perguntar como tantas escolas locais foram fechadas e extintas, e certamente, se a gestão pública erra em tomar decisões baseadas somente em economias, sem analisar a importância de uma escola como referência e história de vida de comunidade.

Segundo INEP17 (2020, p. 22), em relação as matrículas, nos anos iniciais do ensino fundamental, a rede municipal, apresentou a maior participação com (62,4%) das matrículas, sendo seguida pela rede estadual, com (23,4%) das matrículas. Nos anos finais, a rede estadual apresentou a maior participação, com (45,4%) das matrículas, sendo seguida pela rede municipal com (42,5%) das matrículas. Ao avaliar como o número de matrículas do ensino fundamental está distribuído em relação à localização, observa-se que a maioria das matrículas (92,4%) do ensino fundamental está localizada em escolas urbanas. Além disso, (99,4%) das matrículas da zona rural são atendidas pela rede pública municipal.

Para o Ministério da Educação e os órgãos que regem a educação no Brasil, um dos principais fatores que influenciaram o fechamento de escolas do campo foi o êxodo rural, onde as pessoas deixam o campo em busca de melhorias e melhores condições de vida e trabalho. Assim, a descontinuidade de políticas públicas que garantissem o acesso à educação nas escolas em comunidades rurais, cooperaram para a o aumento do êxodo rural em diferentes regiões do Brasil. Na linha do tempo, as escolas rurais foram atendidas por políticas públicas que buscavam compensar as comunidades rurais pela falta de investimentos, deixando cada vez mais, o proeminente e denotado atraso no crescimento e no desenvolvimento comunitário.

Em análise, verifica-se o quanto é o prejuízo social, quando uma escola é fechada. A educação, que seria para contribuir, na construção e relação entre os indivíduos do campo e da cidade, simplesmente, por conseguinte, essa relação é acelerada para a desigualdade e desenvolvimento, tanto do indivíduo como a sua comunidade local. O processo de nucleação das escolas rurais, deveria ser a de socializar, esse indivíduo na sua comunidade, não o tirar e levá-lo, quilômetros de distância, quando na sua fase inicial de socialização, entre a sua comunidade que está criando suas raízes e fortificando sua cultura local e, não a de outra comunidade distante.

No estado de Santa Catarina não foi diferente, pois os dados do Censo Escolar apontam (2010-2018) para a redução do número de escolas muni-

¹⁷ Disponível em: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Resumo Técnico: Censo da Educação Básica Estadual 2020 [recurso eletrônico]. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio. Acesso em setembro de 2022.

cipais rurais, de 1346 escolas para 922, ou seja, (31,50%) para menos das escolas existentes em Santa Catarina (Quadro 4).

DADOS MATRÍCULAS EM SANTA CATARINA	NÚMEROS MATRÍCULAS EDUCAÇÃO BÁSICA - SC - 2010	NÚMEROS MATRÍCULAS EDUCAÇÃO BÁSICA - SC - 2018
Número de escolas municipais rurais	1.346 escolas	922 escolas
Matrículas em creches	4.300 estudantes	6.579 estudantes
Matrículas em pré-escolas	16.239 estudantes	15.359 estudantes
Matrículas anos iniciais	35.815 estudantes	33.588 estudantes
Matrículas anos finais	16.041 estudantes	13.539 estudantes
Matrículas ensino médio	302 estudantes	129 estudantes
Matrículas EJA	720 estudantes	158 estudantes
Matrículas educação especial	2 estudantes	1.565 estudantes

Quadro 4. Dados Censo da Educação Básica em escolas Rurais: (2010- 2018).

Fonte. Dados da Pesquisa 2020 - Censo Escolar/INEP 2018 - Educação Básica: QEdU.org.br.

Na medida em que o papel da escola na comunidade local é de adicionar qualidade de vida, visando à socialização do estudante na comunidade local, para ser um cidadão, consciente e transformador do seu lugar, de suas relações, melhorando, sobretudo, a situação econômica, cultural e ambiental, deve ser tomado como base dessa construção local.

Por conseguinte, foi discutida, em várias instâncias, a proibição do fechamento de escolas rurais. Lembrando que, segundo a nova redação do artigo 28 da LDB, modificada pela Lei 12.960/14, foi criada uma etapa procedimental para que se promova o fechamento de escolas em área rural, em destaque o Parágrafo único: “O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar. (Incluído pela Lei nº 12.960, de 2014)”.

Antes dessa medida CNE por meio da Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008, estabeleceu diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento à Educação Básica do Campo. Consta no art. 3º, da referida Resolução, que:

a Educação infantil e os anos iniciais do ensino Fundamental serão sempre oferecidos, nas próprias comunidades rurais, evitando-se os processos de nucleação de escolas e de deslocamento das crianças. Não se tratando, pois, de uma proibição a medidas de nucleação, o que está em questão é a preservação das escolas do campo, conforme evidencia a seguinte passagem da Resolução: Art. 5º [...] §1º Sempre que possível, o deslocamento dos alunos, como previsto no caput, deverá ser feito do campo para o campo, evitando-se ao máximo, o deslocamento do campo para a cidade.

Trata-se de uma medida decorrente de alguns resultados colhidos das experiências de nucleação situadas, especialmente, na década anterior. Em causa, portanto, estariam continuando o fechamento das escolas rurais. Destaca-se que a educação do campo, em todos os aspectos, seria, preciso humanizar e validar as políticas públicas e pedagógicas sobre a educação básica do campo. Na conjunção das políticas públicas de nucleação, questiona-se o cumprimento da função de modernizadora do ensino do campo, de modo a melhorar as condições das crianças em relação ao ensino aprendizagem e também no fator econômico da nucleação das escolas rurais.

Cabe lembrar, na história de desenvolvimento comunitário, as escolas isoladas do interior dos municípios, sempre constituíram a ligação afetiva e cultural das comunidades rurais, com a realidade existencial das pessoas, voltadas para a sustentabilidade, dos seus *lócus* e, de desenvolvimento comunitário. É bom recomendar que se toda essa ação de nucleação das escolas rurais, de fato, não diminuam o êxodo rural e nem melhoraram o ensino aprendizagem, nas escolas rurais nucleadas. Do mesmo modo, sabe-se que teve ganhos metodológicos, pedagógicos e econômicos e foram relevantes para a educação no campo. Mas, no que se refere a vida comunitária, as consequências, foram de grandes com perdas de afetividade e aproximação das pessoas. Além disso, não foi possível medi-las, com qualidade e precisão, no *ex-post-facto* da nucleação das escolas rurais, porém, consequências na vida da comunidade local, num futuro próximo poderão ser visíveis e de forma negativa.

Há, portanto, uma relação singular entre a escola e a comunidade, deve ir além da oferta de educação, a socialização e a integração, porquanto, Silva (2015) ratifica:

Fechar escolas ou deslocar o ensino para outra comunidade significa tirar-lhes o principal mecanismo de socialização e integração entre os sujeitos da comunidade.” Dessa forma, compreende-se que as instituições de ensino presentes nas comunidades camponesas desempenham uma função extremamente relevante no que tange ao processo de socialização e interação dos indivíduos que compõem esses núcleos rurais (Silva, 2015, p. 40 *apud* Cardoso, p. 29, 2019).

A escola é extremamente importante para a socialização da comunidade local, pois, sendo por intermédio da instituição de ensino, que as relações sociais se edificam no campo e na vida das pessoas. Por conseguinte, a interação entre os sujeitos da própria comunidade e/ou com comunidades vizinhas, por meio de atividades relacionadas à escola e vida social, sobretudo nas festas, encontros, recreações, rezas, reuniões, pontos de votação, entre tantos. Isso evidencia ou pode levar ao fracasso e desintegração dos laços construídos ao longo do tempo pela comunidade se ocorrer o fechamento da escola.

Fechar ou extinguir a escola no campo, não atinge apenas os alunos, que passam a se deslocar para outras comunidades e escolas, mas, reflete e atinge, também a própria comunidade em si, acabando com o mecanismo de socialização. Logo, sem ter mais essa referência do lugar com a escola, como ponto de convivência e vida cotidiana, perdem a integração com a comunidade local, e a referência passa a ser a outra comunidade onde se localiza a escola que foi nucleada.

Na medida em que a nucleação foi avançando, muitos questionamentos foram sendo abertos sobre as melhorias, movimentos sociais e, além disso as comunidades começaram a solicitar o retorno da escola rurais local. Começam a pedir a proibição do fechamento das escolas locais no Brasil. Essa mudança ocorreu quando o Senado Federal¹⁸ aprovou, em plenário, na quarta-feira, 26 de fevereiro de 2014, o projeto de lei que dificulta o fechamento de escolas de educação no campo, indígenas e quilombolas. Esse projeto de lei de autoria do Executivo, segue para sanção, foi no dia

¹⁸ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/208-591061196/20271-projeto-que-dificulta-fechamento-de-escolas-rurais-e-aprovado-no-senado-e-vai-a-sancao>. Acesso em 24 de fevereiro de 2021.

anterior, na terça-feira, 25, aprovado na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado. Pelo projeto, antes de fechar a escola da educação básica pública, que atenda estudantes residentes no campo, indígenas e quilombolas, o prefeito ou secretário de educação precisam ouvir o conselho municipal de educação, que é o órgão normativo e tem, na sua composição, representantes dos gestores e de toda a comunidade escolar.

Assim, ao receber, em Brasília, um manifesto de estudantes do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) solicitando direitos à educação, transporte escolar e alimentação saudável, anterior as datas da sanção, em 12 de fevereiro 2014, o ministro da Educação, Henrique Paim, falou às crianças, sobre a proposta do governo federal que tramita no Congresso: “- *Queremos colocar como condição para fechar uma escola a consulta à comunidade*”, explicou. “- *A comunidade precisa ser ouvida, é preciso ouvir os conselhos estaduais e municipais de educação*”, completou.

Por conseguinte, a comunidade é quem deverá decidir o fechamento da escola, e assim, ter uma possibilidade de garantias a permanência da escola na comunidade-local. Não obstante, muitas pessoas de pequenas comunidades foram “convencidas”, de certa forma, a aceitar nucleação da escola com propostas de melhorias nas práticas educacionais, transporte, alimentação, entre tantos benefícios oferecidos. Contudo, se nucleadas as escolas, a comunidade não teria mais as séries primárias rurais, tudo seria centralizado nas escolas nucleadas, e mesmo assim, muitos foram convencidos e aceitaram a condição do processo de nucleação da escola local na crença da melhoria pedagógica e econômica.

Vieira (1999) fala que ao mesmo tempo, a municipalização da Educação Pública, enquanto uma prática de descentralização político-administrativa faz parte do processo de democratização formal do Estado brasileiro, consagrada na Constituição Federal de 1988, e pode ser analisada a partir de dois processos dinâmicos e contraditórios. De um lado, temos reformas estruturais que vêm sendo propostas por agências multilaterais de desenvolvimento (FMI, BIRD, UNESCO, CEPAL)¹⁹, que têm orientado a concentração de poder nas mãos de governos centrais dos países em

¹⁹ Fundo Monetário Internacional, Banco Interamericano de Desenvolvimento, United Nations Educational, scientific and Cultural Organization, Comissão de Estudos para América Latina.

desenvolvimento, como é o caso do Brasil. Assim, a transferência de responsabilidade não é acompanhada da mesma contrapartida material e financeira, especialmente para os municípios que não fazem parte da base político-partidária do Governo Federal.

Associada a isso, a ideologia neoliberal, presente nos discursos dos setores conservadores e tradicionais do país, está afirmando a necessidade da desregulamentação dos mercados, abertura comercial e, especialmente, financeira e na redução das responsabilidades do Estado. Logo, apoiando-se em intervenções estatais para promover reformas, com uma forte tendência à centralização do Executivo, relevando o Legislativo ao segundo plano. De outro modo, enquanto configuração de gestão da coisa pública, a mesma poderá vir, de fato, servir a uma causa de democratização do poder público e consolidação dos canais para motivar a participação da sociedade civil organizada em ajudar a rever os efeitos das políticas públicas no desenvolvimento comunitário.

A nucleação de escolas rurais não se constituiu somente em uma inovação para a escola; mas sua implantação, significou uma tentativa de se resolver os problemas mais graves referentes às escolas localizadas no campo. Tais problemas consoantes como: as múltiplas funções dos professores, salas multisseriadas e precariedade do espaço físico, custos elevados, baixo índice de aprendizagem, entre outros.

Com as reformas promovidas no ensino fundamental, notadamente com a edição da LDB – Estabelecem Diretrizes e Bases da Educação Nacional – os municípios se viram obrigados a promoverem essa nucleação que, a princípio, constitui-se em uma medida impopular, mas que veio promover sensivelmente a avanços na qualidade do ensino em todos os municípios do Brasil.

O processo de nucleação das escolas rurais, segundo o levantamento de especialistas, aponta para os professores e os pais de alunos que a nucleação das escolas multisseriadas representou um avanço significativo no processo ensino aprendizagem e melhores condições de trabalho do professor. Outro forte indicativo de que a medida traz muitas vantagens e os avanços, nos índices educacionais dos municípios, que promoveram a nucleação das escolas rurais.

Pois bem, ao mesmo tempo, algumas denúncias, infundadas, foram levantadas e levadas, aos órgãos fiscalizadores, sem nenhuma comprovação da população, de que o processo de nucleação das escolas rurais, passou por momentos de resistência, por parte de alguns membros de comunidades. Os mesmos estavam entendendo que seria o findar da vida comunitária e social sem a escolinha rural local. Mas, com a municipalização, muitos foram convencidos, pelo poder político local, de que alguns ganhos pedagógicos, sociais e econômicos, viriam a ocorrer com a nucleação das escolas rurais, fundamentando, de tal modo, se formalizo um processo sem volta.

Esse foi o grande argumento para convencer as pessoas nas comunidades, para aceitarem o processo de nucleação das escolas rurais, pois, tudo melhoraria: desde infraestruturas das estradas, alimentação dos alunos, professores especializados, nível ensino aprendizagem, transporte, melhorar a vida econômica, entre outros argumentos, já apresentados e supracitados. Apesar disso, não que tais ações deixassem de fato promover melhorias na educação do campo, mas, que as perdas do patrimônio cultural invisível, sem serem mensuradas no momento da nucleação, também deixariam de se fundamentarem e morreriam ali com a extinção da escola local. Perderam-se, sobretudo, algo importante nas comunidades rurais do Brasil: o patrimônio invisível, que após ser suprimido, seriam muito difíceis de resgate no futuro da comunidade local.

Assim sendo, a concepção de nucleação das escolas rurais, para Hevia Rivas (1991, p. 40), a nucleação se baseia em um agrupamento, através de uma rede de serviços inter-relacionados entre si, das unidades escolares de uma área geográfica determinada. Estes critérios para a nucleação são a partir de fatores demográficos, topográficos, de comunicações e de homogeneidade socioeconômica. O autor define como se constitui o núcleo educativo:

Se constituiu de uma unidade com funções técnico-docentes, administrativas e de promoção comunitária. No núcleo educativo se desenvolvem programas de escolarização e de não escolarização e ações de extensão educativa com apoio da promoção comunitária e o fomento da participação da população (Hevia Rivas, 1991, p. 40).

Em se tratar da história da nucleação, Hevia Rivas (1991, p 39) aponta que o processo de nuclearização iniciou na América Latina, nos anos de 1930, entre educadores bolivianos, peruanos e equatorianos. Nesses países, a maioria das escolas do interior eram unidocentes e em condições difíceis de funcionamento. A ideia inicial era criar laços entre escolas semelhantes, existentes em um mesmo distrito, de modo que destas resultasse uma escola modelo e que servisse de referência para as demais. Tal escola seria um centro de coordenação e de experiência para as demais com a nucleação para obterem ganhos pedagógicos e econômicos. Se pensarmos o caso brasileiro da nucleação das escolas do meio rural, que tiveram maior ênfase nos anos de 1990 - 2000, tendo como principal objetivo buscar alternativas que visavam, sobretudo, o aumento da eficiência do Estado em melhorar a qualidade do ensino fundamental e, também os ganhos econômicos.

Nesse contexto nacional, a nucleação de escolas do meio rural, as do campo buscam confirmar esses objetivos traçados na sua fundamentação como uma ferramenta da municipalização, fortalecida pelas ideias da descentralização e reforma do Estado brasileiro, mesmo que definha a história de vida comunitária em torno das escolas rurais.

Para Oliveira (2018, p. 48), em Santa Catarina, a experiência do processo de nucleação foi justificada, em boa medida, pela possibilidade de suprir algumas carências, especialmente em nível material, tendo sido destinados recursos estaduais e federais para tal medida, especialmente para o transporte escolar. Ao citar Santos (2000), que explorou outros problemas aparentes que a política de nucleação visou enfrentar, como, por exemplo: a localização geográfica das escolas, gerando enormes distâncias entre estas e a residência do educando/a; os meios de transporte inadequados aos estudantes e pouco seguros. Também aponta as estradas precárias; a baixa densidade populacional em alguns territórios rurais; o fechamento de escolas em grande escala; a formação dos educadores/as para atender a demanda das escolas rurais, adequada à realidade das comunidades que vivenciam esses problemas diariamente. Além disso acrescentou: a organização curricular, com vistas a propiciar uma ligação entre as matrizes curriculares e a realidade local; a oferta reduzida de vagas para séries fi-

nais do ensino fundamental e médio; e os poucos recursos utilizados na construção e manutenção das escolas do campo. São argumentos ligados a nucleação e municipalização das escolas que buscam, nomeadamente, justificar a extinção nessas comunidades rurais o fechamento das pequenas escolas rurais.

Bauman (2012, p. 25) diz que a nucleação das escolas rurais, na década de 90, teve início nos pequenos municípios rurais catarinenses, um novo modelo de organização na educação rural. Diz ainda, que este modelo consistia em agrupar as escolas isoladas localizadas no meio rural e transferindo todos os alunos para uma escola núcleo.

Dessa forma reuniu as atividades pedagógicas e os alunos em um novo espaço. As justificativas foram pautando-se em melhoria da qualidade de ensino e de infraestrutura, não sendo computado na análise a distância escola família, as relações sociais e o enfraquecimento das comunidades. “Trata-se de um procedimento político-administrativo que consiste na reunião de várias escolas isolado em uma só, desativando ou demolindo as demais”, INEP/MEC (2006, p. 116).

Bof Sampaio (2006, p. 71-72) destacam as dificuldades enfrentadas pelas escolas multisseriadas e são enfaticamente registradas na literatura: de um lado, a precariedade da estrutura física e falta de condições adequadas de trabalho; por outro, uma baixa qualificação docente, a intensa rotatividade de professores e sobrecarga de trabalho para esses. Enquanto o professor não é formado, ele permanece na escola isolada; mas logo que se forma, pede remoção para a cidade, uma vez que, na escola urbana, pensa em poder trabalhar menos e receber melhor salário (Withaker, Antuniassi, 1992).

A sobrecarga de trabalho, muitas vezes vivida por professores das escolas rurais isoladas também, prejudica a sua atuação em sala de aula, já que têm que realizar outras funções, além da docente, como zeladoras, diretoras e secretárias (Capelo, 2000). Atividades relacionadas com a limpeza da escola e a merenda, por exemplo, são preocupações constantes do professor que, muitas vezes, tem de organizar o desenvolvimento dessas atividades. Flores (2002) comenta que falta de pessoal não só dificulta como também inviabiliza a realização de certas tarefas indispensáveis para o bom funcionamento de um estabelecimento escolar.

Outro aspecto complicador das escolas isoladas é o acesso do docente à escola: as estradas são precárias e ele dificilmente recebe ajuda de custo para chegar até o local de trabalho. Por outro lado, o professor recebe menos visitas da supervisão escolar do município, quando recebe (Capelo, 2000). Uma política amplamente difundida nas últimas décadas para “solucionar” os problemas vivenciados pelas escolas isoladas tem sido a nucleação. Vários governantes optaram por eliminar as escolas isoladas e construir escolas-núcleo ou escolas-pólo para atender as crianças de uma determinada região. Esse processo vem sendo alvo de inúmeras discussões. De um lado, há os que a defendem sob o argumento da igualdade de condições de oferta; de outro lado, há os que a condenam pelas condições inadequadas de transporte, longas horas de traslado que a criança pode ser submetida, além da não-garantia de qualidade de ensino e custos elevados (Vasconcellos, 1993).

Em Santa Catarina, para Romão (1992), segundo a Secretaria de Educação, a nucleação de escolas rurais em escolas-núcleo, constitui-se em uma política de municipalização da Educação Pública adotada pelo Governo Paulo Afonso, através da Diretoria de Municipalização da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, no período de 1997 a 1998. A municipalização não é um fato isolado no contexto político administrativo das políticas públicas nacionais em educação.

Há muitos casos de transferência de escolas das redes federal e estaduais para a responsabilidade de governos municipais, sem, contudo, resolver a questão da universalização da escola básica. Ou seja, uma política educacional que não tem possibilitado o questionamento central sobre a responsabilidade de todo o Poder Público (União, Estados, Municípios) e a sociedade em geral por uma educação pública, gratuita, universal e de boa qualidade.

Em Santa Catarina esse processo intenso de nucleação das escolas rurais resultou com a política de municipalização da educação pública, implantada pelo governo Paulo Afonso no período de 1995 a 1998. Teve início em 1997, com o objetivo de assegurar ao maior número de crianças ao acesso a turmas unisseriadas, em escola núcleo, através de melhor estrutura física e condições - didático pedagógico - e apoio ao estudante no meio rural: a educação do campo.

Na resolução CNE/CEB n. 2, de 28 de abril de 2008, destacam-se dois aspectos essenciais acerca da ampliação dos objetivos da Educação do Campo. O primeiro situa-se no campo simbólico. Pela primeira vez, num documento normativo, aparece a denominação “Educação do Campo”. Tenha-se presente que essa denominação foi cunhada em 1998, por ocasião da Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo. Em seu artigo 1º, justamente ao afirmar uma definição de Educação do Campo, dispõe que: Art. 1º A Educação do Campo compreende a Educação Básica em suas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de nível médio integrada com o Ensino Médio e destina-se ao atendimento às populações rurais em suas mais variadas formas de produção da vida - agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros (Brasil, 2008 a). O segundo aspecto diz respeito às condições materiais de frequência à escola por parte das crianças e adolescentes. Trata de coibir a prática sistemática do transporte escolar, mormente do campo para cidade, e o correspondente fechamento de escolas no campo. De fato, o transporte de alunos para núcleos urbanos, suburbanos ou mesmo rurais, constitui-se prática comum de governos locais em nome de uma certa racionalidade de gestão, cuja relação custo-benefício, supostamente, geraria resultados a custos mais baixos.

Essa Resolução CNE/CEB nº 2/2008 impõe disciplina ao transporte de crianças e jovens, principalmente, impõe limites às distâncias a serem ou não percorridas, coerentemente com a idade do estudante usuário. Ao mesmo tempo, estimula a (re)criação de escolas locais.

Para compreender a origem do conceito sobre a Educação do Campo, que nasceu das demandas, dos movimentos camponeses na construção de uma política educacional para os assentamentos de reforma agrária no Brasil. Importante enfatizar ainda que: As expressões Educação na Reforma Agrária e Educação do Campo nasceram simultaneamente, são distintas e se complementam.

A Educação na Reforma Agrária refere-se, às políticas educacionais, voltadas para o desenvolvimento dos assentamentos rurais. Neste sentido,

a Educação na Reforma Agrária é parte da Educação do Campo, compreendida como um processo em construção que contemplam, em sua lógica, a política que pensa a educação como parte essencial para o desenvolvimento do campo (Molina, 2006, p. 28 *apud* Santa Catarina, 2018, p. 13). Essa política pública, ainda está em vigor, na vida cotidiana dos núcleos de assentamentos rurais, não somente em Santa Catarina, mas em todo o Brasil

A Educação do Campo tem importante papel em estimular reflexões e debates de forma a contribuir para a desconstrução do imaginário coletivo sobre a relação de hierarquia, que há da cidade sobre o campo, uma vez que o campo, sendo um espaço de possibilidades, permite aos seres humanos produzirem e criarem a sua existência social de vida voltada ao desenvolvimento comunitário, sobretudo no seu local de vida.

Com as novas normas, a educação foi municipalizada, pois, para Lobo (1990, p. 7):

“Municipalizar para alguns significa uma articulação das forças do município como um todo para a prestação de serviços, ou seja, prefeitura municipal e organizações da sociedade civil como corresponsáveis”, já para outros significa “prefeiturar”, sendo exclusivo da administração municipal o processo. Assim a educação básica, foi municipalizada, passando todas as responsabilidades para os municípios.

Rodrigues (2018, p. 42-45), no Diagnóstico sobre a Educação em Santa Catarina, publicado na década de 1990 destaca que a via da política pública de municipalização é referida como meio de enfrentamento à tendência ao gigantismo da administração estadual, com vistas a dar resposta à lentidão decisória decorrente desta condição. Ao lado desta justificativa, outra destaca que “a municipalização corresponde ao atendimento de ideologias que sustentam atributos de maior eficiência pedagógica (no caso da educação) pelo envolvimento direto e intenso das motivações das comunidades” (2018, p. 162), uma perspectiva de municipalização que, claramente, visa marcar um sentido de pertinência social.

Todavia, importante destacar que a municipalização processada não trouxe, segundo Silva (2000), melhorias para a educação. O que se viu foi um aumento no fardo dos municípios, que do dia para a noite tiveram

de arcar com um ônus maior, sem efetiva correspondência dos recursos repassados. Então, o que fazer para melhorar a qualidade do ensino e livrar-se do “peso morto” representado por muitas escolas do meio rural, degradadas pelo tempo e sem muitos alunos? A municipalização, nesse contexto, impulsionará a nucleação das escolas, àquela altura considerada uma medida inevitável.

Tratava-se, sob esse imperativo e das reformas educacionais da década de 1990, de melhorar a gestão e distribuir melhor os recursos, ampliando a abrangência das escolas da rede e, do ponto de vista do processo e dos resultados, melhorar a qualidade do ensino segundo parâmetros alinhados aos objetivos da reforma, notadamente alinhado com referências de mercado. O autor ainda destaca (2018, p. 71), que após a adesão dos municípios ao convênio geral – foram firmados 267 convênios –, com a criação do Fundef, em 1996, os municípios viram na municipalização possibilidades de fazer face à fórmula de repartição dos recursos do Fundo, haja vista que o divisor de águas seria a detenção de matrículas.

Nesse contexto, a adesão à municipalização efetivou-se com base no Decreto n. 2.344, de 21 de outubro de 1997, que disciplinou a transferência da gestão de determinadas escolas de ensino fundamental da rede estadual para os municípios. Essa transferência compreendeu, mais especificamente, “a execução das atividades de gestão integral e o corpo discente de Unidades Escolares do Ensino Fundamental” (art. 1º) e incidiram sobre Escolas Isoladas (EI) e Escolas Reunidas (ER) e Grupos Escolares (GE), unidades situadas, basicamente, em comunidades da área rural. Importa mencionar que, em publicação da Secretaria de Estado da Educação, intitulada “Santa Catarina: Diagnóstico da Educação” (Santa Catarina, 1994), há o entendimento de que a municipalização, como um processo, que pode ocorrer mediante uma gradativa ampliação de responsabilidades por parte dos municípios, decorrida da expansão de suas respectivas redes “sem que, obrigatoriamente, implique em ampliação de autonomia no campo estritamente da ação pedagógica” (p. 162). O que decorre dizer que no Estado “tem havido muito mais efetivação de municipalização do ensino do que descentralização de competências deliberativas referentes ao ensino.” (p. 163).

Conforme mencionado, o processo de municipalização da educação deflagrado em 1991 incidiu nas EI, ER e GE²⁰, concentrando-se, portanto, nas quatro séries iniciais do então primeiro grau. Somente mais tarde passaram a ser envolvidas algumas escolas que ofereciam também, ou exclusivamente, os anos finais.

Para Rodrigues (2018, P, 75), ainda, no Governo Kleinübing (1991-1994) foi firmada a maioria dos convênios com os municípios (cerca de 90%); no Governo de Paulo Afonso Vieira (1995-1998) a política de municipalização e teve continuidade, de modo que a municipalização das escolas seguisse gradualmente. Os convênios específicos definiam a participação do Estado na manutenção do corpo docente, no quadro estadual e, outros investimentos passariam por um decréscimo gradual, a fim de que os municípios fossem assumindo a responsabilidade por tais encargos (Santa Catarina 1994). Embora na vigência do governo Paulo Afonso Vieira, no ano de 1997, por meio do Decreto nº 2.344, de 21 de outubro, um novo passo no curso da municipalização foi dado. O ato do governo aprovou acordos celebrados entre a Secretaria de Estado da Educação e do Desporto e municípios, com vistas à transferência da “execução atividades de gestão integral e o corpo discente de Unidades Escolares do Ensino Fundamental [...]” (art. 1º). Como se observa na lista aportada no Decreto, novamente esteve em pauta as IR, ER e GR, estabelecimentos notadamente situados na área rural. Tratava-se de mais um passo do governo estadual na direção do desligamento dessas escolas da rede estadual passado para a rede municipal de educação.

Rodrigues (2018, p. 77), por fim, diz que no governo de Paulo Afonso Vieira, um novo passo no processo de municipalização e de nucleação foi à publicação da Portaria n 5.654, de 12 de maio de 1998, segundo a qual, foram extintas as EI, ER, GE e EB cujas atividades de gestão integral e corpo discente haviam sido transferidos aos municípios. Posteriormente, pela Lei n 11.290, de 28 de dezembro de 1999 – já no governo de Espiri-

²⁰ Características que diferenciam as modalidades de escolas, de acordo com o Decreto nº 712, de 26/09/63 são: a Escola Isolada (EI) é a que possui uma só turma de alunos com um único professor; a Escola Reunida (ER) é a que possui duas a quatro turmas de alunos e o número correspondente de professores; e o Grupo Escolar (GE) é a escola que possua cinco ou mais turmas de alunos, com o número corresponde de docentes. A Escola Básica (EB) é aquela que comporta oito séries do primeiro grau.

dião Amin (1999-2002) o Poder Executivo foi autorizado a Art. 10 - determina alienar mediante doação aos municípios a propriedade ou a posse das unidades escolares do Ensino Fundamental, cuja execução das atividades de gestão integral e corpo discente foram transferidas aos respectivos municípios, por intermédio de acordos celebrados com a Secretaria de Estado da Educação e do Desporto até a presente data.

O processo de municipalização, já estava em curso no Brasil desde a década de 1970. Mas foi com o incentivo a descentralização que essa medida ganha mais forma na década de 1990. Em Santa Catarina a municipalização das escolas primárias alavancou o processo de nucleação das mesmas. Ressalta ainda a autora que,

Conforme mencionado, no caso brasileiro a nucleação das escolas do meio rural, ocorrida na década de 1990, constituiu-se em alternativa visando ao aumento da eficiência da máquina estatal e à melhoria da qualidade do ensino fundamental. Assim, inclui-se a vazão de um discurso de modernização do atendimento escolar de ensino e redução de custos. Situada no contexto nacional e no leque de pressupostos neoliberais que ganharam força no país, a nucleação de escolas do meio rural tornou-se uma ferramenta da municipalização, forjada enquanto recurso de um modelo de descentralização a serviço da reforma do Estado (OLIVEIRA, 2018, p. 46).

Entretantes, tudo o que envolveu no processo de nucleação das escolas rurais, visava, sobretudo, melhorar a qualidade da educação sem aumentar investimentos financeiros por parte do Estado. Logo, melhorar o ensino sem a preocupação do desenvolvimento comunitário, como algo construído ao longo do tempo na comunidade, somente com a presença física de uma escola na localidade rural, processo aceito em todo interior do Brasil.

Destaca-se, um adendo, que em 2017²¹, os alunos dos anos iniciais, da rede pública de Canoinhas, obtiveram nota média correspondente a 6,7 no IDEB, sendo que a meta projetada era 6,1. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 5,3, tendo sido projetada 5,5 e não alcançada. Na

²¹ IBGE - Diretoria de Estatística, Geografia e Cartografia (2010); INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (Censo 2018), Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013), Estabelecimentos de Ensino do Município, Secretaria de Estado de Educação – Supervisão Regional de Educação, Secretaria Municipal de Educação (2020).

comparação com outros municípios catarinenses, a nota dos alunos, dos anos iniciais, inseria Canoinhas, ficaram na posição de número 60, de um total de 295, muito além do ideal. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição alcançada foi a de número 58, de 295 municípios. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) atingiu 98,8% em 2010. Esses fatos posicionaram o município de Canoinhas na colocação 99 de 295, dentre os demais municípios do Estado catarinense, e na posição 834 de 5.570, dentre os municípios do Brasil. Porém, não se pode afirmar que essa melhora foi fundamentada pela nucleação das escolas rurais, no município, seria necessário pesquisas aprofundadas, para se averiguar essa melhora, tanto na qualidade de ensino como na aprendizagem e desenvolvimento social e cultural.

Entretanto, os direitos garantidos nem sempre se materializam e oportunidade de acesso e de existência de uma escola rural pública de qualidade, sobretudo, quando se pertence às classes menos favorecidas, como ressalta Miranda:

A educação pode ser direito de todos se há escolas em número suficiente e se ninguém é excluído delas; portanto, se há direito público objetivo à Educação, o Estado pode e tem de entregar a prestação educacional. Fora daí, é iludir com artigos de Constituição ou de leis. Resolver o problema da educação não é fazer leis, ainda que excelente: é abrir escolas, tendo professores e admitindo alunos (Miranda *apud* Araújo; Cassini, 2017; p. 568).

A educação deve se materializar os direitos subjetivos de educar com qualidade, no seu local de existência, o estado tem como obrigação pela lei, cultura e pela moral, ser o promovedor do crescimento e do desenvolvimento comunitário.

Enfim, esse processo de nucleação das escolas rurais, que promoveram mudanças nas comunidades locais no país, será exposto no próximo capítulo. Nomeadamente, uma análise como estudo de caso, com pessoas de comunidades rurais de Canoinhas (SC), exibindo as percepções das pessoas do meio rural, a partir do processo de nucleação, por meio das ações e alterações sofridas na vida social e econômica das comunidades

locais. Apresentar-se-ão pelas falas, sentimentos e depoimentos, de atores envolvidos, sobre a percepção da falta de uma escola rural na comunidade local. Além disso, narrar a história dos fatos, as mudanças e as motivações e argumentadas, do poder público daquele momento dos convencimentos, para que as pessoas aceitassem o processo de nucleação das escolas rurais. Sobremaneira as influências desse processo de nucleação na atualidade sobre o crescimento e desenvolvimento comunitário nas localidades rurais em Canoinhas/SC.

CAPÍTULO IV

Estudo de caso: contexto da Nucleação em Escolas Rurais no Município de Canoinhas - SC

Este capítulo pontua considerações sobre o processo de nucleação das Escolas rurais no município de Canoinhas/SC. Apresenta como base, em traços gerais: história do município, a nucleação das escolas rurais e as implicações *ex-post-facto*, sobre a vida local e o desenvolvimento comunitário. Apresentar-se-ão os resultados, por meio de dados coletados, na pesquisa, por meio da metodologia aplicada, tendo por base um questionário e, também, pelas entrevistas episódicas (é a que se caracteriza aplicada na representação em mudanças sociais em determinado foco teórico e assunto específico) fundamentando, sobretudo, o processo de nucleação nas escolas rurais e mudanças no desenvolvimento da vida comunitária. A pesquisa foi realizada com as pessoas que vivem em comunidades que advieram pelo processo de nucleação das escolas rurais e, seguem as novas configurações da comunidade sem a escola local. Em suma, surgem um novo olhar sobre o crescimento e o desenvolvimento comunitário, a partir da percepção de pessoas, que vivenciaram o processo de nucleação, com a extinção da sua escola-rural local.

“Quando o homem compreende a sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e o seu trabalho pode criar um mundo próprio, seu Eu e as suas circunstâncias.”

Paulo Freire.

Caracterização e História do Município de Canoinhas - SC

O processo histórico de desenvolvimento, social-cultural e econômico, conquanto se abrolhou na constituição da sociedade canoinhense, em qual foi se delineando, desde a divisão estrutural municipal, submetida por anos no processo formativo do território. Teve o início da unidade territorial concedida a partir do município de Curitiba/SC, até se configurar todo desenvolvimento e, sobretudo, a chegar à fundação do novo município de Canoinhas. Assim, a estrutura do município está associada ao surgimento das propriedades rurais, no início do século XVIII, pertencentes aos índios e aldeados no espaço geográfico do planalto norte catarinense. Foi se intensificando uma nova estrutura territorial das grandes e pequenas propriedades, especialmente, com numerosa formação de pequenas comunidades locais no território.

Segundo IBGE²² a história foi marcada pela passagem constante de tropeiros, nesta região, onde hoje se encontra o município, em que se fixou uma rota, conhecida como Estrada da Mata, que atravessava, a parte mais estreita, de um rio: chamado de Canoinhas. Sendo a travessia feita ali em canoas, contudo, o local passou a ser chamado de “Passo de Canoinhas”, denominação que se estendeu à povoação que mais tarde, ali, se formou como o novo município. Somente, em 1829, teve início a colonização com correntes de imigrantes, vindas do Paraná e constituídas quase que exclusivamente de brasileiros, interessados na extração da erva-mate. Eles subiram o rio pelo território do município de Canoinhas, detendo-se no porto, onde hoje está edificada a cidade. Por ser próximo ao Rio Negro, amplamente navegável, e devido à altitude e regularidade do terreno, segundo a tradição, foi Paula Pereira o fundador do arraial, onde posteriormente chegaram imigrantes alemães e poloneses, procedentes das localidades catarinenses de São Bento do Sul, Joinville, Campo Alegre e Blumenau e outros lugares.

Situado no território do Contestado, objeto de disputa entre Paraná e Santa Catarina nos primeiros anos do século XX, o povoado teve seu desen-

²² Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/canoinhas/historico>. Acesso em julho de 2022.

volvimento prejudicado pelas agitações, decorrentes do conflito territorial, e disputas de terras pelas madeiras que estavam se instalando no município. Contudo, alcançou sua emancipação administrativa, em 1902, criado pela Prefeitura do Município de Curitiba, o distrito de Santa Cruz de Canoinhas, após este fato, foi elevado em 1911, pela lei estadual n.º 907, à categoria de Município, com a denominação de Santa Cruz de Canoinhas. Em 1916, superada a crise do Contestado, o Município foi incorporado, em definitivo, ao Estado de Santa Catarina. Em 1923, pela lei estadual n.º 1424, a Vila de Santa Cruz de Canoinhas passou à categoria de cidade, sob a denominação de Ouro Verde, que exaltava a riqueza do Município: a erva-mate. O decreto estadual n.º 1, de 27 de outubro de 1930, devolveu ao município o seu primeiro topônimo, simplificando-o para Canoinhas.

A erva-mate, motivo da colonização inicial, foi durante algum tempo a atividade predominante dos habitantes, porque sua comercialização dava resultados compensadores aos produtores. Até que sobreveio séria e prolongada crise no comércio ervateiro, quando, então, parte da população abandonou os ervais, dedicando-se à extração e industrialização da madeira e à agropecuária, assim, logo foi delimitada a área urbana e a rural. Assim, a Divisão Administrativa foi consolidada em - 1º - VII-1960, logo o Município de Canoinhas achava-se dividido em 6 distritos: Canoinhas, Bela Vista do Toldo, Felipe Schmidt Major Vieira, Paula Pereira e Três Barras. Pelas leis estaduais números 632 e 633, de 23-XII-1960, perdeu os distritos de Major Vieira e Três Barras e parte do distrito de Canoinhas. Sua área foi, assim, reduzida de 2 866 km² para, aproximadamente, 1.100 km².

A Comarca, desmembrada da de Curitiba em 1913, pertence à 3.^a Divisão Judiciária do Estado de Santa Catarina. A cidade é desde 1940, sede de Comarca de 3.^a entrância. Sob essa análise do processo formativo, na sequência se dá a realização da emancipação política do município – que envolveram subsídios históricos como: a ocupação do território, os primeiros povos, a exploração da madeira e da erva mate; a economia extrativista, a demografia itinerante, o desenvolvimento humano e comunitário. Outro fato marcante no território, foi a Guerra do Contestado (ocorre que a Guerra do Contestado, em investigação por historiadores, foi um conflito armado que aconteceu entre 1912 a 1916, nos Estados de Santa

Catarina e Paraná). Os efeitos e os impasses desse conflito foram causados por disputas de terra entre os dois Estados e, posto que, ficou conhecido como Contestado), entre outros subsídios.

Essas questões estão registradas e eternizadas na letra do hino que é cantada sobre a história do município de Canoinhas²³: “*Capital da erva-mate e do pinho, Das imbuías galhardas do sul, Onde o sol e a amplidão têm seu ninho, E o esplendor dos trigais beija o azul*”; *Terra augusta de Paula Pereira, Do major que assentou teu porvir, Do imigrante que, em pé na clareira, Nova raça de heróis viu surgir*”

Convém lembrar²⁴ alguns dos acontecimentos que envolvem a história do crescimento e desenvolvimento do município, entre eles, *Xokleng* no território ante da chegada de colonizadores, e que eram coletores e caçadores seminômades que tinham na floresta de araucária seu melhor habitat. Arredios e tendo seu espaço invadido pelos brancos, os *Xokleng* foram implacavelmente perseguidos pelos colonizadores que neles tinham apenas um inimigo e um empecilho à conquista territorial. Quando os primeiros homens brancos vagaram pelo sertão, encontraram o rio Canoinhas com o nome indígena de Itapeba, o que quer dizer pedra rasa ou cachoeira baixa. Mais tarde outros exploradores localizaram o mesmo rio com o topônimo hispano-indígena de Canoges Mirim, que literalmente significa canoas pequenas.

Essa referência é uma contrapartida ao rio Canoges, situado bem mais abaixo nos campos de Lages e modernamente conhecido como Canoas. Do Canoges Mirim é que provém o nome Canoinhas, denominação que prevaleceu e que depois originou o povoado de mesmo nome. Pelo menos três décadas antes da constituição do núcleo urbano, o que se deu por volta de 1888, o rio e as terras de seu vale já eram conhecidos por Canoinhas. Essa é a versão mais provável a respeito da origem da toponímia Canoinhas, uma vez que bem antes da colonização branca invadir o território *Xokleng*, o rio já era conhecido por esse nome pelos indígenas que viviam ao redor do rio. Assim, o nome de Canoinhas provém da necessidade existente em atravessar, com pequenas canoas um regular curso d’água, daí o topônimo do rio do município, era do “Rio das Canoinhas”.

²³ Neste ano de 2023, Canoinhas completou 112 anos na história de emancipação política.

²⁴ Disponível em: <https://www.pmc.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/25959>. Acesso em maio de 2022.

Há outra narrativa popular, alusiva ao toponímico Canoinhas, mas não se encontra embasamento científico. Porém, Canoinhas tem esse nome porque os precursores da colonização local chegaram por via fluvial usando pequenas embarcações, as chamadas canoas que foram atribuídos ao nome Canoinhas. Logo, naquele tempo, o meio predominante de transporte era a canoa, usada pelas tropas para passar o rio. Em geral, as canoas eram usadas para viagens de pequeno percurso.

Foi na condição de Santa Cruz de Canoinhas que, em 1902, o lugar foi elevado a distrito judiciário de Curitibanos, embora se encontrasse em área contestada pelo Paraná e Santa Catarina, que disputavam a posse do território. Essa história ainda merece de muita investigação como fatos e não como contos messiânicos e regionais.

A erva-mate e depois a madeira que eram os sustentáculos da incipiente economia local. Os interesses pelo domínio do território levaram o governo catarinense à criação do município de Santa Cruz de Canoinhas, o que ocorreu em 12 de setembro de 1911, por meio da lei 907. Entre 1912 e 1916, gerada por fatores sociais, políticos, econômicos e messiânicos, desabrochou, como dito em investigação, na região o conflito do Contestado, e Canoinhas foi envolvido nesse conflito, principalmente em 1914 e 1915, quando várias vezes a vila e povoados do interior foram atacados pelos revoltosos.

Depois desse período bélico, Canoinhas alcançou uma fase de grande desenvolvimento, quando teve sua economia reativada pelo extrativismo vegetal da erva-mate e da madeira. Esse ciclo durou até meados de 1930, quando a economia ervateira entrou em franca decadência. Antes, ainda em 1923, em pleno período áureo de sua economia, o nome de Santa Cruz de Canoinhas foi alterado para Ouro Verde, numa alusão à principal riqueza do município com a erva mate e a madeira. Porém, divergências políticas e religiosas locais, determinaram que, em 1930, esse nome fosse substituído e o município passou à denominação única de Canoinhas. Portanto, é conhecida na atualidade como a capital da erva mate, uma comunidade de trabalho e tradições cultivados, por meio de seus descendentes como: índios, poloneses, alemães e italianos, entre outros.

Na medida em que o município cresce e se desenvolve, como comunidade local, lá nos anos 70, busca em suas atividades econômicas, pautadas em uma matriz produtiva predominantemente extrativista, perpetuando, nas décadas subsequentes. Com essa base econômica, alicerçada na exploração da erva mate, tornando-se a segunda maior produtora de erva-mate do sul do país, e na madeira, bem como sua enorme força, aportada nas atividades agropecuária e início do setor papelheiro, faz na atualidade um município de porte médio e economia estagnada.

Tradicionalmente e, na atualidade, as atividades rurais são baseadas na agricultura (cultivo de vegetais : milho, arroz, feijão, trigo, soja, hortaliças, frutas, tabaco, e silvicultura, etc.) e pecuária (produção pastoril ou não, de bovinos, suínos, caprinos, ovinos, avicultura, etc.). Outras atividades, como o ramo turístico, hotéis fazenda, spas, clínicas de recuperação entre outras, pouco têm modificado ao logo das últimas décadas e, a sua configuração é ligada diretamente a utilização do espaço agrário, nesse contexto econômico e social de desenvolvimento.

No que se refere ao mundo rural, o setor agropecuário do município destina 33% de sua área ao plantio de cereais e, o território remanescente (67%) é destinado à área urbana, área de preservação ambiental, terras de particulares, banhados, córregos e rios, entre outros.

Segundo Knorek (2016, p. 13), a história de desenvolvimento de Canoinhas/SC é vista em monumentos artísticos distribuídos em locais públicos, configuradas em artes públicas, que representam ícones da história de desenvolvimento: do ciclo da madeira à erva mate. Toda cidade é um espaço de grandes artefatos artísticos, por conseguinte, pode ser um museu, um espaço a céu aberto, onde o acervo histórico revela a história do lugar. Quando se fala em acervo a céu aberto, referenciam-se aos monumentos, esculturas, estátuas de bustos, cabeças, portais, enfim, obras de arte que manifestam ícones da história cultural, de crescimento, ciclos econômicos da madeira e erva mate, legados da gestão pública, que constituíram sua história como município de Canoinhas.

Em síntese, os monumentos da história de Canoinhas são muitos, como por exemplo, na cuia da praça, nas estatuas de madeira na entrada da avenida da cidade, na igreja matriz, na arquitetura, enfim, em vários locais da cidade. Conforme a Figura 1, os pontos históricos de referência da cidade:



Figura 1. Fotos de monumentos e referencias da cidade de Canoinhas (SC).

Fonte. Dados da pesquisa (acervo, Reinaldo Knorek), 2022.

Esse conjunto de monumentos estão representados na Figura 1: a fotografia 1, apresenta o portal de entrada da cidade; a fotografia 2, o prédio da prefeitura; a fotografia 3, a Igreja católica Matriz Cristo Reis e a fotografia 4, o monumento da cuia de chimarrão (em homenagem, quando em 1972, foi festejado o cinquentenário do município, localizada na praça central Lauro Müller). Esses monumentos são pontos de referência e de história econômica e cultural de crescimento e desenvolvimento na constituição da cidade.

Em aspectos históricos gerais, Canoinhas foi fundada em 1888, como Santa Cruz de Canoinhas, logo, tornou-se distrito em 1902 e, separados do território de Curitiba em 1911, palco do conflito do Contestado entre 1912 e 1916, faz da cidade suas marcas. Visto que, por volta de 1930, um ramal ferroviário, implantado para uni-lo ao distrito de Marcílio Dias, integrou a cidade à estrada de ferro São Paulo-Rio Grande do Sul e ao porto de São Francisco do Sul, provocando assim, uma grande revolução na economia local com a exportação de suas matérias primas como: a madeira e a erva mate.

A variedade étnica, vem desde o início da história do município, que atraiu imigrantes poloneses, alemães, italianos, ucranianos e japoneses, por causa da abundância da madeira e da erva-mate, no início do século

passado, estruturando assim, o município de Canoinhas (SC) como riqueza agrícola e extrativista do planalto norte catarinense.

Os fatos sobre a história de existência e constituição de crescimento e desenvolvimento canoinhense, segundo Pichetti (1970, p. 26), descreve os nomes de Canoinhas. Era chamada de “Canoinhas do Sul” – “Estrada das Tropas” – Roteiro dos Sertões para Viamão, como se destinava a primitiva picada, única, “estrada” pela qual, por mais de cem anos, faziam comércio entre o Rio Grande do Sul e São Paulo. Havia dois centros de polarizadores: Viamão (RGS) e Sorocabana (SP). Tal estrada teve muitas variantes e atalhos, passando, inclusive, em território canoinhense.

O município está localizado na - Mesorregião segundo o IBGE (2020), no Norte Catarinense, pertence à associação dos municípios a AMPLA-NORTE – (Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense); tem uma área territorial (km²) 1.145; Canoinhas localiza-se a 839 metros acima do nível do mar, encontra-se 26°10'38" Latitude S. e a 50°23'24" de Longitude W., distância cerca de 392 km da capital – Florianópolis e, são 180 km de Curitiba - capital do Paraná. Sua população total em 2010, segundo o IBGE é de 52.765. A densidade demográfica 2010 (hab./km²) 46,09. Já no censo demográfico do IBGE de 2022, a população chegou a 55.016 habitantes com uma densidade de 47,92 hab./km².

Na Figura 2, no mapa de Santa Catarina, a localização do município de Canoinhas, como descrito a capital da erva mate.

Os primeiros imigrantes a se fixarem no município chegaram de São Paulo e Paraná, destacando-se Francisco de Paula Pereira, considerado o fundador do município. Assim os colonizadores vieram lentamente, assinalando-se somente no fim do século, quando o povoamento se intensificou, com pessoas vindas de outras regiões. Dispondo de extensos ervais nativos, além de boas terras para agricultura e belos pinheirais, pecuária e indústria, fazem o alicerce econômico da municipalidade canoinhense. Além de ser conhecida nacionalmente e nos países do Mercosul como a capital da Erva Mate, a cidade é admirada, pelos turistas, pela sua cordialidade e, de um povo trabalhador e idealizador em busca de desenvolvimento e crescimento.

Na figura 3, uma explicação sobre o nome do município de Canoinhas, devido as canoas no rio, com o nome de “Santa Cruz de Canoinhas” que, e em 1923, quando passou a ser chamada de “Ouro Verde” (dada abundância da erva mate), e, em 1930, voltou ao nome original de Canoinhas.

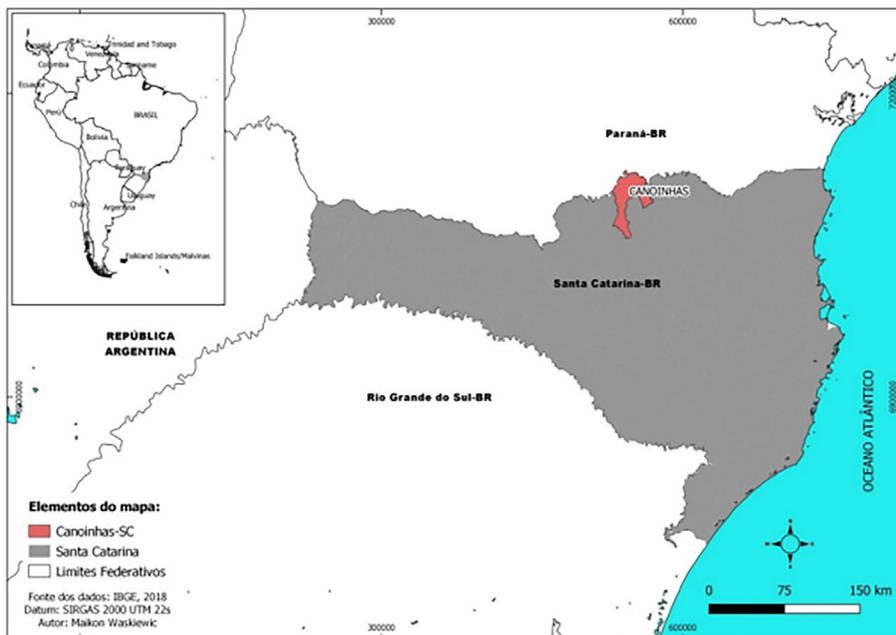


Figura 2. Mapa Santa Catarina e Localização de Canoinhas (SC).

Fonte. Dados da pesquisa, QGIS, (2022).



Figura 3. Margem do Rio Canoinhas no carregamento da erva mate.

Fonte. Dados da pesquisa, Sites internet (2022)

Quanto à magnitude, na história de desenvolvimento demográfico, Canoinhas, após o centenário, teve um crescimento moderado entre 1991 e 2000, pois a população do município cresceu a uma taxa anual de 0,27%, enquanto no mesmo período Santa Catarina cresceu a uma taxa de 1,85%, e o Brasil, 1,63%. Nessa década, a taxa de urbanização do município passou de 72,30% para 73,41% e, destaca-se que nesse período estava sendo implantado o processo de nucleação das escolas rurais, com êxodo rural também crescendo.

A população de Canoinhas/SC, segundo o IBGE (2023) em 2010 era de 52.765 chegou a 55.016 em 2022, o que representa um aumento de 4,24%. No ranking de população dos municípios, Canoinhas está na 28ª colocação no estado, na 101ª colocação na região Sul e na 594ª colocação no Brasil.

A participação relativa da população canoinhense por gênero, no Censo Populacional 2010, apontou que homens representavam 49,36% da população e as mulheres, 50,64%, (IBGE, 2010). A pirâmide etária do município aponta que a população está envelhecendo, pois no ano de 2010 os estratos das idades mais avançadas, apresentavam população mais numerosa que os estratos das idades mais jovens (Tabela 1).

POPULAÇÃO	POPULAÇÃO (1991)	% DO TOTAL (1991)	POPULAÇÃO (2000)	% DO TOTAL (2000)	POPULAÇÃO (2010)	% DO TOTAL (2010)
População total	50.371	100,00	51.631	100,00	52.765	100,00
Homens	25.098	49,83	25.646	49,67	26.044	9,36
Mulheres	25.273	50,17	25.985	50,33	26.721	0,64
Urbana	36.418	72,30	37.904	73,41	39.273	4,43
Rural	13.953	27,70	13.727	26,59	13.492	5,57

Tabela 1. População Canoinhas - SC (1991 - 2010 - 2022).

Fonte. PNUD, IPEA e FJP, (2022)

De acordo com os dados sobre o IDMS²⁵ (Índice de Desenvolvimento Sustentável dos Municípios), sendo, uma ferramenta para a aplicação do

²⁵ Disponível em: <https://indicadores.fecam.org.br/indice/estadual/ano/2022>. Acesso em 15 de julho de 2022.

conceito de desenvolvimento municipal sustentável e construído a partir de uma série de indicadores considerados, fundamentais para diagnosticar o grau de desenvolvimento de um território ou município.

Em tese, esse índice, ao avaliar o desenvolvimento, configura-se como uma ferramenta de apoio à gestão capaz de evidenciar as prioridades municipais e regionais, além de, situar as municipalidades em relação a um cenário de um futuro desejável sustentável. Entretanto, a sustentabilidade é entendida como o desenvolvimento equilibrado das dimensões social, cultural, ambiental, econômica e político-institucional (FECAM, 2022) e, o índice calculado, para Canoinhas, refletiu uma mínima queda em comparação aos períodos anteriores.

No período de 1991 a 2010, o IDH-M do município acumulou evolução positiva de 49,6%, sendo que a educação foi a dimensão com maior evolução (116,93%), passando de 0,319 em 1991, para 0,692 em 2010. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Canoinhas é de 0,757, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,874, seguida de Renda, com índice de 0,717, e de Educação, com índice de 0,692.

O Índice FIRJAN sobre o Desenvolvimento Municipal (IFDM), é um estudo do Sistema da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), que acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico de todos os municípios brasileiros em três áreas de atuação: emprego e renda, educação e saúde. Nesse contexto, Canoinhas ocupa a 436ª posição entre os 5.570 municípios brasileiros e a 46ª posição entre os 295 municípios catarinenses, segundo o IFDM (2016).

Quanto ao crescimento econômico - emprego e renda -, o município de Canoinhas está entre os mais empobrecidos de Santa Catarina. Uma renda *per capita* muito baixa. Dados na tabela 2 - renda pobreza e desigualdade, e segundo o IPEA, o Índice de GINI é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo, apontando a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um, no qual o valor zero representa a situação

de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, restando o valor um no extremo oposto, ou seja, uma só pessoa detém toda a riqueza.

A Tabela 2 apresenta a evolução do Índice de GINI da renda domiciliar per capita, proporcionada no município, ressaltando assim, a redução do índice entre os anos de 1991, 2000 e 2010, com baixa renda e economia estagnada.

RENDA, POBREZA E DESIGUALDADE - CANOINHAS – SC			
Ano	1991	2000	2010
Renda per capita (em R\$)	289,10	500,86	692,87
% de extremamente pobres	14,51	8,09	2,43
% de pobres	44,31	26,00	8,63
Índice de Gini	0,55	0,60	0,49

Tabela 2. Dados econômicos do Município de Canoinhas (1991 - 2010).

Fonte. PNUD, IPEA e FJP (2022).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), é uma medida resumida do progresso em longo prazo, em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Canoinhas é 0,757, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribuiu para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,874, seguida de Renda, com índice de 0,717, e de Educação, com índice de 0,692. Dados observáveis na tabela 3.

Igualmente, estudos apontam que o crescimento e desenvolvimento econômico de Canoinhas está estagnado, ao comparar dados dos últimos 20 anos.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL E SEUS COMPONENTES - CANOINHAS – SC			
IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,319	0,504	0,692
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	30,26	38,73	56,69
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	28,01	66,06	87,34
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	55,64	78,94	94,22
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	33,37	54,41	72,25
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	13,67	31,00	52,27
IDHM Longevidade	0,706	0,781	0,874
Esperança de vida ao nascer (em anos)	67,38	71,88	77,42
IDHM Renda	0,576	0,665	0,717
Renda per capita (em R\$)	289,10	500,86	692,87

Tabela 3. Dados Desenvolvimento Humano de Canoinhas (1991 - 2010).
Fonte. PNUD, IPEA e FJP (2021).

Destaca-se que Canoinhas, ao longo da construção de sua história de desenvolvimento, vem aos poucos tentando buscar inovações, articulações e ações que, acarretem melhorias para uma sustentabilidade, em ser cada dia, na sua economia, educação e cultura um lugar ideal para se viver. Assim sendo, o desenvolvimento comunitário, que envolvem, de forma interdisciplinar, o modo de vida de uma comunidade local, cultura, educação, economia, faz parte de um esforço político, empresarial e populacional em vistas ao crescimento e desenvolvimento.

Certamente, todos os cidadãos, enquanto envolvidos na causa local, devem defender e contribuir para que toda comunidade, faça parte dessa busca desenvolvimentista: certamente, garantir a educação no campo, como papel fundamental, em contribuir, crescimento, desenvolvimento comunitário e sustentabilidade rural-local.

O contexto e estrutura educacional em Canoinhas - SC

Em virtude do objetivo estabelecido, de pós-doutoramento em desenvolvimento comunitário, – nomeadamente, realizar uma pesquisa em buscar compreender a percepção comunitária, suscetíveis, *ex-post-facto*, ao processo da nucleação de escolas rurais. Assim, registrar suas implicações sociais, econômicas e comunitárias em localidades, que passaram pelo processo de nucleação das escolas rural-local, faz-se dela, a descrição da pesquisa neste capítulo.

Apresentar os objetivos traçados pela Secretaria de Educação de Canoinhas²⁶ que tem como missão: preparar o educando para a caminhada da vida por meio de busca permanente do Saber Conhecer, Fazer, Ser e Conviver. Ser a referência em educação de qualidade no Ensino Fundamental e Infantil, é a visão da secretaria, que norteia seus princípios tendo os alunos como foco de todas as ações da secretaria; acreditando na educação como atividade transformadora e formadora de cidadania; acreditando na boa qualidade do ensino ministrado na Rede Municipal, que um bom ensino se faz com infraestrutura física atrativa, equipe comprometida, programa de ensino bem estruturado e participação dos pais. Acreditando que a efetiva participação dos pais e comunidade garante boa manutenção das escolas. Todas as ações da Secretaria devem ser pautadas em valores e virtudes como: ética, senso de compromisso, seriedade, respeito, solidariedade, igualdade e espiritualidade.

Quanto ao CME, segundo a Secretaria de Educação, publicado em 20/03/2014, apontam as normas de funcionamento do Conselho - sendo o órgão colegiado, da estrutura da Secretaria Municipal de Educação, com competências normativas, consultivas, recursais, de supervisão e fiscalização no âmbito do Sistema Municipal de Ensino. Tem por objetivo, assegurar às entidades ou grupos representativos da comunidade, o direito de participar na discussão, formulação, implementação, avaliação e fiscalização das políticas municipais de educação, bem como promovê-las, contribuindo para a gestão democrática do ensino e da elevação da qualidade

²⁶ Disponível em: <https://www.pmc.sc.gov.br/estruturaorganizacional/hotsite/codHotsite/1356>. Acesso em 31 de nov. 2022

da educação e dos serviços educacionais. O CME de Canoinhas tem por finalidade: I – Zelar pelo cumprimento da Constituição Federal (CF), da Constituição Estadual (CE) e Lei Orgânica do Município (LOM) em matéria de educação; II – Zelar pelo cumprimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e Lei que dispõe sobre o Sistema Municipal de Ensino do Município de Canoinhas; III – Garantir o direito a educação em todos os seus níveis, etapas e modalidades no Sistema Municipal de Ensino do Município de Canoinhas; IV – Zelar pelo cumprimento das políticas públicas de educação que visam ao respeito aos direitos humanos, à inclusão, à diversidade, ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o mundo do trabalho; V – Monitorar e avaliar o Plano Municipal de Educação; VI – Garantir que o ensino seja ministrado de acordo com os seguintes princípios: a) Igualdade de condições para o acesso, a participação, a permanência e o êxito na escola; b) Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a cultura, a arte e o saber; c) Pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e particulares de ensino; d) Gratuidade do ensino público; e) Qualidade social da educação com o estabelecimento de padrões mínimos; f) Valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, respeitados a qualificação e a habilitação; g) Gestão democrática da educação.

O CME foi criado pela Lei Municipal nº 2.919 de 02/12/1997, sendo reformulado pela e reorganizado pela Lei Municipal nº 5.738 de 10/12/2015. É composto por 14 (catorze) membros titulares e 14 (catorze) membros suplentes. Deste conjunto 7 (sete) representam o Poder Executivo e 7 (sete) representam entidades não governamentais. Em compêndio, o município de Canoinhas (SC) conforme a secretaria de educação, tem suas estruturas organizadas em trabalhar para melhorar cada vez mais a educação dos cidadãos. Além disso, proporcionar o desenvolvimento em suas comunidades, por mais difícil ou longe que esteja localizada, onde ainda exista uma escola para fundamentar, em todos os sentidos, o crescimento e desenvolvimento: tanto no meio rural como no urbano. A (Secretaria Municipal de Educação (SME) e o Conselho Municipal De Educa-

ção (CME), são órgãos responsáveis diretos, pela existência e garantia de funcionamento das escolas rurais e urbanas, pertencentes ao município. Contudo, devem responder ao final do processo legal e as diretrizes para cada comunidade: em abrir ou fechar uma escola municipal.

Para fundamentar uma análise sobre a nucleação das escolas rurais em Canoinhas, optou-se pela aplicação de métodos científicos, que levassem à possíveis respostas sobre a percepção das pessoas, que na atualidade, perderam a escola na comunidade rural-local. Para alcançar esse objetivo, utilizou-se o método exploratório-descritivo, de abordagem qualitativa-quantitativa, com o procedimento episódico, bibliográfico, *ex-post-facto*, sobre a nucleação das escolas rurais, tendo no escopo a referência do município de Canoinhas- SC. A coleta de dados primários, foi realizada, nos meses de setembro de 2019 até março de 2020, devido a pandemia do Covid-19, todavia, foi necessário ser interrompida e retomada em algumas localidades, após o controle da pandemia com a vacinação em massa da população. De tal modo, nos meses de a junho a setembro de 2022, concluiu-se a coleta dos dados.

Os dados foram coletados por meio de entrevistas, concentrando-se na aplicação de um questionário dividido em 6 blocos.

Em conformidade com uma pesquisa qualitativa, optou-se em aplicar, já citado o procedimento episódico, sendo imprevisivelmente, coletar informações pelas narrativas, segundo FLICK, - “permitem ao pesquisador abordar o mundo empírico até então estruturado do entrevistado, de um modo abrangente” (FLICK, 2009, p. 164). Para a escolha da entrevista narrativa deu-se principalmente pela necessidade de analisar opiniões sobre o processo de fechamento das escolas rurais em Canoinhas. Do mesmo modo, para FLICK (2009, p. 172), esse tipo de narrativa que fornece uma atenção especial a “situações ou episódios nos quais o entrevistado tenha tido experiências que pareçam ser relevantes à questão de estudo”.

Denomina-se, em outras palavras, a entrevista episódica, sobremaneira, no lugar de origem: serão apontados os sentimentos e percepções das pessoas que fizeram parte desse processo de nucleação das escolas-rurais. Ressalta-se ainda que ela “facilita a apresentação da experiência em uma forma geral e comparativa, ao mesmo tempo em que assegura

as situações e episódios dos quais sejam contados em sua especificidade” (FLICK, 2009, p. 172). Em síntese, os detalhes das falas podem apresentar a realidade sofrida pela comunidade local sem a escola rural.

Logo, para o estudo de caso, associado ao método episódico utilizado, além de procurar contar, como começou, como as coisas se desenvolveram e, o que aconteceu, por meio das narrativas de pessoas das comunidades rurais sem a escola, então desse modo, construir em análise as consequências do desenvolvimento, sobre as comunidades, sem a escola rural.

Para isso, é importante caracterizar informações, sobre o método das entrevistas episódicas, como destaca Flick, Uwe. (2003), em Bauer M.W. e Gaskell G; (2008; p.110) ao citar (Hermanns, 1995, p. 183):

Em primeiro lugar uma situação inicial é esboçada (como tudo começou), e então os acontecimentos relevantes para a narrativa são selecionados de todo o conjunto das experiências e apresentados como uma progressão coerente dos acontecimentos (como as coisas se desenvolveram), e finalmente é mostrada como ficou a situação no final do desenvolvimento (o que aconteceu).

O autor, na alocução sobre a entrevista episódica, afirma que: “é por meio da coleta informações”, para compreender como o conhecimento dos fatos estão ligados às circunstâncias concretas, como: tempo, espaço, pessoas, acontecimentos, situações (Flick, p. 111). Nossa questão envolve assim o tempo, espaço, pessoas, acontecimentos, situações que é, por ventura, a nucleação das escolas rurais e o desenvolvimento comunitário, após o fato das escolas, passarem pelo processo de nucleação, a ser investigado.

Destaca-se que antes da entrevista, foram reunidas ideias (no questionário) a serem esclarecidas, com as pessoas nas comunidades investigadas, e, ter como base dos registros de no máximo coletar as informações disponíveis, sobre o assunto do processo de nucleação na comunidade local. Assim, os entrevistados, ao serem abordados, poderiam fornecer informações, novas e relevantes, para na sequência serem transcritas, como fundamentais ao entendimento, da questão problema da pesquisa.

De tal modo, o questionário roteiro, para se conquistar a confiança do entrevistado, e não tentar dominá-lo, nem ser por ele dominado, sem induzir as respostas ou perder a objetividade.

No momento da entrevista, foram expostos os termos, a questão problema levantada, e os fatos mais próximo da realidade local, sendo fundamental para demonstrar e compreender o processo de nucleação implantado e o desenvolvimento da comunidade local. Coletar informações de como a mesma viveu ou está vivendo, desde aquele momento do início do processo de nucleação, sua história de vida, no contexto local, até justificar-se, como a nova escola está sendo integrada e se desenvolvendo, associadas as outras comunidades que não tem mais uma escola por perto.

Quanto ao local das entrevistas, foram definidas a partir das sedes das escolas nucleadas, e das escolas que ao redor, passaram a pertencer ao núcleo, informadas pela secretaria da educação do município de Canoinhas/SC, englobando, contudo, as comunidades sedes e em torno das escolas fechadas. Essas sedes centrais ou núcleos, estão localizadas, em comunidades na área rural, do município de Canoinhas

De acordo com a fundamentação sobre o que é desenvolvimento comunitário sustentável (em três principais pilares – o social, econômico e ambiental), para se desenvolver na configuração local, e, coexistir e integrar, entre si, de forma harmoniosa, é necessário técnicas ou tecnologias que garantam o funcionamento da comunidade.

Elucidando, o processo de nucleação, expõe-se um conjunto de fotos das fachadas das escolas sedes nucleadas no município, na figura nº 4 – são identificadas 5 das escolas sedes, que receberam os estudantes das que foram fechadas com o processo de nucleação. Destacam-se; na foto n 1 EBM Maria Izabel De Lima Cubas – Na Comunidade De Rio De Areia, foto n 2 - EBM Benedito Therezio De Carvalho Na Comunidade De Felipe Schimdt; foto n 3, a E B M Achilles Pazda Rio Do Pinho e a foto n 4 - GEM Reinaldo Kruger – Na Comunidade Do Alto Frigorífico e, a última, a foto n 5 – a EBM Guilhermina Veiga Ferreira na comunidade de Arroios. São as escolas-sedes centrais que, após o processo de nucleação no município, em suma, ocorridos no intervalo em torno de 10 anos, entre as ações, reuniões e decisões, de nucleação e, sobretudo o fenecer das escolas locais em torno dessas sedes centralizadas.



Figura 4. Conjunto de fotos das escolas sedes-centrais nucleadas em Canoinhas - SC.

Fonte. Dados da pesquisa, acervo, Reinaldo Knorek (2022).

Certamente, associadas - com os conhecimentos empíricos e científicos sustentáveis -, advindos de pessoas que naquele local escolheram para viver, registrar a experiência, o aprendizado, as descobertas, as pesquisas, entre outros, são maneiras de concretizar e fundamentar as modificações ocorridas no local adjuntas ao desenvolvimento da comunidade. Em outras palavras, é manter as atividades produtivas locais, em busca de um desenvolvimento comunitário, de forma sustentável, de uma vida cotidiana local, de escolhas e permanências, no âmago da existência comunitária, faz desse homem do campo, na sua comunidade, o ser responsável, também, pela existência e vida do homem da cidade.

Com as escolas sedes definidas, apresentar-se-ão, a realidade educacional de cada comunidade, com dados das escolas fechadas e o destino dos alunos para a nova escola-sede. No Quadro 6, a escola sede nucleada E.B.M Achilles Pazda Rio Do Pinho, no município de Canoinhas, logo, a mesma recebe estudantes de seis localidades: Anta Gorda, Boa Vista, Santa Leocádia, Santo Antônio do Wossgrau, Santa Haydê e do Rio do Pinho. Observa-se:

ENTORNO DA ESCOLA NUCLEADA E B M ACHILLES PAZDA COMUNIDADE DE RIO DO PINHO

ESCOLA FECHADA	LOCALIDADE	EBM ACHILLES PAZDA RIO DO PINHO	LOCAL DE NUCLEAÇÃO
1. El Anta Gorda	Anta Gorda	EBM Rio Do Pinho	Rio Do Pinho
2. El Boa Vista	Boa Vista	EBM Rio Do Pinho	Rio Do Pinho
3. El Santa Leocádia	Santa Leocádia	EBM Rio Do Pinho	Rio Do Pinho
4. El Santo Antônio	Santo Antônio	EBM Rio Do Pinho	Rio Do Pinho
5. El Santa Haydê	Santa Haydê	EBM Rio Do Pinho	Rio Do Pinho
6. El Rio Do O Pinho	Rio do Pinho	EBM Rio Do Pinho	Rio Do Pinho

Quadro 6. Escolas rurais nucleadas na localidade Rio do Pinho - Canoinhas (SC).

Fonte. Dados da pesquisa (2022).

Segundo o Censo 2020²⁷, a escola tem 145 alunos matriculados em 2021, dos quais 19 alunos no Pré-escolar, 54 nos anos iniciais, 91 nos anos finais e 3 na educação especial. A escola tem uma infraestrutura de alimentação escolar para alunos, água filtrada, energia da rede elétrica, lixo destinada a coleta periódica, acesso à internet, banda larga. As instalações de ensino com 9 salas de aulas, sala diretoria, professores, laboratório de informática, sala de recursos multifuncionais, Atendimento Educacional Especializado (AEE), cozinha, biblioteca, banheiros adequados, refeitório, despensa, pátio coberto e descoberto, área verde, vários equipamentos de tv, Projetor multimídia (Datashow), entre outros. Quanto ao ensino Atendimento Educacional Especializado (AEE) Aulas no período da tarde, Número de turmas 1 / Média de alunos por turma: 4. Turma de Atividade Complementar, Aulas no período da tarde, Número de turmas 1 / Média de alunos por turma: 17, Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, Educação Infantil - Pré-escola, Ensino Fundamental de 9 anos - 1º Ano, ao 9º ano, com Aulas no período da manhã e à tarde. Possui 16 funcionários.

Outra escola-sede nucleada, na comunidade Rio de Areia do Meio, a EBM Maria Izabel de Lima Cubas (Quadro 7), recebe estudantes das localidades de: Pinheiros, Rio dos Pardos, Alto dos Pinheiros, Rio de Areia, do Meio, Serra das Mortes e o próprio local Rio de Areia.

²⁷ Disponível em: <https://novo.qedu.org.br/escola/42088534-escola-basica-municipal-achilles-pazda>: Acesso em agosto 2022.

ENTORNO DA ESCOLA NUCLEADA EBM MARIA IZABEL DE LIMA CUBAS NA COMUNIDADE DE RIO DE AREIA			
ESCOLA FECHADA	LOCALIDADE	ESCOLA NUCLEADA	LOCAL DE NUCLEAÇÃO
1. El Pinheiros	Pinheiros	EBM Maria Izabel De Lima Cubas	Rio De Areia do Meio
2. El Rio Dos Pardos	Rio Dos Pardos	EBM Maria Izabel De Lima Cubas	Rio De Areia do Meio
3. El João Wzorek	Alto dos Pinheiros	EBM Maria Izabel De Lima Cubas	Rio De Areia do Meio
4. El Rio Areia do Meio	Rio Da Areia Do Meio	EBM Maria Izabel De Lima Cubas	Rio De Areia do Meio
5. El Santa Bárbara	Santa Bárbara	EBM Maria Izabel De Lima Cubas	Rio De Areia do Meio
6. El Serra Das Mortes	Serra Das Mortes	EBM Maria Izabel De Lima Cubas	Rio De Areia do Meio
7. El Maria Izabel De Lima Cubas	Rio De Areia	EBM Maria Izabel De Lima Cubas	Rio De Areia do Meio

Quadro 7. Escolas rurais nucleadas - localidade de Rio de Areia- Canoinhas (SC).

Fonte. Dados da pesquisa (2022).

Dado que o Censo 2020²⁸, a escola EBM Maria Izabel de Lima Cubas, no Rio de Areia do Meio, tem 293 alunos matriculados em 2021, dos quais: 130 nos anos iniciais, 163 nos anos finais, entre eles 31 alunos no Pré-escolar e 9 na educação especial. A escola tem uma infraestrutura de: alimentação escolar para alunos, água poço artesiano filtrada, energia da rede elétrica, lixo destinada a coleta periódica, acesso à internet, banda larga. As instalações de ensino com salas de aulas, sala diretoria, professores, laboratório de informática, sala de recursos multifuncionais. Possui 13 funcionários. No encadeamento da nucleação, conforme o Quadro 8 – Escolas nucleadas na comunidade de Felipe Schimdt, EBM Benedito Thezizio De Carvalho, no município de Canoinhas (SC), recebem estudantes das comunidades de Erval Bonito, Lageado, Campo das Moças, Paciência dos Neves, Valinhos, Felipe Schimdt, Fazenda Thomasi.

²⁸ Disponível em: <https://novo.qedu.org.br/escola/42133289-emeb-maria-izabel-de-lima-cuba>. Acesso em agosto de 2022.

**ENTORNO DA ESCOLA NUCLEADA EBM BENEDITO THEREZIO DE CARVALHO
NA COMUNIDADE DE FELIPE SCHIMDT**

ESCOLA FECHADA	LOCALIDADE	ESCOLA NUCLEADA	LOCAL DE NUCLEAÇÃO
1. El Erval Bonito	Erval Bonito	EBM Benedito Therezio De Carvalho	Felipe Schimdt
2. El Lageado	Lageado	EBM Benedito Therezio De Carvalho	Felipe Schimdt
3. El Campo Das Moças	Campo Das Moças	EBM Benedito Therezio De Carvalho	Felipe Schimdt
3. El Paciência Neves	Paciência Neves	EBM Benedito Therezio De Carvalho	Felipe Schimdt
4. El Valinhos	Valinhos	EBM BENEDITO THEREZIO DE CARVALHO	Felipe Schimdt
5. GE Benedito Therezio de Carvalho	Felipe Schimdt	EBM BENEDITO THEREZIO DE CARVALHO	Felipe Schimdt
6. EIM Thomasi	Fazenda Thomasi	EBM BENEDITO THEREZIO DE CARVALHO	Felipe Schimdt

Quadro 8. Escolas rurais nucleada localidade de Felipe Schimdt Canoinhas (SC).

Fonte. Dados da pesquisa 2022.

Suplementar ao Censo 2020²⁹, a escola EBM Benedito Therezio De Carvalho, em Felipe Schimdt, tem 202 alunos matriculados em 2021, dos quais 99 nos anos iniciais, 103 nos anos finais, entre eles 35 alunos no Pré-escolar e 6 na educação especial, além de ter mais 15 alunos no EJA (Educação de Jovens e Adultos).

A escola tem uma infraestrutura de alimentação escolar para alunos, água poço artesiano filtrada, energia da rede elétrica, lixo destinada a coleta periódica, acesso à internet, banda larga. As instalações de ensino com salas de aulas, sala diretoria, professores, laboratório de informática, sala de recursos multifuncionais. Possui 10 funcionários.

Por meio do Quadro 9, observa-se que a escola-sede nucleada na comunidade do Alto Frigorífico, no município de Canoinhas (SC), recebe estudantes das localidades de Parado, Cerrito, Taunay e do Alto Frigorífico.

²⁹ Disponível em: <https://novo.qedu.org.br/escola/42088348-ebm-benedito-therezio-de-carvalho>. Acesso em agosto de 2022.

ENTORNO DA ESCOLA NUCLEADA GEM REINALDO KRUGER – ALTO FRIGORÍFICO

ESCOLA FECHADA	LOCALIDADE	ESCOLA NUCLEADA	LOCAL DE NUCLEAÇÃO
1. GEM Argos Luís Steilein	Parado	GEM Reinaldo Kruger	Alto Frigorífico - Cidade
2. EIM Cerrito	Cerrito	GEM Reinaldo Kruger	Alto Frigorífico - Cidade
3. EI Piedade Taunay	Taunay	GEM Reinaldo Kruger	Alto Frigorífico - Cidade
4. GEM Reinaldo Kruger	Alto Frigorífico	GEM Reinaldo Kruger	Alto Frigorífico - Cidade

Quadro 9. Escola rural nucleadas na localidade Alto Frigorífico - Canoinhas – SC.

Fonte. Dados da pesquisa 2022.

Conforme o Censo 2020³⁰, a escola GEM Reinaldo Kruger, no Alto Frigorífico, tem 125 alunos matriculados em 2021, dos quais 61 alunos na Pré-escolar e 8 na educação especial. A escola tem uma infraestrutura de: alimentação escolar para alunos, água poço artesiano filtrada, energia da rede elétrica, lixo destinada a coleta periódica, acesso à internet, banda larga. As instalações de ensino com salas de aulas, sala diretoria, professores, laboratório de informática, sala de recursos multifuncionais. Possui 8 funcionários.

Por fim, a Escola Básica Municipal, Guilhermina Veiga Ferreira, na comunidade de Arroios, passou, também, pelo processo de nucleação, fechando assim, no seu entorno cinco unidades e centralizando todas na comunidade de Arroios.

No Quadro 10, estão relacionadas as escolas e localidades que formam a sede a escola nucleada Guilhermina Veiga Ferreira. Foram seis localidades e escolas fechadas para serem concentradas todas na escola de Arroios.

³⁰ Disponível em: <http://cdn.novo.qedu.org.br/escola/42099927-grupo-escolar-municipal-reinaldo-kruger>. Acesso em agosto de 2022.

**ENTORNO DA ESCOLA NUCLEADA GEM GUILHERMINA VEIGA FERREIRA
NA COMUNIDADE DE ARROIOS**

ESCOLA FECHADA	LOCALIDADE	ESCOLA NUCLEADA	LOCAL DE NUCLEAÇÃO
1. EIM Laranjeiras	Laranjeiras	EBM Guilhermina V. Ferreira	Arroios
2. EIM Forquilha	Forquilha	EBM Guilhermina V. Ferreira	Arroios
3. EIM Rio da Viada	Rio da Viada	EBM Guilhermina V. Ferreira	Arroios
4. EIM Salseiro	Salseiro	EBM Guilhermina V. Ferreira	Arroios
5. EIM Palmital	Palmital	EBM Guilhermina V. Ferreira	Arroios
6. EBM Guilhermina V. Ferreira	Arroios	EBM Guilhermina V. Ferreira	Arroios

Quadro 10. Escola rural nucleadas na localidade ARROIOS – Canoinhas – SC.

Fonte. Dados da pesquisa (2022).

Assim, o Censo 2020³¹ apontam dados sobre a EBM Guilhermina Veiga Ferreira, na comunidade de Arroios, tem 167 alunos matriculados para o segundo semestre de 2022, e 15 alunos matriculados no CEI que funciona junto à escola. A escola oferece toda a estrutura necessária para o conforto e desenvolvimento educacional dos seus alunos, como por exemplo: Internet, Banda Larga, Reciclagem de Lixo, Parque Infantil, Biblioteca, Quadra Esportiva Coberta, Pátio Coberto, Sala do Professor e Alimentação. Alunos matriculados no Pré-escola está com 28 matrículas, Anos iniciais 59 matrículas, Anos finais 67 matrículas e Educação Especial com 10 matrículas.

Segundo a Secretaria de Educação, o município de Canoinhas, está organizada e estruturada, em 2022, com 22 unidades escolares e 18 Centros de Educação Infantil e três classes de alunos do EJA nas escolas (EBM Maria Izabel de Lima Cubas, GEM Professora Xeila Elisabete Cornelsen e EBM Benedito Terézio de Carvalho).

No Quadro 11, os dados das matrículas nas unidades escolares em Canoinhas.

³¹ Disponível em: <https://qedu.org.br/escola/42089557-ebm-guilhermina-maria-veiga-ferreira/> acesso em novembro de 2022.

UNIDADE ESCOLAR	MATRÍCULAS POR UNIDADE
EBM Presidente Castelo Branco	489
EBM Dr. Aroldo Carneiro Carvalho	488
EBM Severo Andrade	485
EBM Maria Izabel de Lima Cubas	77
EBM Alzirinha da Silva Correa	196
EBM Maria Lovatel Pires	227
EBM Jose Grosskopf	344
GEM Professora Xeila Elisabete Cornelsen	153
GEM Frei Fabiano Gadzinski	124
GEM Reinaldo Kruger	167
GEM Ney Pacheco de Miranda Lima	141
EBM Benedito Terézio de Carvalho	342
EBM Achilles Pazda	242
EBM Alberto Wardenski	165
EBM Barra Mansa	181
EBM Guilhermina Veiga Ferreira	110
EBM Gertrudes Muller	167
GEM Menino Jesus	64
ERM Bonetes de Cima	23
ERM Campina dos Ribeiros	4
ERM Campo dos Buenos	3
ERM Prof ^a EdemiWta C. Rosa	29
EJA Xeila Cornelsen (11), Ney Pacheco (9) e Benedito T. (9)	29
TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS	4221

Quadro 11. Matrículas nas unidades escolares em Canoinhas - SC.

Fonte. Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas (outubro, 2022).

A organização das salas nos anos finais do Ensino Fundamental deverá unificar turmas de 6º e 7º anos e com 8º e 9º anos. Nos anos iniciais, preferencialmente, organizar essas turmas com 1º, 2º e 3º anos e 4º e 5º anos, dependendo do número de alunos em cada turma, sobretudo, está definido em lei essa organização da classe. Verifica-se que, no município ainda há (4) quatro escolas rurais multisseriadas, com 59 alunos matriculados, conforme destacadas no Quadro 12.

UNIDADE ESCOLAR	LOCALIDADE	NÚMERO DE MATRICULAS
ERM Bonetes de Cima	Bonetes	23
ERM Campo dos Buenos	Campo dos Buenos	4
ERM Campina do Ribeiro	Campina do Ribeiro	3
ERM Prof. Edemita C da Rosa	Paula Pereira	29
TOTAL		59

Quadro 12. Escolas rurais multisseriadas – Canoinhas – SC.

Fonte. Secretaria da Educação Canoinhas - Dados da pesquisa (2022).

No Gráfico 1, é apresentado, em porcentagens, as matrículas por séries nas 22 unidades escolares em funcionamento no município de Canoinhas, no ano letivo de 2022.

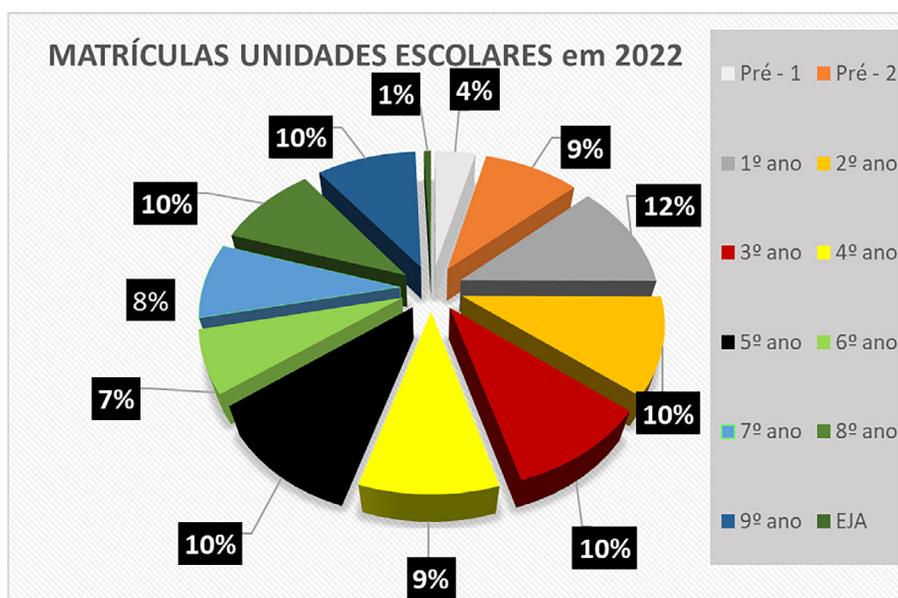


Gráfico 1. Número matrículas nas unidades escolares em Canoinhas.

Fonte. Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas (outubro, 2022).

Destaca-se no gráfico a educação de responsabilidade do município, com a permanência de distribuição, por séries, perto de um equilíbrio na evolução da taxa de natalidade e, sobretudo, isso conjecturada por meio da política pública educacional, indicam certa facilidade em planejamento do futuro da educação municipal.

Com relação aos Centros de Educação Infantil, (CEIs), segundo a secretaria de Educação de Canoinhas, são 18 centros em funcionamento no município, destacando que (4) quatro desses estão localizados em área rural do município.

No Quadro 13, a relação e totalidade de matriculados para o exercício de 2022.

CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CEIS	MATRICULAS POR UNIDADE
CEI Fernando Pessoa	91
CEI Prefeito Antonio Souza Costa	152
CEI Pedro Bandeira	127
CEI Carlos Drummond de Andrade	193
CEI Cecília Meireles	138
CEI Emília Ferrero	128
CEI Machado de Assis	54
CEI Mario Edson de Aguiar	95
CEI Nathan Zugmann	99
CEI Vinícius de Moraes	304
CEI Monteiro Lobato	97
CEI Rodolfo Linzmeier	99
CEI Professora Landi Ama Neppel	196
CEI Pedro Ivo Oleskovicz	121
CEI Rural Santa Bárbara	76
CEI Rural Deckla Prust	77
CEI Rodolfo Linzmeier * Extensão rural em Felipe Schimdt	15
CEI Fernando Pessoa ex. rural em Arroios	15
TOTAL DE MATRICULADOS NOS CEIS	2060

Quadro 13. Matrículas nos Centro Educacionais Infantil (CEIS) Canoinhas.

Fonte. Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas (outubro, 2022).

Reflete-se ainda nos CEIs que essas crianças irão frequentar as séries iniciais nas escolas municipais no futuro próximo. Certamente o poder público deve estar atento nas suas projeções de crescimento educacional, contudo apresenta-se um certo equilíbrio na sequência, em torno de 20%

por série. Fica evidente que nas creches essa porcentagem é menor, devido apresentar-se no início das políticas públicas, voltadas a instalação de creches no meio rural do município.

Continuar a ser evidenciado que essa divisão de matrículas, por séries, apontam um certo equilíbrio nas taxas de nascimentos e de ofertas de vagas em funcionamento nas unidades de educação infantil no município. Se traçarmos uma análise, percebe-se que esse equilíbrio deve ser observado para a composição futura da educação no município de Canoinhas. Com a curva de crescimento da população em relação as matrículas que vem sendo efetivadas para o planejamento de vagas, professores, verbas de reformas e de transporte no meio rural e no urbano, para alunos que iniciaram e que continuaram na rede de ensino municipal. Certamente pode-se projetar o futuro a partir desses dados da história de matrículas nos CEIs.

No Gráfico 2, é apresentado, em porcentagens, as matrículas (total de 2060 matrículas) por séries nas 18 unidades, dos centros educacionais infantis, em funcionamento no município de Canoinhas, destacando que (2) dois são extensões de unidades da cidade.

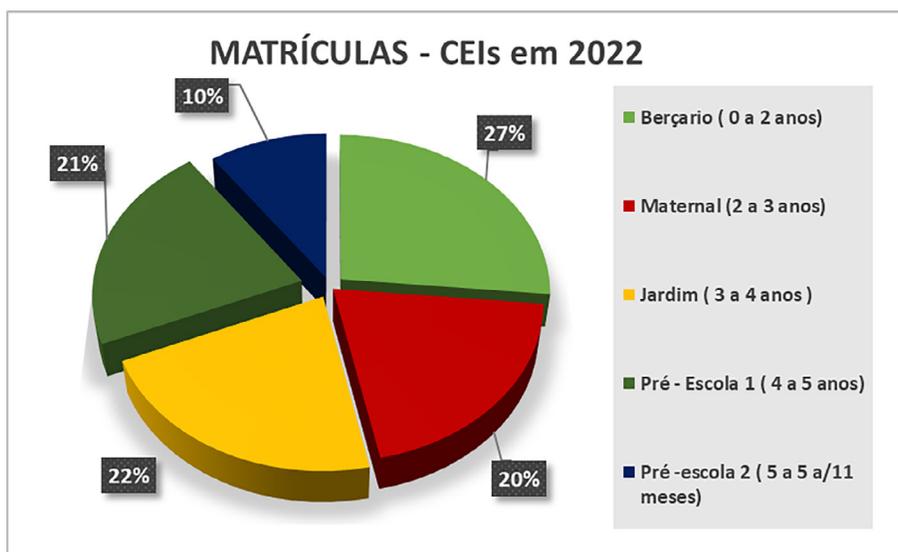


Gráfico 2. Número matrículas nos CEIs por séries em Canoinhas - SC.
Fonte. Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas (outubro, 2022).

Por conseguinte, totalizando 28 escolas rurais, que passaram pelo processo de nucleação, muitas mudanças ocorreram nas comunidades locais sem a escola rural. Seus lugares de origem, suas sedes que foram fechadas, invadidas ou transformadas em outras atividades (centro de saúde, centro de velórios, clube de idosos, criadouros, salas de catequese, invasões, capelas, moradias e até mesmo derrubadas ou abandonadas), sobretudo, revela-se que nestas comunidades, nunca mais terão em funcionamento uma escola rural-local.

Uma vez que, as novas escolas sedes e centralizas, devem ser aprimoradas, reorganizadas como centros localizados, para educar as crianças do mundo rural no município. Nada obstante, é um caminho sem circunstâncias de voltar a ser uma escola local isolada.

Assim, no fenecer das escolas, rural-local, já concretizadas com o fechamento, das 28 comunidades rurais em Canoinhas (SC) e, ainda correm risco de fechamento as escolas isoladas e, na localidade de Paula Pereira, está sendo cogitada ou projetado o fechamento da escola local, se isso ocorrer os alunos serão nucleados para a escola de Rio do Pinho. Muitas discussões estão em percurso para evitar que isso venha ocorrer.

Resultados do Questionário com pessoas das Comunidades Rurais sobre a Nucleação das Escolas Rurais

Em virtude da pesquisa sobre o entendimento da nucleação das escolas rurais em Canoinhas, de modo geral, foram realizadas entrevistas episódicas. Os dados obtidos nas 28 comunidades do município, totalizaram 56 pessoas, em média 2 pessoas por comunidade. As pessoas, aleatoriamente abordadas, são moradores locais, agricultores, pais de alunos, estudantes e ex-estudantes, professores aposentados e da ativa, líderes comunitários, entre outros. Percebe-se, pelos dados obtidos, que 80% das pessoas tinham entre 25 a 50 anos de idade e, 20% entre 60-85 anos.

Quanto às profissões dos entrevistados, 85% são agricultores e 15% estão entre outras profissões como professores, comerciantes, aposen-

tados, diaristas, pedreiros, meeiros e desempregados. Quanto ao gênero, 60% são homens e 40% são mulheres. Segundo o grau de formação, dos entrevistados 60% têm séries iniciais completas, 20% com o ensino fundamental completo, 10 % com ensino médio completo, 5% com nível superior completo e por fim, 5% sem formação escolar.

Em destaque, não foram encontradas pessoas analfabetas nessas comunidades. Também, em evidência está ocorrendo um certo avanço, na formação de nível universitário, no meio rural, sobretudo, em razão de filhos de agricultores, com maiores posses, estudarem na cidade. Esse é um pensamento de muitos no meio rural: mandar seus filhos irem estudar e viver na cidade, para melhorar de vida, em busca de emprego em outras áreas.

Quanto aos dados coletados no bloco nº 2 - sobre a História da Escola na Comunidade, foram registrados e destacam-se respostas nas perguntas sobre: qual era ou é nome da Escola, e quando foi fundada, quando foi o início da escola na comunidade-localidade. Dos entrevistados 95%, dizem saber o nome da antiga escola e, também, quando foi iniciada as atividades e, além de quando foi decretada o fechamento e fim da escola. Lamentam que, mesmo com as vantagens alcançadas na educação, a escola faz falta no lugar.

Assim, diz um morador da comunidade de Paciência dos Neves: *“A escola dava vida na comunidade, e hoje discutem sobre virar centro de velório, triste ver isso, porque é sempre bom ver crianças por aqui, correndo e brincando e, sem a escola tudo parada pois não tem mais nada por aqui”*. Também perguntados sobre quem doou ou vendeu o terreno para fazer a escola na comunidade-localidade. As respostas é que todos sabiam quem doou ou vendeu o terreno para fazer a escola. Questionados se haviam estudado na escola? Foram 90% dos entrevistados que responderam sim, estudaram na escola local e 10% vieram de outros lugares. Também se os seus filhos, ou netos, estudaram na escola? E se tem conhecimentos de quantas crianças estudaram na escola? Também, com 96% dos entrevistados responderam que sabem, com certeza, quem foram as crianças, netos, e quantas crianças estudaram na escola da comunidade quando existia a mesma na comunidade.

Arguidos se sabem dizer quem eram os professores, se eles eram da comunidade ou vinham de fora, de outra localidade ou da cidade, 80% dos entrevistados sabiam o nome das professoras e disseram que, por muito

tempo, os professores eram da localidade, mas que, nos últimos anos já vinham da cidade. Um morador entrevistado da comunidade de Capão do Erval disse: *“Tenho saudades da professora, pois ensinou muito, me catequisou e ensinou a ler e escrever”*. Outra questão era se sabiam dizer sobre os acontecimentos na escola como, por exemplo, algum tipo de festa: as respostas foram de que todos sabiam dizer quais as festas que ocorriam na escola, desde as festas juninas, dia dos pais, catequese dia de eleição quanto tinha a urna na escola.

Quanto à construção da escola, 70% sabiam dizer quem ajudou a construir a escola foi o povo do local. Em todas as comunidades, 84%, souberam, de imediato, quem foi a professora, o nome dela, onde morava e, ainda quem está vivo e onde residem.

Perguntados sobre a catequese na escola, dizem que até hoje a escola serve para catequese e que algumas foram transformadas em igreja ou capelas de oração. Um entrevistado, da comunidade do Erval Bonito, disse que *“- Bem que isso aconteceu, pois tem escolas vizinhas que foram invadidas, estão caindo aos pedaços, viraram centro de velório, triste de ver, dá dó quando passo pela frente da escola e vejo aquela barbaridade”*. Interrogados se ajudavam a melhorar a escola com limpeza, pintura, outros. Da mesma forma, todos ajudavam, principalmente as mulheres que mais ajudavam a cuidar da escola.

Quando questionados sobre, após o fechamento da escola, o que foi feito com os livros, diários, materiais da escola e, se tem alguma foto antiga quando a escola funcionava aqui na comunidade. O destino do material, 90% falaram que foi levado para a escola nova, e que os livros e materiais da escola, alguns até afirmaram que a prefeitura levou para a escola nucleada ou para a cidade. Quanto a lembranças e fotos, 93% tinham alguma foto da escola antiga. Uma entrevistada da Serra das Mortes, mostrou muitas fotos da escola e das festas que por lá aconteciam e relatou: *“Tenho muitas saudades da escola antiga e das crianças passando pela estrada e que hoje não veja mais nada disso, acabou tudo, estranho esse silêncio sem festas e barulhos de crianças pela comunidade”*.

Quanto as respostas das perguntas do Bloco 3 - (Sobre a participação na nucleação na escola rural), ficou registrado, que os entrevistados res-

ponderam as seguintes questões: O Senhor (a) sabe o que foi a nucleação da escola? Dos entrevistados 85% dizem que sabem o que foi a nucleação da escola na comunidade, e 15 % dizem que souberam bem depois quando tudo já estava feito. Um morador de Rio de Areia do Meio disse: *“Quando soubemos das mudanças já estava tudo feito pela prefeitura, no início parecia ser boa a ideia, mas, hoje me parece que não foi uma boa ideia fechar nossa escolinha”*. Quando perguntados se foram avisados das mudanças, com 90% dos entrevistados contam que foram sim avisados da nucleação da escola e, que entenderam muito pouco do que se tratava no momento.

A maioria com 95% dos entrevistados, dizem que foram avisados pela professora e pelo pessoal da prefeitura sobre a nucleação da escola na comunidade. Indagados se houve algum debate, reunião, ou explicação sobre a nucleação da escola e se o mesmo havia participado dos debates. Dos entrevistados 78% dizem que sim, foram aos debates sobre a nucleação da escola na comunidade. Um dos entrevistados disse, da comunidade da Anta Gorda: *“Fui lá em reuniões com as professoras, pessoal da prefeitura e, muitos pais dos alunos também, e foi explicado tudo, como seria a mudança de escola, para o Rio do Pinho e, nós aceitamos tudo pois é pertinho daqui fica uns 4 quilometro”*.

Dos entrevistados 22% nunca foram em reuniões, pois não queriam que isso acontecesse e, também, não quiseram se manifestar nas reuniões. Quando questionados se lembravam de outras pessoas da comunidade que participarem dos debates sobre a nucleação da escola e, se foram chamados para participar das reuniões, para discutirem as mudanças com a nucleação. Muitos dos entrevistados, 87% dizem que foram sim chamados para participarem e, ainda muitas pessoas, não vinham mais em reuniões, pois, não tinham mais as crianças nas escolas. *“Esse foi o motivo de não participaram ou muito pouco apareciam pois não interessava mais porque seus filhos já estudavam na cidade”* - relatou uma entrevistada da comunidade do Lajeado. Eles achavam que não precisavam mais da escola na comunidade, completou a mesma: *“Para que a gente ir lá dar palpite se não tinha mais filhos na escola”*.

Perguntados se foram informados em qual local seria feito a nucleação da escola, a maioria, 97% dos entrevistados disseram que sabiam onde

seria a nova escola central. Disseram que já haviam sido informados que seria, lá em Felipe Schmidt. Foram arguidos se eles conseguiram nas reuniões dar alguma sugestão ou opinião a favor ou contra a nucleação da escola. Respostas semelhantes eram de quem, no momento, não entendiam bem o que era a nucleação da escola na comunidade, pois, o pessoal da prefeitura falava de muitas vantagens se acontecesse as mudanças. Relatos como, por exemplo: *“Transporte para os alunos, professores especializados, merenda, melhor ensino e educação, educação física, tudo iria melhorar”*, destacou um entrevistado da Fartura de Baixo.

Quando questionados se saberiam dizer qual foi a reação das pessoas da comunidade no início da nucleação da escola? Muitos não estavam entendendo bem o que seria a nucleação, porém 89% dos entrevistados aceitaram o que estava sendo proposto. Também, foram questionados se, na atualidade, escutavam das pessoas, na comunidade, sobre o que seria a nucleação da escola - se foi boa ou ruim - e que a maior parte estava de momento sentido a falta da escola na comunidade. Para um dos entrevistados de Entre Rios: *“Não se vê mais crianças e nem barulhos e gritaria da piazada nas ruas e no campinho da escola, estranho “né”, mas fazer o que agora e só silêncio nas estradas, sem as crianças e, não vai mais mudar, agora fica assim como foi definido”*. A maioria das pessoas foram interrogadas sobre se percebem algumas mudanças, sem a escola na comunidade ou algumas mudanças na comunidade-localidade e, também, sem a escola, se fazem alguma melhoria, por aqui por parte da prefeitura ou até dos moradores locais? Grande parte dos entrevistados, 96% dizem que, muita coisa mudou na comunidade, pois não tem mais festas, reuniões, crianças por perto durante o dia saem bem cedo e só voltam à tarde.

Uma entrevistada de Paciência dos Neves afirmou ser triste ver isso, sem as crianças por perto na localidade e disse que lá tudo parou. Ficou pensativo, e disse: *“Mas fazer o que já era, não volta mais o que era os Neves com a escola aqui perto”*. Questionados sobre se na época da nucleação da escola, muitos faziam parte da diretoria e da organização das festas na escola. Hoje nada mais acontece, parou tudo, afirmam. Quando questionados se assinou a ata da reunião concordando com a nucleação da escola ou estava com dúvidas, e acha que foram convencidos a aceitar a nucleação da escola.

Além do mais e de modo geral, 90% pensar que a nucleação foi boa e até para alguns foi ruim, para a comunidade local e, agora é tarde demais pois, não tem mais a escola, nem terá no futuro enquanto eu viver aqui, pois destruíram tudo, como sempre faziam. Todos são unânimes nas respostas de que *“Fomos convencidos a aceitar a nucleação e que de fato é ruim pela falta da escola no local, mas que ao mesmo tempo tem ônibus, merenda para crianças e professores melhores na escola”*, foi a resposta, de um dos entrevistados da localidade de Santa Haydê.

Alguns lamentam, mas concordam que ajudou na educação dos filhos a partir da nucleação, mas, afirmam também que na comunidade as coisas pioraram pela falta da escola. Afirmou que era como algo vivo no local e agora não mais parou tudo, destaca assim um agricultor completando: *“- Sem escola parece tudo meio parado por aqui”*, destacou, um dos entrevistados, da comunidade de Santa Barbara dos Pardos.

Igualmente, nos blocos anteriores, as respostas dos entrevistados, no Bloco 4 – (Fatores mudanças na comunidade sem a escola – econômico, cultural, social, ambiental e logístico), foram questionados sobre a percepção dos efeitos com a nucleação da escola e se mudou algumas coisas na comunidade-localidade. Quando questionados sobre percepção na comunidade sem a escola a localidade-comunidade e se sentem a falta das atividades que aconteciam nela como: as reuniões, festas, transporte, entre outros. Afirmaram 70% que sentem falta das reuniões e das atividades nas escolas, principalmente as festas juninas e 30% falaram que, a vida continua, sem essas atividades na escola nucleada. Falaram da distância, que é longe para ir, *“Agora são mais de 20 quilômetros daqui de casa a escola, ficou bem longe”*, destacou uma entrevistada de Rio de Areia de Cima. Uma entrevistada comunidade da Paciência dos Neves, disse que o transporte para levar as crianças na escola nucleada é bom e os filhos, pois, eles sempre saem bem cedo e voltam no meio da tarde: *“O senhor sabe que o ônibus passa aqui na frente, leva meus filhos lá em Felipe Schimdt, as 6h30min. e traz pelas 15h30min. da tarde, pouco longe daqui uns 18 a 20 quilômetros, mas dá tudo certo, porque vão lá estudam e voltam”*.

Também foram questionados se percebem que não tem mais eventos aqui sem a escola na comunidade-localidade e se percebem a ocorrência

do êxodo rural na comunidade por falta de uma escola aqui perto? Todos falaram que está acontecendo, pois: *“As crianças vão longe estudar e hoje não querem ficar mais no interior pois a cidade é bem melhor morar do que aqui nesse matão”*, destacou uma entrevistada da comunidade do Rio de Areia do Meio.

Quanto a essa distância das escolas nucleadas, onde as crianças vão estudar em outra comunidade-localidade, se é perto ou longe, dos entrevistados, 40% afirmaram ser um pouco longe, uns 15 a 20 quilômetros, outros 50% dizem ser bem perto mais de 10 quilômetros da casa deles. Já 10% dizem ser muito difícil ir na escola, pois fica contramão da comunidade e bem longe da comunidade. Sempre que questionados se conhecia alguma atividade, que os professores realizavam na escola? Uma das entrevistadas, da localidade do Rio da Areia do Meio afirmou que com a escola tinha horta, clube da arvore, gincanas e – *“- Hoje sem a escola por aqui tudo parou”*. Quando percebe por estar sem a escola não passa ônibus por aqui e falta das estradas e não são arrumadas pela prefeitura, dizem que está tendo menos ônibus e as estradas também arrumam uma vez ou outra, mais nas eleições. São perdas que se observa sem a escola na comunidade. Por fim, se participa das reuniões na escola nucleada, dos entrevistados 60% sempre vai lá participar, 10% vai de vez ou outra, e 30% não vai pois não tem mais filhos na escola e, assim, não participa de nada mais.

Quanto às respostas dos entrevistados, no Bloco 5 Dados Sobre o Destino dos Prédio Da Escola, foram questionados sobre se sabe quem é o dono do prédio da escola, e qual destino deram para o prédio da escola. Dos entrevistados 65% não sabem quem é dono do prédio da escola, e a maioria com 95% afirmam ser da prefeitura o patrimônio, mesmo os que estão abandonados ou invadidos por estranhos. Um agricultor da comunidade da Sereia disse: *“Nós aqui na Sereia expulsamos um invasor da escola, pois é da comunidade, da nossa igreja e vamos usar para catequese ou até sala para velório, mas é de nossa comunidade ninguém pega sem ordem nossa”*.

Foram questionados quando saber quem está cuidando da conservação do prédio da escola? As respostas foram variadas, pois muitos prédios como as capelas, os centros mortuários é a comunidade quem cuida. Quanto a escola foi transformada em centro comunitário ou de saúde é a

prefeitura quem cuida. Por fim, perguntado se saberia dizer se estão usando o prédio da escola para outras funções e qual destino dar ao prédio da escola. Muitos dizem que deve ser vendido os que foram invadidos e os que foram feitas capelas e centros devem ficar com a comunidade e com a igreja local. Outro morador da comunidade de Sereia disse: *“É só ver o que fizeram com a escola ali na frente da igreja, toda destruída e ninguém é responsável, e triste de ver, mas a comunidade vai logo usar para a catequese e para sala de velar os mortos”*.

Quanto as respostas do Bloco 6: (Conhecimento Sobre As Políticas Públicas De Nucleação Das Escolas Rurais), os entrevistados foram questionados se conhecem sobre as Políticas Públicas para desenvolvimento da educação no campo, e se conhece alguma ação do poder público sobre a nucleação da escola. Uma entrevistada da comunidade do Matão disse que: *“Já ouvi falar e que a ação do governo foi de melhorar a educação das crianças e diminuir os gastos, mas não sei se é verdade, porque por aqui acabaram na verdade foi com a escola”*. Disse ser beneficiada por alguma política pública voltada a nucleação das escolas rurais, com o transporte das crianças, e com a alimentação das crianças nas escolas nucleadas. De tal modo, as políticas públicas de educação melhoraram a qualidade do ensino e ajudou a melhorar a vida das pessoas do campo afirmou uma entrevistada da localidade de Santa Emília do Pardos.

Entrementes, no questionário apresentou-se uma questão em aberto: Como o Senhor (a) percebe ou descreveria sobre o desenvolvimento da comunidade sem a escola rural? Muitas foram as respostas, porém o que mais de singularidade surgiu na fala dos entrevistados foi: para uma entrevistada na comunidade da Fartura: *“A escola rural se desenvolveu da comunidade e continuou crescendo e melhorou para os alunos que foram para outra escola onde estudam e tem disciplinas como a educação campo, onde as crianças tem conhecimento de áreas rurais e outras”*. Para outra entrevistada na comunidade do Rio de Areia de Baixo: *“Nossa comunidade seria extinta sem a nucleação não fosse feita aqui, melhorou muito e tem emprego para professores e serventes”*. Para professora Maria Lúcia Prust Oleskoviski, da localidade da Fartura, que trabalhou por muitos anos na multisséries, estudou na escola, formou se professora e hoje é aposentada disse: *“Foi muito*

importante a nucleação pois melhorou o ensino, a socialização, o transporte, enfim tudo foi para melhor, tanto a educação, ensino aprendizagem como para a comunidade”, destacou a professora aposentada. Para a Elisamar Rocha Pereira de Almeida, da comunidade de Felipe Schmidt, destacou: “ A nossa comunidade se desenvolveu bem sem a escola rural, pois percebem as mudanças nos filhos, sendo que, o ensino é bem melhor nas escolas nucleadas, e as famílias estão sempre presentes nas escolas e participam mais de tudo o que acontece na comunidade”. Já para Arlete Nawoski, destaca: “- A falta na comunidade da escola foi ruim pois não tem mais as festas, professores de educação física acabou”. Para a professora Eliete Aparecida Markos Machado, do Rio de Areia do Meio, conclui: “As vantagens da nucleação, foram muitas e boas, pois, tem mais verbas, alimentação, mais professores, pedagogia com educação física, sem abandono do aluno, manutenção da escola, disciplinas, transporte para os alunos é muito bom, enfim, tudo melhorou com a nucleação da escola”. E conclui: “- Não vejo desvantagens com a nucleação da escola rural, em nossa comunidade, aqui no Rio de Areia e creio que demorou para isso acontecer, foi e está sendo bom”, afirma a professora.

Em suma, uma previa dos resultados supracitados, demonstram o sentimento de algumas pessoas que passaram pelo processo da nucleação de escolas localizadas em comunidades rurais. Sobretudo, percebem que o ritmo na vida da comunidade se alterou com a falta da escola local. São vistas como uma grande perda na história da comunidade rural.

Entrevista Episódica e a percepção das pessoas em Comunidades Rurais (Ex-Post-Facto) Sobre a Nucleação das Escolas Rurais em Canoinhas - SC

O aspecto do fenômeno estudado, sobre a nucleação das escolas rurais, nos estimulou a propor uma análise discursiva, com elementos descritivos e explicativos. Registrando, assim, as narrativas das pessoas que vivem em localidades que passaram pelo processo de nucleação das escolas rurais. Assim, por meio de amostras da pesquisa, apresentar, aná-

lises dos efeitos e essências sobre entendimento sobre o crescimento e desenvolvimento comunitário. A seguir, apresenta-se as entrevistas episódicas, em detalhes, na fala dos entrevistados, sobre a vivência, saudosismo e inquietações das pessoas nas localidades em que escola-rural, devido ao processo de nucleação foram extintas.

Desse modo, compreender o crescimento e o desenvolvimento comunitário, por meio do recorte, dessa situação, em que se encontram as comunidades, sem a existência da escola local, com o destino selado, demonstram, em suas falas, uma certa nostalgia da história vivida na antiga escola. Uma vez que, as escolas deixaram de existir, na comunidade local e, ou tiveram, ainda, seu destino transformados ou modificados. Os processos de modificações da escola para outras funções, como por exemplo: a escola passou a ser centro de velórios, abandonadas, ilegalidade com invasões, postos de saúde, entre tantos outros, deixam, assim a sensação e sentimentos de perdas no convívio social e comunitário.

Por conseguinte, apresentar-se-á em maiores detalhes, a percepção desses sentimentos dos atores envolvidos que viveram nessas comunidades. Além de procurar evidenciar e aprofundar, no âmago das pessoas entrevistadas pelo método episódico, como o crescimento e o desenvolvimento comunitário se estabelece de momento sem a escola-local. Porquanto, de forma descritiva relacionar às teorias e ideias sobre a ciência do crescimento e o desenvolvimento comunitário.

Rememorando que a comunidade é o sujeito real e o motor da história de vida das pessoas, da casa, da localidade, da escola, do caminho, enfim, de tudo que o envolva e pode ser registrado como história comunitária. É na comunidade que estamos em segurança, em comum, como homens livres, na formação comunitária, donde a individualidade e a coletividade se misturam e se realizam plenamente, entre seus membros que, nela convivem e constroem, como dito, sua caminhada e sua própria história. Sempre naquele instante, de ser uma pessoa em comum, faz-se, certamente, laços de ligações e comprometermos, na busca de seus objetivos em conquistar uma vida feliz, de justiça social e de sobrevivência. Na vida em comunidade é fundamental para a sobrevivência, crescimento e desenvolvimento de estruturas sustentáveis. Porquanto, sem dúvidas, a partir da

formação, com uma pedagogia estruturada, idealizada para o convívio em comunidade, uma vida sociocultural, ambiental e econômica equilibrada, do ser como “um todo”, pode-se chegar, enfim, no crescer do comunitário sustentável.

Em princípio, pôr-se-á de entrada, o local com a maior distância da sede do município, nas extremidades, cerca de 100 quilômetros, as descrições e as narrativas dos entrevistados da comunidade de Barra Mansa Canoinhas, em suas extremidades territoriais, possui ou existem escolas distantes com tanta importância, como as da sede do município, sobretudo, constatar que a mesma, também, deve contribuir para a formação das crianças, lá no seu local de vivência. Logo, ter uma formação de qualidade se reflete, no futuro e no crescimento e desenvolvimento da comunidade local. Com garantia da sobrevivência, de um povo e de uma comunidade, por menor que ela seja, é igualmente, perante a lei e políticas públicas, um direito de ter um desenvolvimento educacional, sem distinção de qualidade.

Nessa comunidade de Barra Mansa, ao entrevistarmos a agricultora e dona de casa, senhora Arlete Navroski Dranka, quando aceitou dialogar e discorrer sobre a escola nucleada abandonada, a mesma cita outras localidades (Serra das Mortes, Santa Barbara dos Pardos e de Barra Mansa) que fazem parte da vida dela, quando criança e agora como adulta. A mesma narra, com uma certa tristeza, e articula: “- *Não está fácil ver que fecharam as escolas de Santa Barbara, Serra Das Mortes e aqui de Barra Mansa, estão abandonadas, o mato já tomou conta e, sem falar com o povo daqui, fizeram logo ali uma nova escola, adiante da nossa, que tem o nome de meu sogro - Evaldo Dranka –mas que está fechada e abandonada*”. Ela contou que mais de 20 anos funcionava e agora ninguém sabe o que vão fazer com a escola-rural fechada. Arlete apesar do fato argumenta: “- *Eu estudei na escola de Santa Barbara do Rio dos Pardos, tinha mais de 220 crianças. As professoras eram daqui e da cidade, somente a professora Amarida e Marilda, vinham da cidade trabalhar na escola. Nós participávamos das festas da escola, dia das mães, junina, dia criança, sempre tinha festas para animar o povo. Eu não guardei muitas fotos como lembranças da escola. Sei que hoje fecharam a escola e feito isso, sem discussão com a gente, mas simplesmente mudaram a escola e agora estão brigando para dar o novo nome, vai dar muita briga ain-*

da, acho”. Ela comentou, na entrevista, que as pessoas não gostavam deles, por terem doado o terreno para a escola, que agora está fechada. Outras famílias, que são contra, doaram o novo local, perto, três quilômetros, para fazer a nova escola, resultando, assim encrencas políticas e desavenças na comunidade e, afirmou que isso deveria parar logo, pois é ruim para o desenvolvimento comunitário. Disse ainda: “- *Fica logo ali a nova escola, três quilômetros e está quase pronta para funcionar esse ano, logo tudo irá funcionar lá na nova escola*”.

Dona Arlete ainda comentou sobre o terreno doado para fazer a escola (Evaldo Dranka), disse que na época quando foram fazer a escola fechada, ninguém de lá de cima queria ajudar, e que serviu muito a escola para eles, mas, pelo visto agora não serve mais. Logo completou a fala: “- *A nova escola ainda não foi nem inaugurada, pois não decidiram o nome da nova escola e não querem deixar que fique o nome do Evaldo nessa nova escola, querem outro nome, acho que, pelo que estão falando, será o nome do Ico Costa, que foi o ex prefeito, nascido aqui, ou ainda coloquem o nome do lugar - Barra Mansa, que seria o certo, mas acho que ainda tendo muita fala sobre tudo isso e, o secretário da educação está brigando muito ainda para fazer funcionar a nova escola. Com o novo nome, acho isso um desrespeito com a memória e história dos Dranka, que vivem aqui por muitos anos e ajudaram a funcionar a escola antiga*”.

Comentou ainda, que estão cuspidando em cima e no prato, pois, agora não serve mais, e até chamaram o conselho tutelar, que veio na escola abandonada, para obrigar a abrir, mas nada foi feito e, completou a agricultora: “- *Dá um dó de ver, ninguém daqui é a favor de mudar pois gostam da escola antiga, do que viveram na escola, ninguém aceita a ideia. Era muito bem cuidado, grama podada, cheia de flores, era só reformar, e agora nesse abandono, tudo é muito triste, para todos nós da comunidade da Barra Mansa*”. Explicando ainda que, ninguém sabe se fizeram uma ata das reuniões, simplesmente decidiram e mudaram. Fizeram a nova escola do jeito que queriam, distante três quilômetros, dali, e completou dizendo que, somente sabia que vai funcionar até fim deste ano de 2022, no novo prédio. Ainda comentou: “- *Passe ali na escola nova para ver, muita falação ainda sei que não querem o nome do Evaldo Dranka, pois o terreno novo era*

do ex prefeito Ico Costa. As pessoas daqui acham ruim a mudança, e agora, como disse e, você viu que está tudo abandonado. As pessoas ficam triste, a escola está perdida e abandonada e ao menos se dessem uma fala, do que vão fazer, no lugar da escola, sei lá, nada falam, é só esperar para ver, pois sempre fazem isso na politicagem, nem pensam na comunidade local, tudo interesse da política”.

Explicou ainda que muitos são contra e outros a favor, ainda vai dar muitas discussões sobre essa nova escola. Será tudo novo desde os professores até os funcionários serão novos. Arlete fala, que na comunidade, a escola faz falta, olhava os movimentos das crianças, a comunicação entre as pessoas, as festas, quantas coisa aconteceram na escola que serviu muito a comunidade, desde Santa Barbara até a Serra das Mortes. Professores eram daqui, e as crianças ainda usam o ginásio da escola para jogar futebol, foi o que sobrou na verdade. Logo, completou a agricultora: *“Desativar a escola foi triste e ainda não resolveram o que fazer com o prédio antigo, briga de políticas, tiraram a escola daqui. Complicado dizer o que fizeram, como queriam e esta é a situação. Temos uma abandonada aqui perto e outra ali ao lado sendo construída, tudo novo, sem falar com a comunidade”.* Conclui dizendo: *“Penso como desenvolver e segurar o povo no interior se fazem coisas contra o povo do local. Acho triste isso, e agora o prédio abandonado até quando, pois, sabemos que são acostumados a fazer isso, mas a vida segue. Sem ter a escola na nossa comunidade, na nossa história de vida e tudo se acabando, é muito triste ver tudo isso, tendo fim, mas, sabemos que a antiga escola foi importante para nós e para a comunidade local”.*

Também na comunidade de Serra das Mortesa agricultora Alessandra Aparecida Bigas Mazurkiewicz, com 23 anos, contou que é monitora na nova creche em Santa Barbara. Falou que na Serra das Mortes, escola isolada Serra das Mortes está fechada e o terreno foi doado pela família Bigas e Mazurkiewicz. Todos nós estudamos nesta escola, e a professora era Valentim Sepriano. Muitas das crianças, daqui da comunidade da Serra das Mortes, iam para a escola dos Dranka, que agora está fechada, pois, a nova escola bem grande, um pouco mais perto daqui e, ainda sem nome, que está em discussão para definir, uns querem o mesmo nome e outros querem novo nome, mas ainda não resolveram. Narrou que até 9 anos e,

os outros acima dessa idade, estão indo para a Escola Maria Isabel Cubas, no Rio de Areia, dá uns 20 quilômetros daqui. Mas a prefeitura fala que é até ficar pronta a nova escola, aqui na Barra Mansa. Também contou que tem uma filha que vai para a creche, em Santa Barbara dos Pardos. Conta que essa creche, em Santa Barbara dos Pardos, será com alegria aceita pelo povo porque está sendo ampliada, e já tem 27 crianças no maternal e berçário e, defendeu “- *Com isso os pais podem trabalhar o dia todo na roça, com sossego pois os filhos estão sendo bem cuidados, coisa nova no interior ter creches*”. Afirmou que trabalha na creche das 11 às 5 da tarde, e as crianças depois do pré-escola, vão para Maria Isabel, pois o ônibus leva e traz de volta no fim do dia. A escola Maria Isabel Cubas fica mais de 12 quilômetro daqui . Já a escola da Barra Mansa é menos de 4 quilômetros deles. Disse que ela vai ser muito boa, para o pessoal, dessas comunidades.

Na escola Dranka, tem mais de 230 alunos, ali na Barra Mansa. “*Hoje já aceitamos e estamos acostumados com a ideia da nucleação, pois tem mais recursos lá na escola, tem o ônibus, a comida, uniformes, tem de tudo. Isso irá facilitar muito para o povo daqui. Na creche, os mais carentes e os pais que estão trabalhando, mais no fumo, deixam as crianças lá, já pensou aqui no inteiro ter creche, isso é bom demais*”. Comentou que muitos estão na fila para entrar, com a reforma, isso vai poder ter mais crianças e aí será melhor. Já aqui a escola, da Serra das Mortes, a escola foi fechada e só funciona a catequese. Sabe que querem fazer um centro comunitário nela, já foi feito até um abaixo assinado, para ser associação de moradores e, acha mesmo que vai ser alguma coisa ali, e afirmou: “*O senhor veja só, estamos agora trabalhando com a classificação do fumo e nossos filhos poderão estar na escola sendo educados e ensinados, é muito bom para eles no futuro não ficarem aqui trabalhando com fumo*”. Também disse que é preciso ser reformada, antes que caia tudo, pois a escola da Serra das Mortes está abandonada e já faz tempo. Completou dizendo que quando reformada ficará bom para a catequese e associação dos moradores. Assim se aproveita o prédio, da antiga escola, que nunca mais vai funcionar, tudo já está decidido, será lá para cima na Barra Mansa a escola central que tudo vai funcionar, comentou a entrevistada.

Disse ainda que a escola de Barra Mansa, funciona desde novembro de 2018 e tem 136 crianças, as crianças vêm de Campina dos Ribeiros, fa-

zenda Evasa, fazenda Tamanduá, Campo dos Pontes, Campo dos Buenos, Serra das Mortes. Os Professores são do lugar a dona Marlene, a Neuseli, o Gilberto. A diretora vem da cidade, fica semana toda aqui, pois são quase 100 quilômetros daqui. A escola é nova, grande e tem ônibus, alimentação, tudo organizado. As crianças são de pré-escola até os 9ª série. Tem escola na Campina dos Ribeiros que ainda funciona vários alunos na mesma sala, e também as do Campo dos Buenos, bem longe daqui, lá na serra, mas que logo vai fechar e eles virão todos para a nova escola, comenta dona, Alessandra, sobre o fechamento, da escola rural multisseriada.

Uma outra comunidade próxima é a de Santa Barbara dos Pardos e foi entrevistado o Senhor Miguel Gontarek Neto, agricultor, comerciante e quietambém, exerceu o mandato de vereador em Canoinhas. Ele conta que a escola teve início nos anos de 1960, quanto quem dou o terreno não se lembrava. Expôs que estudou na escola da Serra das Mortes, na época tinha umas 30 a 40 crianças, que frequentavam a escola. disse também, não saber bem quem foi o primeiro professor, mas que eram professores do lugar que davam aula lá. Os materiais da escola, quando foi fechada, não sabia dizer o que foi feito. Pensa que foi a prefeitura quem levou tudo para a escola nucleada Maria Isabel Cubas. *“Lembro que foram feitas várias reuniões com a prefeitura, e as pessoas não reclamaram de nada e, aceitaram tudo. Assim foi fechada a escola daqui e agora é a nova creche que está sendo reformada e, isso será bom para as crianças da comunidade, tudo perto”*.

Narrou que as pessoas não comentam nada e, hoje tem somente a creche. Diz que ajuda quem precisa em deixar os filhos ali, para ir trabalhar na roça, completou. Falou que os maiores vão para a outra escola, pois tem mais sala e professor, ônibus que leva ele na porta da escola, uns vão para a escola nova da Serra das Mortes, e outros no Rio de Areia. Está bom assim, e o prédio é da prefeitura, pois, estão reformando para aumentar mais crianças na creche do lugar. Lembrou que as festas aconteciam na escola antiga e agora é no CEI, que funciona tudo.

Comentou: *“As mudanças na comunidade estão acontecendo é só olhar a creche, ficou bem melhor, e o pessoal nem percebe a falta das crianças por perto, porque elas estudam na no Rio de Areia, durante o dia, e os pais trabalham na roça quando os filhos estudam. Afirma que melhorou muito com a*

nucleação da escola para a comunidade de Barra Mansa” E, completou, afirmando que para eles têm a escola e vai funcionar a nova creche.

Em detalhes as escolas apresentadas na fala dos entrevistados. Na Figura nº 5, em destaque na fotografia 1, a escola Evaldo Dranka que está fechada após a nucleação, na fotografia 2 a escola da Serra das Mortes que se encontra abandonada, na fotografia 3 a nova escola da Barra Mansa, inaugurada em 2022, e na fotografia 4 a escola de Santa Barbara dos Pardos, transformada em um CEI em 2022.



Figura 5. Escola das comunidades da Serra em Canoinhas - SC.

Fonte. Dados da pesquisa, acervo Reinaldo Knorek (2022).

São muitos os motivos e discussões, acrescenta, o entrevistado, com muitas divergências, políticas, familiares e estruturais, na comunidade de Barra Mansa, em Canoinhas (SC). Ressaltar que sem a escola local a comunidade se dividiu em suas histórias, políticas, realidades e destinos como comunidade local, mas, para o mesmo que conclui: “- *Acreditar sempre que as coisas seguem e melhoram cada dia*”.

Na sequência dos relatos, sobre a nucleação das escolas rurais, destaca-se a seguir a comunidade de Felipe Schmidt designadamente, para

compreender o desenvolvimento comunitário a partir da nucleação. Em adição, segue a fala da entrevista com o Diretor da Escola Municipal, Benedito Therezio Carvalho: o senhor Josmar Kaschuk. O mesmo trabalha mais de 21 anos na escola, completando 3 anos na função de diretor, desde 2019. Dados apresentados pelo Diretor, revelam que o terreno foi doado por moradores do local. Ainda afirmou que estudou na escola - da 1 a 4 série, de 1981 até 1984, e na atualidade está com seus dois filhos estudando na escola. O diretor Kaschuk relata: *“No início da nucleação eram 504 alunos, e agora em 2020, estamos com 280 alunos matriculados”*. Falou, também, que no início do processo de nucleação, eram todos os professores da comunidade, professores habilitados e não habilitados, deveriam, como acordos da nucleação, no início todos morarem na comunidade, mas passados os últimos 5 anos, não foi possível isso se manter. Agora estão vindo novos professores, claro que são concursados para trabalhar aqui, por meio dos testes seletivos, de outros lugares, principalmente da cidade de Canoinhas, Ireneópolis”.

Na atualidade, segundo o Censo 2020, para ano letivo de 2021, a escola possui um total de 202 alunos matriculados, dos quais: 99 alunos nas séries iniciais, 103 nos anos finais, entre eles 35 alunos no Pré-escolar. Além disso são 6 na educação especial, e mais 15 alunos no EJA (Educação de Jovens e Adultos). Evidenciando, sobretudo, uma redução de matrículas desde o início da nucleação. Quanto as festas na escola, hoje são acontecimentos registrados por vários eventos como: dia da família se arrecada vários brindes. Assim, a festa junina como carro chefe da arrecadação para ajudar na manutenção da escola, festival da canção, amostra de dança, jogos entre tantas outras atividades, destacou o diretor. Foi questionado sobre atividades de religiões na escola, o diretor destacou que: *“Quanto à religião, não tem catequese na escola, pois a igreja tem as salas, na sede da mesma, mas muitos anos atrás acontecia tudo aqui na escola, a catequese da primeira comunhão até mesmo o sacramento de confirmação do crisma”*.

O diretor explicou que a escola funciona em 3 turnos: a noite é emprestada as salas para o Estado, com a extensão do grupo da Escola da cidade, a EBE Irmã Maria Felicitas, que tem atividades para o segundo Grau. Destacando que durante o dia funciona todas as atividades escola-

res com responsabilidade do município. Avultou a APP da escola, por ser muito presente e, ajuda nas atividades da escola. Assim afirma: *“Eles nos ajudam muito, são ativos na organização e na arrecadação de verbas para ajudar nas despesas extras que a escola tem e precisa fazer com urgência, como arrumar o que estraga e se depender do Estado ou da Prefeitura não acontece nada de imediato”*.

O professor e Diretor Josmar, participou desde o início do processo da nucleação na escola e, conta, que antes desse processo ele trabalhava com duas 5ª series. Além, de ter alunos da 4ª série. Tem uma outra turma, de pessoas com mais idade, que não tiveram oportunidade de estudar, na sua infância e adolescência, mas que conseguiram concluir, agora os estudos, graças a nucleação. *“Quero dizer que havia alunos mais velhos que o próprio professor, nestas turmas e, eles conseguiram ser alfabetizados.”*

Contou que uma vez, desde o início da nucleação, foram organizadas e realizadas várias reuniões, debates, com a comunidade local e que participou ativamente, pois, tínhamos interesses em manter a escola na localidade de Felipe. Assim, o diretor Josmar Kaschuk, disse: *“Lembro desde o início das discussões, pois eram 8 comunidades que iriam decidir, desde o local-sede, até se aceitavam a nucleação da escola, resultando muitas reuniões e discussões sobre como fazer o núcleo ser mais centralizada possível. A ideia e de preferência era na sede do distrito de Felipe Schmidt. Prontamente, foi decidido, e registradas, as decisões, em várias atas de discussões. Porém, a decisão final foi do então prefeito, Orlando Krautler, que decidiu pelo distrito, devido a escola ter mais espaço físico, terreno e possibilidade de crescimento, salvando, com isso o nosso distrito de Felipe Schimdt, que naquele momento estava, digamos se acabando”*, destacou o diretor.

Narra ainda, com a nucleação a escola começou a receber alunos de 8 comunidades: Valinhos, Colônia Figura, Lajeado, Campo das Moças, Estação Paciência, Erval Bonito, Paciência dos Neves e de Felipe Schmidt. Josmar expôs que: *“A reação das outras comunidades, foi grande e difícil para aceitarem, pois muitos dos pais não aceitaram as mudanças de imediato. Um exemplo, a comunidade de Valinhos, somente mandou os alunos após 5 anos de discussões, além de serem apoiados, por um vereador, que não queria a nucleação das escolas rurais, demorou, mas mudou”*. Concluiu o diretor.

A discordância era sobre o local pretendido, do vereador - era Paciência do Neves -, mais de 20 quilômetros daqui e, por ser mais próximo ao centro da cidade de Canoinhas, muito se discutiu sobre o local, como disse o prefeito decidiu no momento. Discutiam o uso do ônibus, para os pequenos, e, muitos pais não queriam que seus filhos mais novos, do pré-escola, viessem de ônibus tão longe de casa. É preciso que eles saiam bem cedo de casa para estudar e, voltem à tarde.

De fato, a distância das outras comunidades e a escola nucleada são grandes. Ele disse que hoje, contém 5 ônibus, que fazem o percurso, trazendo os alunos, diariamente de 4 linhas. Essas linhas somam aproximadamente, quase que 170 quilômetros, em média diária de 40 km por linha ida e volta ao dia. Essas linhas são as mais longe, desde a Estação Paciência e Paciência dos Neves, em torno de 20 a 22 km, e a mais próxima é de Valinhos que fica uns 8 quilômetros da sede da escola nucleada. Afirma que faça chuva ou sol estão todos por aqui, na escola de Felipe, destacou o diretor. Em virtude de compreender o desenvolvimento comunitário e a nucleação das escolas rurais, foi perguntado ao diretor Kaschuk sobre a percepção de mudanças na comunidade da escola nucleada. O mesmo disse que: *“Uma das coisas boas para a comunidade de Felipe Schimdt, foram os empregos que a escola gerou, hoje são 38 empregados da comunidade na escola. Destaco que já chegou a ter 50 funcionários na escola, mas que é bom avultar que as outras 7 escolas, das comunidades vizinhas, que hoje fazem parte de nossa escola, perderam muitas coisas. Como, por exemplo, cito: as festas, empregos, crianças perto da família, sei muito bem disso, sei que existem perdas e ganhos, num processo como este de nucleação, porém penso que foi importante para nossa comunidade, ganhamos como comunidade local, certamente”*.

Foram várias atas feitas e assinadas, quando ocorreram as reuniões, tem todas os arquivos da escola guardados. Disse ainda que, temos aqui nos arquivos da escola atas da festa da extensão do Castelo Branco, em 2002, formar nova diretoria, quando a escola foi municipalizada e feito a nucleação. Narrou ele: *“Naquele dia, destaco que teve bolos e, toda comunidade festejou a nucleação e a nova direção que a comunidade iria enfrentar, pois, o distrito estava sendo revitalizado e com novas expectativas de sustentabilidade da comunidade”*, destacou o diretor Kaschuk.

Dessa forma o mesmo foi questionado, sobre a percepção e opinião - se foi bom ou ruim a nucleação – para a comunidade, se deveria ter acontecido. O diretor Kaschuk completa dizendo que eles tem certeza que foi muito bom para a educação dos filhos, mesmo que as outras 7, que vieram para estudar aqui, mas hoje nos ajudam e participam de tudo. Hoje, eles ajudam, pois quando eram escolas isoladas o professor era tudo: merendeiro, zelador, diretor, secretário, era meio de tudo, eram multisseriados, duas três turmas na mesma sala e hoje é diferente aqui. Temos um professor para cada série, no ginásio, cada disciplina um professor. Atualmente aqui a equipe é maior, temos pedagogos, professores, cada um na sua formação. São profissionais específicos atendendo nas suas áreas, tudo melhorou e evoluiu para ser sustentável, e desenvolver a comunidade, a permanência de todos por aqui e coisa muito boa, é ser sustentável”. Outras melhorias ocorreram na comunidade que podem ser observadas. Ônibus, estradas, se não fosse nucleada a escola, destaca o diretor, que se não tivesse ocorrido a nucleação até o distrito teria acabado, mas, a comunidade de Felipe Schmidt sobreviveu. Enfatizou: *“Nós cremos que a vila de Felipe Schmidt, seria quase que extinta, pois, não teria empregos. Tempos atrás, a comunidade tinha 8 olarias, serrarias, comércio, chegou a ter 3 escolas, 2 hotéis, farmácia, comércio, e hoje não tem mais nada disso. Uma vez que, sobrou 2 olarias, nenhuma serraria, estação do trem não existe mais, foi roubada a construção, de dia, sem ninguém saber. Somente sabemos que desmontaram e levaram, coisa de filme de terror, pois o povo até pensou que era a rede ferroviária que havia feito o serviço, mas quando viram já tinham levado tudo. Os vapores no rio Iguazu não têm mais, a vila findou, e graças a escola nucleada hoje, tem empregos para os moradores da vila, senão, teríamos ou sobraria, hoje, aqui na vila somente os idosos aposentados, com toda certeza. Defendemos a nucleação da escola pois, ajudou muito a comunidade ser sustentável e, ainda, na atualidade, existir como distrito de Felipe Schmidt, isso é muito bom”*.

Questionado sobre a participação das pessoas de outras comunidades, o diretor disse que: *“As pessoas, das outras 7 comunidades, vêm nas reuniões, participam, ajudam nas atividades da escola, e os pais podem usar o transporte escolar para vir e participaram dias das reuniões, isso é muito bom de ver como eles gostam de vir aqui em Felipe e ajudar a melhorar a escola”*.

Em detalhes a Escola, na Figura 6, a Escola Municipal, Benedito Therezio Carvalho, na comunidade de Felipe Schimdt que é a escola nucleada. Em detalhes, a foto n 1 a fachada, na foto n 2 as benfeitorias e parte dos fundos da escola, na foto n 3 o planetário e na foto n 4 o refeitório da escola.



Figura 6. Detalhes da escola Benedito Therezio Carvalho, em Felipe Schimdt.
Fonte. Dados da pesquisa, acervo Reinaldo Knorek (2022).

A propósito dos prédios, o Diretor comenta das outras escolas, que a maioria foram desmanchados, eram de madeiras, foram destruídos por vandalismo, ocupadas e das 7 escolas. Hoje, tem duas que funcionam como posto de saúde, a de Paciência dos Neves e Valinhos, o que sobrou está tendo uso, destacou o diretor. Por fim, o que você como diretor, ex-aluno, professor percebe o desenvolvimento da comunidade onde a escola está inserida? Você percebe as benfeitorias, mas a escola melhorou, afinal, o que na comunidade de Felipe Schimdt? Percebe-se que aqui está bem integrada, professores, filhos, pais, colaboradores que já foram alunos da escola rural, e hoje municipal, existe uma história para contar, uma relação de comunidade com a escola, a igreja, as famílias, enfim o que destacaria:

“Começo a destacar o prédio, que antes da nucleação e após, foi feito muitas melhorias e novos prédios. Na escola, havia 4 salas de aula, hoje temos 12 salas, uma biblioteca, salão nobre, secretaria, refeitório, cozinha, ginásio de esportes coberto, foi construído um planetário muito visitado por outras comunidades, tudo feito nestes 21 anos da nucleação. Destaco que foi com muito apoio dos pais, da APP, da prefeitura que ao decidir por nós, ajudou muito, construiu mais salas, enfim ajuda aconteceu o desenvolvimento que está aí, para ser comprovado o sucesso da nucleação”.

Por fim, a complementação da fala, do ex-aluno, professor e diretor Josmar Kaschuk.: destacou a importância da nucleação para nós, aqui de em Felipe, a escola hoje funciona nos 3 turnos, na parte manhã, escola básica, extensão da EBE Imã Maria Felicitas, tem o EJA, projeto mais conhecimento para melhorar o IDEB, e tempo integral das séries de 4 aos 5 anos. Também, acontecem as oficinas de artesanato, danças, música. Acontece o projeto educação no campo com um técnico agrícola contratado pela prefeitura, auxilia e ensina os alunos da escola rural, com técnicas de fazer a horta, pomar, manejo do terreno, cultivo agrícola para os alunos aplicarem em suas casas e sítios. Destacou ainda que aconteceram muitas mudanças e, melhorou muito a educação, esporte, pois até ginásio temos aqui, na parte da cultura as festas, a união da comunidade, e desenvolvimento, sendo cada vez mais sustentável, graças ao trabalho de todos. *“A nucleação, foi ótima, pois sem esse processo, como disse, quicá, a vila já estaria em fase de extinção. Digo mais ainda, melhorou muito com a nucleação, caso contrário, os alunos deveriam ir para a cidade. O ensino médio a noite para seus filhos ficou próximos e eles durante o dia ajudam os pais na lavoura e a noite continuam estudando aqui. Isso é bom”.* Destacou ainda: *“A nossa história de comunidade e toda essa região, ganhou com a nucleação e melhorou muito, pois está se desenvolvendo e, quer ser, sim, de forma sustentável”.*

Outra comunidade, a de Paciência dos Neves, em virtude da abrangência em compreender o desenvolvimento comunitário e a nucleação, em acréscimo, segue a fala registrada na entrevista, com a professora aposentada, Maria Dalci Almeida Rodrigues. Nesta comunidade a escola, passou pelo processo da nucleação, pelo qual foi fechada suas atividades e, sobrando, somente, o prédio para ser usado pela comunidade local como:

sala de catequese, reunião da terceira idade e centro de velório, além de outras atividades.

Em seus relatos, a professora Darci, conta que a última professora, que por ali trabalhava, promoveu intrigas, separou casais, motivos que levaram os pais a tirarem os alunos da escola e transferi-los para o distrito de Felipe Schmidt. Lá em Felipe, donde funciona a nova escola que foi nucleada para receber os alunos da região. A escola dos Neves, como é conhecida, ficaram apenas 4 (quatro) alunos e, assim, como expôs a professora: *“- Por causa das intrigas da última professora as crianças foram para a escola de Felipe, e a daqui acabou sendo fechada por falta de alunos, e ainda mais, o ônibus foi colocado para levar e trazer todos os dias as crianças, mesmo sendo longe, mais de 20 quilômetros daqui, facilitou e foi aceito pela comunidade naquela época”*.

A professora Darci, contou que, lecionou aulas, por mais 29 anos na comunidade da Paciência dos Neves, além, de mais 7 anos na escola do Campo das Moças. Em 2022, completou 84 anos, conta ainda que estudou até o 5 ano do antigo ginásio e, começou sua trajetória como professora, ao substituir uma outra professora, que morava em Porto União. Depois de algum tempo, conseguiu se efetivar no Estado, como professora das duas escolas: a dos Neves e a do Campo das Moças. As escolas eram do município antigamente, mas expôs que, depois de alguns anos, a escola, passou para o Estado e, agora, por fim, passou novamente para prefeitura. Se chamava Escola Isolada de Paciência dos Neves quando era professora. Dona Darci, nas narrativas, ainda expôs a história da escola: *“- Essa nossa escola começou, muito tempo atrás, mais de 60 anos, pelos anos de 1950 e poucos, faz tempo meu filho, desde o terreno que foi doado pelo seu Paulo Oleskovicz, um antigo morador do lugar, até hoje no mesmo lugar, e tenho até fotos daquele tempo”*. Conta que na escola rural, ela estudou e depois foram seus filhos, netos, e agora seus bisnetos estão indo para a escola de Felipe Schmidt, acrescentou a mesma. Na escola dos Neves, em cada ano era, mais de 70 crianças matriculadas e, eram 3 professoras na escola: a primeira foi Otília Neves.

Disse ainda que na escola, acontecia as festas da comunidade, tinham danças, bingos e, tudo era para ajudar a manter as despesas da escola. A

professora Darci lembrou das pessoas que ajudavam a escola e, articulou: “- *Lembro da primeira professora dona Maria Kitibaldie e a última que foi era dona Petronina Gelinski. Mas eu também fui, uma das últimas, a ensinar aqui nos Neves*”.

Ela narrou que existia uma comissão na escola, para ajudar a manter em funcionamento e controlar tudo. Mas, quando fecharam a escola, disse que tudo o que tinha de material, documentos da escola, foram levados, para a escola de Felipe, pelo pessoal da prefeitura. Ainda relatou acontecimentos tristes: “- *Nossa escola foi roubada várias vezes, em uma ocasião, uns vagabundos, desculpe a palavra, mas uns sem vergonha entraram na escola e, fizeram um estrago tão grande e depois ao fugirem. Com essa ação, deixaram a porta aberta e alguns carneiros invadiram a escola e estragaram quase todos os documentos que estavam nos armários e no chão jogados pelos ladrões. Certamente, a maioria se perdeu, dá dó em lembrar, pois a história se perdeu junto*”.

Quando questionada sobre o processo de nucleação da escola, a professora não soube contar muito bem como foi feito tudo. Disse que a comunidade aceitou o que foi proposto pelo pessoal da prefeitura. E acrescentou: “- *Tenho muitas fotos da escola, da horta, da sopa para o recreio era eu quem fazia, a comunhão e a catequese era eu também quem dava, na verdade a escola era todas as series juntas. Era o professor quem dava conta de tudo, o senhor imagina que até os cursos do MOBREAL, a educação para adultos analfabetos, também funcionava na escola, de manhã e de noite aqui nos Neves, foi eu quem era a professora*”. Expôs ainda, Dona Darci, ao pediu para a bisneta trazer um álbum de fotografias, são muitas fotos, em preto e branco, mais antigas da fachada da escola, da horta, dos alunos, várias coisas eram feitas na escola. Disse que tinha um barracão, ao lado da escola, para fazer lanches e merendas e as atividades fora da sala com os alunos, além das festas e encontros. Relatou, “- *O senhor veja bem, são observáveis, nas fotos antigas, as atividades que eu fazia, nessa foto eu estou fazendo a horta com os alunos, entres outras atividades e, resgatar essas coisas é bom demais, me dá uma saudade daquele tempo*”, completou a professora.

Com saudosismo acrescentou a professora Darci: “- *Tenho muitas saudades desses meus alunos, lembro as vezes quando uns passam aqui na frente da minha casa, e o tempo que passou rápido e eles hoje já cresceram. São já*

pais de filhos, famílias feitas, isso é bom saber que eu ajudei, por meio da escola aqui dos Neves, e sem ela nada teria acontecido na história do nosso lugar”.

Na Figura 7, destacam-se algumas atividades na escola dos Neves. Na foto n 1, a professora Darci, na foto n 2 as atividades na horta, na foto n 3 os alunos, na foto n 4 a antiga escola e, por fim, na foto n 5 a escola atual, que é usada pela terceira idade, após ser nucleada, e também pode ser destinada a sala para uso do centro de velórios, segundo a professora Darci.



Figura 7. Lembranças da Professora Darci na escola da Paciência dos Neves.
Fonte. Dados da pesquisa, acervo Reinaldo Knorek (2022).

Questionada novamente sobre a nucleação da escola, disse que ficou sabendo pelo pessoal da prefeitura, que foram feitas várias reuniões, aqui na escola e, em Canoinhas. Comentou que, ao saírem vários boatos de tantos motivos como a estrada ser ruim, falta professores, que tinham somente a 4ª série funcionando. Os estudos iriam além, com a nova escola, pois soube que nem todos da comunidade participavam das reuniões, somente alguns da comissão e, aí eles foram chamados, para essas reuniões e, comunicaram que seria tudo fechado e a decisão que a escola foi levada para Felipe, e lá na nova escola iria funcionar.

A professora, ainda disse que convenceram todos que aqui era um lugar pequeno, para manter uma escola, e o certo seria tudo em Felipe. completou a conversa: *“Eu estava me aposentando, na época e as pessoas não gostavam de falar, briguei por vários motivos, para a escola ficar aqui e não em Felipe”*.. Mas comentou que o rolo já estava feito, mais, pelo motivo ou causa da professora, que foi pega nua com homem dentro da de aula. Aí foi o motivo que os pais foram tirando seus filhos e, sobraram apenas 4 alunos, como disse. Assim, foi tudo para Felipe. Lamentou a professora aposentada. Também falou de outras atividades que ocorriam na escola: *“Nossa a nossa escola daqui já teve dois turnos de aulas e, ainda, o MOBREAL para os analfabetos adultos, eu era a professora, mas, foi diminuindo tudo isso. Tudo foi minguando, assim que aconteceu, até fecharem e mudarem para longe daqui, lá em Felipe, mais de 20 quilômetros”*.

Perguntada sobre as mudanças na comunidade sem a escola, se as pessoas entendem o que perderam. A professora respondeu: *“- Olha só, tentaram fazer de tudo, já na antiga escola, desde uma capela mortuária, uma enfermeira foi contra. assim eles fizeram na frente, um novo postinho de saúde, pois não aceitam fazer na escola. Pediram e está funcionando o grupo da terceira idade na escola, quase que abandonaram tudo, e acredito que sabem o que se perdeu, a nossa história de vida e de comunidade.”*. Articulou ainda, dona Maria Darci, completando o que a comunidade poderia entender sobre a nucleação da escolinha: *“- A comunidade não entendia o que era a nucleação, se fosse hoje, não sei se aceitariam, mas, naquela data a comunidade aceitou, pois eles gostam do ônibus, que busca todos os alunos, vão em reunião na escola nucleada. O ônibus vai duas vezes por dia para Felipe, enchem o ônibus de alunos, passa pelo Lageado, levam todos para lá, e, olha que daqui dos Neves, até Felipe, dá uns 18 a 23 quilômetros de distância. O Pessoal já aceitou tudo, mas, acho que eles têm saudades da escola, como eu tenho tanto, o povo acha que está bom hoje, tem ônibus, merenda, professores bons, jovens, tanta coisa boa, nunca mais escola aqui na nossa comunidade”*. Dona Darci relatou ainda: *“- A comunidade não percebe que sem a escola, pode acontecer o êxodo rural, mas que ninguém quer sofrer mais no interior, sei que se dar oportunidade, vão todos embora daqui, pois, só viver de plantação de fumo e não dá mais. É muito sofrido plantar fumo. Eu, soube que este*

ano não queriam comprar o fumo e, que o povo produziu, ainda estava nos paióis, estava ruim, sem ter para quem vender e preço baixo. Tem alunos que vão para a cidade no colégio Santa Cruz estudar, os mais jovens, aprendem as coisas da cidade e logo ficam por lá, não voltam mais, é isso que vai acontecer”. Comentou também, que as mudanças acontecem com o abandono da escola, não tem crianças por perto, é um silêncio só. As crianças gostam de ir de ônibus para a escola e para a cidade. Na comunidade a linha de ônibus, hoje em dia, passa só duas vezes por semana, pois a maioria tem carro ou moto. Quanto ao prédio da escola é do Estado e, a terceira idade que mais usa, além do posto de saúde da comunidade dos Neves. A prefeitura quem cuida do prédio e, acho que ainda vai virar capela mortuária. “- É uma pena que a educação no campo, no nosso lugar está se acabando, os benefícios são poucos, a saúde no posto e transporte, alimentação dos alunos tudo isso é fraco e, com isso, ajuda sim ter um modo de ir embora daqui nós velhos é que vamos ficando, sem as famílias, sem a escola e sem os alunos, triste ver isso, mas fazer o que, é assim vida”.

Indagada se percebe algo sobre crescimento e desenvolvimento comunitário, sem a escola no local, como professora, que viveu a escola, por tantos anos. Ela respondeu: “- Percebo a falta lazer, recreação, futebol no campo, pouca gente andando por perto, lembro das festas juninas, dia dos pais, enfim, tudo acabou. Na escola eles, fizeram uma academia ao ar livre, mas ninguém usa, e aqui nós da comunidade dos Neves, sem escola faz muita falta, agora, meu amigo, já e tarde para mudar tudo isso. Certamente, a prefeitura deu um jeito de levar, os alunos, nossas vidas para Felipe, e a escola serve para a terceira idade e para catequese. Sentimos a falta das crianças, mas sei que lá em Felipe, tem comida, café quando chegam, e até o almoçam antes de vir para casa. Também me falaram que os jovens vão à noite estudar lá, assim que funciona agora. Tenho saudades da escola daqui do nosso lugar, mas, agora já me acostumei, antes eu via aquela turma de crianças passando pelas estradas, davam tchau.... tchau e, hoje não tem mais nada disso, acabou, é o destino das pessoas na vida de uma comunidade rural”. Dona Darci relatou que nos dias de hoje é difícil ser professor, pois não tem aluno bom, são mal-educados, alunos vão para o bar beber, deu acidentes por aqui com jovens e até mortes, não aproveitam as oportunidades na escola nucleada.

A professora aposentada comentou: “- *Faltam crianças por aqui, das tantas saudades deles sim, mas no meu tempo os alunos obedeciam, hoje tem até drogas na escola rural tem. É triste de ver os maiores desobedecem, como disse eu trabalhei aqui e no Campo das Moças, Erval Bonito também, Estação Paciência e agora tudo para a Escola de Felipe, a escola do Campo das Moças não existe mais, somente daqui a escola dos Neves, e a do Erval Bonito foi invadia, tem gente morando lá, não sei como. Veja, naquele tempo era turma multisseriada e tinha 30 alunos nas 4 series, era muito sacrifício para dar aula, e hoje tem professor para cada matéria, bem melhor*”.

Comentou que lembrava quando faltava uma das professoras, e ela era quem ficava com toda turma naquele horário, e concluiu: “- *Era uma montoeira de crianças, na mesma sala, eram juntadas todos na mesma sala, pense e eles obedeciam a professora, senão dava umas reguadas nelas, e cada um no seu lugar. Você imaginar isso hoje em dia, o professor vai preso, pois tudo é diferente. Naquela época tinha ordem de castigar, sem recreio, ficar no cantinho, régua na mão, puxão de orelhas. Lembro um dia que deu, briga dos meninos, “os pias”, com corrente de bicicleta, canivetes, geralmente nos recreios, e nós que separava e revistávamos os alunos, pois eles tinham que obedecer, tinham medo do castigo, obedeciam na marra. Hoje é mais sofrido para o professor pois a piazada é sem educação, precisaria disciplinar mais*”. Antigamente era diferente e hoje todos os meus ex alunos já estão com filhos e netos, na escola, completou a professora, como mudou. “- *Eu fico feliz quando encontro os meus alunos antigos, eles gritam oi, minha professora, fico feliz com isso*”.

Por fim, contou sobre as famílias que ficaram pela comunidade, ainda são mais de 108 casas, mas são as mesmas famílias os: Cochem, Ruchinski, Lesnioski, tem outras e daqui para frente vai diminuindo. Logo adiante pela estrada grande, tem a comunidade de Erval Bonito, Campo das Moças, mas, somente se vê as plantações de soja, milho e pinus. Tudo se acabando aos poucos, e completa: “- *Não vejo mudanças na Paciência dos Neves, será o fim disso e, é triste de ver a comunidade sem a escola, sem as crianças por perto, nunca mais será a mesma comunidade*”.

Próximo está a comunidade do Lageado, no sentido da estrada grande indo para a comunidade de Felipe Schimdt, cerca de 3 quilômetros. Nessa

comunidade não existe mais a escola, e a agricultora Eliane Oleskovicz Jossak, com 37 anos, que estudou até quarta série, na antiga escola, nucleada para a de Felipe. Articulou que o terreno foi doado pelo seu Rufino, que era seu avô. Na época a escola tinha 15 crianças. A primeira professora foi a Rosane. última professora da escola Dirley Oleskovicz. Faziam as festas junina no inverno, dia dos pais e mães, reuniões e, a família toda estudou na escola. Incluía catequese na escola, funcionava até igreja na escola e depois foi feito a nova igreja. Lamentou por não ter fotos daquele tempo. Seu Osvaldo Oleskovicz e Silvio Jossak, moradores do local, dizem que não faz falta a escola, pois antes era uma bagunça, sem professor, muita falta. Seu Osvaldo comenta: “- *Essa escola não faz falta e nem deveria ter, pois era uma bagunça, antigamente tinha um professor para 4 alunos e 4 classes tudo misturado. Era tanto faz, pois quem entrava na primeira ou sai na quarta não aprendiam quase nada, era tudo junto. Isso quando não tinha professor na escola a bagunça era maior ainda. Hoje é melhor na escola nucleada em Felipe Schimdt*”, completou.

Participaram das discussões sobre as mudanças, começou em Felipe e mudaram para lá. Segundo Eliane ficou melhor. Nunca teve reunião para mudar a escola, só fomos avisados da mudança. Mas foi bom o que fizeram. Naquela época todos gostaram da mudança. Contou que hoje única reclamação falta ônibus, estrada ruim. As mudanças na comunidade do Lajeado, passam na porta da casa para pegar os alunos. As melhorias na comunidade com escola ou sem escola não muda nada. Não teve reuniões aqui, nem ata de reunião. Eliane ainda disse que de modo geral, foi muito bom a mudança, cada classes sua sala, a dificuldade era ir os 3 km até a onde funcionava a nova escola. Além da distância para a nova escola que é perto, o ônibus passa e leva todos os alunos. Quando tinha escola antiga, era somente recreio e educação física, pois faltava muito professor. Quanto as reuniões, todos participam na nova escola, sempre entrega de boletim, eleição diretoria. A escola antiga de Lageado o terreno, foi doado pelo meu avô e hoje pertence para ao Estado. A igreja é outro terreno, o terreno da escola somente poderia ser doado para associação ou agroindústria. Para isso foi desfeita a associação da escola, e o terreno é do Estado. Com relação aos materiais da escola, foram todos para a nova escola. As políticas

públicas de educação, somente para a nova escola, são boas sim, melhorou muito. Lá, hoje tem segundo grau completo na nova escola e percebem que não precisa da escola no Lajeado, aqui tem poucos alunos e só gastos de dinheiro, além de nunca mais voltar ter escola na comunidade. Por fim relatou: *“Hoje é bom, antes até 2 semanas sem professor e não de se aprendiam nada. Nós gostamos do que fizeram e hoje os filhos aprendem mais, foi muito bom, para as crianças e para a comunidade, daqui do Lajeado”*, destacou seu Osvaldo. Contudo o ganho pedagógico segundo os entrevistados contribuiu para melhorar o ensino aprendizagem.

Na comunidade de Erval Bonito, os agricultores Antônio Quirino De Almeida, 61 anos de idade e dona Roseli Alves De Oliveira, 40 anos e, seu João Maria Deller 44 anos, narram que a escola do Erval Bonito, está ocupada por morador do lugar, que é dono de uma lanchonete alí ao lado e, é nome da escola era Escola Isolada Erval Bonito, destacou seu Antônio Quirino. Já a escola logo adiante, do Campo das Moças, não existe mais, foi desmanchada e o terreno está sendo ocupado com plantação do povo de lá. Contaram que estudaram até terceira série e o terreno quem doou foi seu Francisco de Assis Cordeiro, e depois foi doado para a Igreja. O mesmo contou que seus filhos estudam em Felipe Schimdt, na escola nucleada, que fica mais de 15 quilômetros dali. Na escola de Erval Bonito, tinha mais de 35 alunos. Os professores eram a professora Darci e o professor Melquiades Ribeiro. Na escola do Campo das Moças era a professora Darci, pois ela era da comunidade de Paciência dos Neves. Na escola do Erval, eram feitas as festas juninas e da igreja na escola. Foi a comunidade que fez a escola e a igreja. Última professora era dona Darci, hoje tem 84 anos que mora na Paciência dos Neves. Funcionava a catequese na escola. a comunidade ajudava a cuidar da escola, reforma, limpeza todos ajudavam quando precisava. Contou que todo material que existia na escola foi levado daqui pela prefeitura. Disse que participaram de reuniões da nucleação e, a escola do Campo das Moças que era municipal foi fechada e hoje não existe mais nada por lá, foi tudo destruída. Destacou: *“- A nucleação foi muito melhor, pois tem o ônibus que vem, pegar aqui os alunos, leva e traz no fim da tarde”*. Dona Roseli ainda disse: *“- Foi bom que mudou, mas que também, lamenta, pois é ruim não tem mais as crianças, durante o dia, por aqui no Erval*

Bonito. Tudo é silêncio, pois eles vão muito longe, como disse mais de 18 km daqui e ficam quase que o dia todo por lá. As crianças não estando durante o dia em casa nem perto daqui e a gente fica pensando nelas estudando longe, bem diferente do meu tempo que era todos aqui na escolinha, bem pertinho da família”. Seu Antônio, ainda completou: “- Os netos estudam em Felipe, é bom pois hoje eles dão roupas, comida, caderno, ônibus, e no nosso tempo não tinha nada disso, eu ia a pé para escola e era longe. Só temos a preocupação se ficarem doente, se machucarem a gente nem sabe, mas só quando voltarem para casa, é ruim, pois ficam fora dia todo, mas a gente entende que é para o bem deles. Sei que é ruim porque é longe, saem as 11h:30min. e voltam, só as 18h, quase que dia todo fora”.

Ele, seu Antônio, acrescentou que as reuniões acontecem lá e sempre vão, é ruim para nós ir lá, imagine as crianças, mas como disse, é para o bem deles. “- *Vamos nas reuniões de ônibus, todos juntos. Tem professor bom, roupa, comida. Hoje as pessoas nem falam mais da escola de Erval Bonito, que está ocupada e a do Campo das Moças, que já destruída. Tudo uma hora acaba, acrescentou*”. Discorreu ainda que não arrumam mais as estradas por aqui e a catequese é feita agora nas salas da escola fechada. Mesmo que escola está ocupada e, uma coisa não sei porque, alguns tomaram conta da escola, pois, mesmo tendo dinheiro para fazer uma casa, ocuparam a escola, não dá para falar muito, senão só arranja encrenca. Sabemos que eles se apossaram da escola e do terreno é agora do Estado. Conhecemos a história de que o terreno da igreja e da escola foi doado pelo seu Francisco de Assis Cordeiro. Ele morreu com noventa anos. Dona Roseli, diz que a comunidade, sem a escola, ficou mais vazia, crianças estão longe demais, para os pequenos, muito longe e ruim demais ficar sem as crianças por perto. E seu Antônio completou: “- *Os netos vão longe, estudar, mas é preciso, tanto faz, a comunidade sem escola, é triste, era andar 6 km, antes era mochila de pacote de macarrão, sem lanche, no inverno era ruim, e depois tínhamos que trabalhar na roça com o pai, hoje é mais fácil as coisas para as crianças*”. Assim concluiu dona Roseli: “- *A comunidade do Erval Bonito é parada, sem as crianças voltado da escola, hoje só tem barulho do ônibus quando trazem elas de volta. Temos saudades da escola, faz falta e por isso que a nossa comunidade ficou vazia, e acho que agora aos poucos vai de acabar,*

pois é só olhar está tudo virando plantação de pinus ao redor, sem escola e crianças, é o fim da comunidade”, acabou, Dona Roseli, falando de saudades da escola onde passou sua infância estudando.

Na comunidade da Fartura, a professora Maria Lúcia Prust Oleskovi-
cz, com 55 anos de idade, narrou algumas coisas, sobre sua história na co-
munidade e da escola rural. Estudou uma pós-graduação, voltada para sé-
ries iniciais e educação infantil. Trabalhou na Escola Reunidas São Roque,
que era a escola antiga da Fartura, nos anos de 40-50, tempo em que seus
pais estudaram nela, pois era uma escola estadual isolada. Logo a outra es-
cola, a Joaquim Pereira da Cruz, que foi feita depois e nela estudou os seus
anos iniciais, foi o começo de tudo. Destacou que, mais tarde se formou
em pedagogia para ser professora. O nome da escola foi dado em homena-
gem ao pai de seu Romalino Pereira, e a mesma, quando estudou lá, já era
uma escola rural municipal. Quanto a escola da Fartura de Baixo, o nome
era Afonso Koller, era meu avô. Hoje, o nome da escola nucleada é Menino
Jesus. Comentou a professora: “- *Eu estudei lá, minha filha e meus filho tam-
bém. A minha filha que estudou nesta escola está fazendo doutorado na UFSC,
com sanduiche na Suécia. O “meu pia”, que está nos EUA, fazendo estágio pois
se formou em agronomia: os dois estudaram na escola Menino Jesus e, hoje
estão pelo mundo se formando. Como foi e dá para ver a importância de uma
escola rural”. Expôs ainda que todos das localidades da Fartura De Baixo,
Fartura do Meio e Fartura de Cima, são recebidos, na escola nucleada da
Fartura de Baixo, a escola Menino Jesus. “- *Antigamente, onde funcionava
a escolinha, a professora fazia de tudo, era sozinha, era difícil, desde a meren-
da até cuidados e limpeza da escola, e, eu trabalhei vários anos assim. Hoje,
com a nucleação os alunos têm, de tudo, muito melhorou, cada professora tem
seus alunos, na mesma série, com conhecimentos específicos por disciplina e
funcionários como merendeira, pessoal da limpeza”. Lamenta que os alunos
saíram do interior, para ir estudar na cidade, não foi uma coisa boa para
comunidade da fartura, pois muitos não retornam mais, para morar na co-
munidade, moram todos na cidade. “- *Muitos pais de alunos falam que ali
nos Pereiras, a localidade perdeu a identidade sem a escola e, essa referência
que era a escola, hoje, não existe mais, pois, eu sendo professora, percebi que
perderam de fato, mesmo a identidade da localidade onde tinha a escola, não***

se fala nada mais que ali tinha uma escola”. Destacou que eles reuniram as três faturas, a de cima, a do meio, e a de baixo, para nuclear e, foi uma coisa boa. Mencionou, por exemplo, que o ônibus ao passar no Cerrito, não tem problema de encalhamento, vem pela Fatura e em 15 minutos, deixa as crianças na escola centralizada. Comentou ainda que uma sobrinha lhe havia dito que os alunos saem a 6 horas da manhã, para ir pegar o ônibus, para a escola, e, os alunos que entram as 13h da tarde, pegam o ônibus as 10h da manhã para ir estudar. É um pouco dificultoso, e acrescenta que fica difícil, mais nestas localidades como em Felipe, Herval Bonito, são 20 km pois, são localidades bem longes uma das outras, as nossas são perto uma das outras em torno de 5 a 8 quilômetros. E articulou: “- *Penso que ali deveriam fazer mais uma nucleação, no meio, entre essas comunidades. Assim é difícil para as crianças. Também, uma outra escola, na localidade do Papuã, e no Parado, que foram nucleadas, não tinha necessidade pois elas são bem perto da cidade, as daqui sim, foi bom a nucleação*”. Argumentou que na Fatura, a escola era bem ruim, tinha uma sala e uma cozinha, ninguém queria mais a escola, que estava caindo e, assim, foi desmanchada. No começo na escola da Fatura de cima, onde dava aula, os pais foram contra, não queriam saber da nucleação, eu precisava ficar quieta, pois, não poderia dar opinião, pois os pais pensavam que, se eu desse opinião, seria a responsável pelo fechamento da escola deles. Completou dizendo: “- *Na escola, agora nucleada, ficou os funcionários em suas funções e, os professores, de cada disciplina na sala de aula*”.

A professora Maria Lúcia, ainda narrou os acontecimentos de anos passados, sobre a escola local. “- *A escola local, a São Roque da Fatura, que não existe mais, ficava ao lado da igreja, anos passados tinha mais de 100 alunos, nos anos 50-60, pois existia empresas por aqui, mas depois que faliu essas empresas de madeiras (Icofrisa, e a Orlando Olsen), o pessoal foi morar na cidade, muitos para São Bento do Sul, e a escola não tinha mais alunos. Assim fecharam a escola e ficou somente a nossa Igreja São Roque, como referência da comunidade*. Comentou que nas escolas os professores vinham da cidade no começo, depois o pessoal foi estudando e substituindo eles. “- *Eram desde minha tia Dilma Koller, que era daqui, sendo a professora por muitos anos*. Com relação as festas na escola, destacou: “- *Eram feitas as*

festas, como também as da igreja. Nós fazíamos festa em junho, domingueiras, para ajudar a escola e a igreja. Naquela época a escola já era estadual rural de São Roque, na Fartura. E as outras duas, que foram feitas depois, já eram municipais”. Lembrou do tempo de sua professora, quando davam aulas, para todos, na turma, na mesma sala e, os dois turnos, era difícil para elas além de ensinar, fazer todas as tarefas da escola (secretaria, cozinha, eventos, reuniões, limpezas, entre tantas atividades). Anos atrás, narrou que a catequese era na escola, hoje é na igreja. Hoje tem igreja evangélica da Assembleia de Deus, e foi preciso separar, cada um na sua. Os católicos na igreja São Roque e os evangélicos na deles, afirmou a professora. Na escola, os consertos eram feitos pelos pais e a merenda pela professora e depois as mães ajudavam. Contou que os materiais, depois da nucleação, foram levados tudo para a escola da Fartura de Baixo, a escola Menino Jesus. Tem muitas fotos das escolas antigas, que estão guardados na secretaria da escola da Fartura de Baixo, hoje nucleada. Quando foi discutido a nucleação das escolas, foram feitas várias reuniões com os pais dos alunos, que na época foi bem aceito a ideia de nuclear. “- Da fartura de baixo no começo os pais traziam de bicicleta seus filhos, com a nucleação o ônibus busca na casa e traz para a escola. as reuniões com os pais eram feitas com o pessoal da prefeitura, da secretaria da educação. Foram várias reuniões para nuclear, essa escola que daqui que era estadual. Quando nuclearam a escola, eu tive que ir para a cidade dar aulas todos os dias. Sei que levou uns três anos para acontecer todo o processo de nuclear as escolas. No início era até uma Kombi, da Volkswagen que levava os alunos e os professores para a escola, mas hoje está organizado, em partes, pois sempre dá problemas, mas é assim mesmo. O importante é que funcione tudo para o bem da comunidade”.

A decisão de nuclear a escola da Fartura de Baixo foi porque, segundo a professora Maria Lúcia, a comunidade era maior e a escola estava em melhores condições. No momento desse processo, tinha a empresa Fuck, que levava trabalhadores daqui para cidade, por isso foi decidido pela comunidade da Fartura de Baixo, pois os pais deixavam as crianças na escola para estudar e eles irem trabalhar na cidade. Comentou a professora aposentada Maria Lúcia “- A comunidade participou bastante até sair a nucleação. A reação das pessoas, com a nucleação, foi boa com o pessoal da antiga escola

de São Roque e da Fartura de Baixo”. Porém, as pessoas da escola, Joaquim Pereira, resistiram bastante, mas, no fim aceitaram, pois, viram que era uma coisa boa para a comunidade em geral. Completou a professora, naquela época a professora da escola Joaquim Pereira, trabalhava sozinha e com a nucleação, foi trabalhar conosco lá em baixo. Pouco de resistência foi devido muitas famílias pensarem que a escola era deles, tanto que, para ao doarem o terreno, se sentiam donos ainda dá escola. Mas, hoje está ocupada pelo pessoal em torno da escola. Mas, depois tudo mudou, as escolas naquela época nem diretor existia, cada professor fazia o que queria. Era muitas faltas, abuso nos horários, e hoje, como maiores regras, caminha melhor e centralizar tudo como controle faz funcionar melhor. Hoje aqui na nossa comunidade a escola não faz falta, pois tudo funciona na igreja, avisos reuniões e, eu como professora, digo que foi bom para todos.

Quanto as atas das reuniões, disse que eram assinadas por todos, tem guardado nas escolas da fartura de baixo. Diretor Anderson, professora Janete, todos sabem das documentações que está no acervo da escola, e hoje a comunidade aceitou bem a nucleação. Pois foi boa, pela distância, tudo perto. Algumas comunidades que são distantes, como a de Felipe Schmidt, lá foram 8 escolas para a nucleação, e, eles sofrem por ser longe da sede, um raio de 20 quilômetros, é difícil.

Quanto as mudanças nas comunidades, “- *Sabemos que ocorrem mudanças na comunidade, sem a escola pois ela é a referência na comunidade, no lugar todos conhecem a escola. Desde o ponto de localização, a construção, quem mora perto, é conhecido por todos na comunidade local*”. Destacar sobre as festas, na escola, a professora afirma que são proibidas venda de bebida alcoólica.

Quanto ao êxodo rural não acontece por aqui, pois, muitos daqui trabalham na cidade, não são filhos de produtores rurais, somente moram aqui na Fartura e, como disse, trabalham na cidade e volta para casa todos os dias. Tem muitos que também, trabalham para agricultores e na cidade, no frigorífico, de diaristas, nas madeireiras da cidade, somente moram aqui na fartura. Aqui dá 5 quilômetros de distância, uma das outras, e até a cidade uns 8 quilômetros, assim, é perto para trabalhar lá e voltarem nas suas casas.

Uma das coisas implantadas na escola rural, foi a educação no campo. Tem técnico agrícola, que mostra como fazer horta, frutas, estendeu-se para as propriedades, os alunos levam para casa o que conheceram na escola. Quanto ao prédio da escola São Roque, que era do Estado, como disse, foi desmanchada, era muito velha. Já a escola Joaquim Pereira, voltou para a família Pereira. Eram escolas isoladas municipal, hoje é da prefeitura. Quanto as políticas públicas de educação, a professora disse que sempre estamos vendo essa discussão, para melhorias cada vez mais.

Por fim, o desenvolvimento da comunidade, sem a escola, não mudou muito, mas foi feito, num consenso, e melhorou muito, tenho certeza que melhorou, as crianças aprendem melhor, com classes únicas e as coisas funcionam melhor, e destacou: “- *O exemplo é a minha a filha fazendo doutorado em farmácia, veio da escola rural, eu também, creio também que muitas coisas dependem dos pais. Os pais incentivando seus filhos podem chegar onde querem. O meio que vivem, eu sou fruto de uma escola multiseriada, depende do estímulo, da família do aluno, muitos alunos daqui fizeram faculdade e hoje são professores formados em faculdade. Um problema na escola do interior o que falta é uma pedagoga, mas, tem um monitor, e uma professor que faz tudo sozinha com alunos especiais, para inclusão e, isso precisaria ser visto. Melhorou hoje pois tem servente e merendeira. Antes o professor fazia tudo, eu sou testemunha que em vinte anos de escola rural, era que fazia tudo. O trabalho do professor, além de ser obrigado a fazer tudo, dar aula, lição, fazer merenda, limpeza, com o passar do tempo, vejo que era gratificante pois, hoje ao ver alunos serem pessoas boas, na sociedade, na comunidade local, é a maior recompensa que se possa ter, para um professor de escola rural. Tudo mudou e melhorou”.*

Muitos podem falar da dor e saudosismo sem a escola na comunidade, mas superaram isso. “- *Alguns pais, e pessoas da comunidade, podem dizer que faz falta a escola e sabem que o pedagógico e econômico melhorou muito, mas com a escola nucleada, isso é bom para todos. Hoje tem pré-escola, ensino básico, é uma coisa boa*”. Disse que nessa parte, a nucleação unificou e juntou todos pois, veio as melhorias, tem coisas negativas, sabemos, sem dúvidas, em alguns lugares acontecem com as estradas ruins falta de professores, mas para a comunidade, tudo ficou melhor, de modo geral,

tudo melhorou e vai se sustentar, dessa forma nucleada”. Concluiu, a professora, Maria Lúcia.

Na comunidade de Valinhos, os agricultores e comerciantes, seu Amilton Baranoski e dona Vera Ludka Baranoski, falam com saudosismo da localidade e da escola que por muitos anos funcionou. Desde o tempo de seu pai, seu Waldemar Baranoski, que veio a falecer em 2022, com 95 anos, do tempo que a fazenda Tomasi, os donos ajudavam a garantir e ter uma escola na fazenda aqui na comunidade de Valinho.

A escola da fazenda faz muitos anos que não existe mais, seu Valdemar meu pai eu, em 1961 estudemos na escola. O meu filho, Regis, também chegou a estudar nessa escola, ela era uma escola isolada estadual rural. A escola tinha duas professoras naquela época da 1 a 2 serie era dona Cecilia Vipieski e, da 3^a a 4^a era dona Janete Vipieski, as duas irmãs que davam aulas aqui. O casal conta que quando resolveram fechar a escola, muitos foram contra e levou alguns anos até mudarem tudo para a Escola de Felipe Schimdt.

Não tinha professor para dar aulas, uma professora era obrigada a descer de ônibus lá no asfalto, uns 4 quilômetros daqui, para vir dar aula e não aguentou mais, logo desistiu, imaginar vir a pé todos os dias. Contou que estudou na escola da Fazenda, seu pai e depois seu filho. Como era series iniciais, o filho, depois da quarta série foi, para a cidade estudar, dá uns 40 quilômetros da comunidade local. Dona Vera comentou: “- *O Reginho, meu amado filho, foi o último da família que estudou aqui na escola de Valinhos, que hoje dá para ver, o que a prefeitura transformou num posto de saúde, que nunca funcionou direito, está abandonado. Os baderneiros estragaram tudo, aqui ao lado da Igreja Católica, é uma pena não ter mais a escola por aqui*”.

Quanto a história da comunidade, seu Amilton expôs: “- *Nos anos de 1948 sofreu um vendaval que morreram muitas pessoas aqui, mais de 25 pessoas uma delas foi minha avó, o pai de meu pai. Na época a escolinha também foi destruída. Como sempre em nossa vida as coisas devem ser reconstruídas, e assim foi feito. Na história da escola desde o tempo que era feita de madeira depois de alvenaria e desmanchada para fazerem o posto de saúde que nem funciona mais, tudo está abandonado pelo poder público*”. Essa tragédia ambiental ocorrida na localidade ainda marca as pessoas e o local com perdas irreparáveis de destruição e mortes.

No seu tempo de estudos, seu Amilton comenta que a professora morava perto, depois que mudaram tudo para escola de Felipe Schimdt, nada mais funcionou aqui. A escola nesses longos anos passou por várias reformas, depois de 2010, fecharam tudo e levaram para a escola de Felipe Schimdt, que dá uns 7 quilômetros daqui. Sebe que lá funciona tudo, que hoje todos os alunos vão para lá estudar.

A escola de Valinhos, foi transformada num posto de saúde, que pouco funcionou e agora fizeram uma capela mortuária. Tiram uma parede de dentro das salas e agora, precisa de reforma, mas funciona a capela de velar os mortos. “- É uma pena ver toda essa história, mas é assim mesmo as coisas vão mudando e nós ficamos sem a escola por aqui. Somente saudades da escola, nada mais existe. Era referência a escola local, todos conheciam a localidade pela escola e pelo antigo armazém da fazenda, mas hoje é a igreja católica a maior referência”, destacou seu Amilton Baranoski.

Na Figura 8, representa na fotografia 1 a escola de Valinhos, hoje posto de saúde abandonado, na fotografia 2 a escola de Eral Bonito, escola invadida, na fotografia 3 a escola da Fartura de Baixo nucleada, e na fotografia 4, a escola que foi desmanchada e a Igreja e o salão de festas na Fartura do Meio.



Figura 8. Escolas Valinhos, Eral Bonito, e Fartura de Baixo e do Meio.
Fonte. Dados da pesquisa, acervo Reinaldo Knorek (2022).

Contudo, as escolas apresentadas pela fala das pessoas das comunidades de Valinhos, Erval Bonito, Fartura de Baixo, Paciência dos Neves, que ficaram sem a escola local, observa-se que as mudanças, efetivadas, no processo de nucleação, ainda geram dúvidas e insatisfações. Aparentemente muito mais pelo abandono do local onde a escola funcionava, e, também, pela distância que ficou, para as crianças irem estudar na escola de Felipe Schimdt em média 20 quilômetros das antigas escolas.

Na sequência, a comunidade da Sereia, foram entrevistados os agricultores, Emile Joanita Gabriel Erzing 34 anos e Cássio Welei Gabriel Erzing, 24 anos. Eles contam que estudaram até a quarta série na escola da Sereia. Quando estudaram na escola, era uma escola Isolada, feita nos anos 60-70. O terreno foi doado pela Damásio Nepomuceno. Proferiu dona Emile: “- *Eu e meus filhos estudaram na escola. Tinha umas 15 crianças estudando na escola. a professora era daqui era Dona Dolores Steilein, depois foi Rosangela Todt, todos aqui da comunidade. Tinha muitas festas de escola, junina, era feita no pavilhão da igreja na frente da escola, mas era arrecadado para a escola, eu estudei do pré até a 4 série e depois foram levados para a cidade e para o Rio do Pinho, uns 12 quilômetros daqui. Vários lugares daqui as crianças vão estudar, desde a cidade até o Rio do Pinho.*”.

Completo dizendo que os materiais da escola a prefeitura levaram. Quanto se tem algumas fotos da escola da época que estudava, ela disse que hoje não tem mais nada na escola. Quanto foi feito a nucleação da escola, foram avisados pela prefeitura. Contou que foram feitas várias reuniões, pois o pessoal não queria ir para o Pinho, e escola de lá era pequena, hoje é um colégio grande, porem a vontade de todos era a cidade. “- *Mas nós queríamos era ir para a cidade, seria muito melhor e mais perto*”, comentou a agricultora, pois o pessoal achava que iria ser ruim pois as crianças são muito novas e aceitaram.

Souberam que iria melhorar, pois, cada aluno vai estudar na mesma sala e no mesmo ano. Comentou sobre o funcionamento da escola: “- *Quanto a escola da sereia existia, era nós que fazíamos a merenda, limpar as salas de aula, limpar o pátio. Na nossa escola nós fazíamos a horta, jardim, as crianças limpavam as salas e hoje tudo abandonado era ruim, mas hoje sem a escola por aqui nem isso mais sobrou. As nossas conquistas, nossa história*

de vida era aqui junto da escola, a gente vê agora tudo abandonado, nossa escola caindo aos pedaços, roubaram as janelas, as portas, tentaram invadir, uma gente estranha, mas foram tocados daqui. Isso é triste demais em ver esse abandono, a escola destruída, dói na gente todos os dias que passamos pela frente dela”.

Expôs que era diferente na época, e hoje, os filhos, nestes 15 anos que passaram, mudou muito. Destruíram o que tinha na comunidade. Foram feitas várias reuniões e não lembro se assinamos alguma coisa ou ata para fechar a escola, e completou *“- Lembro que no início o pessoal não concordava, mas fechou assim mesmo. Mas hoje sei que o ensino é bem, melhor, era tudo junto na mesma sala na minha época, todas as classes juntas na mesma sala. Lá na cidade ou no Pinho tem professor para cada coisa, disciplina, educação física, e aqui não dava para ser assim. Entendemos que a escola está destruída, sem festas, e isso dói muito em nós ao ver tudo abandonado”.*

Narrou que a cidade é o caminho para todos, pois o pessoal está indo para cidade para estudar e não voltam mais, no interior é mais difícil, venda das coisas é de vagar. Devem sim buscar melhor vida. O ônibus leva as pessoas. antes queriam que evoluísse para cidade, não voltar para trás, no Pinho é mais para o pessoal do interior e daqui são uns 12 quilômetros.

Ao comentarem sobre o destino da escola da Sereia, ela conta que o pessoal da igreja, a comissão da igreja que limpa ao redor da escola, pois estão lutando para fazer centro de velório, fazer promoção, reerguer e não deixar destruir, mesmo abandonado é da comunidade e até é feio deixar isso abandonado e sujo na nossa comunidade. *“- Imaginar as pessoas passar por aqui e dizer que fica logo ali, como referência a escola abandonada, caindo aos pedaços. O que sinto e percebo a falta da escola, e acho que faz falta, as crianças crescer e depois ir para a cidade estudar deveria ser assim, depois de iniciar os estudos aqui perto depois ir para cidade”.* Comentou que faz falta as reuniões, as festas, as crianças brincando por aqui. Hoje sinto essa falta pois elas vão mais longe estudar. Com a escola nós sabíamos de todas as famílias, o que acontecia com eles, o que faziam, se ajudavam, e hoje esse abandono, não existe mais isso. Articulou ainda Emile Joanita: *“- A comunidade ficou menor. Hoje nem sabemos mais quem estuda junto com nossos filhos, lá no Pinho vem de todas as partes. Antes aqui a gente*

sabia bem quem era, não sabemos a idade das crianças, quem são os pais, avós, perdeu-se muito com isso. Ganhamos no transporte e no estudo, mas perdemos na comunidade os conhecidos. Hoje só o pessoal que sobrou na igreja, que conhecemos”.

Para o agricultor Cássio, que foi embora para cidade e, depois voltou para morar novamente na Sereia, disse que precisava um incentivo aos menores para estudarem, quando são pequenos e depois sim ir para a cidade, ou outro lugar. Isso iria ajudar a gostar mais do lugar onde vivem. Não iriam embora, mesmo que não é pelo estudo que alguém fica aqui ou vai embora, é por oportunidade de trabalho, buscar serviços pois aqui falta. Mas seria bom, penso eu, que no começo deveria ter escola aqui e, assim lembra: “- *No meu tempo foi todos juntos para outras escolas, não mudou se conhecerem, mas hoje já mudou, as crianças do lugar pouco se conhecem. No meu tempo éramos em cinco na sala, quando fomos para outra escola já eram 30 a 40. Mudou muito, pois tinha professor para cada matéria*”. Expôs que na cidade fazia amizade rapidamente, era fácil se enturmar. Foi bom, diferente, mais gente junto as coisas são melhores. Para a Emile, vê que faz falta hoje em dia as crianças não querem mais pegar na enxada. “- *Hoje na cidade não querem mais trabalhar, a professora daqui ajudava até fazer horta e as crianças tinham vergonha de falar que tiravam leite, carpiam na roça. Hoje é diferente, eu tenho orgulho de ser agricultora, a gente convive no interior, as crianças de hoje têm o dever de ajudar em casa, na cidade é só celular e vida boa, por isso querer todos ir para lá*”. Lamentou o que está acontecendo com um vizinho nosso, o filho estuda na cidade e os pais não vão nas reuniões na cidade, não sabem o que acontecem com os filhos na escola da cidade, já aqui na Sereia, no nosso tempo se sabia de tudo, de todos, reuniões, festas. “- *Participação da família na comunidade, isso hoje se perdeu, entristece, e não volta mais, a vida em torno da escola, as reuniões e discussões na escola, enfim, a escola não existe mais, uma grande perda para a comunidade local*”, completou, a agricultora Emile Joanita Gabriel Erzing.

Em outra comunidade adiante, na Cachoeira, a Escola Isolada Municipal da Cachoeira também foi fechada e deixou de existir. Na fala da agricultora Roseli Todt Cordeiro de 38 anos de idade, que estudou, com estudos até o segundo grau e seu marido o agricultor José Varley Cordeiro, de

47 anos que estudou até a 4 série na escolinha da Cachoeira. Ao aceitarem serem entrevistados, falam que não querem complicação, por causa da escola fechada, e, destacam que ao fecharem a escola, hoje, já tem moradores ocupando a mesma. Expôs a história da escola que foi feita no governo do prefeito José João Klempous, e, falou que o terreno, da escola, foi doado pelo seu João Leandro Ferreira, aqui ao lado da ervateira da cachoeira.

Comentou que seus filhos, foram estudar na cidade, pois a escola já estava fechada. Relatou que iniciante que os alunos da comunidade vão para a escola Castelo Branco, na cidade, no bairro do jardim esperança. Depois os filhos passam a estudar no CESC, (Colégio Estadual Santa Cruz na cidade) ou, em outro lugar, onde querem e tem vaga. José Varley, comentou que: *“- Quando existia a escola, os professores eram daqui, lembro do professor Norberto Schroeder, e depois dele foi a professora Janete Ferreira, hoje mora lá na Fartura, pois dá aula na escola de lá. Lembro bem, acontecia as festas na escola uma vez por ano, para ajudar melhorar a escola. Os moradores ajudaram a construir, depois a prefeitura fez essa nova”*. Disse que tinha culto da igreja Luterana e novenas da igreja Católica na escolinha, assim funcionou por muito tempo.

Sobre os documentos, materiais da escola, agricultora dona Roseli, comentou que foram levadas, pela prefeitura, tudo o que tinha na escola, até uma plaquinha com o nome da escola levaram, foi tudo, nada ficou. Existia muitas fotos, antigas com meus tios e eles participaram das discussões sobre fechar a escola, e narrou: *“- Eu estava grávida naquele tempo e iria precisar da escola, e o pessoal da prefeitura veio e fez várias reuniões, para explicar os porquês, e fecharam a escola. Com isso, meus filhos tiveram que ir para a cidade, no meu tempo era somente atravessar a rua, hoje é tudo na cidade. Nós ficávamos com medo de levar todos na cidade, pois a distância de ir daqui para a cidade é mesmo que ir para o Rio do Pinho, dá uns 15 quilômetros de estrada e resolvemos, mandá-los para estudar na cidade, por isso foram todos para a cidade”*.

Quando foi para decidir, sobre a nucleação dona Roseli, comentou que deu muitas discussões, alguns não aceitavam, deu bastante embates, mas foram obrigados a aceitar a decisão da prefeitura. Muitas discussões em que as pessoas falam, mas hoje, foi bom que aconteceu por causa da evolução na

educação dos alunos, aprendem melhor, um professor para cada disciplina, o ônibus pega aqui na frente da casa, tudo funciona melhor.

Ao começo, comenta que a comunidade queria a escola no lugar, mas, depois que nossos filhos foram para cidade, é difícil dizer, mas as crianças precisam sair bem cedo, para ir para a escola na cidade, e voltam a tarde. Explicou que, quando aconteciam as reuniões e, várias atas foram assinadas, e era mais as mulheres que falavam nas das reuniões, e forma convencidas das mudanças. Lamentou mais uma vez dizendo: *“- Hoje pensamos que foi bom a nucleação, para as crianças, pois vão aprender mais e, percebemos que mudou muita coisa na comunidade, pois não tem mais barulho de crianças, saem cedo e voltam tarde. Muito mudou, sem festas, comissão, cultos e novenas. Parou tudo sem a escola aqui por perto e, nós acreditamos que o êxodo rural aconteceu, devido nossos filhos, que vão estudar na cidade, não querem mais ficar no interior, querem ir morar na cidade. Sei que já estão acostumados com a cidade, é tudo mais fácil por lá, mas é o que querem fazer no futuro”*. Seu José Varley, disse que uma filha lhe articulou que quer ser veterinária, que gosta do interior e, pensa que ela pode até ficar por aqui, mas os outros dois filhos, não vão ficar mais aqui, destino deles será a cidade mesmo.

Em relação as atividades da escola, explanam que acontecia de tudo, pois as crianças aprendiam como fazer a horta, tinha o clube da árvore, uma coleção de insetos, mas tudo sumiu, tudo acabou com a escola fechada. Foi feito até um viveiro, com taquaras para produzir mudas das arvores da região, a coleção de insetos, todos ajudavam nas atividades da escola. Tem as fotos do clube da árvore. Quanto as ruas não são mais arrumadas, como era quando existia a escola e, só prometerem arrumar, mas até agora tudo está abandonado e nem arrumam mais nada por aqui. Falam que só vem a máquina, uma vez por ano, só nas eleições. Abandonados e sem a escola e a gente percebe que só fazem um remendo, com pedras nas ruas e somem, e volta um ano depois.

Quanto as reuniões agora são na escola da cidade, explicou que quando não lidam com o leite, conseguem ir nas reuniões, mas não é sempre que podem. Quanto a ocupação da escola, ela tem gente morando nela, está ocupada com moradores daqui da cachoeira, mas não sabem quem

autorizou. Já a escola da Sereia, ali em cima uns 4 quilômetros daqui, tentaram invadiram, e está destruída. Lá, seu Jaime Seleme foi quem doou o terreno. “- Quando invadiram, foi nós que mandamos embora quem estava invadindo. Nós queríamos uma capela mortuária lá, e o pessoal da igreja está lutando por isso. Um dia eu passando pela frente havia um homem desmanchando as janelas e disse que ia fazer uma borracharia. Chamei a comissão da igreja, nos reunimos e fomos lá, mais um tanto das pessoas da comunidade e expulsamos os invasores. Todos nós tocamos o homem da escola antes que invadisse, e seria tarde para tirar depois da escola. Por isso está naquele jeito, sem as janelas, toda quebrada. Ele veio engabelou as pessoas e disse que Jaime deu para ele. Não poderia ser verdade, com isso nos reunimos, e fomos lá, até que ele fosse embora. Fizemos denúncia, o terreno deve ficar com a igreja e nós usamos o pátio da escola para igreja. Deve ser da igreja. E o homem que estava invadindo, certeza se ele consegue ocupar a escola, já era, ninguém tira mais. A comunidade iria ficar sem a escola e sem o terreno. A comunidade sem a escola fica meio estranho, falaram que a escola era para funcionar, acho que do jeito que está nunca mais”, completou seu José.

Dona Roseli e ainda disse que a comunidade diminuiu, não só por falta da escola, muitas coisas no interior estão acontecendo para essas mudanças. “- Faz falta sim a escola, ir na cidade é um pouco perigoso. Olhando a falta de movimento faz falta sim a escola aqui, mas melhorou o estudo, ficou melhor para os alunos. E a escola da cachoeira não volta nunca mais, as crianças indo para a cidade, devem logo ficar por lá, é isso que vai acontecer”. Concluiu dona Roseli da cachoeira.

Na comunidade de Santa Hyde, os agricultores Ezau Belloto Padilha, com 52 de idade, esposa Cleide Laatsch e sua mãe Therezinha Belloto Padilha, com 82 anos, falam do tempo em que funcionava a escola na comunidade. Articulou das dificuldades e as implicações do fechamento da escola. foi tudo feito sem ser discutido com eles e todo esse processo, de nucleação das escolas rurais, aconteceu na comunidade sem eles saberem direito o porquê de fechar a escola.

Para o agricultor: “- Nossa escola foi se acabando, as carteiras, as mesas foram sendo levadas embora, o mato tomando conta de tudo e, fecharam a escola, ficando tudo abandonado, se perdendo”. Relatou que tem fotos da

escola, do pessoal, da catequese que funcionava ali. Quando resolveram, simplesmente fechar tudo, a prefeitura veio e fez, sem perguntar nada. Disseram que estava sendo fechada, sem ao menos terem feitos uma reunião, para ver o que se poderia ter feito ou discutido.

Decidiram fechar e acabar com a escola, lamentou Ezau. “- *Depois de algum tempo foram feitas reuniões para decidir se iríamos fazer uma igreja ou não da escola e resolveram que as crianças iriam todas para o Rio do Pinho, dá uns 8 quilômetros daqui. Na verdade, ninguém gostou muito do que fizeram e disseram, mas resolveram. No começo o transporte era difícil de levar as crianças, até a escola e, ficaram algumas semanas sem aula por causa do transporte das crianças até o Rio do Pinho*”. Segundo dona Cleide Belloto: “- Hoje já está melhor, vem o ônibus na estrada grande e leva as crianças para a Escola do Rio do Pinho, pois lá tem todas as series de estudos, e aqui era tudo junto”. Seu Ezau ainda completou dizendo que. “- *Nós fomos obrigados a aceitar tudo o que o pessoal da prefeitura disse e fez. Nunca fizeram reuniões, não assinamos atas, nada pudemos fazer, pois, e agora, onde reclamar*”. Expôs ainda que o pessoal daqui achou muito ruim, fecharem a escola, mas ficaram com o local para a igreja que está funcionando, na verdade é mais como uma capela. “- *Eu estudei ali, meus irmãos também*”. A mãe sabe explicar melhor, tudo sobre a escola virar a nossa igreja.

Dona Therezinha Belloto Padilha contou muitos detalhes, sobre as discussões para não desmancharem a escola, e, fizer dela a igreja. “- *Nós tivemos que fazer um baile de brigas com eles para não desmancharem a escola. Eles queriam derrubar tudo, e não deixamos. Eu disse que se forem desmanchar a escola, eu planto um jardim ali em volta e cuido até morrer*.” Destacou que ali, seu marido, o seu Pedro, estudou, meus filhos todos eles: o Pedro, Osvaldo, Isaque, Alida, Júlio, Miguel, Catarina, Terezinha, Elia, Lurdes, Ezau e o Leonel. Todos estudaram na escolinha. Lamentou dizendo: “- *Eu não iria nunca deixar e aceitar que desmancharem a escola de tantos anos e histórias boas que minha família passou pela escola*”. Dona Therezinha conta que a briga foi grande para fazer uma capelinha da escola. Enfim, eles, o pessoal da prefeitura aceitou e, está alí a capelinha, funcionando e, sempre vamos lá rezar, com alegria narrou. Dona Therezinha, ainda expôs e, apresentou por muitas fotos, desde as professoras, as crianças, e tudo o

que acontecia na escola. “- *Eu disse para não desmanchem, perguntei o que vamos fazer com os tijolos, as madeiras, as coisas da catequese, é só olhar as fotos da comunhão, crisma, e tudo seria perdido*”.

Ezau, mostrou umas fotos do seu tempo da escola. “- *Esse lagarto aqui da foto sou eu...risos....era magro, na escola, na catequese, mas veja, são lembranças do tempo da escola e isso marcou a nossa vida*”. Conta que são as lembranças do meu tempo da escolinha, que salvamos deles e não deixar desmancharem foi bom. Comentou ainda: “- *Se deixassem, aí seria pior, assim tem a igreja funcionando e as lembranças da escolinha*”. Nossa professora fazia tudo funcionar ali na escola. As fotos daquele tempo era tudo na escola que acontecia as coisas. Funcionava e era bonito de ver as crianças, indo e vindo, da escola. “- *Essas fotos mostram que as crianças eram separadas na sala, os “pias”, sentavam num lado e as meninas no outro. Fotos do Pai e da Mãe na escola. As festas, até o Leonel, meu irmão aqui, tem síndrome Down, e foi estudar na escola aqui e todos os meus outros irmãos. O Leonel estudou junto na escola, tem as fotos dele aqui*”. Ainda, comentou da importância da inclusão social da criança na escola, como foi o caso de irmão Leonel.

Dona Therezinha, fica alegre quando na fala do Leonel, disse que gostava de ir na escola, que torcia para o Inter do Rio Grande e que agora vai, às vezes, na cidade na APAE. Na fala do Leonel, disse que é torcedor do Internacional do Rio grande do Sul, e o mesmo destaca que era perto estudar e gostava de ir na escola: “- *Eu sempre gostei de ir na escola aqui pertinho, e agora vou na cidade, na Apae, lá é bom também*”. Dona Therezinha destacou também que tinha até um cemitério, ao lado da escola e tiraram daqui, não existem mais. Hoje tem a igreja que funciona ali, no lugar da escolinha, como contei. Nós cuidamos de tudo aqui. Dona Therezinha ainda disse que resolveram, falar com as autoridades para fazer a igreja na escola.

Certamente muitas coisas acontecerem nas escolas, muitas crianças aprenderam a ler e escrever com simplicidade, com professora do lugar, com a participação da comunidade, mesmo que pequena tudo funcionava ali na escola.

Na Figura 9, a fotografia 1 a igreja e na fotografia 2, os alunos no tempo que funcionava da escola nos anos 90 na de Santa Hyde, na fotogra-

fia 3 a escola da Sereia que está destruída por invasores, e na fotografia 4 a escola da Cachoeira, que está ocupada.



Figura 9. Escola das comunidades de Santa Hyde, Sereia e Cachoeira.

Fonte. Dados da pesquisa, acervo Reinaldo Knorek (2022).

Ainda na fala de Dona Therezinha, ela explicou que o prefeito aceitou, mas um vereador não queria, e aí falamos com o Padre Sita, ele falou na prefeitura e autorizaram a fazer da escola a nossa a igreja, nossa capela. “- Mas a escola não existe mais e, somente lembranças nos restou da escolinha e a nossa capelinha que ali permanece”. Ezau conclui a fala: “- Sabemos que a mãe batalhou muito, para dar certo, para que funcionasse até hoje, nossa igreja da Santa Hyde. Tudo isso, faz parte de nossa comunidade, com muita luta e dedicação principalmente da mãe. Entre tantos fatos e histórias registradas na comunidade de Santa Hyde, a escola foi determinante para a vida de muitas pessoas que, ali foram alfabetizadas, doutrinadas e até formaram famílias, por conviverem e estarem próximos, como estudantes na escolinha”, com saudades completou seu Ezau, da comunidade de Santa Hyde.

Na comunidade do Capão do Erval foi entrevistado o Sr. Maurício de Jesus Prado, agricultor com 74 anos e sua esposa a dona Lúcia Terezinha Vossgrau, dona de casa, com 61 anos de idade. Eles relatam muitos acontecimentos sobre a escola local, que faz parte do Distrito de Marcílio Dias, a Escola Municipal do Capão do Erval, que hoje está invadida. Ainda que, no início de sua existência, era uma escola isolada, depois com o decorrer do tempo, foi mudando e passou a ser escola municipal e, por fim, foi fechada pelo processo de nucleação e, como dito, está invadida. Seu Mauricio, conta que já era a terceira escola construída e reconstruída no mesmo local. Assim, ele narrou a história da escola: “- *Faz tempo que, começou a escola, creio que foi lá pelos anos de 50 - 60, o terreno foi doado por seu Aquino Sáfanele. Eu estudei na escola, depois os meus 4 filhos, também estudaram. A escola era sempre perto daqui, de nossa casa, da nossa comunidade do Capão do Erval. Tinha todas as series, já que a gente estudava todos juntos na mesma sala, era tudo junto do primeiro ao quarto ano. No meu tempo a professora era dona Gentila Wenfurt Killer e, depois o filho dela foi professor, das nossas crianças, o Luís Roberto Killer. Bem antes, quando a mãe dele dava aula para nós, ele estava na barriga dela, lembro bem disso e, veja bem, depois ele se torna o professor, isso é bonito de ver, dos fatos terem acontecido nessa longa história da escola do Capão do Erval*”. Sr. Mauricio conta que foi duas vezes o presidente da escola, e destacou: “- *Quando eu fui presidente, nós fazíamos festas juninas, na escola para arrecadar dinheiro, para manter a escola nas despesas extras. Foi a comunidade que ajudou a construir a nova escola. Tinha reuniões, rezamos nas salas nos cultos dos domingos, todo participavam. O último professor foi o Luís Roberto Killer, como disse, ele estava na barriga da mãe dele quando fui aluno e depois ele foi o professor, havia de tudo na escola, uma comunidade viva*”. Relatou ainda que, todos os materiais da escola antiga, foram recolhidos pela prefeitura e foi doado para outras escolas, desde as carteiras, painéis da cozinha, material de ensino, como os livros, tudo levaram daqui. Lamentou, mas disse, “- *Agora a escola se encontra invadida, por pessoas de outros lugares, que vieram morar ali e ficaram como donos. Na verdade, quero ver é tirar eles da escola, sem a comunidade que não é mais unida pela causa e falta da escola, não vai acontecer mais nada, a escola já não existe mais*”. Disse que já fazem 10 anos que isso ocorreu. Logo,

completou a fala: “- *Lembro muito bem que as crianças faziam apresentação de natal, temos fotos disso, as festas do dia das crianças, dos pais e das mães, a catequese, a comunidade era unida quando a escola funcionava, mas, depois acabou, parou tudo*”.

Ele comenta sobre o fechamento da escola, quando foi feito o processo de nucleação, aconteceram várias reuniões na escola, com o pessoal da prefeitura. Eles vieram e explicaram tudo, faziam as reuniões, sempre vinham mais de 15 pessoas e, muitos de nós assinamos as atas, mas, eles resolveram tudo e todos e, assim fecharam a escola. No início, os alunos daqui iam para cidade estudar, mas, foi decidido que alguns iriam para a cidade e outros foram transferidos e levados na Escola maior lá no Rio do Pinho, que foi nucleada, dá uns 15 quilômetros daqui seguindo por Taunay e Anta Gorda até a escola. Na época o Secretário, Ederson Mota, foi quem decidiu tudo, mas mesmo assim, fizeram várias reuniões para acertar tudo, pois era uma novidade para nós, e depois dessas, várias reuniões, decidiram como disse, o secretário da educação decidiu que seria daquela forma e foi feito. “- *Hoje, depois de muito tempo, nós já estamos acostumados sem a escola, pois ninguém fala mais nada, parou o movimento das crianças nas ruas, acabou tudo como, até você Reinaldo, vê a escola invadia, hoje somente é aceitar o que foi feito. É uma pena. Na época lembro bem que os alunos passavam nos alagados, uns nas costas uns dos outros, os menores nas costas dos maiores, para atravessar o alagado e ir na escola estudar, chegavam cansados e com fome. Mas uma coisa boa era que o professor estava sempre lá, para ensinar e dar lanche, era tudo ele quem fazia, dar aula, merenda, limpeza. Hoje não se vê mais crianças nas ruas, sem a escola, na verdade, parou tudo em volta da escola e, somente arrumaram as estradas para passar o ônibus ou, quando tem festas nas igrejas de Taunay eles vêm arrumar e melhorar o acesso*”.

Ainda, seu Mauricio comenta: “- Eu e a Lúcia, participamos muito das reuniões, antes o ensino eram todos juntos – as crianças da 1 a 4 série - e, depois mudou para ensino separados, sei que melhorou, sabemos que agora cada um vai na sala certa, e tem a professora da matéria, como minha filha Milene Dumke, que trabalha na escola infantil da prefeitura como professora. Os tempos são outros, bem diferentes do nosso, mas a falta da escolinha e ruim pois todos percebem que muda a comunidade,

as relações sociais, os encontros da comunidade como igreja, sem ter um local como era a escola, é outro jeito de viver no local”. Ele expôs que sem a escola, hoje quase nem tem mais ônibus pela estrada do Capão do Erval, nas férias nem tem mais, pouca gente utiliza, 2 a 3 passageiros, além de não ter mais a escola na comunidade. Quanto ao êxodo rural, aconteceu, pois, os jovens que estudam por aqui, poucos ficaram no interior, vão embora para a cidade estudar e trabalhar quando tem onde, já ficam por lá. Acredita que os jovens nem olham para trás, não voltam mais, só querem saber da cidade. Justificou que até acham que foi bom levarem as crianças para Rio do Pinho, por causa do ônibus, saem meio dia, antes era 6h 30min. da manhã, e voltam para casa, ao fim da tarde, estudam a tarde toda lá, mesmo sendo longe daqui, e voltam para casa no fim do dia.

Quanto a falta das festas, as reuniões, as rezas, os encontros na comunidade, ele completa. “- Pouca atividade hoje por aqui, pois a escola está invadida, não existe mais e a comunidade perdeu muito com tudo isso. Muitos se reuniam e se conheciam, mas hoje em dia não tem mais nada disso, a comunidade se esvazia junto, veja como é importante ter uma escola no local, a comunidade fica forte”. Seu Mauricio e Dona Lucia falam do prédio da escola que está invadido, e sabem que o terreno é do Estado. Completa assim fala: “- *As pessoas que moram na escola são de outro lugar e vieram parar aqui e se sentem donos, fazer o que, ninguém mais deu bola para isso. Até que cuidam da escola pelo que vejo, está limpa, plantam em volta, tem luz, não está abandonada na verdade*”. Concluem que a escola hoje, já não faz tanta falta, pois, além do ensino que melhorou, o transporte, alimentação e, acreditam que aconteceram perdas, pois as pessoas não se reúnem mais na comunidade e isso faz falta para todos.

Destaca-se que a escola era o ponto de encontros, e hoje, as pessoas aos poucos se distanciaram, umas das outros, falta essa oportunidade de se encontrarem, num lugar certo como era a escola do Capão do Erval. Defende assim, dona Lucia. “- *Sem a festa, o povo não se vê mais, de melhorar o estudo, até que foi muito bom, meus netos que estudam na cidade, dá para ver que são diferentes, mas não é somente isso, seria preciso a comunidade se unir de vez enquanto. Ganhamos no ensino e na qualidade, sem as salas da mesma série. É de se pensar que hoje encontramos os adolescentes na estrada*

e quase a gente nem sabe mais quem são, de que família, onde eles moram, se é perto ou longe. É de fato, é uma pena, mas a vida segue, ficou para trás a escola da comunidade, o povo do Capão do Erval. Vejo que, sem a escola é com certeza outra comunidade, são outros tempos, mas sentimos a falta de tudo o que aconteceu na escolinha que foi e fez parte de nossa vida de comunidade do nosso lugarzinho, o Capão do Erval, isso agora fica nas fotos e nossas lembranças”, conclui dona Lúcia.

Foi, também, realizado uma entrevista com as pessoas que ocupam a escola e, eles afirmaram sobre como moram na antiga escola: “- Nós compramos de outras pessoas que moravam aqui na escola, os documentos dizem que o Estado deu para minha avó, ela conseguiu puxar a luz e por isso moramos aqui e, faz mais de 10 anos”. Destacaram que ali é a morada da família, e que vieram do bairro São Cristovam, de Três Barras, os filhos foram tudo para cidade, moram na cidade e, eles moram com os netos: “- Aqui, é a nossa casa. Construímos mais coisas, modificamos tudo, estava tudo abandonada, tinham muitos maconheiros, que usavam o lugar, mas tocamos todos daqui e agora é nossa moradia. Viemos morar aqui e foi feito piso, água, luz, aos poucos nós que melhoramos, somos pobres, não dá para fazer tudo, de uma vez, mas agora é nosso”. Destacaram que gostam de morar na antiga escola, já estão acostumados por lá. Por fim declarou: “- É a nossa casa, pois já passou mais de 10 anos e temos o direito de ficar por aqui”. Declarou um dos moradores, na antiga escola, da comunidade do Capão do Erval.

Outra escola, próxima na mesma linha adiante, seguindo a estrada geral, na comunidade próxima - do Matão, encontrei o senhor João Nelson Ribeiro Gritem, com 85 anos de idade e dona Eli Rodrigues Gritem, 83 anos. São agricultores, e moram na casa ao lado da escola. Antes ele era motorista de caminhão e, ela merendeira na escola, depois, foram morar na escola da localidade do Matão. Assim sendo, desde o iniciou de instalação da escola, mais ou menos nos anos 40 a 50 atrás contou o agricultor. Hoje a escola tem o nome de Escola Elvira Inês da Silva, uma ex religiosa e professora que foi morar na comunidade, e ficou por alguns anos por lá. Contou que a mesma era muito querida por todos da comunidade. Seu João comentou: “- Quando a escola foi fechada, e nós, que moramos na escola, eu e minha esposa, pois ela trabalhava de merendeira na época, por isso fica-

mos até hoje morando junto. Rolou um processo para tirar a gente daqui, mas ganhamos na justiça, uns 17 mil reais e o direito de ficar morando na casa ao lado da escola. São mais de 32 anos por aqui, pagamos a luz, vieram cortar a luz, quase deu briga, pois está em juízo a questão de quem é o prédio da escola, que por direito é nossa agora. A prefeitura não pagava a luz, eu paguei a luz atrasada. Passaram a conta da luz no meu nome, prefeitura autorizou. O rolo é grande, pois aqui o terreno é um alqueire e muitos querem pegar para eles, essa terra, que por direito é nossa”. Continuou falando que sabe que quem dou o terreno e, citou seu Manoel de Souza Mendes, e depois Damásio Nepomuceno, quem comprou os terrenos, ao lado e, não desmembraram e ficou tudo no mesmo terreno, na mesma escritura.

Com isso, até a escola e a terra em volta, está nessa escritura, e está difícil de arrumar isso. Expôs que estudou na escola, apanhava da professora, aquela época até poderia fazer isso com o aluno, mas, hoje não podem mais fazer, da cadeia se baterem no aluno. Na sua época era mais ou menos de 40 a 50 crianças, depois quando veio a professora Elvira, tinha umas 30 crianças. A Elvira, a ex freira, depois faleceu e veio a professora Roseli. Na época tinha festas juninas, da escola. a escola foi construída do tempo do prefeito Therezio. Veio vários professores da cidade trabalhar na escola. No tempo antigo tinha catequese, tinha até culto, deu muita focada, e largaram mão de reza aqui.

A nucleação levou os alunos para Rio do Pinho e Alto Frigorífico. Tem fotos da escola, horta, era bem organizada, graças a ex freira. As discussões para fechar foi a secretaria da educação da época, a Maria de Lurdes, no tempo do prefeito Orlando. Fizeram uma reunião e falaram que iria fechar tudo. Está registrado no livro de ata, mas o pessoal da prefeitura, que fechou tudo e deu muita briga, teve gente que deu de dedo na secretária, mas fecharam assim mesmo.

Seu João ainda expôs que: “- Foi muito ruim fechar a escola, por causa do terreno, que todos queriam, tentaram fazer um grupo escolar aqui, mas fizeram no Parado, e a Ceaca, que pagou tudo lá, mas não deu certo e lá também, pelo que sei, fechou tudo e está abandonado. Não deixam mexer em nada por lá, isso é o resultado de fecharem escolas do interior como essa”. Disse ainda que assinaram as atas de reunião, mas que foi ruim, pois estavam

acostumados com as crianças, pois ali tinha parquinho, alegria, gritaria das crianças. Porém, ele disse se nós não tivéssemos aqui, acredito que já teriam demolido tudo, nem iriam saber que aqui, neste lugar lindo, foi uma escola, uma comunidade e hoje preservamos, até o pomar da escola ainda cuidamos, completou seu João.

Ele completou: “- *A comunidade ficou fraca sem a escola e ninguém se visita mais. Aconteceu o êxodo rural, pois tem menos gente por aqui, foram todos embora daqui, é muito sofrido ainda para as crianças irem na escola longe daqui, irem no Rio do Pinho, são mais de 20 quilômetros daqui. Parou tudo, festas horta, só o pomar ficou, é triste demais ver isso acabado. Até as estradas abandonaram, está ruim demais*”.

Sobre o prédio, disse que pertence ao Estado, está tudo na justiça, na nossa causa trabalhista, nossa contra prefeitura, mas está na verdade tudo abandonado. Está tudo errado. O que fazer do prédio, eu iria se mudar para o prédio, mas é preciso reformar, está cheio de morcegos, abandonada por completo, perigo de cair e machucar alguém.

Argumentou sobre as políticas públicas do campo que desapareceram, os políticos se aproveitam dessa situação. O que era esse lugar sem a escola, hoje é uma calamidade, a situação hoje e, as crianças são obrigadas a ir 4 quilômetros a pé, só para pegar o ônibus, para irem no colégio do Pinho estudar. Fica difícil quando chove, não é fácil andar nessas estradas de lavoura. Acabou a liberdade e confiança na comunidade. Tinha o parquinho de crianças por aqui, hoje só se tem corucacas, passarinhos e sem crianças, é triste. O que fazer hoje, é uma pergunta que fica no ar. Não sei o que dizer dessa situação que deixaram, em total abandono.

Narrou ainda como foram morar na escola, fizeram propostas para nós irmos morar aqui. “- *E, nós tínhamos casa na cidade, e agora, somos pobres, mas temos educação e depois de velhos, só resta ficar, por aqui mesmo e, cuidar dessa escola fechada. Eu não tenho mais como voltar para cidade*”. Está tudo parado e a vida seguiu, com essa idade e disse que fica tudo difícil hoje para mudar daqui.

No município, são muitas escolas nessa situação e, completou. “- *Uma calamidade pública, com dinheiro do povo e agora abandonado. A situação de abandono e visível na comunidade, um abandono total, maioria foram embora.*

Olhe as fotos da escola, festa no parquinho, horta, professora falecida a Elvira quem cuidava e plantava". Destacou ainda que a professora veio trabalhar aqui depois que teve concurso na prefeitura e, ficou em primeiro lugar, assim escolheu vir morar aqui no interior, nessa escola. “- *Ela morreu de câncer, encontrei ela gemendo aqui, de madrugada estava passando mal. Como era, de madrugada, chamei vizinhos e levei ela para o hospital, depois levaram para Mafra, mas não resistiu. Logo faleceu de câncer, foi triste perder uma pessoa tão boa*”. Ainda completou, foi uma excelente pessoa e professora dedicada, por isso que leva o nome dela na escola, que não existe mais, infelizmente. “- *O nome da Professora Elvira, ao menos o seu nome ficou gravada neste prédio da escola nunca, e isso é triste*”.

Seu João mostrou algumas fotos de como era a escola, e hoje esse abandono. Por fim, a fala de dona Eli, articulou quando trabalhava na escola: “- *Era bom trabalhar na escola, e hoje pensa ser muito triste, ninguém se aconchega mais na nossa casa, na escola, abandoaram tudo isso é o triste. Isso é o fim da comunidade, sem a escola, tudo acelerou para esse fim. Digo ainda mais, quantas vidas passaram por aqui, nestes anos e, agora, a comunidade pequena que é, está se desfazendo, sendo abandonada, aos poucos o pessoal indo embora. Mas, a vida segue, nós envelhecendo e continuaremos por aqui, até quando Deus quiser, e certamente sem a escola na comunidade do Matão, ficou triste nosso lugar sem a escola, um abandono total*”, completou dona Eli.

Consoantes ao processo de nucleação, nas proximidades existe a comunidade do Parado onde mora Sr. Gurlei Grochoveski e Senhora Cristiane Ostroski, na entrevista falam sobre a Escola Argos Luiz Stailein que foi fechada na comunidade. Discorreram sobre a história da escola, que foi fundada nos anos 70, estudaram nela e depois seus filhos. Contudo, agora, todas as crianças vão para a cidade estudar. Na escola os alunos estudavam da 1 à 4 série, eram mais de 70 crianças e o diretor Luiz, que morava na comunidade do Parado cuidava bem de tudo, fazia funcionar bem a escola. organizavam as juninas na escola, dia dos pais, era bonito. As reuniões na escola aconteciam, pois, a comunidade se organizava e todos participavam. Quem na comunidade ajudou a construir a escola foi a família da Cerâmica, a CEACA, pois, foram eles que doaram todo material para construir a escola. Quanto aos professores do lugar, tinha alguns, e, os outros

vinham da cidade. Continha catequese, hoje acontece somente na igreja, ali em cima seguindo a estrada do Parado fica a igreja.

Quanto aos materiais e documentos da escola não sabem contar onde foi parar, pois a escola está abandonada, pelo visto o pessoal da prefeitura quem levou daqui, afirmaram. Existem muitas fotos antigas da escola com as famílias que tinham seus filhos estudando na escola. Senhor Gurlei não sabe dizer como foram as discussões sobre a nucleação e não lembram como foi, mas a prefeitura disse que a escola iria fechar e os alunos deveriam ser transferidos para a cidade ou na escola do Alto Frigorífico. Somente falaram, na verdade, só comunicaram ao povo que na escola iria fechar e, ali seria o funcionamento de um CAPS³² (Centros de Atenção Psicossocial) para jovens, mas não fizeram nada, está tudo no abandono. “- Na verdade aconteceu muito atrito, por quererem fazer da escola um CAPS, sem fundamento, trazer alunos infratores aqui na nossa comunidade. É claro que, não aceitamos e eles mudaram para o quartel, pois, a comunidade não aceitou de forma alguma trazer jovens infratores aqui. Assim, dá para ver que a escola está abandonada. Nela estão criando galinhas soltas no prédio abandonado, é triste de ver, mas melhor na comunidade do que jovens infratores por aqui”, completou Gurlei.

Comentara que sem a escola não se vê mais crianças nas ruas, nem barulho, brincadeiras, tudo está parado, igual o nome da comunidade do parado e completou: “- Foi muito ruim para a comunidade fecharem a escola, um abandono, falta vida para a comunidade do parado. Agora, o ônibus leva os alunos para a cidade, ou no Alto do Frigorífico, na escola Maria Lovatel ou na Escola Castelo Branco, ou como falei e até na escola Reinaldo Kruger, vão todos nas três escolas, uma distância de uns 5 quilômetros daqui. A escola daqui está abandonada e não sabemos se o terreno foi doado, bem provável que sim, mas é da Olaria da CEACA, empresa de tijolos aqui na frente, eles são os donos do prédio e do terreno da escola”. Ele ainda disse, que pouco sabem das políticas públicas de nucleação, na comunidade não foi bem informada e completou dizendo: “- Na verdade, não tem mais a escola

³² Centros de Atenção Psicossocial – CAPS (são serviços de saúde de caráter aberto e comunitário voltados aos atendimentos de pessoas com sofrimento psíquico ou transtorno mental, incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de álcool, crack e outras substâncias, que se encontram em situações de crise ou em processos de reabilitação psicossocial.)

por aqui e estão criando galinhas lá dentro, como disse e, é triste de ver, e não vai mudar tão fácil isso”.

Dona Cristiane, descontente sem a escola na comunidade, completou: “- *Foi ruim para comunidade, sem ter a escola, tudo agora é longe, acabou tudo com a escola fechada e abandonada. Lamento o fechamento da escola, e na realidade a própria palavra educação, se resume em tudo, partir do princípio de fechar uma escola, ao invés de dizerem o que vão fazer para melhorar”.* Estabelecer que é muito ruim para a comunidade, para o próprio envolvimento social, pois, acaba tudo se perdendo sem uma escola local. Certamente, junto com o fechamento da escola se deu fim no que eles tinham de bom como: as festas, cursos, reuniões, isso acaba e para todas, as atividades que envolvem uma comunidade e uma escola acaba, termina de vez, é isso e triste concluiu. O que fizeram com a escola do Parado, também com as escolas vizinhas daqui, simplesmente fechadas. Agora as crianças podem ir daqui, até o Rio do Pinho, que dá uns 25 quilômetros sem necessidade, ou ir para a cidade. Com isso, se dispersou a comunidade, resultou em coisas ruins, lamentável e, eu digo ainda, que isso foi uma perda muito grande para todos nós, principalmente para a comunidade, para as crianças que estavam perto de suas casas, iam a pé, agora são obrigados a ir de ônibus para outras escolas e para cidade concluiu dona Cristiane.

Uma grande questão ficou no ar, sobre o fechamento das escolas rurais, levantou dona Cristiane: “- *Foi ruim sim, além de abandonada a escola, que está se deteriorando, ninguém vai arrumar mais, não dá para entender os administradores do município, fecharam e gastam muito, para construir outras escolas longe dessa, o que será que ganham com isso. Certamente fica uma pergunta - por que fecharem uma escola da comunidade e com isso acabar com tudo em entorno dela, está aí, para ver, o resultado negativo sem a escola no lugar”.*

Relatou ainda que na época muitos não aceitaram, pois foram divididos os alunos, em três escolas, como falou, dispersou os companheiros, os amiguinhos, e isso é ruim para eles, mesmo que conheçam outros amigos por lá, os de perto não se conhecem mais são como estranhos uns dos outros. Dividiram a turma, os amigos, foi ruim para os alunos e para os pais, para a comunidade, tudo dividiu na comunidade.

Também na verdade, comentou que se perdeu muito com esse sistema, de nucleação de escolas, pois a promessa de fazer da escola antiga um posto de saúde, ficou para trás, não fizeram, somente agora, uma vez por semana, que funciona. Tudo abandonado, ou seja, só ficou bom para o criador de galinhas e, completou dizendo: “- *Lamentável não ter mais a escola na nossa comunidade do Parado, dispersaram a comunidade, que tenta se organizar agora na igreja, é triste realidade*”, encerrando a fala.

Na comunidade de Taunay, próximo ao Rio Iguazu, divisa do Estado do Paraná com Santa Catarina, segundo seu Adão Dumke, com 81 anos de idade e, sua filha Iara Ianoski Dumke, relataram que a escola era muito antiga na comunidade. Seu Adão estudou, seus filhos Emerson, Iara, Gerson e a Viviane. Ele explanou: “- *Era uma escola que todos estudavam na mesma sala. Os professores eram o Ederson Moser e dona Maria. Não me lembro como foi o fechamento da escola, era uma escola grande de madeira, com as enchentes de 1983, que devastou o lugar, alha só, aqui na minha casa dava para andar de barco por cima, e com isso, desmancharam e fizeram essa de alvenaria, lá pelos anos de 1990*”. Dona Iara, a filha de seu Adão, disse que lembra muito bem quando eles estudavam na escola de madeira e, depois das enchentes, que destruiu muita coisa, foi feita uma nova escola. Expôs que a professora era a Maria Tereza de Matos e Nelson Moser. Todas as crianças, de Taunay, até 2010, estudaram na escola. “- *Depois meu filho o Diogo estudou aqui no início e depois foram já para o Rio do Pinho, uns 10 quilômetros daqui. A escola agora está ocupada e mora uma senhora, que era cheia de crianças e, o pessoal daqui deixaram eles morarem na escola. Hoje é tudo mais fácil, tem o ônibus que passa por aqui e leva todos para o Pinho*”. Não lembro se fizeram reunião e resolveram fechar, pois era muito pouco as crianças que aqui estudavam e resolveram fecharam.

Seu Adão comenta que a outra escola ali, na frente, de Boa Vista, onde o Zé Bodega, mora, foi doado, para ele pela prefeitura, o terreno e a escola. Assim a casa dele é junto da escola, que está caindo também, abandonada. Dizem que não tem documento nenhum, mas faz tempo que moram lá, já é dele.

Quanto a importância da escolinha rural, como a de vocês: “- *Era ótimo quando tinha a escola, e digo que, muitos estudaram para frente e, até fa-*

culdade fizeram. O povo ajudava muito, mas como tudo, foi ficando com pouca gente e não existe mais a escola, como dizem, ficou saudades, e devemos seguir em frente, faz parte da vida de todos”, conclui seu Adão Dumke, da comunidade de Taunay.

Os relatos dessas pessoas nas comunidades, ficam claras nas falas dos entrevistados por todo esse processo das dificuldades, desde enchentes sofridas, estradas ruins, perdas e mudanças sociais que, ainda a comunidade local é o ponto de referências da história das suas existências locais.

Na Figura 10 está representada na fotografia 1, a escola do Capão do Erval que está ocupada, na fotografia 2, a escola do Matão a Elvira Inês da Silva nome da ex religiosa, na fotografia 3, a escola do Parado que está sendo usadas para a criação de galinhas soltas nas salas e no pátio, e na fotografia 4, a escola ocupada em Taunay, que está ocupada por uma idosa e filhos.



Figura 10. Escola das comunidades do Capão do Erval, Matão, Parado e Taunay. .
Fonte. Dados da pesquisa, acervo Reinaldo Knorek (2022).

Na comunidade de Rio de Areia de Baixo, morada da professora Elieite Aparecida Marko Machado, com 55 anos, posto que, leciona a disciplina de história na escola nucleada Maria Isabel Cubas. A mesma expôs que se

formou no 3º grau e logo, em seguida, cursou pós-graduação para lecionar, ser uma professora, comentou com alegria. Com isso, foi trabalhar na escolinha da comunidade de Rio da Areia de Baixo, e ao se casar com o José Adenir Machado, por lá foi morar. Trabalhou como a professora da escolinha por muitos anos. Hoje, contou que trabalha na escola nucleada Maria Isabel Cubas, na comunidade do Rio de Areia de Cima. Narrou que as escolas, ao redor da Maria Isabel, após a nucleação foram transformadas em posto de saúde, a de Santa Barbara em CEI (Centro de Educação Infantil), a escola de Santa Emídia foi fechada, que hoje pertence a igreja, outras abandonadas e destruídas.

A professora, Eliete Machado, diz que o terreno da escola quem doou foi seu João Zoreck. Também disse que foi professora na escolinha, por muitos anos. Com o fechamento da escola a comunidade se organizou e fez o centro comunitário com um centro de velório. Quando funcionava a escola, lecionava para umas 30 crianças, que ali estudavam e moravam ao redor. Lembra que os professores eram a Jacinta, que foi a última professora e a dona Cecília, que foi por muito tempo a professora do local. Também disse que muitos professores eram da cidade e vinham trabalhar na escolinha todos os dias. Isso aconteceu também com ela, entretanto, veio trabalhar como professora substituta da escola e, ficou por anos ao se efetivar. Discorreu que aconteciam festas na escola, a junina, dos pais, da igreja, e que todos colaboravam para ajudar a escola.

Quanto aos documentos e materiais da escola, afirmou que foram levados para a escola nucleada, a Maria Isabel Cubas. Para discutirem sobre a nucleação foram feitas várias reuniões. Em todas as comunidades foram convocadas essas reuniões para decidirem os destinos das escolas. Mas, já foi decidido como seria a nucleação e a escola Maria Isabel Cubas, seria a sede. Teve muitas pessoas que eram contra, mas, acabaram aceitando a nucleação. Eles não aceitaram no início, não queriam que suas crianças, que eram pequenas, usassem o transporte para ir na escola, pois pensavam ser longe da nova escola.

Com as mudanças, precisariam caminhar até ponto ônibus, uns 2 quilômetros, e, ir muito longe todos os dias na escola. Explicou que: “- Hoje

em dia o pessoal concorda, não reclamar mais e, todos vão para a Escola Maria Isabel Cubas, acabaram gostando. A comunidade ficou um pouco triste sem a escola por aqui, mas, com o tempo foram aceitando e agora não muda mais. Não tem mais festa, comissão escola, professor, escola que era próximo da igreja, hoje é centro de velórios, sabem que ficou um pouco longe a escola sede, mas foi melhor para todos". Ponderou sobre as estradas que, sempre foram ruins, porém, o problema continua, é muito complicado, para arrumarem essas estradas no interior, mas a estrada principal para a escola nucleada é sempre arrumada e funciona bem.

Foram feitas várias atas que estão na escola nucleada. As pessoas foram, na verdade, convencidas a aceitar a nucleação. A comunidade não diminuiu sem a escola, e na verdade, o êxodo rural sempre ocorreu em todos os lugares, mas, aos poucos as pessoas vão ficando nos seus lugares, pois sabemos que na cidade as vezes as coisas são piores e mais difíceis de ganharem a vida. Percebe-se que faltam algumas atividades na comunidade, sem a escola local, como eventos e festas, mas na nova escola eles vão participar de tudo, pois as coisas por lá acontecem. *"- Sempre comento que ficou abandonada a escola, por parte do poder público, com isso, a comunidade resolveu, então, fazer um posto de saúde, com a escola fechada e foi reformada. Também, foi pensado e feito um centro de velórios. Sabíamos que se não fizéssemos isso, além da escola ficar abandonada, poderia ser até invadida, que seria pior para todos, e assim ficou melhor para todos*".

A professora explicou que uma outra escola próxima, a do Rio Pre-tinho, está abandonada, caindo em pedaços, destruída. A afirmou que a comunidade arrumou o prédio e fez da escola um centro comunitário e de velórios. Assim a professora completou a fala: *"- Perdas na comunidade tivemos, como foi o convívio comunitário na escola, a união da comunidade, a falta de se encontrarem, mas, foi preciso, para melhorar a educação e a aprendizagem. Fazer a nucleação, e certamente, os ganhos pedagógicos e econômicos foram bons e ajudou muito a melhorar tudo pelas escolas rurais: ao menos na nossa isso é visível. Temos a consciência que foi para melhorar a nossa comunidade*". Disse que, na escola nucleada, os pais sempre vão nas reuniões e participam mais. O terreno é da prefeitura e do Estado, a escola foi para associação da comunidade e sendo cuidada por nós.

Na escola nucleada, agora é tudo de bom, aulas, salas bem-feitas, esporte, alimentação, transporte, ambiente organizado. “- *Penso que as políticas públicas educacionais com a nucleação as escolas rurais, alteraram com as ações que foram feitas, por muito tempo, pois melhorou o transporte, alimentação das crianças na escola. a parte pedagógica, ficou muito melhor. O crescimento ou desenvolvimento da comunidade que ficaram sem a escola rural, modifica-se os hábitos e a vida deles, mas, além disso, a comunidade que recebeu a escola nova, e hoje em dia com novas tecnologias mesmo no interior, as coisas estão acontecendo para melhor. As crianças não ficaram sem a escola, mas, sim mudaram para uma escola melhor, com condições de aprenderem com qualidade. Isso é ganho grandioso para uma comunidade rural*”.

Além dos pais participarem e se preocuparem mais com a escola. Não houve um retrocesso na comunidade, pois as condições melhoraram na aprendizagem e no convívio entre os alunos e escola. Somente a distância de ir e vir que incomodou, um pouco no início, por medo que os pais tinham, pois, seus filhos agora ficam durante o dia fora da comunidade deles, mas estão se preparando para um futuro melhor, e completa a professora. “- *A escola rural, não deixou de existir, e a escola nucleada, recebeu mais recursos e verbas, hoje tem nutricionista na escola, professor especializado, não tem mais um professor para atender 4 séries, cada uma numa sala, tem mais disciplinas e conforto. Antes eram as salas multisseriadas rural, como eu trabalhei numa dessas eu tinha que fazer de tudo, desde a merenda, a educação física, os temas, as disciplinas, era difícil. Hoje, na nucleada, como falei, tem de tudo, está organizada em cada coisa no seu lugar. Do transporte à alimentação. A parte pedagógica muito ganho, aula de artes, na escola rural nada existia. E tenho a certeza de que, esses ganhos, tanto na comunidade como na escola, vieram para ficar, para melhorar e garantir sim, o futuro das pessoas no meio rural*”. Disse, com alegria de ser professora dona Eliete Machado.

Observar que ainda temos uma escola, com séries iniciais multisseriada, como é a da Barra Mansa, é muito difícil, e as vantagens das escolas nucleada são infinitas. A nucleada funciona muito bem, é outra vida, outro tipo de escola rural. Bem superior, não tem nem como comparar com as escolas antigas. Ainda destacou que para as crianças irem na escola nu-

cleada, têm 8 ônibus que levam e trazem as crianças de toda a região. Buscam os alunos de todos os lugares, ao redor da escola nucleada e, somente, aonde alagam que não passa ônibus, ficam sem vir para a aula em dias de chuvas, que é pouco, os demais, todos na escola.

Outrossim, comentou que para ter uma ideia, os índices educacionais, como as de faltas dos alunos, são bem baixas na nucleada. Em 1988, começaram a fazer a escola para séries iniciais e finais. A nucleação, como desvantagem para alguns pais, até poderia dizer que não melhorou nada, mas para nossos filhos, foi com certeza muito bom, pois seguiram os estudos e, uma das filhas é médica veterinária, vindo de escola rural: isso é muito importante e bom. Ônibus na frente da casa, professores especializados. Talvez o transporte no início foi o problema hoje não é mais. As pessoas não falam da falta dos alunos. São poucos que ficam dia todo na escola. *“- Creio que foi para melhor, ao menos em nossa comunidade, mesmo sem a escola por aqui, mas há poucos quilômetros daqui a escola nucleada, organizada está indo muito bem. A escola Maria Isabel Cubas já é referência para o povo do interior, pois está bem organizada”.*

Na mesma fala o seu marido, José Adenir Machado, agricultor e pecuarista, comenta que todos os esforços foram feitos para não deixar fecharem a escola, do Rio de Areia do Meio, para não ser invadida, mas sim, transformada no centro de velório, valeu a pena a luta, e destaca: *“- Quando foi determinado o fechamento da escola, aqui na nossa comunidade, procuramos juntos com a comissão da igreja reformar a escolinha antiga e transformar no centro de velórios, pois observa-se que, o cemitério é junto, na frente da igreja e da escola. Com o apoio de todos conseguimos a reforma e garantimos que não fosse invadida e nem abandona, e ficou bom para comunidade.”* Seu Adenir comentou sobre todas as escolinhas fechadas e abandonadas na região, a escola do de Entre Rios, está abandonada, a escola de Rio da Ilha foi invadida e destruída, a da fazenda Tomasi já foi desmanchada, e a de Rio de Areia do Meio, onde agora tudo funciona, a escola maior, está organizada e indo bem: completou a ideia dizendo: *“- Como minha mulher, a Eliete falou, agora as coisas na escola tudo está certo, no lugar, cada professor na sua matéria, o transporte a prefeitura leva e traz as crianças, tem uniforme,*

alimentação, a coisa ficou bem melhor do que era antes. Sabemos da falta das festinhas, das reuniões, do convívio no local da escola, mas, para a educação e para as crianças foi bem melhor, todos ganharam com isso”, destacou seu José Adenir Machado.

Na escola da comunidade de Rio de Areia do Meio a escola Nucleada Maria Isabel Cubas, a pedagoga Elaine Regina Gonçalves De Oliveira, 23 anos, relatou que está com 386 alunos matriculados para 2021. A escola recebe alunos de várias escolas isoladas e das localidades vizinhas como: Pinheiros, Alto dos Pinheiros, Santa Emília, Rio dos Pardos, Entre Rios, Aparecida dos Pardos, Serra das Mortes, Rio de Areia de Baixo, Rio dos Poços, Rio Pretinho. A escola está no terreno doado de pelo Sr. Faustino Schuckek. Conta que foi aluna da escola de Santa Emília, e temos professores dessa localidade e ainda de Canoinhas e de Irineópolis. “- *O processo de nucleação foi avisado, teve várias reuniões, foi feito muitas discussões sobre o transporte. Assim aconteceu e foram fechadas as escolas isoladas de vários lugares e agora todos vem para estudar aqui na escola centralizada Maria Isabel Cubas”.*

Também comentou que foram fechadas teve várias atas de reuniões, e as pessoas percebem mudanças, pois antes, no início não tinha transporte escolar, os ônibus eram somente na estrada grande, pois, as localidades de Santa Emília e Rio Pretinho, eram fora da estrada geral, e não passava o ônibus por lá, mas hoje já passa e todos vem estudar aqui na Maria Isabel.

Na Figura 11, na fotografia 1, a Igreja do Rito Ucraniano, na fotografia 2, a Escola nucleada Maria Isabel Cubas, na fotografia 3, o posto de saúde da comunidade de Rio de Areia do Meio e, na fotografia 4, o centro de velório da antiga escola desativada do Rio de Areia de Baixo.



Figura 11. Igreja, Escola e Posto de Saúde e centro de velório do Rio de Areia.
Fonte. Dados da pesquisa, acervo Reinaldo Knorek (2022).

Afirmou, ainda a pedagoga, que tem ônibus que pega as crianças na frente da casa e, traz e leva de volta após as aulas. “- *Antes o pessoal criticava, principalmente, no início, pois as crianças teriam que vir a pé, depois com o transporte, e as escola multisseriadas não existem mais, hoje tudo mudou e eles aceitam com naturalidade a nova forma de funcionamento da escola centralizada e aceitam bem*”. Comentou que as pessoas de hoje, gostam do estudo, cada professor com sua turma e a comunidade daqui é bem acolhedora, já entenderam como está funcionando tudo, destacou a pedagoga. Assegurou ainda que, com a nucleação os documentos das escolas antigas estão todos na secretaria da escola Maria Isabel Cubas, de todas as escolas, que passaram pelo processo de nucleação, que vieram para estudar aqui, tem os documentos, como dito guardados na secretaria, destacou a mesma.

Na comunidade de Rio de Areia de Cima em Santa Emídia, as escolas foram fechadas com a nucleação, e lá ainda mora o professor Carlos Kocianski, que por 28 anos lecionou na escola. Está com 78 anos, disse que fez curso normal regional, feito em Ireneópolis, pois o Estado precisava de professores, foi fazer os cursos e dali não parou mais, sempre foi professor

no Rio de Areia e em Santa Emília. Na escola do Rio de Areia do Meio, e de Santa Emília, conta que foi fundada em mais ou menos 1961, terreno doado por João Berlamino. Contou que teve 10 filhos e todos estudaram na escola onde trabalhava, foram seus alunos. Na época haviam 61 crianças na escola, pois cada família tinha de 5 a 6 filhos era normal, hoje, já não é mais assim. Seu Joao da Silva foi o primeiro professor, depois Jose Mila da cidade, que veio uma professora da cidade a Bronisia Gurginski. Acontecia as festas da escola, das crianças, junina. Todo ano festinha para as crianças. Ultimo professor aqui foi a Nair Maciel, depois que me aposentei. Havia a catequese, até missa antes de fazerem a escola, a comunidade sempre ajudou a limpar a escola. Os materiais da escola foi tudo levado para a escola nucleada no rio de Areia a Escola Maira Isabel Cubas. Tínhamos bastante documentos e fotos na escola, eu fazia relatórios e colava tudo, e levaram todos os documentos daqui. A centralização não foi avisada nada, e fecharam a escola daqui e resolveram sozinhos, pouco debate e reuniões e centralizaram a escola. Seu Carlos comentou do seu tempo de professor. “- *Depois de aposentado a gente vai largando tudo. Muitas pessoas reclamaram muito, não gostaram, na nossa época, os pais vinham falar com o professor se tivesse problemas, se algum malandrinho fizesse alguma coisa, era resolvido na hora, se respeitava o professor. Mas hoje em dia, sei que é muito difícil ser professor, sem respeito, alunos mal-educados com muitas dificuldades, sofrem mais*”. Contou que hoje, os professores são da cidade e dão aula e se mandam de volta, nem conhecemos muito bem quem são os professores.

Expôs que, após a nucleação, o prédio da escola, ficou com a comunidade e está sendo usado para reuniões, doutrina da catequese e, a comunidade, usa e cuida da escola antiga. “- *Usamos também no dia de eleição, colocam a urna aqui, como ponto de votação. Eu nem fui votar, muito partido, confundem demais a gente, está difícil de entender. Nossa época, nós atravessamos cada taquarizal que tinha aqui, hoje ônibus pega as crianças na frente da casa e traz de volta no fim da aula, isso ficou fácil. Na nossa comunidade era unida, depois de briga de cunhados que, um matou o outro, a comunidade não está mais unida, triste ver o acontecimento, mudou tudo e até a escola não existe mais, só o prédio*”. Ainda, o professor destacou que mais de 50

crianças, da comunidade, vão para a escola que foi nucleada, a Maria Isabel Cubas que fica alguns quilômetros dali.

Na Figura 12, na fotografia 1 a escola Santa Emília, ocupada pela igreja católica local, na fotografia 2 o professor Carlos aposentado, na fotografia 3 a escola de Entre Rio que está abandonada e, na fotografia 4 a escola de Rio da Ilha que está ocupada.



Figura 12. Escola das comunidades de Santa Emília, Entre Rios e Rio da Ilha.
Fonte. Dados da pesquisa, acervo Reinaldo Knorek (2022).

Também, o professor Carlos Kocianski, discorreu sobre a redução da população, devido o número de filhos, na atualidade serem menores por família. “- *No meu tempo eram muito mais filhos, de 5 à 10 por família, mas hoje é 2 ou 3 filhos, antes eram bem numerosas. Casal hoje se tem é 2 filhos e com isso vai acabando tudo. Teve aula para adultos também na escola, e faz mais de 3 anos que não funciona nada por aqui. A votação funciona como falei. A escola de Santa Emidia virou posto de saúde. Na comunidade hoje as pessoas nem se visitam tanto, mais de olho na televisão, nem conversam um com outros, um tanto estranho o povo de hoje em dia*”.

Embora, tudo isso, ele esclareceu que quando tinha a escola e a igreja funcionando, o povo se reunia e se ajustava, mas, hoje em dia, não mais, “- *Creio que foi por falta da escola daqui na comunidade, que as coisas mudaram tanto, para pior. Nós sabemos da importância de ter uma escola rural na comunidade, tudo gira em torno da escola, desde ensinar, reuniões, referência do lugar, formação e amigos, tudo ficou mais difícil e diferente sem a escola local. Saudades do meu tempo, que tudo isso acontecia aqui na nossa comunidade e que não existe mais, eu lamento e muito triste fico*”, destacou o professor aposentado Carlos.

Na comunidade de Arroios, o Grupo Escolar Guilhermina Veiga Ferreira, com um total de 167 alunos, matriculados para o ano letivo de 2022, recebem alunos das localidades de: Laranjeiras, Forquilha, Rio da Viada, Salseiro, Palmital e de Arroios.

Na fala de dona Ana Joaquina Knorek Dolla, com 68 anos de idade, conhecida como Quinca, contou que as escolas foram fechadas aqui por perto, e tudo foi para a escola de Arroios, e aqui perto na antiga escola do Salseiro, agora é a igreja católica Nossa Senhora das Graças. “- *Agora todas as crianças que iam nas escolinhas ao redor têm que ir de ônibus na escola maior a Guilhermina, aqui nos Arroios*”. Afirmou que a escolinha do Salseiro, foi fechada, eles foram falar com o padre Sita e, depois com um acerto com o pessoal da prefeitura, conseguiram fazer da escola, antes que invadissem ou derrubarem a capelinha Nossa Senhora das Graças. Essa escola era bem na curva do asfalto, e agora é a capela.

Os meus filhos, a Reni, Marcio, Gláucio, Sandro e Luiz, estudaram na escola de Arroios, na Guilhermina Ferreira. “- *Já meu marido o Luizinho Dolla, falecido, estudou aqui na escolinha do Salseiro. A Professora dele era a falecida Dona Dirce Brás da Silveira, que foi a professora por muito tempo aqui. Como falei eu, meus irmãos o Norberto Knorek e o Eraldo Knorek, estudamos na escolinha do Palmital, aquela na frente da Igreja Nossa Senhora Aparecida, no Palmital*”.

Dona Ana, lamentou muito e disse que é muito triste de ver a escolinha do Palmital, que está abandonada, na frente da igreja, caindo aos pedaços. “- *Minha mãe a Dona Ecilda Griten Knorek, faleceu com 87 anos, que foi a professora, por muitos anos ali, acho que desde os anos de 1960, até*

se aposentar. Ela trabalhou muito para educar e ensinar muitas crianças lá, e fazer com que a escola funcionasse por muitos anos". Comentou ao lembra de sua mãe, sendo professora, que a mesma procurava por meio da educação das crianças, ensinar tudo o que era de bom para eles, Saber que muitas coisas, certamente eram precisas serem ensinadas a respeitar os mais velhos, cuidar do lugar onde morava, da escola, ir rezar na igreja, das coisas da comunidade.

Com minha mãe muitas crianças estudaram daqui do lugar na escola antiga do Palmital, mas depois foi feita uma nova escola em Arroios todos foram para lá estudar. Já ouvi falar que vão fazer, da escolinha do Palmital, um posto policial rodoviário, pois até dá um dó de ver a escola caindo aos pedaços.

Proferiu que o pessoal da prefeitura, fez reuniões com o povo da comunidade e anunciaram o fechamento das escolinhas e que todas as crianças iriam para a escola de Arroios, na frente a Igreja São Lourenço, depois do asfalto uns 3 quilômetros para dentro. Contou que no começo não queriam muito, mas aqui, agora no Salseiro, já aceitaram e sobrou a nossa capelinha para rezar. Era feito antes as festas da escola, dias dos pais, das mães, aconteciam as reuniões ali, tudo antes até de ter asfalto por aqui, contou dona Ana Joaquina.

Expôs que lembrava, também de seu pai, que era conhecido como Dudo, por seu nome ser Edmundo Knorek, que era agricultor e sempre ajudava na manutenção da escola do Palmital, onde a mãe lecionava. A escola de Arroios é muito bem organizada, vem os professores da cidade, não são mais daqui do lugar, cada um com sua matéria, tem horta, jardins, cobertura no pátio, ginásio de educação física.

Também tem o refeitório, biblioteca, daí sei que funciona bem melhor do que a escolinha isolada, que todos ficavam na mesma sala, todos juntos estudando, os grandes e os pequenos. *"- Sei disso pois vi minha mãe, até ficar até doente, por causa de tanto trabalho, mas sei muito bem que ela adorava fazer isso, ser professora. Certamente em Arroios, na nova escola, está tudo indo muito bem. É uma escola grande, pois tem de tudo lá, os professores das matérias certas, tem de tudo e funciona bem"*. Completou dona Quinca sobre as escolas da região de Arroios.

Nessas localidades as escolas foram sendo fechadas e aos poucos nucleadas Escolar Guilhermina Veiga Ferreira, que na atualidade esta, de certa forma bem estruturada com ginásio, hortas, espaços de lazer. Assim, o transporte dos alunos ao redor é facilitado devido a proximidade com o asfalto que liga o município de Major Vieira com Canoinhas. Para maioria dessas comunidades, a nucleação foi boa para todos.

Na Figura 13, na fotografia 1, o Grupo Escolar Guilhermina Veiga Ferreira, na fotografia 2 a escola abandonada do Palmital, na fotografia 3 a escola do Salseiro, hoje a capela e na fotografia 4 a placa do período de construção e inauguração da escola, em 1977, período do prefeito Therezio e do governador Konder Reis.



Figura 13. Escola das comunidades de Arroios, Palmital e Salseiro.
Fonte. Dados da pesquisa, acervo Reinaldo Knorek (2022).

Na comunidade do Rio Do Pinho, a professora aposentada dona Verônica Alves Pazda, com 71 anos de idade e o agricultor Bráulio Pazda, relatam a história da escola rural local, desde os anos 60, até chegar à na atualidade. A escola foi escolhida para ser nucleada, donde recebe alunos

de Paula Pereira, Santa Hyde, Anta Gorda, Santa Leocádia, Santo Antônio dos Wossgraus. A professora narrou como funcionava a escola, que era multisseriada, e como ela trabalhava também em três outras localidades, quando era solteira, mas depois de passar, no concurso público se efetivou na escola do Rio do Pinho. “- *Naquela época eu lecionava para duas turmas, ou era 3ª e 4ª, ou 1ª e 2ª, sempre trabalhei dessa forma pois tinha dois períodos com mais de 50 alunos. As crianças eram apressadinhas, quando eu dava tema para uma turma os outros queria saber também, era tudo junto e muito trabalho*”. A professora expôs que pensaram e fizeram um plano decenal, com um ex padre, que veio morar na comunidade e, ajudou a pensar tudo nesse plano para a escola funcionar bem. “- *Nos queiramos uma escola acima da 4ª, e aí fizemos o plano, reafirmando o nosso desejo de ter as séries de 1ª a 8ª. Hoje o resultado daqueles anos, do plano, das escolas isoladas até chegar ao segundo grau e deu certo. Pois então, tudo começou nos anos de 1990 e foi feito, está em atas na escola. o povo era unido e trabalharam para tudo isso virar realidade e está aí, aconteceu o que hoje temos uma escola grande e que recebe alunos de toda essa região. Sei que foram várias reuniões, até colocar em ação e fazer acontecer*”. Antigamente, conta dona Verônica que era ela quem fazia de tudo na escola, desde a limpeza, merenda, horta, aula, tudo era o professor quem fazia e era responsável em planejar e fazer acontecer. “- *Os alunos adoravam, não faltavam nas aulas, mesmo longe, vir para a escola era uma alegria, os alunos traziam vasinhos de flor para a professora. Me lembro bem disso era muito bonito de ver. Meus filhos, os três todos estudaram na escola, o Adilson, Eder e o Edinho, estudavam na escola até a 4ª série e depois tiveram que ir para a cidade, 18 quilômetros daqui e, quem não tinha como pagar a ida para a cidade, os sem condições, seus filhos ficaram aqui e somente estudaram até a 4ª serie*”.

Seu Bráulio, disse que depois da escola, foi feito a igreja, com os italianos daqui, até trouxeram uma imagem da Itália a de Nossa Senhora do Carmo, e fizemos uma diretoria, para fazer a igreja, e hoje está aí realidade. “- *O Terreno da escola e da Igreja foi doado, por 3 donos, e um pedaço foi vendido, para a comunidade da igreja. Já o terreno da escola quem era o dono, seu Antônio Pazda, foi quem doou de herança para seu filho, o Achilles Pazda, que leva o nome da escola, e foi ele quem doou o terreno da escola*”.

Dona Verônica conta que lá nos anos de 1994, iniciou-se as discussões que motivaram o povo ajudar e ter a uma escola nucleada e também uma Igreja, centralizadas no Pinho. A mesma expôs sobre a educação, contando, que hoje tudo mudou, as crianças de hoje pouco obedecem, e falou que no tempo da escola isolada, os professores tinham autoridade de educar, disciplinar e os pais mandavam, até o castigo era permitido. Porém, hoje já não dá mais, e os pais vem, para a escola, mais para brigar e exigir coisas que não cabem, mais ao professor fazer, como disciplinar com constância e rigidez. A professora narrou um pouco da história do início da escola rural: “- *Para nós conseguir a escola aqui, no tempo do prefeito Colodel, o professor em 1961, Egílio, fez uns manifestos, agitou, até aula debaixo das arvores, paiol, para pressionar e assim conseguimos que a prefeitura fizesse a escola aqui no Pinho. Foram feitos alguns agitos até conseguirmos a escola, e isso ajudou muito, foi válido*”.

Foram feitas muitas festinhas, comemoração dia dos pais, mães, eram feitos concursos de poesias e cantarolas, para arrecadar fundos em prol de ajudar a escola. “- *Como era bonito de ver, os pais participando de tudo e na minha época tinha a reprovação dos alunos, quem não conseguiam as notas e eles tinham que repetir de ano*”. A professora comenta sobre como acontece a educação nas escolas do interior: “- *A educação no interior era de muito respeito, os alunos sabiam que o professor fazia de tudo, a educação vinha de casa, hoje os pais não conseguem educar, eles queriam que seus filhos fossem alguém na vida, hoje mudou tanto, mas ainda tem as famílias tradicionais, e tem umas que não conseguem mais educar seus filhos e pensam que tudo é na escola. A educação não caiu da moda, tem que existir, pode mudar tudo, a tecnologia, a comunicação, mas, a educação não poderia decair tanto assim. A escola deve disciplinar, os pais pedem ajudar, mudou tanto assim, mas, é preciso lutar para melhorar, cada vez mais a educação das crianças nas escolas do interior, e logico na cidade*”. Dona Verônica ainda fala sobre a importância de se ter uma escola rural, hoje no Pinho. Conta que desde a escola isolada até o colégio, com tanta batalha, e ficou bom manter a escola na localidade, pois, estão no meio, e talvez os outros que precisam vir a escola, no Pinho, não gostem, mas foi bom para nossa comunidade, completou. “- *Penso que os de longe não reclamam e não se ouvem falar nada, pois as crianças gostam*

de passear de ônibus. Não se vê mais crianças andando nas estradas, tudo de ônibus. Sei que, são mais de 10 quilômetros daqui todos os dias eles vem, fazem a festa nos ônibus, eles gostam com certeza, estudam durante aqui e depois volta para suas casas”.

Seu Bráulio ainda disse que é muito importante ter a igreja e a escola aqui, no Pinho, e isso faz dá comunidade ser muito unida, pois se ajudam para manter tanto a escola como a igreja. Conta que as pessoas gostam de contribuir bastante: “- *Tanto para a igreja, como para a escola, se precisar fazer um mutirão, eles ajudam, pois sabem que é muito importante, para o desenvolvimento da comunidade, ter a escola como a igreja*”. Destacou seu Bráulio que antigamente era mais forte, e que hoje os mais novos pouco ajudam, sinto muita saudade do tempo da escolinha que era mais forte a comunidade, mais unida. Dona Veronica completou: “- *Digo que devemos deixar para os mais novos, que tem mais garra, estou aposentada, sei como é tanto trabalho que foi, mais de 25 anos, nessas localidades, indo a pé, com chuvas, sol, fazendo de tudo, desde merenda, limpeza, documentos preencher tudo notas, comportamentos, mas venci sendo professora, e levo a certeza de que valeu, muito educar e ensinar nossas crianças a serem pessoas de bem e de família, na nossa comunidade, aqui do Rio do Pinho*”, Concluiu seu Bráulio: “- *É bom, em qualquer lugar, ter uma escola, uma igreja, como referência para uma comunidade se ajudar e se desenvolver em todos os sentidos da vida*”

Posto que, na comunidade do Rio Do Pinho, a diretora da escola Achilles Pazda, que foi definida como a sede pelo processo de nucleação, Jane Jamile Mendes Fraitag, de 42 anos de idade, relatou o convite da prefeitura para que aceitasse o desafio da direção da escola rural no Rio do Pinho, em 2020. Era professora ACT, desde 2011, depois passou a ser efetiva. Como professora de matemática efetivada, reside na sede cidade de Canoinhas, 20 quilômetros da escola, onde trabalha. Ao aceitar o desafio, faz todos os dias o percurso de ônibus da cidade até a escola. Expõe que nas proximidades da escola, são quatro linhas de ônibus, das localidades em torno da mesma, que trazem os alunos para estudar, de segunda a sexta feira, na escola do Pinho, na parte da manhã e tarde. Destaca que os pais sempre participam e, se comunicam muito pelo *WhatsApp*, com a direção da escola para saber de tudo o que acontece na escola.

A diretora relata que a estrutura da escola é deficitária, com problemas na informática, somente 5 computadores funcionando, pouca ajuda para arrumar e a APP não tem como mandar arrumar. Além da prefeitura não poder mandar arrumar, isso aumenta as dificuldades, pois no período da pandemia muitos ficaram sem estudar por não estarem em rede para pegar material e ver aulas *on-line*. Os professores da escola são e vem todos da cidade, imaginar que temos até professores que vem da cidade de Porto União, mais de 80 quilômetros daqui. São professores que estão alocados na escola Manoel Quadros, lá no distrito de Marcílio Dias.

A diretora Jane, fala das dificuldades em trabalhar com alunos de várias localidades; “- Eu respeito muito a cultura que os diferentes alunos, que são de 5 localidades, trazem aqui e apresentam sem dúvidas, os grandes desafios e diferenças culturais. É incrível, mas são famílias alocadas, nessas outras comunidades e vem aqui estudar, como é diferente uma das outras. Eu respeito muito, pois, além dessa distância, estradas cheias de buracos, trabalham nas lavouras, são culturas e ideias muito diferentes, e olha que estamos falando do mesmo município e, trabalhar com tudo isso é complicado e desafiador.”.

Um fato interessante é a diferenças dos estudantes moradores na cidade e no campo. A diretora falou dessa grande diferença, além de conhecimentos dos alunos do rural e do urbano, a parte cultura nem se compara. “- Os alunos são diferentes, entre o rural e o urbano. Do urbano mais avançados, no rural ainda deficitário. É grande ainda a diferença no aprendizado, mas nós como educadores precisamos nivelar e avançar com o ensino, não importa onde seja. E no lado da cultura, essa diferença não se pode igualar, isso é desafiador”.

A mesma discorreu que as atividades são diferentes e, ainda mais com o novo BNCC, (Base Nacional Comum Curricular), que está fundamentado mais para o urbano, e não para o rural, “- E aí se deve perguntar, como uma escola aqui no rural, com as dificuldades aparentes, os professores recebem as ações que devem ser aplicadas, de modo geral no urbano e, fica muito difícil, pois como disse, eles também são do urbano e trazem da cidade outras formas de vida. Aplicar a mesma atividade entre rural e urbano é preparar essas crianças do rural para irem morar na cidade, isso é contraditório. Como, por exemplo, aqui na escola nós temos um técnico agrícola, que ajuda a fazer

atividades, como as hortas, e trabalhos rurais, isso é correto, mas atividades urbanas aqui é o ponto dificultador do novo BNCC”.

Ao continuar a fala de uma análise aprofundada, a diretora Jane, discorreu, sobre a educação do mundo rural e do urbano “- Como professora digo que são muitas dificuldades para interagir a disciplina da matemática, o meu conteúdo do urbano e do rural são visíveis e não temos um suporte que ajude a fazer essa ligação, pois eu devo seguir a BNCC, e o problema é grande nessa interação. Sem direcionamento de qual seria a melhor forma. Como diretora, o rural é sempre deixado para segundo plano. Por exemplo, se tiver atividades de integração, se der, eles avisam, caso contrário nada é feito”.

A professora lança a ideia de onde deveriam os alunos com cultura rural ir estudar: “- Eles deveriam ser direcionados para as escolas que podem ajudar como, por exemplo, ensino médio no Centros de Educação Profissional (CEDUP) que é conhecido como colégio agrícola, o ensino médio no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) que tem a agroecologia. Essas escolas são da área deles do mundo rural, é um âmbito muito maior para o desenvolvimento rural. Contudo, o BNCC está voltado o urbano, e não para o rural, e o Estado, tem uma plataforma diferenciada ao urbano, não ao rural. São voltadas ao tecnológico urbano, não ao rural, técnico e prático na agropecuária. Nós tentamos, mas é difícil em diferenciar e ensinar”, completou a mesma. Disse que deveria ter um ensino médio voltado aos alunos do interior. O êxodo rural creio que vai aumentar, eles não são motivados para se manterem no âmbito rural, eles têm déficit de conhecimento, de aprendizado pois é diferente, mas não estou falando da capacidade, pois é iguais, mas de diferentes níveis de aprendizagem “- Sempre eles ouvem falar que são uns coitadinhos, sofrem na lavoura, e quando eles vão para a cidade estudar, nós percebemos que são mais quietos, não interagem muito, vem com esse estereótipo de serem deixados de lado, e creio que estão sendo preparados para não ficarem no meio rural, lamentável”.

Quando ocorreu a pandemia, do Covid-19, a mesma falou das dificuldades na pandemia, que a escola sem internet não funciona bem, ocorreu muitas dificuldades para ensinar. Hoje os alunos não faltam tanto, quando chegam na escola, recebem café no intervalo, depois recebem almoço e lanches para voltarem para casa.

Sobre a história da escola, a mesma iniciou na localidade de Boa Vista e, depois de alguns anos, passou para o Rio do Pinho. Com isso a escola está recebendo os alunos de toda essa região, das cinco localidades, pois a escola está centralizada aqui no Pinho. A nucleação deixou muitas coisas para trás, a facilidade de agrupar tudo bom, mas na educação rural se criou novas ideias e novas diretrizes, que com o tempo iremos ver na cultura e modo de vida, dessas pessoas, os acertos e erros, conclui a diretora da escola Achilles Pazda, da comunidade do Rio do Pinho.

Na mesma comunidade do Rio Do Pinho, os agricultores Mário Lesnioski, com 62 anos e sua esposa, dona Maria Rosany Lesnioski, falaram, do tempo antigo da escola do Pinho, Achilles Pazda, quando estudaram lá, quando era uma escola pequena. “- *Na escola, que era uma meia-água, e atrás tinha um puxado onde morava a professora, dona Ione F. Dos Santos. Tempo depois foi trocando, veio dona Veronica e dona Olga de Três Barras, eu quem ia buscar ela, de carroça, em Paula Pereira na estação. Ela vinha de trem, ficava na escola durante e semana e, depois no sábado ela voltava, eu levava para pegar o trem. Tempo muda tudo e, hoje temos o colégio na comunidade. Meus filhos estudaram na escolinha, a Josiane, a Andreia (Bitá), e o Caca (André Ricardo) estudaram na escolinha, eu a mulher também*”. Articulou, que hoje seus filhos moram na cidade, a filha está no conselho tutelar do Município e o filho é motorista dos bombeiros e do SAMU 192 – (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, que tem como objetivo, chegar precocemente à vítima, após ter ocorrido alguma situação de urgência ou emergência que possa levar a sofrimento, a sequelas ou mesmo à morte. São urgências situações de natureza clínica, cirúrgica, traumática, obstétrica, pediátrica, psiquiátrica, entre outras, do município de Canoinhas.

Proferiram que antigamente era muito bom estudar, pois todas as crianças eram do lugar, aqui do Rio do Pinho. “*Nós, estudávamos nessa escola, do lugar, e hoje, já sabemos que as crianças vêm de outras regiões, pertos aqui. Elas vêm e voltam todos os dias. Isso e ruim pra elas*”. Comentou, seu Mario, que naquela época, tinha as 4 series na mesma sala, e era difícil aprender bem. Tinha, lápis, borracha e caderno e a mochila eram um saco de plástico de farinha. Faz anos que a escola existe, disse dona Maria Rosany, e na atualidade a escola é grande, pois vem os alunos da comunidade de Anta Gorda, Santa Leocádia, Paula Pereira que ainda funciona, Santo

Antônio dos Wossgraus, Santa Hyde. Explicou mais: “- A maioria vem desses outros lugares pois, todas as outras escolas já não funcionam mais nada, tudo abandonado ou fechados. Fazíamos muitas festas na escola para ajudar a melhorar cada vez mais. Eu estudei até a quarta série e depois tive que parar, pois não tinha mais como ir para cidade, era caro, e só de ônibus, quem tinha, como pagar, foram para frente estudar, os sem condições ficam mesmo com a 4ª série e são agricultores no lugar”. Contou que para seus filhos estudar na cidade, tiveram que pagar o ônibus, por mês, e era muito caro, mas foram e hoje moram lá.

A Escola Achilles Pazda, segundo a prefeitura, hoje oferece toda a estrutura necessária para o conforto e desenvolvimento educacional dos seus alunos, como por exemplo: Internet, Banda Larga, Reciclagem de Lixo, Parque Infantil, Refeitório, Biblioteca, Laboratório de Ciência, Laboratório de Informática, Sala de Leitura, Pátio Coberto, Pátio Descoberto, Área Verde, Sala do Professor e Alimentação. “- Nós anos de 1990, toda a comunidade ajudou a fazer a igreja de Nossa Senhora Do Carmo, onde, como disse todos se uniram e com isso até garantir que a escola fosse escolhida para ser o centro de todos os outros lugares da redondeza os alunos viessem estudar aqui. Isso ajudou o lugar a crescer mais. Foi bom para todos nós do lugar, aqui do Rio do Pinho, somos referência de localização”, destacou seu Mário Lesnioski.

A comunidade do Rio do Pinho, foi solicitar, que a prefeitura, fizesse a escola no lugar, para os outros vierem estudar e os alunos das escolas de Anta Gorda, que agora é usado pela terceira idade, Santa Leocádia não tem mais. A escola de Santa Hyde virou capela, Santo Antônio Wossgraus não tem mais e a Paula Pereira tem a escola até o 5º ano, e da Cachoeira, que está ocupada, com tudo isso, trabalhamos para manter a nossa escola, que está aí, cada vez melhor, além disso dona, Rosane conclui dizendo: “- Se não fosse a escola, e a igreja, tudo aqui seria diferente e, isso é bom de ver, todo esse movimento de pessoas. Sabemos que até hoje para irem estudar na cidade, o povo não tem como ir, nem imagino o nosso lugar, sem a escola, seria um lugar morto”. Seu Mário, ainda concluiu: “- Hoje dão comida, roupa, estudo, esporte, tudo é bom para a comunidade, pois, ter uma escola e uma igreja, é ver que as coisas estão funcionando, muito bom, para o desenvolvimento da comunidade do Rio do Pinho”.

Por fim, na comunidade de Paula Pereira, na escola Edemita Conceição Rosa a professora, Marilu de Fatima Tacheski, que por mais de 20 anos, ali, trabalha. A mesma estudou, na localidade de Anta Gorda, uma escola rural que está fechada pelo processo da nucleação, depois no Almirante Barros o Ginásio, que é o segundo grau hoje. Depois cursou o Magistério na Universidade em Canoinhas. A professora relatou que: “- *A escola Edemita da Conceição Rosa, tem esse nome devido ao assassinato de uma professora, na cidade de Florianópolis e, com esse fato, a Secretaria do Estado, pensaram em homenagear a mesma, com o nome da escola, na Localidade de Paula Pereira, e assim foi firmado e é esse o nome da escola*”. Narrou que a escola, era antes ao lado da igreja e, depois, das enchentes de 1983, foi feita aqui neste local. Ainda é multisseriada, até 5ª série e, depois os alunos vão todos estudar no o Rio do Pinho. Temos os professores que vem da cidade, todos os dias, os professores de artes, pré-escola, educação física, uma técnica agrícola, além de uma servente e uma merendeira a dona Janete Kaminski Rincon, que é do lugar.

Sobre a nucleação informou que hoje, a escola está sendo questionada, pela prefeitura, sobre fecharem e mudar tudo para o Rio do Pinho, mas o os pais estão batalhando para que isso não acontecer. “- *Nós não temos diretora na escola, eu sou somente responsável tanto pela secretaria, professor em sala de aula, pois tenho concurso de 40 horas e até o ponto devemos bater, todos os dias. Eu vim da escola de Anta Gorda, lá foram contra, tinham mais de alunos, mas tiveram que ceder e foram para o Rio do Pinho. Aliás, a briga foi que na Anta Gorda seria melhor centralizada a escola nucleada, mas resolveram ser tudo no Pinho. Tivemos agora no mês de setembro com o pessoal, mais uma tentativa de fecharem a escola e, os pais, vieram todos para evitar o fechamento, ainda será uma batalha muito grande. Será uma imensa perda para a comunidade*”. Relatou ainda que se fecharem, vai ser como na Anta Gorda, quando por lá fecharam e perderam a identidade, prédio fechado, a comunidade sente muito isso, para tudo ao redor da escola. “- *Sabemos que a escola é algo vivo numa comunidade, sem ela perdem o sentido de futuro e garantia de vida.*”.

A professora ainda explanou sobre as comunidades sem as escolas: “- *Já ouvi muito as pessoas, da comunidade de Anta Gorda, falarem com muita*

tristeza sobre a falta de uma escola, que foi fechada, perderam muito com isso. Defendem que deveria estar aberta, funcionando no lugar, mais perto para as crianças irem estudar. Devemos refletir, sobretudo, se compreendemos que aqui, em Paula Pereira, vamos brigar muito para não fechar a única coisa viva, encantadora e propulsora da unidade de uma comunidade. Se nuclear nunca mais teremos outra, certamente, será o fim de uma comunidade local, que já é pequena, temos consciência disso, e não poderemos permitir, nem aqui, e nem no Brasil, que uma escola seja fechada por fator econômico ou político”. Finalizou a professora Marilu de Fatima Tacheski, que ainda de forma incansável batalha para a continuidade e funcionamento da escola rural na comunidade de Paula Pereira.

Na Figura 14, na fotografia 1, o pátio interno da escola Achilles Pazda, no Rio do Pinho, na fotografia 2 o caminhão da Prefeitura, entregando a merenda escolar, na fotografia 3 a fachada da escola Edemita da Conceição Rosa na comunidade de Paula Pereira, e na fotografia 4, a parte interna da escola em Paula Pereira.



Figura 14. Escola nucleada na comunidade de Rio do Pinho, Paula Pereira.
Fonte. Dados da pesquisa, acervo Reinaldo Knorek (2022).

Entrementes, após a realização das entrevistas episódica, com partes dos relatos, transcritos neste capítulo, fica a certeza de que o crescimento e o desenvolvimento comunitário não se limitam apenas, somente nos ganhos econômico, ou no caso da educação ganhos pedagógicos, mas, sim a história do convívio comunitário, da história de ter a escola, como ponto de referência, em uma comunidade rural. Foram tantas narrativas sobre problemas, enchentes, dificuldades econômicas, tragédias ambientais. As histórias de participação das pessoas na escola com festas rezas, reuniões, planejamentos, momentos de encontros, enfim: o crescimento e o desenvolvimento comunitário é a totalidade da busca de ser feliz e de realização no local onde se escolhe para viver, tanto no coletivo como no individual.

A questão do Patrimônio das Escolas *Ex-Post-Facto* da Nucleação das Escolas Rurais em Canoinhas - SC

Com toda essa história que envolveu o processo da nucleação das escolas rurais, muitas coisas ou questões ainda estão pendentes, sem soluções, em aberto, em virtude dos fatos, das quais fica uma delas em aberto: o destino do patrimônio (terrenos e prédios) mundo rural do Brasil. Sabe-se que, muitos destinos do patrimônio já foram dados, de certa forma, constituíram-se em abandonos, pelo poder público, que resultaram, sobretudo, na destruição, invasões e outro desígnios como as igrejas, centros de saúde, capelas mortuárias, desse patrimônio pertencente ao Estado.

Em Santa Catarina, não foi diferente, segundo algumas pesquisas realizadas, sobre o destino do patrimônio, após o processo de nucleação das escolas rurais, como adveio, no município de Canoinhas-SC. Nomeadamente, já narrados pelas pessoas entrevistadas e supracitadas, que o destino, tanto os prédios como os terrenos foram: invadidos, destruídos, abandonados, transformados em posto de saúde, capelas mortuárias, igrejas, moradias, enfim, várias ações esse patrimônio recebeu.

Segundo Rodrigues (2017, p. 77), em Santa Catarina, o mesmo comenta que no governo, de Paulo Afonso Vieira, um novo passo foi dado, no chamado processo de municipalização e de nucleação das escolas ru-

rais, donde, foi publicada a Portaria nº 5.654, de 12 de maio de 1998, que, segundo a qual, foram extintas as EI, ER, GE e EB e, cujas atividades, de gestão integral e corpo discente, haviam sido transferidos para a responsabilidade dos municípios catarinenses.

Posteriormente, pela Lei nº 11.290, de 28 de dezembro de 1999 – já no governo de Espiridião Amin (1999-2002) o Poder Executivo foi autorizado a Art. 1o [...] alienar mediante doação aos municípios a propriedade ou a posse das unidades escolares do Ensino Fundamental, cuja execução das atividades de gestão integral e corpo discente foram transferidas aos respectivos municípios, por intermédio de acordos celebrados com a Secretaria de Estado da Educação e do Desporto até a presente data. Tal doação, de acordo com o art.º 3 da Lei nº 11.290/99, não foram cobertas pela autorização para doação as unidades escolares excluídas dos acordos celebrados. com a Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. até aquela data, mais especificamente as exclusões, relacionadas nos Decretos nº 2.471/97, 2.786/98, 3.022/98, 3.024/98, 3.453/98 e 58/99.

Também, as EB cuja transferência limitou-se às quatro primeiras séries do Ensino Fundamental. Posteriormente, tendo em vista as exclusões e inclusões operadas após a publicação da Lei nº 11.290/99, foi aprovada a Lei nº 13.500, de 26 de setembro de 2005, autorizando a doação aos municípios, da propriedade ou posse das unidades escolares do ensino fundamental, não contemplados pela Lei nº 11.290/99 e, cuja execução das atividades de gestão integral e corpo discente haviam sido transferidos aos municípios, por meio de acordos celebrados, com a Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia.

As doações se referiam aos terrenos e benfeitorias edificadas, sendo devido que o município promovesse e executasse as ações necessárias à titularização das referidas propriedades, e, recebessem os bens no estado em que se encontravam e os utilizassem “em atividades de interesse público social, cultural, industrial ou pedagógico” e respondesse pela evicção (Art. 2º, I a IV). Como se pode verificar, foram muitas as medidas relacionadas com o processo de municipalização, ocorridas durante o governo de Paulo Afonso Vieira (1995-1998). Mesmo com a alteração de governo ocorrida em 1999, com a posse do governo Espiridião Amin (1999-2002) –, não houve medidas de reversão do processo, já em estágio avançado.

Por meio da política de municipalização, acompanhada do processo de nucleação, em menos de cinco anos, praticamente, todas as escolas situadas na área rural foram fechadas (Ehrhardt, 2012). MUNARIM (2013, p.32), refere que o período que concentrou o processo de nucleação de escolas e de transporte de estudantes, foi de 1995 a 2000, sendo que de 1995 a 2011, o número de escolas rurais, em atividade no estado, caiu de 6.857 para 1.541. No Governo de Espiridião Amin (1999-2002). Contudo, permaneceram, assim, sem revisões e medidas que fundamentassem esse processo de doação e responsabilidades dos municípios, em dar destino ao patrimônio das escolas rurais, em Santa Catarina.

Com o fim do o governo de Esperidião Amin, no governo seguinte – de Luiz Henrique da Silveira (2003-2007), as medidas de municipalização são complementadas, desta vez com a doação, aos municípios, da propriedade ou posse das unidades escolares do ensino fundamental que não haviam sido cobertas pela nº 11.290/99, agora autorizada pela Lei nº 13.500/2005. No tocante às medidas deflagradas pelo estado, no início da década de 90, pela via da municipalização e rumo à nucleação de escolas, podemos dizer que se completava o ciclo, da referida política de descentralização educacional, em Santa Catarina. A essa altura, com amplas alterações nas redes municipais de ensino, especialmente se comparadas à década anterior.

Em suma, algumas escolas foram aproveitadas, para serem centro de saúde observado nos relatos de um morador da localidade “- *Ainda bem que serve para alguma coisa como o postinho de saúde, ajuda demais a comunidade*” completou o entrevistado de Rio de Areia de Cima. Outras foram destinadas pelas comunidades para serem centros de velórios: “- *Se nós da comunidade não fizéssemos o centro de velório, a antiga escola estava sendo invadida por pessoas, vagabundos que nem sabemos de onde vieram, assim ficou útil e bonito, mas ainda não inauguramos*”, disse o presidente da igreja da comunidade do Rio de Areia de Baixo, Seu José Adenir Machado observada a capela mortuária reformada da escola que foi nucleada.

Em tantas outras localidades, como destacou um entrevistado de Santa Haydê, Senhor Ezau Padilha, disse que a “- *Em nossa comunidade usamos para sala de catequese, salas de reuniões, centro comunitário, a igreja*”, destacou o mesmo.

Outras falas “- *Muitas outras escolas foram invadidas como moradia de pessoas pobres e fixaram suas residências, e que até a atualidade, eles estão como posseiros da antiga escola e ninguém faz nada, como se vê*”, disse um entrevistado da Sereia. Além de tudo, muitas estão num completo abandono e em deterioração do prédio por completo, como se observa na comunidade da Sereia. Assim, o patrimônio construído em comunidades rurais, após a nucleação das escolas foram em alguns Estados, como o de Santa Catarina, destinados aos municípios e como supracitado, se encontram e foram transformados em centro de saúde, centros de velórios, igrejas, invasões e também são encontrados em completo abandono ou já não existem mais.

Contudo, os sentimentos demonstrados na coleta dos dados da pesquisa indicaram – sentimentos e singularidades com uma certa indignação e tristeza - por parte de alguns moradores dessas comunidades pela falta da escola no local. São muitos relatos que solicitam ações do Estado para serem resolvidos e para darem o destino certo para a escola local. “- *Bem melhor e menos triste ao ver que nem tudo está abandonado como nossa escola que agora é capela*” relatou uma moradora da comunidade do Salseiro, dona Ana Joaquina, e, completa: “- *Está bem melhor do que ver a escolinha do Palmital, onde minha mãe foi professora e agora o que vemos é uma escola que está em ruínas, abandonada e isso marca até a alma da gente quando passo por lá*”.

Nesse contexto, de interessantes peculiaridades e de diversidade cultural, em que se encontram alunos de diferentes regiões, culturas e etnias, está, por sua vez, muito presente a ideia do multiculturalismo e da interculturalidade nos municípios, cujas administrações municipais, elegeram a nucleação escolar, como uma política pública para resolverem a demanda econômica e deficiências pedagógicas na área da educação.

Com isso, nestas comunidades rurais, não conhecem e tão pouco se percebe como a falta da escola local que marcou e marca a história de vida das pessoas. É lá nas suas comunidades, que se marca a existência da escola local, que sempre foi um ponto de referência, de vida, de história, dos encontros comunitários, de resolver os problemas: o local marcado para o crescimento e o desenvolvimento comunitário como sustentabilidade da própria existência comunitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Todos estamos matriculados na escola da vida,
onde o mestre é o tempo.”*

Cora Coralina

Muitas considerações poderiam ser construídas por meio desta pesquisa episódica em torno do desenvolvimento comunitário. Certamente o entendimento sobre o desenvolvimento comunitário, tendo como base a nucleação das escolas rurais brasileiras perpassa pelo sentido maior da vida: ser pessoa que vive em comum e/ou em comunidade. A partir das comunidades rurais de Canoinhas/SC foi possível constatar transformações da realidade econômica, social, cultura e ambiental, *ex-post-facto*, com base no processo de nucleação das escolas locais. Assim, ao se caminhar por esses ambientes para entender os pensamentos sobre viver a comunidade, leva-se a certeza de que os mesmos podem ser reproduzidos, contudo, em outras comunidades que marcaram suas histórias de vida comunitária; sem uma escola rural-local.

A pesquisa proporcionou uma forma de averiguação dos entendimentos e significados que envolvem o desenvolvimento e crescimento comunitário. Apontam-se um novo tempo, uma nova organização para as comunidades investigadas onde suas sedes não mais possuem ou não mais se organizam em torno de suas escolas rurais.

À guisa de conclusão leva-nos a uma importante articulação com algumas palavras acerca da oferta da educação para populações do meio rural brasileiro, com implicações de perdas e ganhos, para o desenvolvimento comunitário. O direito foi negado, para o acesso e permanência, das crianças na comunidade local, por políticas públicas educacionais, que ao tentarem buscar uma educação com qualidade e socialmente aceita, para o desenvolvimento comunitário rural deixaram máculas e estigmas profundos na vida da comunidade local. Deixaram a comunidade sem a escola, o lugar de origem, o ponto de encontros e de vivência e convivência social.

Sabe-se que desenvolver a educação em uma escola com qualidade, no local de vivência dos estudantes, em determinada comunidade ou vilarejo, é dar garantias a sua permanência de vida comunitária local. A interrupção ou retirada da escola local pode quebrar ou diminuir as condições de vida e de socialização desses sujeitos no mundo rural. Avançar na existência comunitária é ter uma escola de qualidade, próxima aos moradores, edificando dentro de sua cultura organizacional e social local com ligações familiares de responsabilidade, o desenvolvimento da coletividade e coexistência da comunidade.

Ser responsáveis pela interação com outras comunidades após o processo de nucleação, como por exemplo, participar das festas e comemorações, como narrados nas entrevistas faz uma nova etapa de reconstrução comunitária para todos os envolvidos

Sabe-se que, no cenário brasileiro, a educação passou por grandes processos e impasses. Sobretudo no meio rural, com o processo discutido no livro. A educação, apesar de direito de todos, nem sempre se concretiza com as conquistas, evoluções econômicas e sociais, porém, aos poucos, diminuíram, chegando ao ponto de deixar os sujeitos sem identidade comunitária local. Ficaram apenas com saudosismo, do ponto de referência da sua comunidade, ou seja, a escolinha local.

Durante muito tempo, a escola foi um espaço que atendia apenas às classes dominantes, com posse e apoiadas apenas nos interesses do estado. Destaca-se que classes com maiores poderes e posição social tiveram garantias e acesso aos melhores estudos e, com isso, cooperaram para que grande parte da sociedade ficasse em segundo plano no processo educa-

cional. Ficar fora de uma formação adequada, de formação profissional e sua realidade, de convívio geográfico e situacional, sobrando apenas com os problemas locais, sem a possibilidade de desenvolvimento - tanto pessoal como comunitário - pode fazer da existência da pessoa um motivo de desesperança no convívio coletivo da comunidade local. Muitos falaram dessa falta de estudos, que deveria ser no seu tempo oportuno de convivência no seu local de crescimento e desenvolvimento.

Assim, esse processo de nucleação das escolas rurais gerou antagonismos no tripé: econômico, sociocultural e ambiental. Por um lado, os governos federal, estadual e municipal, viram a possibilidade da eliminação de classes multisseriadas nas escolas rurais, formadas por turmas unidocentes. Com isso desencadearam uma série de extinção de escolas rurais-locais que poderiam ter sua continuidade e função social de desenvolvimento comunitário..

Logo, essa forma de ensino que estava funcionando sem estruturas adequadas e com professores sem atendimento de projeto pedagógico, sem uma boa articulação local, e definida com metodologias adequadas, sobretudo, governantes aproveitaram o gancho que resultaram, nesse contexto, o fechamento de muitas escolas: retirando o direito à educação para todos. Ou seja, o que deveria ser dever do Estado acabou contribuindo para o fechamento de escolas e das oportunidades de formação para o cidadão rural. Assim, com a implantação de projetos por meio de políticas públicas, voltadas à racionalização e extinção desses espaços educacionais, as histórias de vida de muitas comunidades rurais ficaram marcadas com o saudosismo de não mais existir a escola rural-local.

Na nova escola, agora não multisseriada, novas condições físicas e pedagógicas superiores às verificadas nas escolas isoladas foram apresentadas. Com isso, por meio de discursos, utilizados pelos governos para populações rurais a aceitarem a nucleação das escolas do campo, procedeu-se o fechamento de muitas escolas delas no país (cerca de 33% das escolas rurais que existiam no Brasil). O processo se acentuou nas últimas décadas com o desenvolvimento e necessidades em dar suporte para outras políticas públicas como, tais como transporte escolar. A propósito dos dados apresentados na história do processo de nucleação em escolas rurais no

Brasil, a redução de escolas públicas rurais (municipal, federal, estadual) que eram de 78.776 escolas, traduziu-se na existência de 52.913. Certamente, este grandioso número somente confirma essas alterações na vida comunitária em torno das escolas rurais.

Assim, processo que teve, seu bloqueio, quando novas leis que constituíram os Conselhos Municipais de Educação (CME), corresponsáveis para segurar e diminuir o avanço do fechamento das escolas rurais reduzisse.

Os fatores econômicos e pedagógicos contribuíram para argumentar em favor dessa diminuição de escolas e do orçamento, para baixo, na aplicação das verbas voltadas à formação das pessoas no campo. São fatos que devem ser vistos a partir de novas políticas públicas educacionais, que sejam fundamentadas e voltadas ao desenvolvimento, da totalidade humana, na comunidade local de construção e vivência.

Ao concluir este livro, nota-se que a nucleação de escolas em comunidades tradicionais, como foi o caso do município de Canoinhas-SC, constituiu-se como um fator, entre ganhos e perdas, no campo. Esta pesquisa episódica demonstrou que, por meio da perspectiva das políticas públicas educacionais que as alterações efetivadas, com certeza, influenciaram na vida comunitária, cultural, econômica e social de muitas pessoas, por não mais existir uma escola na comunidade local.

Fatos e observações, como no campo da cultura, apresentam muitas modificações, por situar-se no viés dos costumes e tradições, como: festas, reuniões, encontros, entre tantos convívios no cotidiano da vida comunitária, das famílias e dos alunos na escola nucleada. Nessa conjuntura de interessantes e peculiaridades, com a diversidade cultural exposta e deixada de lado, no qual se encontram alunos, de diferentes regiões do município, muito presentes com a ideia do convívio comunitário. Assim, elegeram a nucleação escolar, como política pública, que beneficiou as comunidades do interior, mas que no âmago dessa convivência, sem a escola, demonstra-se a tristeza e saudosismo de suas escolas locais. Hoje, serem vistas e transformadas em centro de velório, de saúde ou igreja, moradias, depósito entre tantos fins, destruindo, assim, o convívio comunitário, por conseguinte, as perdas são irreparáveis no bem comum e no desenvolvimento comunitário, sobretudo, na cultura local.

No campo da economia alterações são percebidas atividades da pequena propriedade rural, em que a vida não é a mesma, sem ter próximos de si os filhos. Devido ao fato de diariamente terem de percorrer grandes distâncias até a escola nucleada para estudar, muitos levam horas para sair de suas casas e para retornar ao fim do dia. Essa perda de tempo prejudicou a ajuda em atividades a família, pois será necessário contratar ou pagar outras pessoas para realizar atividades, especialmente, nas propriedades pequenas, que vivem de atividades voltadas para a produção de tabaco.

Observações e fatos, no campo da pedagogia, apontam muitos ganhos e são reconhecidos, por muitos profissionais, que contribuíram para melhorar o ensino aprendizagem na escola. Destacam-se que agora existem professores com formações específicas, voltados às disciplinas e com podem melhorar o ensino. Aprimorou-se a estrutura da escola com novas atividades e projetos a serem executados como oficinas, educação física, hortas e atividades rurais na escola. Logo, o professor não se envolve mais com limpeza da escola, refeição, cuidados e segurança.

No campo da socialização e interação local, perdeu-se o contato diário, com a comunidade local, mas, apontam ganhos de convívio e conhecimentos, com outras pessoas que moram, ao redor da escola nucleada, e que vem todos os dias estudarem juntos na escola sede. Percebem-se que a alteração dos conhecimentos, ficam também, nas distintas experiências e relações, com professores que vem da cidade, trabalhar e trazem muitas informações diárias, melhorando o convívio do campo com a cidade.

Quanto à logística, foram acrescentados transporte escolares, num raio de aproximadamente 20 km das localidades, até a escola central nucleada. Buscam-se os alunos, nas linhas em torno da escola; assim, percebem-se que quando funcionam bem, a escola também fica sem os problemas de transporte. Mas se não der certo, em dias chuvosos, tudo empaca, pois, muitos ficam sem poder vir para escola nucleada, afetando o andamento do ensino e aprendizagem dos alunos.

Certamente, não se nega que ganhos pedagógicos, estruturais e econômicos, sociais e logísticos, pois se fundamentaram com o processo da nucleação da escola rural. Porém, perdas irreparáveis, no convívio sociocultural e organizacional, das comunidades rurais sem a escola local,

criaram uma singularidade com características cognitivas e psicológicas, no desenvolvimento humano, em comunidades, que após a nucleação das escolas rurais no Brasil, perderam suas referências do ponto de localização da comunidade, do convívio diário para a existência da harmonia social, centralizando-se, assim, em outros lugares distantes e, as vezes estranhos no início da existência que poderia fundamentar e apoiar a vida comunitária local.

A partir das ideias sobre o desenvolvimento comunitário, verificam-se fragilidades dessas comunidades, com o fechamento das escolas rurais, alterando a vivência comunitária, os costumes de participar dos cultos dominicais nas escolas, encontros em festas, reuniões familiares, grupos de jovens no lazer, entre tantas outras atividades já citadas. Contudo, inicialmente perdeu-se hábitos, que foram se configurando, na nova, escola nucleada, sentindo-se que a comunidade local, foram afetadas, sem a escola, tendo, assim, uma nova configuração local. Assim, dependente e excluídas, de muitas atividades locais, que eram realizadas no local das antigas escolas, e que hoje não se faz mais, se perderam junto da referência que era a escola.

Em virtude dos fatores apresentados pela da nucleação das escolas rurais e ditas isoladas, se configurou a desvinculação dos alunos com suas próprias comunidades, inserindo-se em novos locais, as vezes distantes, ou até no meio urbano. Assim, esses educandos que foram levados para uma socialização, diferenciada, ao seu contexto inicial de educação, passam agora a conviver com novos lugares e pessoas. As comunidades escolares adquiriram visibilidade no entorno de sua localização e tornaram-se emergentes, atuantes socialmente, valorizando o conhecimento construído e o culturalmente existente no novo local.

Atualmente, as instituições de ensino do campo superam a mera aproximação de sujeitos ocorridos durante o processo de nucleação (multiculturalidade), para relações interpessoais de pessoas diferentes (interculturalidade). De agora em diante, uma comunidade, sem sua escola local, jamais poderá olhar ao seu redor e ver, enxergar, participar, cuidar e conviver. É um novo tempo, que exige um novo olhar e uma nova postura, certamente uma nova mentalidade, quando, assim desejar o desenvolvi-

mento comunitário de configuração sustentável. Logo, cabe a cada um, a cada grupo de atores (alunos, professores, poder público, comunidade em geral), enfim, todo este conjunto que compõe e estrutura da sociedade, ter a consciência da totalidade de vida, do comum, do zelar pelas coisas públicas: tanto no social, no econômico e ambiental.

Desse modo, podem sim, garantir o futuro da humanidade, de todos os seres vivos que estão vitalmente ligados ao futuro da comunidade, em busca do bem comum. Todos de encontro em garantir a sustentabilidade comunitária, no seu local de vida, mesmo que seja, simplesmente, uma localidade pequena, mas que exista uma escola rural-local. Ter uma nova mentalidade de consenso que significa acordo, anuência, consentimento, conformidade de opiniões, ideias, sentimentos ou impressões, para ser construída, sobretudo, com responsabilidade e coerência do bem viver em comunidade.

Entender, a partir do processo de nucleação das escolas rurais, as narrativas das pessoas que viverem essa parte da história da comunidade, fez deles relembrar os episódios da vida local. Falas sobre enchentes, tragédias naturais, conflitos de convívio, mudanças estruturais, reuniões, festas, casamentos, mutirões para arrumar a escola, organização para não perder a escola local, apontou-se a importância de se ter uma escola local como referência e história de vida do indivíduo na forma comunitária.

A saber, resta-nos, assim, descrever muito sobre o crescimento e o desenvolvimento comunitário, a partir de uma escola rural, todavia, do mesmo modo em outras pesquisas e trabalhos, mais uma vez, fazem-se imprescindível citar, as palavras de Ludwig Wittgenstein, como consideração final: *“Wovon man nicht sprechen kann, darüber muB man schweigen”*³³.

³³ Sobre aquilo de que não se pode falar, deve-se calar. (*Tractatus Lógico-Philosophicus* p. 280)

POSFÁCIO

Este livro trouxe uma contribuição relevante para a ciência do desenvolvimento comunitário ao dar visibilidade aos efeitos de decisões governamentais que interferem na vida de várias comunidades. O estudo sobre o processo de nucleação das escolas locais mostrou que a extinção das escolas rurais retirou a principal referência da vida comunitária das localidades, o espaço de preparação das gerações futuras.

Apesar da racionalidade estatal sobre a eficácia administrativa para adotar a centralização do ensino nos centros urbanos dos municípios, o resultado tem a sua contrapartida negativa com o esvaziamento das comunidades rurais. As crianças passaram a estudar num ambiente distante dos pais e seus vizinhos, perdendo o reforço da identidade cultural com o território em que vivem.

Os dados apresentados são consistentes para os resultados desta obra. O autor seguiu os procedimentos de metodologia científica com ética e ponderação. Suas conclusões não são apressadas, baseiam-se em evidências observadas nas comunidades que visitou. Também teve como base o arcabouço normativo sobre a nucleação das escolas e a educação no campo. Este é, sem dúvida, um livro que serve como referência para aqueles envolvidos com projetos de desenvolvimento comunitário, assim como para os gestores públicos e legisladores que formulam políticas na área da educação.

Agradecemos ao Prof. Dr. Reinaldo Knorek, por ter trazido sua experiência de professor, pesquisador e boa pessoa humana para o âmbito

do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário (PPGDC) da Universidade Estadual do Centro-Oeste, Paraná. Seu profissionalismo e rigor científico servem de inspiração para novos pesquisadores. O conteúdo de sua produção serve de referência para estudos futuros.

Prof. Dr. Carlos Alberto Marçal Gonzaga

Coordenador do Programa de Pós-Graduação
Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário
(PPGDC/Unicentro, PR)
Irati (PR), setembro de 2023.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO E CASSINI, S.A.-. **Contribuições para a defesa da escola pública como garantia do direito à educação: aportes conceituais para a compreensão da educação como serviço, direito e bem público.** Rev, Bras. Estud. Peg.; Brasília, v. 98, nº 250, dez. 2017.
- ANDER EGG, E. **Metodología y práctica del desarrollo comunitario.** Buenos Aires, Humanitas, 1982.
- APPIO, Eduardo. **A ação civil pública no Estado Democrático de Direito.** Curitiba: Juruá Editora, 2005.
- ARENDT, H. **A Condição Humana.** 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- ARISTÓTELES. **A Política.** 3ª ed.; Tradução Mario da Gama Kury. Editora Universidade de Brasília, 1997.
- ARISTÓTELES. **Metafísica,** Editora Globo. Porto Alegre, 1969
- ARROYO Miguel Ganzalez, CALDART Roseli Salelet, MOLINA, Mônica Castagna (organizadores). **Por uma educação do Campo:** 04 ed. Rio de Janeiro, Editora Vozes 2009.
- ÁVILA, Fernando Bastos. **Pequena Enciclopédia da Doutrina Social da Igreja.** São Paulo, Edições Loyola ,1991.
- BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual.** Rio de Janeiro: Zahar, 2003. In Carolina Teles Lemos, A (re)construção do conceito de comunidade como um desafio à sociologia. Estudos de Religião, v. 23, n. 36, 201-216, jan./jun. 2009.
- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual / Zygmunt Bauman;** tradução Plínio Dentzien. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003

BAUMANN, Siuzete Vandresen. **Da vida das escolas rurais isoladas a uma escolaisolada da vida rural**: aprendizagens do processo de nucleação em santa rosa de lima / Siuzete Vandresen Baumann. [dissertação]; orientadora, Prof.^a Dr.^a Sônia Aparecida Branco Beltrame - Florianópolis, SC, 2012.

BERBAT, Mario; MEDEIROS, Glucia.: **Educação Do Campo. E O Processo De Nucleação: Realidade Do Município De Miguel Pereira Do Estado Do Rio De Janeiro**: <http://www.brajets.com/index.php/brajets/article/download/380/231> - Acesso em agosto de 2022.

BOF, Alvana Maria (organização); SAMPAIO, Carlos Eduardo Moreno [et al.]. **A educação no Brasil rural** – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J-C. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Lisboa: Vega, 1970.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO FEDERAL (CF)**. Acesso em: 01 marco. 2020.

BRASIL. **Lei 12.960/2014**. Disponível http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12960. Acesso em: 24 abril 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007**. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação –

FUNDEB. Brasília, DF, 20 jun. 2007. Disponível em: Acesso em: 13 fev. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera diretrizes e bases da educação nacional e regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, A Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Brasília, DF, 16 fev. 2017. Disponível em: Acesso em: 09 março 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e Adolescente. Brasília, DF, 13 jul. 1990. Disponível em: Acesso em: 01 marco. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. **Lei de Diretrizes e Bases - LDB**. Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <www.planalto.gov.br/civil.03/leis/L9394.htm>. Acesso em 05 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996**. **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério**. Brasília, DF, 24 dez. 1996. Disponível em: Acesso em: 10 jan. 2020

BRASIL. MEC. **Resolução nº 2 – Estabelecem Diretrizes Complementares, Normas e Princípios para o desenvolvimento de Políticas Públicas de Atendimento da Educação Básica do Campo**. Brasília/DF: MEC, 2008.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

Educacionais Anísio Teixeira – INEP. A educação no Brasil rural/Alvana Maria Bof (organização); Carlos Eduardo Moreno Sampaio et al. – Brasília: 2006. Disponível em: <www.inep.gov.br/imprensa/noticias/outras/news06_13.htm>. Acesso em 28/10/2012>.

BRASIL. Ministério da Educação. Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996

CARDOSO, Valmor da Silva. **Os impactos da nucleação das escolas do campo do município de Ponte Alta de Bom Jesus**. Monografia de Graduação na Universidade Federal do Tocantins, Campus Arraias, Tocantins, 2019.

CARIDE, J. A. “**Acción e intervención comunitárias**”. En PERUS, A. (Coord) Pedagogía Social. Barcelona, Anthopos, 1995.

CARMO, Hermano. **Desenvolvimento Comunitário**. Lisboa, Universidade Aberta 1999.

CELINA Souza. **Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas**. In: HOCHMAN, Gilberto. Políticas públicas no Brasil. (Org.) Rio de Janeiro. Editora Fio Cruz, 2007.

CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2003.

COHEN, A.P. **The symbolic construction of community**. London: Tavistock, 1985

CORDEIRO, T. G. B. F. **Nenhuma escola fechada! Os impactos da nucleação escolar no embate entre educação rural e Educação do Campo, 2013**. 159 f. Dissertação (Mestrado em Processos Formativos e Desigualdades Sociais) – FFP/UERJ, São Gonçalo, 2013.

DAL RI JÚNIOR, Arno. **Evolução histórica e fundamentos político-jurídicos da cidadania**. In: _____; OLIVEIRA, Odete Maria de (org.). Cidadania e nacionalidade: efeitos e perspectivas: nacionais-regionais-globais. Ijuí: UNIJUÍ, 2002.

DUSSEL, Henrique. **Ética Comunitária**. 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1987. ed. São Paulo, Martins Fontes, 2008.

ENCICLOPÉDIA **Luso-brasileira de Cultura**. 6ª edição. 1999, Lisboa.

FERRAJOLI, L. **Derechos y garantías. La ley del más débil**. Madrid: Trotta, 1999

FERRAJOLI, L. **Los fundamentos de los derechos fundamentales**. Madrid: Trotta, 2001.

FLICK, Uwe. (2003). **Entrevista Episódica**. Em Bauer, M.W., & Gaskell, G. (orgs.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Um manual prático. Petrópolis: Vozes.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução Joice Elias Costa. 3.ed. Porto Alegre: Artemed, 2009.

FRIGOTTO, G. **A formação e profissionalização do educador: novos desafios**. In: SILVA, T. T. da; GENTILI, P. (Org.). Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília: CNTE, 1999, p. 75-104.

HEVIA RIVAS, Ricardo Hevia. **Política de descentralización en la educación básica y media en América Latina: Estado del Arte**. Santiago de Chile: Unesco/Reduc, 1991.

HORST, L. V. M.; FUGINAGA, C. I.; RODRIGUES, A. H. **Educação ambiental e desenvolvimento comunitário: perspectiva interdisciplinar**. SIIPE–Sul [Simpósio Internacional Sobre Interdisciplinaridade No Ensino, Na Pesquisa E Na Extensão – Região Sul], Florianópolis, 2013. **Anais** Disponível em: <http://www.siipe.ufsc.br/wp-content/uploads/2013/10/C-Horst.pdf>. Acesso em: agosto, 2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2022.

KNOREK, Reinaldo. **Centenário de Canoinhas: gestão pública e desenvolvimento**. Curitiba: CRV, 2016.

KNOREK, Reinaldo. **Mentalidade de posse e ocupação da terra**. Curitiba: CRV, 2017.

KNOREK, Reinaldo. **Território da cidadania: o fenecer da política pública de governo a propósito do desenvolvimento territorial no Brasil**. In: Territórios da cidadania em Santa Catarina. Carlos Loch, Reinaldo Knorek, (Org). Palhoça:Ed. Unisul, 2019.

KNOREK, Reinaldo. **Territórios: políticas de desenvolvimento no Brasil e Portugal**. Curitiba: CRV, 2017.

LEMOS, Carolina Teles, A **(re)construção do conceito de comunidade como um desafio à sociologia da religião**. Estudos de Religião, v. 23, n. 36, 201-216, jan./jun. 2009.

LOBO, Thereza. **Descentralização: conceitos, princípios, prática governamental**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 74, p. 5-10, ago. 1990.

MACHADO, José Pedro. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. Editora Horizonte. Lisboa, 1977.

MERCER, B. E. **The American Community**. New York: Random House, 1956. p. 27 Apud. Dicionário de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1987. P. 229.

MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Educação do Campo e Pesquisa: questões**

- para reflexão.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.
- MORIN, Edgar, **Ciência com consciência** / Edgar Morin; tradução de Maria 8¹ ed. D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. - Ed. revista e modificada pelo autor - 8^o ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- MUNARIM, A. SCHMIDT, W. **Educação do campo e políticas públicas: reconhecer como diferente para agir diferentemente.** Revista Pedagógica, Chapecó, v.15, n.31, p 21-43, jul./dez. 2013.
- MUNFORD, LEWIS. **A cidade na história:** suas origens, transformações e percepções. 5^a edição. Martins Fontes, São Paulo, 2008.
- OLIVEIRA, Katia Lucena Alves de. **Política de Nucleação de Escolas do Meio Rural:** Repercussões em Comunidades do Oeste Catarinense. Programa de Pós-graduação em Educação, UNOESC, Joaçaba, 2018.
- PARSONS, T. **The social system.** Glencoe, Free Press, 1951, p. 91 Apud. Dicionário de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1987. P. 229.
- PASTORIO, Eduardo. **Nucleação Das Escolas Do Campo: O Caso Do Município De São Gabriel/Rs.** Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Geografia, Área de Concentração em Análise Ambiental e Dinâmica Espacial, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito final para obtenção do grau de Mestre em Geografia, 2015.
- PERUZZO, Cicilia M. Krohling / Marcelo de Oliveira Volpato – **Conceitos de comunidade, local e região.** Líbero – São Paulo – v. 12, n. 24, p. 139-152, dez. de 2009
- PHILIPPE, M. D. **Introdução à filosofia de Aristóteles.** São Paulo: Paulus, 2002.
- PICHETTI, A. **História de Santa Catarina.** Vol 4. Curitiba. Editora Paraná Cultura, 1970.
- REALE, G.; ANTISERI, D. **História da Filosofia v.1.** São Paulo: Paulus, 2012.
- RODRIGUES, Ana Cláudia da Silva et al. **Nucleação de Escolas no Campo: conflitos entre formação e desenraizamento.** Porto Alegre: Educação e Realidade, 2017.
- ROMÃO, José Eustáquio. **Poder local educação.** São Paulo: Cortez, 1992.
- ROSAR, Maria de Fátima Felix. **A municipalização como estratégia de descentralização e de desconstrução do sistema educacional brasileiro.** In: OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). **Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos.** Petrópolis: Vozes, 1997.

ROSAR, Maria de Fátima Felix. **Globalização e descentralização: o processo de desconstrução do sistema educacional brasileiro pela via da municipalização**. São Paulo, 1995. 221 f. Tese (Doutorado em Educação) -Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

SANTA CATARINA. **Decreto nº 2.344**, de 21 de outubro de 1997. Aprova acordo celebrado entre a Secretaria de Estado da Educação e do Desporto e Municípios. Florianópolis, 1997.

SANTA CATARINA. **Decreto nº 276, de 8 de julho de 1991**. Dispõe sobre cláusula de adesão às “Condições Gerais de Convênios do Governo do Estado com os Municípios”. Florianópolis, 1991.

SANTA CATARINA. **Diagnóstico da educação**. Florianópolis: SEC/DIRP; UDESC; CEE, 1994.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. **Política de educação do campo** / Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação. – Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2018.

SANTA CATARINA. **Lei nº 10.724**, de 16 de março de 1998. Dispõe sobre a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, de que trata a Lei Federal nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, n. 15.881, 16 mar. 1998. Disponível: [//leis.alesec.sc.gov.br/html/1998/10724_1998_lei_promulgada.html](http://leis.alesec.sc.gov.br/html/1998/10724_1998_lei_promulgada.html). Acesso em: 15 jun. 2017.

SANTA CATARINA. **Lei nº 11.290, de 28 de dezembro de 1999**. Dispõe sobre doação de imóveis aos municípios e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, 123 Florianópolis, n. 16.320, 29 dez. 1999. Disponível em: http://leis.alesec.sc.gov.br/html/1999/11290_1999_lei.html. Acesso em: 15 jun. 2017.

SANTA CATARINA. **Lei nº 13.500**, de 26 de setembro de 2005. **Dispõe sobre doação de imóveis aos municípios e dá outras providências**. Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, n. 17.731, 27 set. 2005. Disponível em: http://leis.alesec.sc.gov.br/html/2005/13500_2005_lei.html. Acesso em: 15 jun. 2017.

SILVA, Sandra Souza da. **O processo de nucleação da Escola Boa Ventura no Assentamento Jacundá - Sudeste do Pará**. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Marabá, 2015.

VIEIRA, Josimar de Aparecido Marilandi; Maria Mascarello VIEIRA. **O Agrupamento Das Escolas Do Campo: Nucleação E A Melhoria Da Qualidade Do Ensino**. Revista Educa – Revista Multidisciplinar em Educação, Porto Velho, v. 4, nº 9, p. 129 a 143, set/dez, 2017. - ISSN: 2359-2087.

VIEIRA, Josimar de Aparecido. **O significado do agrupamento de escolas do campo-nucleação.** In: Revista Pedagógica. Chapecó: Grifos, n° 02, 1999.

VILLA; Mariano Moreno. **Dicionário de pensamento contemporâneo.** São Paulo. Editora Paulus, 2000.

WEBER, M. **Comunidade e sociedade como estruturas de socialização.** In: FERNANDES, F. (Org.). **Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação.** São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973. p. 140-143.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações Filosóficas.** Trad. José Carlos Bruni. São Paulo. Abril Cultural, 1979.

WONSOVICZ, Silvio. **Somos filhos da pólis: investigando sobre política e estética.** Florianópolis. Sophos, 2001.

O livro tem como escopo de pesquisa compreender o desenvolvimento comunitário por implicação, a temática do processo de nucleação de escolas rurais no Brasil, nomeadamente, relata a investigação em comunidades rurais no município de Canoinhas/SC. Compreender, em síntese, o avanço da ciência do desenvolvimento comunitário, é ter um novo olhar, a partir da percepção de pessoas, que vivenciaram o processo de nucleação e da extinção da sua escola local. Entrementes, fica na importância da história de vida das comunidades estudadas, por muito que se modificou, por meio desse processo, afetou os convívios cotidiano das famílias e dos alunos, tanto na nova escola nucleada como a falta da antiga, irremediavelmente, transformando o seu local: num grande saudosismo de não mais existir, um ponto de referência, encontros e de vivência comunitária.



9 786552 300058 >